



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE
PRÓ-REITORIA DA CULTURA, COMUNIDADE E EXTENSÃO – PROCCE

PERÍODO: 2025 - 2027

Santarém / PA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitora

Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora

Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitor de Administração

Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora da Cultura, Comunidade e Extensão

Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Carla Marina Costa Paxiúba

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Fabriciana Vieira Guimarães

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cauan Ferreira Araújo

DIRETORES DE UNIDADES ACADÊMICAS

Instituto de Biodiversidade e Florestas

Diretor: Thiago Almeida Vieira

Instituto de Ciências da Educação

Diretora: Lademe Correia de Sousa

Instituto de Ciências da Sociedade

Diretora: Ana Maria Silva Sarmento

Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Diretor: Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro

Instituto de Engenharia e Geociências

Diretor: Abraham Lincoln Rabelo de Sousa

Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural

Diretor: Raimundo Valdomiro de Sousa

Instituto de Saúde Coletiva

Diretor: Waldiney Pires Moraes

DIRETORES DE CAMPI

Campus de Alenquer

Diretora: Maria do Rosário da Silva

Campus de Itaituba

Diretor: Jonas Santos Leite

Campus de Juruti Diretora:

Celeste Queiroz Rossi

Campus de Monte Alegre

Diretora: Marcella Costa Radael

Campus de Óbidos

Diretora: Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Campus de Oriximiná

Diretora: Dávia Marciana Talgatti

CRÉDITOS TÉCNICOS

Comissão de Elaboração do PDU da Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão –
Procce foi constituída por:

Ediene Pena Ferreira

Celiane Sousa Costa

Maria da Conceição Queiroz Vale

Ádria Maria Nina Monteiro

Jefferson Fernandes Dantas

Gabriel de Oliveira Prado

Carlos de Matos Bandeira Júnior

Paula Nogueira Rabelo

Renata Guimarães Cabral Lima

Marcelo Henrique Moraes de Sousa

Rodrigo Adolfo de Almeida Rosa

Raimundo Hemenegildo Garcia Júnior

Luziana Pereira Caldeira

Patrícia Borges da Silva

Luis Paulo Castro de Assis

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	1
DIRETORES DE UNIDADES ACADÊMICAS	2
DIRETORES DE CAMPI	3
CRÉDITOS TÉCNICOS	4
APRESENTAÇÃO	6
1 HISTÓRICO DA UNIDADE	8
2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	9
3. PESSOAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA	12
3.1 Corpo Técnico	12
3.2 Infraestrutura Física	12
4. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	12
5. PLANEJAMENTO TÁTICO	13
5.2 Plano de Ação	15
5.3 Levantamento de Indicadores	16
5.4 Definição de Metas	20
5.5 Consolidação do Plano Tático	23
6 GESTÃO DE RISCOS	23
7 GESTÃO DO PLANO	23
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
9 APÊNDICE 1 – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	25
10 APÊNDICE 2 – PLANO DE AÇÕES	40
11 APÊNDICE 3 - FICHAS DE INDICADORES	51
12 APÊNDICE 4 – PLANO TÁTICO CONSOLIDADO	91
13 APÊNDICE 5 – GESTÃO DE RISCO	97

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE). Elaborado como desdobramento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), este PDU detalha o planejamento tático e operacional da PROCCE para o período 2025-2027.

O planejamento aqui delineado fundamenta-se nos Objetivos Estratégicos (OE) e Resultados Chaves (RC) estabelecidos no PDI da Ufopa, servindo como seus elementos basilares.

Estruturalmente, este PDU organiza-se em duas seções principais. A primeira, de natureza textual, abrange o histórico da unidade, sua organização administrativa, corpo técnico e infraestrutura (física e tecnológica), além de sínteses do diagnóstico situacional, do planejamento tático, da gestão de riscos e da gestão do próprio plano. A segunda seção, apresentada em apêndices, consolida informações detalhadas, incluindo o diagnóstico situacional completo, o plano tático e de ação, as fichas de atributos dos indicadores e o plano de gestão de riscos.

A elaboração deste PDU reveste-se de fundamental importância, pois promove: a) o alinhamento estratégico com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa; b) o direcionamento tático das ações da PROCCE; c) a otimização na alocação e uso de recursos; d) a gestão proativa e o monitoramento contínuo de riscos; e) o fortalecimento e a sinergia das iniciativas de cultura e extensão; e f) o incremento da transparência nas ações da Pró-reitoria.

O PDU, por permitir alinhar as ações e objetivos desta Pró-reitoria ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade, garante coerência e integração com visão e missão institucionais. Além disso, o PDU, ao definir prioridades, objetivos e ações estratégicas, orienta à unidade para atender demandas específicas, tanto locais quanto regionais, com vistas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de ações da universidade.

Ao alinhar as ações e objetivos da PROCCE ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa, este PDU assegura coerência e integração com a visão e missão institucionais. Adicionalmente, ao estabelecer prioridades, objetivos e estratégias, o PDU capacita a Pró-reitoria a responder eficazmente às demandas específicas, locais e regionais, fomentando o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de suas iniciativas.

Este plano é, portanto, um instrumento essencial para que a PROCCE atue de maneira organizada, eficiente e com significativo impacto social. Ele reafirma o compromisso da Ufopa com a educação pública de qualidade, o desenvolvimento regional sustentável, e a promoção da inclusão e da inovação social na Amazônia.

1 HISTÓRICO DA UNIDADE

A Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE) foi instituída pela Portaria nº 1.486, de 19 de dezembro de 2012, iniciando formalmente suas atividades em 13 de fevereiro de 2013. Em sua configuração original, além da secretaria executiva, a PROCCE compreendia três diretorias: Programas e Projetos; Comunidade e Esporte; e Cultura. Uma reestruturação em 2014 consolidou a Pró-reitoria em duas diretorias, composição que se mantém atualmente: a Diretoria de Cultura e Comunidade (DCC) e a Diretoria de Extensão (Direx).

Inicialmente, as diretorias eram subdivididas em coordenações. A Diretoria da Cultura e Comunidade abrigava a Coordenação de Cultura (CCULT), enquanto a Diretoria de Extensão era composta pelas coordenações de Programas e Projetos (CPP) e de Articulação e Difusão (CAD).

Uma nova alteração estrutural ocorreu em 2020, com a extinção da Coordenação de Articulação e Difusão. A configuração atual da PROCCE, detalhada no organograma deste documento, reflete essa mudança.

A liderança da Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão foi exercida, desde sua criação, pelos seguintes Pró-Reitores: Prof. Cláudio Sclair (a partir de 2012, como parte da implantação); Prof. João Roberto Pinto Feitosa (2013); Prof.^a Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro (2014); Prof. Thiago Almeida Vieira (2014 – 2018); Prof. Marcos Prado Lima (2018 – 2022); e Prof.^a Ediene Pena Ferreira (gestão atual, 2022 – 2027).

O objetivo principal da PROCCE é planejar, executar, coordenar e avaliar, de maneira integrada, as ações de extensão e cultura, fomentando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, a Pró-reitoria gerencia programas cruciais, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão para a Graduação (Pibex) e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão para o Ensino Médio (Pibex EM), operacionalizados por meio de seu edital permanente Pró-Extensão.

Adicionalmente aos programas de bolsas, a PROCCE promove o fomento a programas e projetos de extensão através do Edital Pacex (Programa de Apoio à Creditação da Extensão). Executa também o 'PROCCE em Ação', que engloba iniciativas relevantes como o Cursinho Popular, o Programa 60+ e o Conexão Júnior. Destaca-se ainda o gerenciamento do Programa Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão (PEEx), que visa fortalecer a articulação entre as três dimensões da atividade acadêmica.

Atualmente, a equipe da PROCCE é composta por 15 servidores, distribuídos da seguinte forma: quatro na Secretaria Executiva, cinco na Diretoria de Cultura e Comunidade (DCC) e seis na Diretoria de Extensão (Direx).

2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Pró-reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão dispõe de uma secretaria executiva (gabinete) e está dividida em duas diretorias: Diretoria da Cultura e Comunidade e Diretoria de Extensão.

A Diretoria da Cultura e Comunidade se divide em Coordenação de Cultura; e a Diretoria de Extensão se divide em Coordenação de Programas e Projetos, conforme cronograma abaixo:

Organograma da Procce:



2.1 Atribuições da Unidade e suas subunidades

Cabe à Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão.

Considerando que a Ufopa se apoia nos princípios da universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais, a Procce visa, por

meio de suas ações, aproximar esta instituição federal de ensino superior aos diferentes segmentos da sociedade.

Para isto, a Procce deve receber, homologar e registrar propostas de ações de extensão de diferentes áreas do conhecimento, geradas pelas unidades acadêmicas ou administrativas da Ufopa, devidamente aprovadas por seus conselhos deliberativos.

São atribuições da Diretoria da Cultura e Comunidade (DCC):

1. Coordenar programas de fomento, intercâmbio e promoção da cultura;
2. Acompanhar, avaliar a implantação e execução do Plano de Cultura da Ufopa com a participação da comunidade acadêmica e não acadêmica e suporte das unidades Acadêmicas e Administrativas.
3. Elaborar, acompanhar e executar o plano de ação do Núcleo de Produção Digital Tapajós (NPD Tapajós).
4. Coordenar o Estúdio de Áudio e Vídeo Encontro das Águas.

A Coordenação de Cultura – Ccult tem por objetivo:

1. Promover e apoiar a realização de programas e projetos culturais institucionais, aprovados no âmbito da DCC.
2. Avaliar, apreciar e assessorar a DCC a executar atividades culturais em parceria com a comunidade acadêmica e não acadêmica por meio de acompanhamento e da formalização de processos necessários para a realização destes.

São atribuições da Diretoria de Extensão (Direx):

1. Promover, apoiar, implementar e acompanhar as Políticas de Extensão e Curricularização;
2. Elaborar instrumentos para acompanhamento e avaliação das ações e atividades de Extensão;
3. Gerenciar o Módulo de Extensão, como: atualizações, pedidos de customização, melhorias, articulação com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC);
4. Coordenar a elaboração de editais, incluindo as consultas à procuradoria e ao Comitê de extensão, e a divulgação das informações;

5. Coordenar a elaboração de relatórios, como o de gestão;
6. Participar e promover a gestão do Comitê de Extensão, incluindo o planejamento e a condução de reuniões;
7. Promover, planejar e coordenar as atividades relativas aos Programas Institucionais Procce em Ação (60+, cursinho, visita de estudantes) e Procce Itinerante;
8. Promover capacitações para a realização de ações de extensão, como: escrita de projetos, utilização do módulo de extensão do sigaa;
9. Gerenciar as atividades relativas à Revista de Extensão;
10. Coordenar o Salão de Extensão;
11. Apoiar a implantação e execução de empresas juniores.

A Coordenação de Programas e Projetos – CPP tem por competência:

1. Assessorar a Direx nas atividades pertinentes a esta Diretoria, como editais, avaliação das ações, Salão de Extensão, reuniões, relatórios;
2. Registrar, executar e acompanhar as ações de extensão;
3. Analisar documentos de participantes das ações, inclusive as vinculadas aos Editais.
4. Operacionalizar o Módulo de extensão (cadastro, renovação e encerramento de Ações de Extensão; abrir chamados GLPI);
5. Atender e orientar os usuários sobre cadastro, renovação e certificação das ações de extensão no Sigaa;
6. Gerenciar o cadastro, renovação e alocação de carga horária para projetos e programas de extensão;
7. Gerenciar a frequência de bolsistas, o pagamento das bolsas e auxílios, incluindo a preparação da folha de pagamento e a solicitação da implementação, da suspensão e do cancelamento de bolsas e auxílios ao setor responsável, a entrega e aprovação de relatórios, em consonância com os respectivos editais;
8. Gerenciar a prestação de contas dos projetos contemplados com auxílio financeiro em Editais;

9. Providenciar declarações e certificados, quando estes não puderem ser emitidos via Sigaa (por exemplo, orientação de planos de trabalho);
10. Gerenciar o empréstimo de equipamentos e o fornecimento de materiais de consumo para ações cadastradas na Procce;
11. Promover a gestão de documentos e informações de Extensão, incluindo a divulgação no site da Procce e o arquivamento.
12. Realizar levantamentos de informações, quando solicitadas pelas instâncias superiores.
13. Dar apoio logístico aos eventos da Diretoria de Extensão na Universidade.

3. PESSOAL E INFRAESTRUTURA FÍSICA

3.1 Corpo Técnico

As informações detalhadas sobre o quadro de servidores da Procce, podem ser consultadas no [painel de gestão de pessoas](#).

3.2 Infraestrutura Física

As informações sobre a infraestrutura física da Procce, podem ser consultadas no [painel de espaços físicos](#).

4. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

O Diagnóstico Situacional da Procce foi realizado, durante o mês de setembro, por meio de reuniões com os membros da Comissão de elaboração do PDU. Foram 02 reuniões presenciais, ocasião em que a equipe utilizou a matriz SWOT para identificar forças, fraquezas, ameaças e possibilidades.

O diagnóstico situacional completo é apresentado no Apêndice 1.

5. PLANEJAMENTO TÁTICO

O Plano Tático da Procce foi realizado, durante o mês de outubro, por meio de reuniões com os membros da Comissão de elaboração do PDU. Na primeira etapa foi realizado o levantamento das iniciativas táticas, na segunda o plano de ação (5W2H), e a definição de metas e indicadores.

5.1 Iniciativas Táticas

Foram realizados ciclos de reuniões para levantamento das iniciativas táticas, que estão descritas no quadro abaixo.

Perspectiva	Objetivo e/ou Resultado-Chave	Iniciativa tática
Resultados para sociedade	Contribuir para a formação de cidadãos, com ênfase na interdisciplinaridade, na interculturalidade e na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.	Aumentar o número de ações integradas
		Ampliar o diálogo intercultural com as comunidades da região amazônica
	Reconhecer e promover saberes tradicionais e artísticos em diálogo com a sociedade	Aumentar o número de ações que visem à valorização dos saberes tradicionais e artísticos
		Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos
		Incentivar que os saberes tradicionais sejam incorporados nas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.
		Criar um banco de saberes tradicionais
		Promover diálogo e intercâmbio de saberes.
		Criar, em parceria com Proppit, Proges, Arni e IFII, um Programa de publicação em línguas indígenas.
		Promover a difusão das línguas indígenas
		Fortalecer as parcerias já existentes e criar novas
		Fomentar a pesquisa sobre saberes tradicionais

		e artísticos (integrada à extensão)
	Promover e desenvolver saberes científicos e tecnológicos em diálogo com a sociedade.	Criar programas de divulgação e popularização da ciência
	Apoiar o desenvolvimento sustentável e contribuir com a redução das desigualdades na região amazônica por meio de soluções e práticas inovadoras.	Fomentar o empreendedorismo social e negócios sustentáveis
		Estabelecer Redes de Colaboração Interinstitucional para a Sustentabilidade
Processos internos	Valorizar os processos formativos interdisciplinares, interculturais e de integração ensino-pesquisa-extensão	Aumentar o número de ações que valorizem os processos formativos
		Fortalecer as ações conjuntas com diferentes unidades
		Criar redes de Colaboração Interdisciplinar e Intercultural entre Unidades e Campi
		Buscar sustentabilidade financeira para projetos integrados
	Fortalecer a Interação com a Educação Básica	Consolidar parcerias já existentes e criar novas.
		Fortalecer o Peex
		Desenvolver programas de cooperação entre a universidade e escolas de educação básica.
		Aumentar o número de ações destinadas a este público.
		Promover capacitação interna para atuação na Ed. Básica
	Promover a cultura regional e as ações em diálogo com a sociedade	Aumentar o número de ações para capacitar os NDEs
		Fomentar a inclusão da cultura nos PPCs
		Aumentar o número de equipamentos culturais da Ufopa
		Consolidar os editais de fomento à cultura e à comunidade
		Desenvolver e aprovar normativa interna para creditação cultural
		Fomentar a pesquisa sobre Arte, Cultura e Saberes Diversos

		Promover espaços para diálogo crítico e reflexivo de saberes
		Fomentar mecanismos de protagonismo cultural
		Ampliar e diversificar a oferta de formação em artes e cultura
	Ampliar e consolidar as relações acadêmicas e institucionais, nacionais e internacionais.	Incentivar a internacionalização
		Dar visibilidade internacional às ações de extensão
		Desenvolver metodologia para gestão participativa de parcerias
		Mapear e prospectar parcerias estratégicas (Nacionais e Internacionais)
	Acompanhar, assistir, motivar e valorizar o corpo discente.	Ampliar a Divulgação e Acessibilidade dos Editais de Apoio a Projetos Culturais
	Aperfeiçoar a gestão administrativa, a transparência e a governança institucional.	Fortalecer a transparência e o acesso público aos dados da extensão
		Realizar diagnóstico dos fluxos administrativos
	Aprimorar os mecanismos de avaliação e de resposta institucional.	Criar um plano geral de avaliação da extensão

5.2 Plano de Ação

Após o levantamento das iniciativas táticas, para cada uma delas foi aplicada a ferramenta 5W2H (adaptada), para traçar as ações que serão realizadas. A planilha com o plano de ações consta no Apêndice 2.

5.3 Levantamento de Indicadores

Os indicadores para cada iniciativa tática estão dispostos no quadro abaixo. Cada indicador tem uma ficha de descrição que consta no Apêndice 3.

Quadro 3: Indicadores táticos

Objetivo e/ou Resultado-Chave	Iniciativa tática	Indicador tático
Contribuir para a formação de cidadãos, com ênfase na interdisciplinaridade, na interculturalidade e na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.	Aumentar o número de ações integradas	Número de ações integradas E-P-E realizadas (programas, projetos, oficinas, cursos...)
	Ampliar o diálogo intercultural com as comunidades da região amazônica	Número de eventos ou ações formais de diálogo intercultural realizados.
Reconhecer e promover saberes tradicionais e artísticos em diálogo com a sociedade	Aumentar o número de ações que visem à valorização dos saberes tradicionais e artísticos	Número de projetos, eventos ou programas voltados à valorização de saberes tradicionais e artísticos realizados anualmente.
	Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos	Número de estratégias formais (políticas, resoluções, planos) desenvolvidas e implementadas para a valorização de saberes tradicionais e artísticos.
	Incentivar que os saberes tradicionais sejam incorporados nas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.	Percentual de ações integradas E-P-E que incorporam saberes tradicionais de forma ética e com protagonismo comunitário.
	Criar um banco de saberes tradicionais	Número de registros (mestres, saberes, práticas) validados e incluídos no banco (com consentimento livre, prévio e informado).
	Promover diálogo e intercâmbio de saberes.	Número de produtos ou ações concretas resultantes do intercâmbio de saberes (publicações conjuntas, projetos colaborativos, etc.).
	Criar, em parceria com Proppit, Proges, Arni e IFII, um Programa de publicação em línguas indígenas.	Número de publicações lançadas em línguas indígenas no programa ao longo do ano.

	Promover a difusão das línguas indígenas	Número de eventos, cursos ou materiais de divulgação sobre línguas indígenas realizados ou disponibilizados ao público.
	Fortalecer as parcerias já existentes e criar novas com comunidades tradicionais.	Número de novas parcerias estabelecidas e número de parcerias renovadas ou ampliadas ao longo do ano.
	Fomentar a pesquisa sobre saberes tradicionais e artísticos (integrada à extensão)	Número de projetos de pesquisa (TCC, IC, Pós-grad., Docente) financiados/apoiados sobre saberes tradicionais/artísticos com componente de extensão.
Promover e desenvolver saberes científicos e tecnológicos em diálogo com a sociedade.	Criar programas de divulgação e popularização da ciência	Número de programas de divulgação de ciência realizados (ou eventos) e o número de participantes ou audiência alcançada
Apoiar o desenvolvimento sustentável e contribuir com a redução das desigualdades na região amazônica por meio de soluções e práticas inovadoras.	Fomentar o empreendedorismo social e negócios sustentáveis	Número de relatórios de avaliação de impacto social e ambiental desses empreendimentos.
	Estabelecer Redes de Colaboração Interinstitucional para a Sustentabilidade	Número de redes de colaboração interinstitucional formadas e o número de projetos conjuntos voltados para a sustentabilidade desenvolvidos dentro dessas redes.
Valorizar os processos formativos interdisciplinares, interculturais e de integração ensino-pesquisa-extensão	Aumentar o número de ações que valorizem os processos formativos	Número de ações ou programas formativos (cursos, oficinas, palestras, workshops, etc.) realizados que integrem e valorizem a interdisciplinaridade e a interculturalidade segundo critérios pré-definidos.
	Fortalecer as ações conjuntas com diferentes unidades	Número de projetos interunidades implementados e uma avaliação qualitativa do grau de integração entre as unidades participantes (baseada em critérios:

		planejamento conjunto, recursos compartilhados, resultados conjuntos).
	Criar redes de Colaboração Interdisciplinar e Intercultural entre Unidades e Campi	Número de redes interdisciplinares e interculturais estabelecidas entre unidades e campi, e o número de projetos colaborativos gerados a partir dessas redes.
	Buscar sustentabilidade financeira para projetos integrados	Número de fontes diversificadas de financiamento acessadas (editais públicos, privados, emendas, parcerias).
Fortalecer a Interação com a Educação Básica	Consolidar parcerias já existentes e criar novas.	Número de parcerias ativas consolidadas e número de novas parcerias estabelecidas com instituições de educação básica.
	Fortalecer o Peex	Número de projetos integrados E-P-E implementados via PEEEx
	Desenvolver programas de cooperação entre a universidade e escolas de educação básica.	Número de programas de cooperação estabelecidos entre a universidade e escolas de educação básica
	Aumentar o número de ações destinadas a este público.	Número de ações ou programas realizados com foco no público da educação básica (cursos, eventos, projetos, etc.).
	Promover capacitação interna para atuação na Ed. Básica	Número de ações de capacitação (workshops, cursos, materiais) sobre interação com a Ed. Básica oferecidas à comunidade Ufopa.
Promover a cultura regional e as ações em diálogo com a sociedade.	Aumentar o número de ações para capacitar os NDEs	Número de ações de capacitação realizadas para os NDEs sobre curricularização da extensão/cultura.
	Fomentar a inclusão da cultura nos PPCs	Percentual de cursos com Projetos Pedagógicos atualizados que incluem explicitamente a cultura regional e local como componente formativo (obrigatório ou optativo).
	Aumentar o número de equipamentos culturais da Ufopa	Número de novos equipamentos ou espaços culturais implantados/requalificados na Ufopa.
	Consolidar os editais de fomento à cultura e à comunidade	Número de editais de fomento à cultura lançados anualmente.

	Desenvolver e aprovar normativa interna para creditação cultural	Status da elaboração e aprovação da normativa de creditação cultural (Ex: Em elaboração, em consulta pública, Aprovada no CONSEPE).
	Fomentar a pesquisa sobre Arte, Cultura e Saberes Diversos	Número de projetos de pesquisa financiados/apoiados sobre Arte/Cultura/Saberes Diversos.
	Promover espaços para diálogo crítico e reflexivo de saberes	Número de eventos (seminários, rodas de conversa, etc.) realizados com foco explícito em diálogo crítico/reflexivo de saberes.
	Fomentar mecanismos de protagonismo cultural	Número de mecanismos (editais, plataformas, chamadas) implementados para apoiar propostas culturais da comunidade interna/externa.
	Ampliar e diversificar a oferta de formação em artes e cultura	Número de cursos/oficinas/workshops em artes e cultura oferecidos anualmente.
Ampliar e consolidar as relações acadêmicas e institucionais, nacionais e internacionais.	Incentivar a internacionalização	Número de parcerias internacionais formalizadas para ações de extensão/cultura.
	Dar visibilidade internacional às ações de extensão	Número de ações de extensão divulgadas em plataformas ou eventos internacionais.
	Desenvolver metodologia para gestão participativa de parcerias	Status da elaboração e implementação da metodologia de gestão de parcerias (Ex: Elaborada, Implementada, Em uso).
	Mapear e prospectar parcerias estratégicas (Nacionais e Internacionais)	Número de parceiros estratégicos potenciais mapeados e priorizados.
Acompanhar, assistir, motivar e valorizar o corpo discente.	Ampliar a Divulgação e Acessibilidade dos Editais de Apoio a Projetos Culturais	Número de canais de divulgação utilizados para promover os editais de apoio a projetos culturais.
Aperfeiçoar a gestão administrativa, a transparência e a governança institucional.	Fortalecer a transparência e o acesso público aos dados da extensão	Número de projetos de extensão com informações básicas publicadas de forma acessível no portal institucional ou em outras plataformas públicas.
	Realizar diagnóstico dos fluxos administrativos	Número de fluxos prioritários mapeados e analisados.

Aprimorar os mecanismos de avaliação e de resposta institucional.	Criar um plano geral de avaliação da extensão	Número de indicadores-chave de desempenho (KPIs) definidos no plano para monitorar os resultados de ações de extensão e cultura.
---	---	--

5.4 Definição de Metas

As metas foram definidas para cada ano considerando os indicadores e as iniciativas táticas da unidade.

Objetivo estratégico e/ou resultados-chaves	Iniciativa tática	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Contribuir para a formação de cidadãos, com ênfase na interdisciplinaridade, na interculturalidade e na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.	Aumentar o número de ações integradas	25	25	30
	Ampliar o diálogo intercultural com as comunidades da região amazônica	30	40	50
Reconhecer e promover saberes tradicionais e artísticos em diálogo com a sociedade	Aumentar o número de ações que visem à valorização dos saberes tradicionais e artísticos	30	40	45
	Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos	4	5	6
	Incentivar que os saberes tradicionais sejam incorporados nas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.	2	2	3
	Criar um banco de saberes tradicionais	1	1	1
	Promover diálogo e intercâmbio de saberes.	1	2	2
	Criar, em parceria com Proppit, Proges, Arni e IFII, um Programa de publicação em línguas indígenas.	1	2	3

	Promover a difusão das línguas indígenas	1	2	2
	Fortalecer as parcerias já existentes e criar novas com comunidades tradicionais.	2	4	6
	Fomentar a pesquisa sobre saberes tradicionais e artísticos (integrada à extensão)	1	2	3
Promover e desenvolver saberes científicos e tecnológicos em diálogo com a sociedade.	Criar programas de divulgação e popularização da ciência	10	12	14
Apoiar o desenvolvimento sustentável e contribuir com a redução das desigualdades na região amazônica por meio de soluções e práticas inovadoras.	Fomentar o empreendedorismo social e negócios sustentáveis	10	14	16
	Estabelecer Redes de Colaboração Interinstitucional para a Sustentabilidade	3	3	3
Valorizar os processos formativos interdisciplinares, interculturais e de integração ensino-pesquisa-extensão	Aumentar o número de ações que valorizem os processos formativos	25	25	30
	Fortalecer as ações conjuntas com diferentes unidades	4	5	6
	Criar redes de Colaboração Interdisciplinar e Intercultural entre Unidades e Campi	2	2	2
	Buscar sustentabilidade financeira para projetos integrados	1	2	3
Fortalecer a Interação com a Educação Básica	Consolidar parcerias já existentes e criar novas.	50	60	70
	Fortalecer o Peex	1	1	1
	Desenvolver programas de cooperação entre a universidade e escolas de educação básica.	25	25	25
	Aumentar o número de ações destinadas a este público.	5	8	10
	Promover capacitação interna para atuação na	1	2	3

	Ed. Básica			
Promover a cultura regional e as ações em diálogo com a sociedade.	Aumentar o número de ações para capacitar os NDEs	1	1	1
	Fomentar a inclusão da cultura nos PPCs	1	1	1
	Aumentar o número de equipamentos culturais da Ufopa	4	5	6
	Consolidar os editais de fomento à cultura e à comunidade	2	2	3
	Desenvolver e aprovar normativa interna para creditação cultural	3	4	5
	Fomentar a pesquisa sobre Arte, Cultura e Saberes Diversos	1	2	3
	Promover espaços para diálogo crítico e reflexivo de saberes	6	7	8
	Fomentar mecanismos de protagonismo cultural	1	1	1
	Ampliar e diversificar a oferta de formação em artes e cultura	1	1	1
Ampliar e consolidar as relações acadêmicas e institucionais, nacionais e internacionais.	Incentivar a internacionalização	3	5	5
	Dar visibilidade internacional às ações de extensão	3	5	7
	Desenvolver metodologia para gestão participativa de parcerias	4	5	5
	Mapear e prospectar parcerias estratégicas (Nacionais e Internacionais)	4	6	8
Acompanhar, assistir, motivar e valorizar o corpo discente.	Ampliar a Divulgação e Acessibilidade dos Editais de Apoio a Projetos Culturais	3	4	5
Aperfeiçoar a gestão administrativa, a transparência e a governança	Fortalecer a transparência e o acesso público aos dados da extensão	2	2	2

institucional.	Realizar diagnóstico dos fluxos administrativos	3	4	5
Aprimorar os mecanismos de avaliação e de resposta institucional.	Criar um plano geral de avaliação da extensão	2	3	4

5.5 Consolidação do Plano Tático

Após o levantamento das iniciativas táticas e suas ações, bem como, a definição de metas e a elaboração de indicadores, o plano tático foi consolidado e apresentado em forma de planilha no apêndice 4.

6 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos foi feita analisando os riscos envolvidos para cada Iniciativa Tática.

O plano de Gestão de Riscos está apresentado em forma de planilha no Apêndice 5

7 GESTÃO DO PLANO

O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da Procce será monitorado de forma contínua e sistemática, com o propósito de assegurar a efetiva execução das iniciativas estratégicas planejadas e o cumprimento das metas estabelecidas. Para tanto, serão conduzidas, anualmente, duas reuniões de acompanhamento e alinhamento, que terão como foco principal a revisão do progresso das ações implementadas, a identificação de possíveis desvios e a proposição de ajustes necessários para garantir a otimização dos resultados. Esses encontros também servirão como um espaço para o fortalecimento da integração entre as equipes envolvidas, promovendo a sinergia e o alinhamento estratégico com os objetivos da Procce.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão - Procce concluiu a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) para o período de 2025 a 2027. Este planejamento estratégico foi construído com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2031, documento norteador que estabelece as diretrizes, os eixos estratégicos e os objetivos de longo prazo da Instituição. A partir dos objetivos institucionais associados à Procce foram propostas iniciativas táticas alinhadas às prioridades da Unidade, bem como metas claras e indicadores de desempenho mensuráveis, que permitirão monitorar e avaliar o progresso das ações ao longo do triênio. O acompanhamento anual dessas metas e indicadores será fundamental para garantir não apenas o cumprimento dos objetivos específicos da Procce, mas também a sua contribuição efetiva para o alcance das metas globais da Instituição. Além disso, o PDU da Procce incorpora uma visão integrada e colaborativa, promovendo a articulação entre diferentes setores e reforçando o compromisso com a excelência acadêmica.

APÊNDICE 1 - DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

CLASSIFICAÇÃO			DIAGNÓSTICO SITUACIONAL - PROCCE			
			ANÁLISE SWOT			
PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESULTADO-CHAVE	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
			FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	OE-RS-01 - Contribuir para a formação de cidadãos, com ênfase na interdisciplinaridade, na interculturalidade e na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.	Fortalecimento de ações, projetos e programas integrados de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de atender as demandas da sociedade	Portfólio de Editais de Fomento à Extensão e Cultura (Edital Pró-extensão, Edital Pacex, Edital Peex, Edital Movimentos Culturais). Capacidade interna de ofertar formação (Cursos de formação de extensão e cultura). Capacidade interna de suporte e logística (Atendimento e apoio a eventos e atividades de cultura e extensão da comunidade interna e externa). Programa interno consolidado (Cursinho popular). Plataforma interna de divulgação (Revista de Extensão da Integração Amazônica). Capacidade interna de organizar grandes eventos (Conferência de Extensão do Oeste do Pará. Festival de arte e cultura). Capacidade de atendimento a um grande público em ações de extensão e cultura. Evento interno consolidado. (Salão de Extensão)	Pouca Integração da equipe da unidade. Dificulta o planejamento e execução de ações que exijam colaboração interna. Falta de recursos humanos (servidores e bolsistas). Limita a capacidade de implementar e gerenciar mais ações integradas. Não há regularidade na publicação da Revista de Extensão da Integração Amazônica. Limita a divulgação dos resultados das ações integradas. Deficiência interna de escopo/processo. (Ausência de integração de Cultura e Extensão na Revista da unidade). Baixa utilização de recurso interno (Pouco uso do Estúdio Encontro das Águas pela comunidade acadêmica). Subutilização de um recurso interno que poderia apoiar a produção de materiais para ações integradas. Falta de recurso tecnológico interno. (Ausência de software atualizado para edição de materiais audiovisuais). Limitação Tecnológica	Captação de recursos externos. Fontes externas podem financiar projetos integrados. Parceiros externos podem trazer demandas sociais relevantes e colaborar na execução das ações integradas. Relação institucional com secretarias de cultura, associações, ONG 's. Demanda da comunidade por atividades culturais e artísticas em Alter do Chão. Problemas sociais, ambientais e econômicos da região amazônica geralmente exigem abordagens integradas (E-P-E) para serem compreendidos e enfrentados. Políticas e Editais Nacionais que valorizam a Indissociabilidade E-P-E. O MEC e as agências de fomento podem ter diretrizes ou editais que incentivem projetos integrados.	Política de financiamento público. (Cortes orçamentários) Falta de compreensão externa da necessidade de integrar as dimensões acadêmicas no contexto real. A sociedade ou parceiros podem demandar apenas ações pontuais de extensão (assistencialismo) ou de pesquisa aplicada, sem entender o valor da integração com o ensino ou a pesquisa básica.
		Implementação do fomento à pesquisa em arte e cultura e do diálogo com diversos saberes culturais.	O mapeamento é um passo inicial para a pesquisa e o diálogo. O Peex pode financiar o trabalho de mapeamento através de áreas temáticas Eventos culturais em parceria com grupos indígenas presentes na Ufopa. Plataforma interna chave para o diálogo intercultural e com saberes tradicionais. Base normativa interna que legitima os saberes não-acadêmicos, essencial para o diálogo e para pesquisas colaborativas. Resolução que dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber Popular. Ferramentas internas para registro, pesquisa e difusão audiovisual desses saberes e diálogos. Programa de Desenvolvimento Audiovisual, Estúdio Encontro das Águas, NPD Tapajós Espaço interno para apresentar pesquisas e promover diálogos. Seminário multicampi de arte e cultura Relações internas estabelecidas que facilitam o acesso e o diálogo com detentores de saberes artísticos/tradicionais. Parceria com os fazedores de Cultura.	Ausência de um setor de captação para articular o mapeamento. Dificulta a pesquisa e o diálogo sistemático. Falta de recursos financeiros e humanos (bolsistas, servidores). Limita a capacidade de financiar pesquisas, eventos de diálogo, traduções, ou contratar pessoal especializado. Não há regulamentação das políticas linguísticas institucionais / Falta bolsista para realizar as traduções. Grande barreira para pesquisa e diálogo com povos indígenas. Ausência de plano geral de avaliação das ações. Impede a análise do impacto e da qualidade das ações de pesquisa e diálogo. Resistência de uma parte da comunidade interna em desenvolver ações de forma dialógica. Preconceito ou falta de interesse interno em dialogar com saberes não-acadêmicos. Ausência de política que regulamente a integração do Notório Saber. Embora a resolução exista, pode faltar uma política mais ampla que integre efetivamente esses mestres em atividades de	Ambiente externo propício. Diálogo contínuo entre universidade e comunidades. Riqueza externa de saberes. Troca de saberes e de conhecimentos. Potencial de identificar colaboradores externos. Mapeamento dos mestres e mestras de saberes tradicionais do Baixo Amazonas. Valorização externa (social, acadêmica) desses saberes. Fomento da diversidade de saberes tradicionais. Potenciais parceiros externos para pesquisa e diálogo. Parcerias com grupos culturais e artísticos. Fontes externas de financiamento. Editais nacionais/internacionais de fomento à pesquisa cultural/intercultural. Redes de pesquisa sobre temas amazônicos/culturais. Possibilidade de colaboração externa.	Desvalorização externa. Os saberes tradicionais ainda não possuem reconhecimento institucional amplo/externo. Preconceito externo. Resistência na troca de saberes e a diversidade étnica e linguística (pela sociedade externa). Contexto político externo não favorável às Políticas de reconhecimento das diversidades culturais. Programas e editais nacionais que não contemplem as especificidades regionais. Contexto geográfico amazônico que dificulta o acesso aos mestres e mestras. Instabilidade econômica. Afeta o financiamento e a vida das comunidades. Risco de que a pesquisa e o diálogo não sejam éticos ou respeitosos, gerando desconfiança por parte dos detentores de saberes tradicionais.

Integração dos Mestres e Mestras de Saberes Tradicionais nas Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade	Elaboração da Resolução que dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber Popular em Cultura e Extensão no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará. Esta resolução é a base legal e institucional fundamental que permite a contratação ou o reconhecimento formal desses mestres para atuarem na universidade, mesmo sem titulação acadêmica formal. Parceria com os fazedores de Cultura. Relações já estabelecidas podem facilitar a identificação e o convite a Mestres e Mestras para colaborar. Experiência prévia em trazer detentores de saberes tradicionais para atividades na Ufopa. Eventos culturais em parceria com grupos indígenas. Interesse de alguns docentes/setores: Pode haver professores ou cursos já interessados e dispostos a integrar esses Mestres em suas disciplinas ou projetos.	Ausência de política que regule a integração. Apesar da Resolução do Notório Saber, pode faltar uma política ou procedimentos operacionais claros sobre como efetivamente integrar esses mestres nas diferentes atividades (contratação, remuneração, alocação de carga horária, adaptação pedagógica, etc.). Ausência de mapeamento de mestres e mestras de saberes tradicionais. Dificuldade em identificar quem são os potenciais Mestres e Mestras a serem convidados/integrados. Falta de rubricas orçamentárias ou mecanismos financeiros adequados para remunerar ou apoiar a participação desses colaboradores não-servidores. Falta de estrutura de apoio. Pode faltar suporte administrativo e pedagógico para auxiliar os Mestres na sua adaptação ao ambiente universitário e na preparação de suas atividades. Desarticulação entre PROCCE, PROEN, PROPPIT e PROGEP: A integração efetiva dos Mestres exigiria uma forte articulação entre essas pró-reitorias para questões curriculares, de pesquisa e de gestão de pessoas/contratação.	A existência desses Mestres e a possibilidade de identificá-los na região é a principal oportunidade. Fomento da diversidade de saberes tradicionais. Valorização externa (social, acadêmica, política) que legitima a integração desses saberes na universidade. Políticas Nacionais de Notório Saber. Outras IES ou políticas do MEC/MinC podem ter experiências ou diretrizes sobre o reconhecimento e integração de Mestres que sirvam de modelo ou apoio. Os detentores de saberes tradicionais podem ter interesse em compartilhar seus conhecimentos no ambiente universitário. Possibilidade de editais específicos (Ex: Pontos de Memória, Cultura Viva) que financiam projetos com participação de Mestres.	Dificuldade logística para trazê-los à universidade ou para que a universidade vá até eles. Falta de financiamento externo para apoiar essa integração (remuneração, auxílios). Desvalorização externa pode dificultar a aceitação dessa integração pela sociedade ou por órgãos de fomento/avaliação. Dificuldades na comunicação e na adaptação dos Mestres ao ambiente acadêmico formal, e vice-versa. Risco de que os saberes tradicionais se percam por falta de transmissão, diminuindo o número de Mestres disponíveis ou interessados na parceria.
Integração dos saberes tradicionais nas Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade	O mapeamento pode identificar saberes a serem integrados e o PEEEx pode financiar projetos que façam essa integração. Resolução que dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber Popular. Eventos culturais em parceria com grupos indígenas presentes na Ufopa. Espaços onde a troca e a integração de saberes já ocorrem. Diálogo com os setores da sociedade/Parceria com os fazedores de Cultura. Canais existentes para aprender sobre e com os saberes tradicionais. Presença de cursos e pesquisadores em áreas afins. Cursos como Antropologia, Arqueologia, Licenciaturas Interculturais, programas na área ambiental (IBEF, ICTA) possuem docentes e discentes com interesse e conhecimento para trabalhar com a integração de saberes. A própria inserção da Ufopa na Amazônia facilita o contato e a relevância da integração com saberes locais/tradicionais.	Ausência de um setor de captação para articular o mapeamento da integração. Falta estrutura interna para identificar e articular sistematicamente a integração de saberes nos projetos. Desconhecimento da concepção de Extensão e de Cultura como processos formativos. Visão interna limitada pode ver os saberes tradicionais apenas como "folclore" ou objeto de estudo, e não como conhecimento válido a ser integrado nas práticas de E-P-E. Resistência de uma parte da comunidade interna em desenvolver ações de forma dialógica. Falta de diretrizes claras sobre como integrar esses saberes nas práticas pedagógicas e de pesquisa. Falta de capacitação para docentes/técnicos/discentes em metodologias interculturais e de pesquisa colaborativa que permitam uma integração respeitosa e eficaz dos saberes tradicionais. Os currículos dos cursos podem ser muito disciplinares e inflexíveis, dificultando a incorporação transversal de outros saberes.	Diálogo contínuo entre universidade e comunidades. Abertura externa para a troca de saberes. Troca de saberes e de conhecimentos. Fomento da diversidade de saberes tradicionais. Valorização externa. Políticas públicas (educacionais, culturais, ambientais). Podem existir políticas que incentivem ou exijam a incorporação de saberes tradicionais (Ex: Educação Escolar Indígena/Quilombola, políticas para PNPOs).	Os saberes tradicionais ainda não possuem reconhecimento institucional. Resistência na troca de saberes e a diversidade étnica e linguística pela sociedade externa. Contexto político externo não favorável às Políticas de reconhecimento das diversidades. Ataques a direitos indígenas/quilombolas, desvalorização de conhecimentos tradicionais no cenário político nacional/regional. Risco de que a "integração" se torne uma apropriação indevida ou descontextualizada dos saberes tradicionais, sem o devido respeito e retorno às comunidades detentoras. Dificuldade externa em encontrar materiais que sistematizam ou traduzam os saberes tradicionais para o contexto acadêmico de forma adequada.

Resultados para a Sociedade

Desenvolvimento de mecanismos de consulta e proteção dos saberes tradicionais integrados nas ações da Universidade	Georreferenciamento das ações de extensão. Pode ajudar a mapear onde a interação com comunidades tradicionais ocorre, sendo um primeiro passo para identificar onde a consulta/proteção é necessária. Revista de Extensão da Integração Amazônica. A força seria a capacidade editorial de publicação. A revista pode ser um veículo para divulgar os mecanismos criados ou pesquisas sobre o tema, mas não é uma força para criar os mecanismos em si. Elaboração da Resolução que dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber.. Demonstra capacidade e sensibilidade interna para criar normativas relacionadas a saberes não-acadêmicos, o que é um passo importante para criar mecanismos de consulta/proteção. Parcerias existentes com grupos indígenas, fazedores de cultura. Os relacionamentos já construídos facilitam o diálogo necessário para desenvolver esses mecanismos de forma participativa. Comitês existentes (Cultura, Extensão). Essas estruturas internas podem ser instâncias para	Dificulta saber onde e como os saberes tradicionais já estão sendo integrados, impedindo uma abordagem sistemática para consulta e proteção. Desconhecimento da concepção de Extensão e de Cultura como processos formativos e éticos/de respeito. Desconhecimento sobre legislação específica (Ex: Convenção 169 da OIT, Protocolos Comunitários, Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado - Lei 13.123/15), metodologias de consulta prévia e mecanismos de proteção intelectual/cultural. Falta de um fluxo claro ou de instrumentos (formulários de consentimento, modelos de acordo) para realizar a consulta e formalizar a proteção. Parte da comunidade acadêmica pode resistir a processos de consulta e proteção, vendo-os como burocráticos ou como entraves à pesquisa/extensão.	Tornar a universidade referência em práticas éticas com saberes tradicionais. Potencial de reconhecimento externo. Divulgação dos produtos das ações realizadas com consentimento e proteção. A adoção de boas práticas pode agregar valor e facilitar a divulgação externa. Existência de marcos legais (Convenção 169, Lei 13.123/15, Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas) que exigem ou orientam a consulta prévia e a proteção de saberes. Algumas comunidades tradicionais já possuem ou estão desenvolvendo seus próprios protocolos de consulta e pesquisa, que podem servir de base para os mecanismos da Ufopa. ONGs, movimentos sociais, órgãos indigenistas (FUNAI), Fundação Palmares, que podem apoiar a Ufopa na construção desses mecanismos ou na mediação com as comunidades. Tendência externa que cria um ambiente mais favorável para o estabelecimento de mecanismos de proteção.	Ausência de financiamento externo para ações de consulta/proteção. Pode ser difícil obter recursos específicos para implementar processos de consulta mais complexos ou para apoiar a criação de protocolos comunitários. Preconceitos externos podem dificultar o reconhecimento da necessidade de proteger esses saberes. Complexidade e morosidade dos processos legais/burocráticos externos. A legislação sobre patrimônio genético e conhecimento tradicional (Lei 13.123/15, SisGen), por exemplo, pode ser vista como complexa e burocrática, desestimulando a busca pela proteção formal. Conflitos internos nas comunidades. Disputas ou falta de consenso dentro das próprias comunidades podem dificultar o processo de consulta e consentimento. A falta de mecanismos claros de proteção pode deixar os saberes compartilhados com a universidade vulneráveis à apropriação por empresas ou outros agentes externos.
Fomento de produtos e publicações em línguas indígenas.	Edital Peex. Pode financiar projetos que tenham como produto materiais em línguas indígenas. Eventos culturais em parceria com grupos indígenas presentes na Ufopa. Pode gerar conteúdo ou demanda por materiais nessas línguas. Tradução em eventos institucionais da Procce. Demonstra alguma capacidade interna (ou contratada) de lidar com línguas indígenas, que poderia ser direcionada para publicações/produtos. Presença de docentes/pesquisadores especialistas. A Ufopa pode ter em seus quadros linguistas, antropólogos, educadores com expertise em línguas indígenas. Presença de discentes indígenas. Os próprios alunos falantes das línguas são um recurso humano fundamental para a produção desses materiais. Capacidade interna para diagramar, imprimir, gravar ou editar os produtos gerados. Estrutura de Editora/Gráfica/Produção Audiovisual (NPD/Estúdio).	A falta de uma política clara sobre o uso, ensino e fomento das línguas indígenas na Ufopa dificulta a priorização e a alocação de recursos para essa área. Escassez de pessoal interno (ou de recursos para contratar) com fluência e capacidade técnica para traduzir e/ou produzir materiais nas diversas línguas indígenas. Ausência de editais ou linhas de financiamento internas voltadas especificamente para a produção de materiais em línguas indígenas. Dificuldades com fontes/teclados específicos, softwares de edição que suportam caracteres especiais, metodologias de tradução e revisão adequadas.	Tornar a universidade referência em linguística/educação indígena. Potencial de reconhecimento externo. Interesse externo (acadêmico, editorial) por publicações nessa área. Demanda externa e relevância social/acadêmica. Publicação de mais dicionários. Alinhamento com a demanda social externa por inclusão e valorização da diversidade linguística. Existência de leis, programas ou editais (Ex: Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL/IPHAN, editais de apoio a línguas ameaçadas) que podem financiar ou apoiar essas iniciativas. Parcerias com organizações indígenas, ONGs indigenistas, outras IES com expertise. Potencial de colaboração externa para produção e financiamento. Plataformas digitais permitem criar e distribuir materiais em diferentes formatos (apps, sites, vídeos) e alcançar um público maior.	Preconceito externo ou falta de reconhecimento da importância das línguas indígenas pode dificultar a obtenção de apoio ou financiamento. Dificuldade em distribuir e garantir o uso dos materiais produzidos, especialmente fora das comunidades falantes. A própria situação de vulnerabilidade de muitas línguas indígenas na região é uma ameaça ao trabalho de fomento. Desafios técnicos e falta de consenso (às vezes até dentro da mesma comunidade linguística) sobre como escrever a língua.

	Ampliação de parcerias com diferentes comunidades tradicionais por meio de planejamento e ações em conjunto	Interesse em propor ações em conjunto. Disposição interna para colaborar. Capacidade interna de gerenciar múltiplos atores (pode ser adaptada para incluir externos no planejamento). Relações preexistentes que podem evoluir para um planejamento mais conjunto. Prática interna que pode ser aprofundada para incluir no planejamento. Podem ser usados como espaços para iniciar diálogos e identificar demandas conjuntas. Servidores com capacidade de análise e planejamento que podem facilitar processos participativos.	A prática de planejamento participativo ainda é limitada. Falta de cultura interna de co-criação e planejamento horizontal. Falta de estrutura dedicada à gestão dessas parcerias complexas. Falta de recursos (humanos, financeiros). Dificuldade em articular diferentes setores da Ufopa necessários para um planejamento conjunto eficaz com parceiros externos. Ausência de diretrizes ou ferramentas internas para guiar o co-planejamento com parceiros. Dificuldade em formalizar parcerias ou aprovar planos de ação co-criados de forma ágil.	Potencial para planejar ações conjuntas com outras instituições. Grande diversidade de atores externos que podem ter interesse em planejar junto. Muitos setores sociais buscam soluções para seus problemas que sejam construídos em conjunto com a expertise da universidade, e não apenas impostas. Valorização externa de abordagens como design thinking, pesquisa-ação, planejamento participativo, etc. Fontes de financiamento externas que priorizam projetos planejados e executados em conjunto com a comunidade/parceiros.	Falta de interesse do parceiro em se envolver no planejamento. Resistência da sociedade externa em aceitar parcerias Diferenças de linguagem, tempo, prioridades e poder entre a universidade e os parceiros podem dificultar o processo. Instabilidade política/econômica Falta de estrutura/capacidade do parceiro
OE-RS-03 - Promover e desenvolver saberes científicos e tecnológicos em diálogo com a sociedade.	Fortalecimento do papel estratégico da Ufopa em relação ao desenvolvimento do Pará e da região norte, através de programas e projetos de pesquisa e extensão	Interesse em propor ações em conjunto. Disposição interna para colaborar. Capacidade interna de gerenciar múltiplos atores (pode ser adaptada para incluir externos no planejamento). Relações preexistentes que podem evoluir para um planejamento mais conjunto. Prática interna que pode ser aprofundada para incluir no planejamento. Podem ser usados como espaços para iniciar diálogos e identificar demandas conjuntas. Servidores com capacidade de análise e planejamento que podem facilitar processos participativos.	A prática de planejamento participativo ainda é limitada. Falta de cultura interna de co-criação e planejamento horizontal. Falta de estrutura dedicada à gestão dessas parcerias complexas. Falta de recursos (humanos, financeiros). Dificuldade em articular diferentes setores da Ufopa necessários para um planejamento conjunto eficaz com parceiros externos. Ausência de diretrizes ou ferramentas internas para guiar o co-planejamento com parceiros. Dificuldade em formalizar parcerias ou aprovar planos de ação co-criados de forma ágil.	Potencial para planejar ações conjuntas com outras instituições. Grande diversidade de atores externos que podem ter interesse em planejar junto. Muitos setores sociais buscam soluções para seus problemas que sejam construídos em conjunto com a expertise da universidade, e não apenas impostas. Valorização externa de abordagens como design thinking, pesquisa-ação, planejamento participativo, etc. Fontes de financiamento externas que priorizam projetos planejados e executados em conjunto com a comunidade/parceiros.	Falta de interesse do parceiro em se envolver no planejamento. Resistência da sociedade externa em aceitar parcerias Diferenças de linguagem, tempo, prioridades e poder entre a universidade e os parceiros podem dificultar o processo. Instabilidade política/econômica Falta de estrutura/capacidade do parceiro

	OE-RS-04 - Apoiar o desenvolvimento sustentável e contribuir com a redução das desigualdades na região amazônica por meio de soluções e práticas inovadoras.	Atuar em prol das ações sustentáveis na região, valorizando a diversidade em diálogo com outras instituições e a sociedade civil organizada.	Exemplos de projetos internos que já atuam em eixos relevantes (economia solidária, inclusão social, empreendedorismo, saúde/saberes tradicionais). Projetos como: Feira de Agricultura Familiar; Cursinho Popular; Empresas JR; Farmácia Viva. Articulação interna com detentores de saberes diversos. Ferramenta interna que ajuda a mapear a atuação no território e identificar áreas/grupos prioritários. Georreferenciamento de ações e projetos de Cultura e Extensão. Corpo técnico com expertise em diversas áreas (ambiental, social, cultural, etc.) relevantes para a sustentabilidade e diversidade. A presença da UFOPA em 7 campi permite uma atuação mais próxima das diversas realidades regionais.	A falta de acessibilidade nas ações e estruturas da Ufopa limita a participação de pessoas com deficiência, um aspecto importante da diversidade e redução das desigualdades. Dificuldade para que a sociedade civil organizada e grupos diversos acessem os serviços e projetos da Procce voltados à sustentabilidade. A falta de recursos internos restringe a escala e o alcance das ações sustentáveis e de valorização da diversidade. Falta de metodologias e indicadores internos para avaliar efetivamente a contribuição das ações para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades.	Demanda social e políticas externas de inclusão que podem ser atendidas. Possibilidade de parcerias ou financiamento externo para melhorar o acesso. A Agenda 2030 / ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Marco global que pauta e pode atrair financiamento para ações de sustentabilidade e redução de desigualdades. Forte presença de ONGs, movimentos sociais e sociedade civil organizada atuando na região. Potenciais parceiros externos fundamentais para o diálogo e ações conjuntas. Interesse nacional/internacional pela Bioeconomia e desenvolvimento sustentável na Amazônia. As próprias comunidades demandam soluções para seus problemas socioambientais, que a universidade pode ajudar a construir.	Contexto político externo não favorável às Políticas de reconhecimento das diversidades culturais. Programas e editais nacionais que não contemplem as especificidades regionais. Dificulta a captação de recursos externos para ações adaptadas à realidade amazônica. Disputas por terra, recursos naturais, grandes projetos de infraestrutura podem criar um ambiente hostil ou complexo para a atuação da universidade. A pressão por modelos econômicos predatórios na região pode ir contra os esforços de sustentabilidade. Desigualdade estrutural e falta de infraestrutura básica na região.
		Aumento da articulação entre a graduação e a pós-graduação, por meio de políticas institucionais integradas ensino-pesquisa-extensão	Projetos que valorizam os processos formativos. O PEEEx (Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão) é exatamente o tipo de política/programa interno que visa essa integração. Compromisso institucional em valorizar a integração. A existência dessa intenção como resultado-chave é, em si, uma força inicial. Docentes que atuam tanto na graduação quanto na pós-graduação são pontes naturais para essa articulação. A articulação entre as Pró-Reitorias de Extensão (PROCCE), Ensino (PROEN) e Pesquisa/Pós-Graduação (PROPPIT) é fundamental para criar políticas integradas.	A falta de sustentabilidade financeira do PEEEx limita sua capacidade de promover a articulação de forma contínua. A articulação Graduação/Pós-Graduação muitas vezes depende da comunicação entre diferentes cursos/programas/campi, que pode ser falha. Resistência à mudança / Elitismo acadêmico: Pode haver resistência de programas de pós-graduação em se envolverem com a graduação ou com a extensão, ou vice-versa. A visão hierárquica pode ser uma barreira. Currículos muito fechados na graduação e na pós podem dificultar a criação de componentes ou atividades integradas (E-P-E). Professores que atuam nos dois níveis podem não ter tempo para se dedicar a atividades de articulação E-P-E.	Podem existir editais (CAPES, CNPq, Finep) que especificamente financiam projetos integrados E-P-E envolvendo graduação e pós. Reconhecimento da importância da interculturalidade e da interdisciplinaridade. Tendências externas que valorizam a integração de diferentes níveis e áreas. Exemplos de universidades que já possuem programas e políticas bem-sucedidas de articulação Graduação-Pós via Extensão/Pesquisa. O mercado pode buscar profissionais com formação mais completa, que combine a base da graduação com a especialização da pós e a vivência prática da extensão.	Falta de compreensão da necessidade de integrar as dimensões acadêmicas no contexto real. Cortes orçamentários podem afetar tanto os programas internos (PEEEx) quanto os editais externos de fomento. Avaliação da Pós-Graduação (CAPES). Se os critérios de avaliação da CAPES não valorizarem suficientemente a participação da pós-graduação em atividades de extensão ou articulação com a graduação, isso pode desestimular os programas. Se a pós-graduação não estiver bem articulada com a graduação e o contexto regional (via extensão), pode haver maior dificuldade em reter talentos na região após a formação.

OE-PI-02 - Valorizar os processos formativos interdisciplinares, interculturais e de integração ensino-pesquisa-extensão.	Aprimoramento de ações relacionando ensino, pesquisa e extensão no âmbito das Unidades Acadêmicas	Comprometimento da Procce em valorizar a integração das atividades integradoras de pesquisa, ensino e extensão. Implementação e valorização de ações conjuntas com diferentes unidades. A prática de colaboração inter-unidades pode fortalecer a integração E-P-E dentro de cada uma. Capacidade de suporte interno das próprias unidades ou da PROCCE para essas ações. O know-how adquirido com esses programas pode ser aplicado para aprimorar outras ações E-P-E nas unidades. Servidores qualificados e experientes. Docentes e técnicos com visão integrada são fundamentais.	Dificulta a troca de experiências e o desenvolvimento de padrões de qualidade para a integração E-P-E em toda a Ufopa. Docentes/colegiados dentro das unidades podem resistir a integrar E-P-E de forma mais profunda ou a valorizar a extensão como componente formativo/pesquisa. Estruturas curriculares rígidas dificultam a inserção de atividades que conectem E, P e E de forma flexível dentro dos cursos. Docentes e técnicos podem não ter o preparo necessário para planejar e executar ações E-P-E realmente integradas e com qualidade. Pode não haver mecanismos claros dentro das unidades (ou fornecidos pela PROCCE/PROEN/PROPPIT) para avaliar a qualidade e o impacto das ações de integração E-P-E. As unidades podem realizar muitas atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas de forma desarticulada, sem buscar a integração entre elas.	Valorização externa dessas abordagens incentiva sua aplicação na integração E-P-E. Ferramentas externas podem facilitar a integração e a troca entre diferentes ações e campi. Editais nacionais de fomento. Podem financiar projetos que exijam ou valorizem a integração E-P-E. Problemas socioambientais da região exigem abordagens integradas (E-P-E) e interdisciplinares para serem solucionados, criando um campo fértil para as unidades atuarem. Os processos de avaliação de cursos e institucional podem valorizar cada vez mais a integração E-P-E e a curricularização da extensão.	Falta de compreensão externa da necessidade de integração pode levar a desvalorização externa (mercado, sociedade) de profissionais com formação baseada na integração E-P-E, preferindo modelos mais tradicionais/disciplinares. Cortes orçamentários. Afetam a capacidade das unidades de financiar atividades integradas. Critérios de avaliação da Pós-Graduação (CAPES)Se não valorizarem a integração, podem ser uma ameaça indireta.
	Ampliação do diálogo e integração dentro e entre as unidades acadêmicas e os campi, visando promover projetos e práticas interdisciplinares e interculturais	Disponibilidade e abertura ao diálogo. Cultura organizacional interna (pelo menos em parte da gestão/equipe) que valoriza a conversa e a colaboração. Experiência em projetos integradores. Know-how adquirido com programas como o PEEEx, que exige a integração E-P-E e frequentemente envolve múltiplos atores. A própria estrutura descentralizada da Ufopa, com seus 7 campi, é uma força potencial para a diversidade de perspectivas e colaborações interculturais e interdisciplinares regionais, SE a integração for efetiva. Existência de e-mail, SEI/SIPAC, sistemas de webconferência, que podem ser usados para facilitar o diálogo inter-unidades/campi. Fóruns como o Comitê de Extensão, Comitê de Cultura, Conselhos Superiores, Colegiados de Curso podem ser espaços para discussão e promoção da integração interdisciplinar/intercultural.	Falta de recursos para o Programa Procce Itinerante. Limitação orçamentária específica que impede uma ação chave para a integração presencial inter-campi, dificultando o diálogo "olho no olho" e a construção de confiança. Dificuldade em registrar co-orientações, componentes curriculares compartilhados, projetos multi-unidades de forma clara e eficiente nos sistemas acadêmicos.	Ferramentas digitais (plataformas de gestão de projetos, repositórios compartilhados, ambientes virtuais de aprendizagem) podem mitigar as distâncias geográficas e facilitar o trabalho conjunto. Os desafios socioambientais, econômicos e culturais da Amazônia exigem abordagens integradas, criando uma demanda externa natural por projetos interdisciplinares e interculturais. Outras IES (na Amazônia ou fora), ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos que já atuam com foco interdisciplinar e intercultural podem ser parceiros estratégicos. Linhas de financiamento específicas para projetos em rede, interdisciplinares ou voltados para questões amazônicas/interculturais.	Custos elevados e logística complexa para deslocamento entre campi; qualidade variável da infraestrutura de comunicação (internet) na região. Comunidades ou parceiros externos podem ter resistência a abordagens interdisciplinares (vistas como muito "acadêmicas") ou interculturais (desconfiança, preconceito). A estrutura de muitas profissões, concursos e avaliações externas ainda privilegia a formação e a atuação estritamente disciplinar, desincentivando a integração. Cortes em editais ou mudanças em políticas de fomento podem impactar projetos colaborativos que dependem desses recursos. Outras instituições buscando os mesmos parceiros e fontes de financiamento.

	Aumentar e fortalecer a integração de escolas da Educação Básica nas ações da Universidade.	Existência de mecanismos como Pibex-EM e PEEEx (com componentes para Ensino Médio e auxílio a professores da Ed. Básica). A realização de eventos como Gincanas, Shows de Talentos e Concursos de Redação demonstra capacidade interna de engajar diretamente alunos da Ed. Básica, o que geralmente envolve a parceria com escolas. Atua como uma ponte importante, trazendo alunos da rede pública (muitos ainda na Ed. Básica ou recém-saídos para dentro da universidade, facilitando o contato. Existência de docentes, técnicos e discentes na Ufopa com experiência ou disposição para desenvolver projetos com a Ed. Básica. A PROCCE/UFOPA já possui algumas parcerias estabelecidas com escolas, o que é um ponto de partida.	Falta de capacitação específica para a comunidade acadêmica (docentes, técnicos, discentes) sobre como trabalhar efetivamente com o público e o contexto da Educação Básica. Problemas internos na comunicação e estabelecimento de contato formal e contínuo com algumas Secretarias de Educação e Diretorias de Escolas. Parte da comunidade acadêmica (docentes/técnicos/discentes) pode ter baixo interesse ou disponibilidade para propor/participar de projetos voltados especificamente para a integração com a Ed. Básica. Número limitador de transporte próprio (ônibus/barco) da Ufopa dificulta o deslocamento de equipes e materiais para escolas, especialmente as mais distantes ou ribeirinhas.	Existência de muitas escolas, instituições educacionais (outras IES, Institutos Federais) e comunitárias na região dispostas ou com potencial para colaborar em projetos integrados. Necessidade e interesse das escolas por apoio em metodologias inovadoras, tecnologias educacionais, formação continuada de professores, e atividades que enriqueçam o currículo dos alunos (Ufopa pode suprir parte disso). Possibilidade de criação ou existência de políticas governamentais (federais, estaduais, municipais) ou editais de fomento específicos que incentivem e financiem a integração Universidade-Escola. A sociedade e os órgãos de avaliação podem valorizar cada vez mais o papel da universidade na melhoria da Educação Básica, incentivando essas ações.	Algumas escolas podem ter baixa disponibilidade, interesse ou estrutura para participar ativamente das ações propostas pela Ufopa, devido a sobrecarga, falta de pessoal, ou outras prioridades. Dificuldades geográficas (distâncias, rios), de infraestrutura regional (transporte, comunicação) e culturais que dificultam o acesso físico e a comunicação constante com as escolas. Falta de recursos (humanos, financeiros, infraestrutura regional (transporte, comunicação) e culturais que dificultam o acesso físico e a comunicação constante com as escolas. Mudanças frequentes na direção das escolas ou burocracia nas Secretarias de Educação podem dificultar o estabelecimento e a manutenção de parcerias de médio/longo prazo.
	Ampliação e fortalecimento dos projetos integrados de Pesquisa, Ensino e Extensão - PEEEx.	Existência do Programa PEEEx com mecanismos específicos de fomento à participação de alunos e professores da Educação Básica. Eventos direcionados a alunos da educação básica... (Gincana, Show de Talentos, etc.). Cursinho popular para o ingresso na Ufopa. Servidores qualificados e experientes para contribuir com a integração com a educação básica. Parcerias já existentes com escolas da educação básica	Necessidade de formação para docentes, técnicos, discentes e colaboradores para trabalhar com a educação básica e implementar projetos integrados. Dificuldade em contato com algumas escolas e secretarias de educação. Baixo engajamento de parte da comunidade acadêmica em projetos voltados à Educação Básica. Dificuldade em conseguir proponentes (docentes/técnicos da Ufopa) interessados em coordenar projetos PEEEx com forte componente de Ed. Básica. Processos internos complexos e/ou morosos para liberação/execução de recursos.	Parcerias com escolas e instituições educacionais e instituições comunitárias para fortalecer os projetos integrados e a relação entre educação superior e educação básica. Elaboração de propostas metodológicas e novas tecnologias para serem utilizadas na educação básica de forma a contribuir com o processo ensino/aprendizagem. Possibilidade de criação ou melhoria de políticas públicas que incentivem a integração universidade – escola e que minimizem os principais problemas enfrentados pelas escolas e identificados nas ações da universidade. Possibilidade de buscar recursos externos para complementar ou expandir o PEEEx.	Falta de engajamento dos servidores da Ufopa e das escolas de educação básica na realização de atividades integradas. Desafios geográficos, regionais e culturais que dificultam o acesso às escolas para execução dos projetos PEEEx. Falta de infraestrutura ou recursos nas escolas parceiras pode dificultar a execução das atividades do PEEEx. Dificulta parcerias de médio/longo prazo necessárias para o PEEEx. Ameaça externa que pode impactar diretamente a continuidade ou a quantidade de bolsas/auxílios do PEEEx financiados pela Ufopa.

OE-PI-03 - Fortalecer a Interação com a Educação Básica

Fomentar o protagonismo juvenil na educação básica por meio da extensão.	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Para o Ensino Médio – PIBEX/EM. Mecanismo interno que insere o aluno da Ed. Básica diretamente na ação extensionista, potencializando o protagonismo. Bolsas para o ensino médio. Eventos destinados aos alunos da educação básica: 1) Gincana “O Conhecimento é pai d’égua”; 2) Show de talentos juvenil na Ufopa: arte e cultura na educação básica; 3) Concurso de Redação; 4) 1ª Confraternização esportiva do cursinho popular da Ufopa. Parcerias já estabelecidas com as escolas da região facilitando a implementação de atividades conjuntas. Cursinho popular.	Pouco acesso a escolas da região do planalto e de rios, que limita a quantidade e a qualidade das Iniciativas. Ausência de ônibus e barco exclusivo para as atividades extensionistas. Dependência de financiamento externo para realização de projetos, o que limita a quantidade e a qualidade das iniciativas. Necessidade de formação para docentes, técnicos, discentes para trabalharem com a educação básica.	Demandas crescentes por práticas pedagógicas inovadoras, que permitem a inserção de projetos que incentivem o protagonismo juvenil. Políticas públicas voltadas para melhoria da educação básica. Existência de coletivos juvenis, grêmios estudantis e movimentos sociais de jovens na região. Tecnologias digitais e redes sociais. Plataformas externas que podem ser usadas pelos jovens para expressar seu protagonismo e divulgar suas ações (com apoio da extensão).	Dimensões amazônicas que dificultam a implementação de atividades extensionistas. A escola pode não priorizar ou não ter condições de apoiar atividades que fomentem o protagonismo, focando apenas no currículo tradicional. Fatores externos que podem limitar a participação dos jovens ou direcionar suas prioridades para outras questões (trabalho, etc.). Falta de espaços seguros e adequados para jovens nas comunidades/escolas.
Aumento do número de profissionais da educação básica como colaboradores nos projetos de ensino, pesquisa e extensão	Mecanismo específico que incentiva (financeiramente) e formaliza a participação de professores da Ed. Básica nos projetos integrados. Edital Peex (auxílio a docente da educação básica). Parcerias já existentes com escolas da educação básica. As parcerias existentes facilitam o acesso e a identificação de profissionais interessados em colaborar. Eventos direcionados a alunos da educação básica. Esses eventos podem ser um ponto de contato inicial para engajar também os professores e gestores escolares. Servidores qualificados e experientes para contribuir com a integração. A equipe interna da Ufopa pode atuar na articulação e no suporte a essa colaboração. Reconhecimento da importância da colaboração. Pode haver uma cultura interna na PROCCE/UFOPA que valoriza a participação de profissionais externos nos projetos.	Resistência da comunidade acadêmica. Pode haver resistência ou falta de interesse por parte de docentes/técnicos da Ufopa em incluir professores da Ed. Básica como colaboradores efetivos em seus projetos (visão hierárquica, falta de tempo para articulação, etc.). Necessidade de formação para docentes, técnicos, discentes para trabalhar com a educação básica e implementar projetos integrados. Dificuldade em identificar e contatar os profissionais com perfil adequado ou interesse em colaborar. Pode haver processos internos complexos para formalizar a participação de colaboradores externos (não bolsistas/não servidores) nos projetos. O auxílio financeiro do PEEEx para o professor da Ed. Básica pode ser considerado baixo ou insuficiente para compensar o tempo e esforço dedicados, limitando o interesse.	Outras instituições podem ter modelos de colaboração Universidade-Escola que podem ser adaptados ou podem ser parceiras em projetos que envolvam profissionais da Ed. Básica. Há um interesse crescente (externo) por práticas pedagógicas inovadoras, e a colaboração com professores da Ed. Básica é fundamental para desenvolver e testar essas práticas no contexto real. Políticas externas podem criar mecanismos (liberação de carga horária para professores da Ed. Básica, financiamento, etc.) que facilitem a colaboração. Muitos professores buscam atualização, novas experiências e parcerias que enriqueçam sua prática e tragam benefícios para seus alunos.	Pode haver desconfiança ou resistência por parte da comunidade escolar (pais, gestores, sindicatos) em relação à atuação da universidade dentro da escola. A falta de interesse ou disponibilidade da escola como um todo dificulta a participação de seus profissionais. Os próprios profissionais da Ed. Básica podem não ter tempo, interesse ou incentivo para colaborar com projetos universitários devido à sobrecarga de trabalho, baixa remuneração ou falta de reconhecimento. Desafios geográficos, regionais e culturais. Mudanças em políticas locais/nacionais podem sobrecarregar ainda mais os professores ou desestimular parcerias com universidades.

	Oferta de formação continuada para professores e gestores da educação básica.	Servidores qualificados e experientes para contribuir com a integração com a educação básica. A experiência na organização de eventos pode ser adaptada para a realização de cursos, workshops e seminários para professores/gestores. Disponibilidade de salas, laboratórios, auditórios e plataformas online para realizar as formações. A PROCCE/UFOPA tem a capacidade de emitir certificados válidos para as formações, o que é importante para os profissionais da Ed. Básica.	Necessidade de formação para docentes, técnicos para trabalhar com a educação básica. Pode faltar preparo específico para adaptar o conhecimento universitário às necessidades e linguagem da formação continuada para professores/gestores da Ed. Básica. Dificuldade em divulgar as formações, identificar as demandas reais de formação e mobilizar o público-alvo. Falta de recursos/editais internos específicos para Formação Continuada. Pode não haver orçamento ou programas internos dedicados exclusivamente a financiar e organizar essas formações de forma sistemática. Disponibilidade de Servidores. A carga de trabalho dos servidores da Ufopa pode limitar sua disponibilidade para planejar e ministrar cursos de formação continuada.	Demandas crescentes por práticas pedagógicas inovadoras. Professores e gestores buscam ativamente por formação que os ajude a inovar em suas práticas. Parcerias com escolas e instituições educacionais. As SEDUCs e as próprias escolas podem ser parceiras na identificação de demandas, divulgação e até co-realização das formações. Outras IES podem ser parceiras na oferta. Políticas públicas que incentivem a integração universitária – escola. Podem existir políticas ou programas (Ex: PARFOR, PNAIC - embora alguns descontinuados, podem surgir novos) que financiem ou demandem formação continuada pela universidade. Plataformas online permitem oferecer formação a distância, superando barreiras geográficas e alcançando um público maior.	Professores e gestores podem ter dificuldade em participar devido à falta de tempo (sobrecarga), falta de incentivo (progressão na carreira não vinculada), ou falta de interesse nos temas ofertados. Desafios geográficos, regionais e culturais. Dificultam a participação presencial em formações oferecidas apenas em Santarém, por exemplo. Outras IES, públicas ou privadas, ou mesmo ONGs e empresas, podem oferecer formações concorrentes, talvez mais alinhadas às demandas imediatas ou com maior facilidade de acesso. Mudanças nas políticas de formação continuada ou na carreira docente podem desestimular a busca por qualificação.
	Integralização da extensão nos currículos nos cursos de graduação, segundo normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE).	Existência de normativa interna específica que estabelece as diretrizes e procedimentos para a curricularização na Ufopa. Resolução 401/2023 (Regulamenta o registro e a inclusão da extensão nos currículos...) Expertise interna sobre a legislação nacional. Conhecimento das normativas da CNE, garantindo que as atividades de extensão estejam alinhadas a essas normativas. Capacidade interna de realizar eventos para sensibilizar e orientar a comunidade acadêmica sobre a curricularização. Mecanismo interno que incentiva financeiramente projetos que podem ser usados para a curricularização. Edital de Fomento à Creditação da Extensão – Pacex. Compromisso institucional – boa relação com a Pró-reitoria de ensino de graduação, permitindo ações articuladas para orientar os Núcleos docentes estruturantes dos cursos de graduação da universidade. Participação nos eventos promovidos pelo Fórum das Pró-reitorias de Extensão e de Ciências da Educação.	Falta de recursos específicos para Creditação da extensão. Além do Pacex, pode faltar orçamento ou pessoal dedicado especificamente para apoiar os cursos na implementação da curricularização (consultoria, desenvolvimento de componentes curriculares, etc.). Alta demanda de atividades no setor, o que dificulta maior acompanhamento da reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. A equipe da Procce (e da Proen) pode estar sobrecarregada, limitando o suporte individualizado aos cursos. Parte da comunidade acadêmica (docentes, NDEs) pode ter resistência em modificar os currículos, incorporar a extensão ou adotar novas metodologias exigidas pela curricularização. Falta de clareza ou consenso interno sobre modelos de curricularização. Pode haver diferentes visões dentro da Ufopa sobre curricularização (disciplinas específicas, inserção em disciplinas existentes, atividades complementares, etc.), dificultando a padronização ou orientação. O SIGAA pode não estar totalmente adaptado para registrar e gerenciar as atividades de extensão	Resolução 07/2018, como política nacional, que valoriza a extensão como parte integrante da formação acadêmica. A exigência legal externa é o grande motor para a curricularização. A normativa externa fortalece o papel da Procce nesse processo. A inserção da extensão nos currículos pode aumentar o impacto social dos projetos promovendo uma formação mais contextualizada e conectada com as demandas da região amazônica. A experiência de outras universidades com a curricularização pode servir de modelo e inspiração. Os próprios alunos podem demandar currículos mais práticos, conectados à realidade e que incluam a extensão.	Resistência a mudanças, que dificultou a compreensão da importância de inserir a extensão nos currículos. Se houver resistência externa (ex: de órgãos de classe, mercado de trabalho). “Elitismo acadêmico” que insiste em hierarquizar as dimensões acadêmicas. Uma visão externa (ou mesmo interna, mas como reflexo de uma cultura mais ampla) que desvaloriza a extensão em comparação com ensino e pesquisa tradicionais.

Processos Internos

Curricularização da cultura por meio do reconhecimento das ações de cultura como formativas, do incentivo à criação de componentes curriculares nos cursos e da oferta de disciplinas livres em cultura.	A capacidade de promover e financiar ações culturais com participação discente cria insumos e experiências que podem ser curricularizadas. Editais de fomento que remuneram artistas regionais e discentes artistas para formação da comunidade do Oeste do Pará. Existe uma prática (e talvez uma cultura interna) de interação via cultura, que pode ser formalizada nos currículos. Na Ufopa, a integração cultura e extensão é interessante porque a comunidade e os discentes interagem por meio da cultura, dentro e fora da universidade Boa relação com a Pró-reitoria de ensino de graduação. Essencial para viabilizar a inclusão de componentes culturais nos PPCs. Existência de pessoal na Procc (DCC/CCult) e em outras unidades com expertise em cultura para propor e apoiar a criação desses componentes. O Plano de Cultura existente já prevê a curricularização, isso é uma força normativa interna.	Ausência de política de creditação da cultura nos componentes curriculares. Falta de uma normativa interna clara (similar à Res. 401/2023 da extensão) que define como as atividades culturais podem ser validadas como carga horária curricular. Dificuldade de atrair público para as ações de formação cultural. Se há baixa adesão às ações culturais existentes, pode ser difícil justificar ou implementar sua curricularização. Resistência à mudança / Elitismo acadêmico. Pode haver resistência interna em reconhecer o valor formativo da cultura ou em dedicar espaço curricular para ela, especialmente em cursos de áreas não diretamente ligadas às artes/humanidades. Falta de Mapeamento de Ações Culturais Curricularizáveis. Pode não haver um levantamento claro de quais ações culturais já existentes na Ufopa (projetos, eventos, grupos) teriam potencial para se tornarem componentes curriculares.	Possibilidade de parcerias externas para oferta conjunta ou inspiração. As instituições de ensino superior podem ser parceiras na construção de cursos e formações com componentes culturais. Políticas Nacionais de Cultura e Educação. Podem existir diretrizes ou editais externos (Ex: Cultura Viva, editais MinC/MEC) que incentivem a integração da cultura na formação universitária. Valorização da Cultura Regional/Amazônica. Tendência externa de valorização da diversidade cultural que pode justificar e fortalecer a inclusão desses temas nos currículos. Demanda Discente por Formação Cultural. Alunos podem buscar formação cultural complementar, justificando a oferta de disciplinas livres ou componentes optativos.	O público não valoriza da mesma forma os cursos gratuitos e aqueles que cobram taxa de inscrição em dinheiro ou alimento perecível. Falta de compreensão da necessidade de integrar as dimensões acadêmicas no contexto real. A cultura pode ser vista como não essencial para a formação "real" / profissionalizante por agentes externos (mercado, alguns setores sociais). Visão externa que reduz a cultura a mero entretenimento, dificultando seu reconhecimento como componente formativo sério. Certificados ou componentes curriculares focados em cultura regional podem não ser tão valorizados pelo mercado de trabalho ou em processos seletivos externos quanto componentes mais técnicos ou tradicionais.
Ampliação de equipamentos culturais e espaços físicos próprios em todos os campi da Ufopa, pensando estes espaços como centros irradiadores da produção artística e cultural, tanto de circulação interna quanto externa, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, étnica e regional brasileira.	Exposições de artes e fotografias. Implica que existem locais (mesmo que improvisados ou limitados) onde as exposições ocorrem. Muralismo. Existência de espaços (paredes) e talvez projetos/apoio para essa prática. Uso de um auditório existente (BSE) para atividades culturais. Cine debate no auditório do BSE (Laranjão). Existência de um espaço físico dedicado à cultura em Alter do Chão. Espaço Alter do Chão Atelier de Artesanato: Existência deste espaço/programa. Estúdio de Áudio e Vídeo Encontro das Águas e NPD Tapajós. Embora focados em produção digital/audiovisual, são equipamentos relevantes para a produção cultural.	Falta de espaço dedicado e equipado para exibição de filmes. Ausência de sala de cinema. A infraestrutura existente (auditórios) pode ser insuficiente em tamanho ou localização para atender à demanda de eventos culturais maiores ou em áreas de maior acesso da comunidade externa. Equipamentos culturais (som, luz, projeção, instrumentos, materiais de artes) podem estar obsoletos, danificados ou em número insuficiente. Falta de espaços físicos próprios e adequados em todos os campi. Falta de pessoal técnico especializado. Pode faltar pessoal para operar e manter os equipamentos e espaços culturais (técnicos de som, luz, audiovisual, montadores, etc.).	Possibilidade de usar infraestrutura externa (parceria) para suprir a falta de espaços próprios adequados, especialmente para grande público. Utilizar os espaços dos shoppings para promover e realizar as ações culturais. Fontes externas de financiamento que podem ser usadas para adquirir equipamentos ou construir/reformar espaços culturais. Editais de Fomento à Cultura (MinC, Leis de Incentivo, Fundos Estaduais/Municipais) Possibilidade de parcerias para uso compartilhado de espaços ou captação de recursos conjuntos. Parcerias com Prefeituras, Secretarias de Cultura, Instituições Culturais (Ex: SECULT, SESC, etc.). Mecanismo externo para captação de recursos privados para projetos culturais, que podem incluir infraestrutura. Leis de Incentivo Fiscal (Lei Rouanet, etc.).	Investimentos em equipamentos e infraestrutura cultural são frequentemente os primeiros a serem cortados em cenários de restrição orçamentária externa (governo federal). Processos externos (ou internos complexos) podem atrasar significativamente a aquisição de equipamentos ou a construção/reforma de espaços. Ausência de incentivos ou priorização por parte de governos locais/estaduais. Falta de políticas públicas locais/regionais de apoio à infraestrutura cultural universitária

OE-PI-04 - Promover a cultura regional e as ações em diálogo com a sociedade.

Ampliação do protagonismo acadêmico e não-acadêmico nas ações culturais universitárias	Mecanismo que fomenta diretamente o protagonismo discente na cultura. Edital de Artes - auxílio para alunos realizarem ações de cultura. Edital para aluno realizar a regência do Coral da Ufopa. Incentiva a produção autoral discente (protagonismo na criação). Edital Tarrafa para premiação de obras filmográficas. Plataforma que dá voz e visibilidade a artistas externos (protagonismo não-acadêmico). O Artista e a Obra, série de entrevistas com artistas regionais para registro cultural. Ações que capacitam para a produção cultural, potencializando o protagonismo futuro. Mês de Formação Audiovisual oficinas e cine debate com tema produção audiovisual Atelier de Artesanato para capacitação em Artes. Prática que envolve diretamente o protagonismo de grupos não-acadêmicos. Eventos culturais em parceria com grupos indígenas presentes na Ufopa.	Ausência de recurso financeiro exclusivo para fomento da Cultura. Limita a capacidade de financiar mais ações propostas pela comunidade (acadêmica ou não). Ausência de setor para captação de recursos. Dificulta a busca por financiamento externo para viabilizar projetos de protagonismo. Ausência de recurso financeiro para remunerar o facilitador da oficina. Limita a oferta de capacitações que poderiam fomentar o protagonismo, especialmente se os facilitadores forem externos. Ausência de ações em conjunto com externos. Significa falta de ações co-criadas com a comunidade externa, é uma fraqueza que limita o protagonismo não-acadêmico. Baixa participação dos membros do comitê de cultura. Se o comitê tem baixa participação (interna ou externa), ele não funciona bem como espaço de protagonismo no planejamento. A cultura de planejamento e execução das ações culturais pode ser muito centralizada na Proce,	Potencial de co-criação e execução conjunta de ações onde o protagonismo é compartilhado. Parcerias com coletivos, grupos e institutos (culturais externos). Recursos externos podem financiar ações propostas pela comunidade. Políticas e editais externos que valorizam e financiam diretamente o protagonismo de grupos culturais da sociedade. Políticas de Cultura Viva / Pontos de Cultura. Ferramentas externas que podem ser usadas pela comunidade para propor, organizar e divulgar suas próprias ações culturais, com ou sem apoio direto da Ufopa. Redes sociais e plataformas digitais Demanda por espaços de expressão. A comunidade (interna e externa) busca espaços e oportunidades para mostrar suas produções e talentos.	Dificuldade em obter financiamento externo para os projetos de protagonismo. A falta de público pode desmotivar quem está protagonizando a ação. Dificuldade em estabelecer a confiança necessária para que a comunidade se sinta à vontade para protagonizar ações em conjunto com a Ufopa. Falta de reconhecimento externo pode desestimular o protagonismo em manifestações culturais não hegemônicas. Dificuldades em obter licenças, autorizações ou cumprir exigências de editais externos para realizar ações culturais propostas pela comunidade.
Implementação do fomento à pesquisa em arte e cultura e do diálogo com diversos saberes culturais, com vistas à promoção do pensamento crítico e reflexivo.	O PEEEx é interno e o mapeamento pode ser uma base para pesquisa e diálogo. O Peex pode financiar o trabalho de mapeamento através de áreas temáticas. Plataforma interna existente para o diálogo intercultural. Eventos culturais em parceria com grupos indígenas presentes na Ufopa Ferramenta interna que pode ser usada para pesquisa, registro e difusão de saberes, estimulando a reflexão. Programa de Desenvolvimento Audiovisual Espaço interno para diálogo e debate crítico. Seminário multicampi de arte e cultura Documento interno que reflete um processo de diálogo e define diretrizes, podendo orientar pesquisas e reflexões futuras. Carta de Santarém Diálogo com os setores da sociedade. Curso de formação de artistas. Canais internos de diálogo com detentores de saberes não-acadêmicos.	Dificulta a pesquisa sistemática sobre como os saberes dialogam. Ausência de um setor de captação para articular o mapeamento da integração (dos saberes). Desconhecimento da concepção de Extensão e de Cultura como processos formativos (e de pesquisa/reflexão). Ausência de sistematização dos dados sobre ações culturais/saberes. Falta bolsista para realizar as traduções. Barreira linguística interna que dificulta o diálogo e a pesquisa com grupos indígenas. Ausência de um plano geral de avaliação das ações. Falta de mecanismo interno para avaliar criticamente o impacto e os processos das ações culturais. Resistência de uma parte da comunidade interna em desenvolver ações de forma dialógica. Dificulta a promoção do diálogo e da reflexão conjunta. Não entrega de relatórios pelo coordenadores.	Diálogo contínuo entre universidade e comunidades. Troca de saberes e de conhecimentos. A diversidade de saberes externos é a matéria-prima para o diálogo e a pesquisa. Tornar a universidade referência em estudos culturais/amazônicos. Potencial de reconhecimento externo. Parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais para pesquisa e diálogo. Possibilidade de colaborações externas. Os programas federais que apoiam as ações na Amazônia. Podem incluir linhas de fomento à pesquisa sobre cultura e saberes regionais. Existência de redes de pesquisa e pesquisadores externos. Potencial para colaboração em pesquisa.	A desvalorização externa dificulta o diálogo e a pesquisa. Os saberes tradicionais ainda não possuem reconhecimento institucional. Resistência na troca de saberes e a diversidade étnica e linguística pela sociedade externa. Preconceitos externos dificultam o diálogo. Concepção equivocada de cultura pela sociedade externa. Contexto político externo não favorável às Políticas de reconhecimento das diversidades culturais. Programas e editais nacionais que não contemplem as especificidades regionais em pesquisa cultural. Falta de interesse/financiamento da iniciativa privada para pesquisa em artes, cultura e humanidades (foco maior em tecnologia).

	Incentivo à oferta de cursos, capacitações e formações em artes e cultura.	Experiência interna na realização de um evento concentrado de formação em uma área específica (audiovisual). Mês de Formação Audiovisual, período em que são ofertadas diversas oficinas e cine debate com tema produção audiovisual. Espaço e programa interno dedicado à capacitação em artesanato. Atelier de Artesanato para capacitação em Artes. Experiência na oferta desse tipo de curso. Capacidade interna de pessoal (docentes, técnicos, artistas da própria Ufopa) para ministrar cursos e oficinas. Auditórios, salas, laboratórios (como Estúdio/NPD) que podem ser usados para as formações. Contatos internos com artistas/mestres que podem atuar como instrutores/facilitadores.	A falta de verba para pagar instrutores (especialmente externos ou mesmo internos por carga horária adicional) limita muito a diversidade e a quantidade da oferta. Dificulta a busca por financiamento externo para essas formações. Dificuldade de atrair público para as ações de formação. Pode haver dificuldade em divulgar ou mobilizar público para os cursos ofertados. Falta de espaços físicos próprios e adequados em todos os campi. A oferta de formação pode estar concentrada em Santarém por falta de infraestrutura nos outros campi. A oferta de cursos pode não estar alinhada às reais necessidades e interesses de formação da comunidade interna/externa. Trâmites internos para propor, aprovar e certificar cursos/oficinas podem ser complexos ou demorados.	Parcerias com coletivos, grupos e institutos culturais externos. Podem ser parceiros na co-realização de cursos ou na oferta de instrutores. Editais de fomento cultural (MinC, Funarte, Secretarias Estaduais/Municipais, Leis de Incentivo) podem financiar ações de formação. Existe uma demanda externa por formação e capacitação em diversas áreas artísticas e culturais. Parcerias com outras IES/Instituições de Ensino. Oferta conjunta de cursos, intercâmbio de professores/instrutores. Possibilidade de ofertar cursos e capacitações a distância (EAD) ou híbridos, ampliando o alcance.	Concorrência com outras instituições na captação de recursos. Ausência de público nas ações. Se a comunidade externa não valoriza ou não tem condições (tempo, dinheiro, transporte) de participar, a oferta se esvazia. O público não valoriza da mesma forma os cursos gratuitos e aqueles que cobram taxa. Percepção externa que pode impactar a sustentabilidade ou a adesão às formações. Falta de políticas públicas de fomento à formação cultural na região. Escassez de apoio governamental local/regional específico para capacitação em artes/cultura. Concorrência com outras ofertas formativas. Cursos técnicos, profissionalizantes ou de outras áreas podem ter maior apelo para o público do que formações em artes/cultura.
				</	

OE-PI-05 - Ampliar e consolidar as relações acadêmicas e institucionais, nacionais e internacionais.	Promover a integração da internacionalização do ensino, pesquisa e extensão	Existe um programa (ou pelo menos a intenção/marca) que já sinaliza a busca por essa dimensão internacional na integração E-P-E. Peex Internacional Parte do corpo docente/técnico pode ter experiência internacional, contatos ou proficiência em outros idiomas. A diversidade cultural e os saberes amazônicos presentes na Ufopa são um atrativo para parceiros internacionais. A existência de uma assessoria específica na Ufopa (mencionada na Portaria 208/2024) é uma força estrutural para apoiar a internacionalização.	Falta de orçamento interno para financiar viagens, traduções, eventos internacionais, bolsas de intercâmbio ligadas à extensão/cultura. Pouca iniciativa ou propostas internas que busquem essa dimensão internacional de forma explícita. Falta de conhecimento interno sobre como acessar editais internacionais, programas de mobilidade ou plataformas de colaboração internacional. Dificuldade nos trâmites internos para formalizar convênios internacionais, receber recursos externos, validar atividades de intercâmbio, etc.	Existência de redes, consórcios e programas internacionais voltados para colaboração acadêmica, cultural e de extensão. Eventos externos como fóruns, congressos, festivais internacionais são vitrines e espaços para networking. Tendência global (e em políticas nacionais) de valorizar a dimensão internacional não só na pesquisa, mas também na extensão e no ensino. A temática amazônica (ambiental, cultural, social) atrai o interesse de pesquisadores, estudantes, ONGs e financiadores internacionais. As Tecnologias de comunicação facilitam a colaboração virtual, intercâmbios online e a participação em eventos a distância. Possibilidade de captar recursos externos para projetos de internacionalização.	Dificuldade de comunicação e entendimento mútuo com parceiros e públicos internacionais. Cortes em programas de fomento internacionais ou políticas nacionais que dificultam o financiamento. Complexidade de gerenciar parcerias Internacionais. Burocracia, diferenças legais, fusos horários, instabilidade política nos países parceiros. Concorrência com outras IES (brasileiras e estrangeiras). Disputa por parceiros, vagas em programas de mobilidade e financiamento internacional. Políticas migratórias ou sanitárias que dificultam o intercâmbio presencial. Alguns contextos internacionais podem ter pouco conhecimento ou interesse pela realidade amazônica ou pela extensão/cultura como área de colaboração.
OE-PI-06 - Acompanhar, assistir, motivar e valorizar o corpo discente.	Promoção do protagonismo discente por meio da ampliação do acesso aos editais de apoio a projetos culturais e do reconhecimento da criação, produção e circulação artística dos estudantes.	Os editais existentes (como o de Artes/Movimentos Culturais) oferecem um incentivo financeiro considerado bom, o que é uma força para atrair propostas discentes. Editais específicos (Artes, Movimentos Culturais, Tarrafá). A existência desses editais focados na produção cultural discente atrai os alunos. Plataformas internas onde os estudantes podem apresentar/circular suas produções artísticas. Eventos institucionais (Festival de Arte e Cultura, Salão de Extensão). Capacidade interna para apoiar tecnicamente os projetos culturais dos estudantes. Equipe com treinamento especializado em audiovisual e projetos culturais.	A limitação pode ser no número de vagas/auxílios nos editais ou na frequência/abrangência dos editais, o que restringe o acesso e o protagonismo a poucos estudantes. Falta de sistema/política para registro e memória da produção artística discente. Os editais existentes podem ter regras ou exigências (prestação de contas, relatórios) que dificultam a participação de estudantes que ainda estão desenvolvendo suas habilidades de gestão de projetos. Os estudantes podem não ter conhecimento suficiente sobre as oportunidades existentes ou podem achar difícil acessá-las. Além dos eventos pontuais, podem faltar espaços físicos ou plataformas digitais permanentes para a exposição e circulação contínua da produção artística discente.	A possibilidade de captar recursos externos (editais de cultura, leis de incentivo, patrocínios) para ampliar o número de auxílios ou criar premiações específicas para estudantes. Existência de movimentos, festivais ou redes de cultura universitária em nível regional/nacional onde os estudantes da Ufopa podem circular suas produções e trocar experiências. Blogs, redes sociais, canais de vídeo, etc., que os estudantes podem usar para divulgar autonomamente sua produção, com ou sem apoio da Proce. O público externo pode ter interesse em conhecer a produção artística universitária e juvenil.	Uma visão externa (e às vezes interna) que não reconhece o valor formativo e profissional da produção artística discente, tratando-a como mero passatempo, o que dificulta o apoio e a circulação. Burocracia ou falta de transparência em processos externos podem dificultar o acesso dos estudantes a outras fontes de fomento ou oportunidades. Estudantes podem enfrentar barreiras para circular seus trabalhos em espaços culturais externos (galerias, teatros, festivais) fora da universidade. Escassez de programas governamentais específicos para fomentar a produção e circulação artística de estudantes universitários.

OE-PI-08 - Aperfeiçoar a gestão administrativa, a transparência e a governança institucional.	Ampliar a disponibilidade de informações no contexto da Política de Dados Abertos.	Existência de canais (Site da Procce, SIGAA) e a prática (mesmo que possa ser melhorada) de divulgar informações. Existência de documentos internos que contêm informações que poderiam ser tornadas públicas ou usadas para gerar dados abertos. Relatórios de atividades dos coordenadores e dos bolsistas dos projetos de extensão. Capacidade interna de publicar informações nas plataformas existentes. Equipe com conhecimento dos sistemas (Site, SIGAA). A Ufopa como um todo segue as diretrizes gerais de transparência, o que dá um suporte institucional. Alinhamento com Portal da Transparência da Ufopa.	A falta de um Plano de Dados Abertos específico para a Procce dificulta a definição de quais dados priorizar, como coletar, como formatar e como publicar de forma sistemática e padronizada. Falta de transparência específica sobre os recursos financeiros gerenciados pela Pró-Reitoria. Dificuldade interna em coletar, organizar e consolidar os dados de diferentes ações e projetos de forma padronizada, o que impede a publicação em formato aberto. O SIGAA ou outros sistemas internos podem não gerar relatórios ou exportar dados em formatos abertos facilmente utilizáveis. Pode não estar claro quem dentro da Procce é responsável por coletar, tratar e publicar os dados abertos. Pode haver uma cultura interna de não priorizar a transparência ativa ou a publicação de dados, vendo isso como uma tarefa secundária ou burocrática.	Dados abertos e transparência aumentam a confiança e facilitam o controle social e a colaboração com a sociedade civil, imprensa e outros órgãos públicos. (Marco legal e normativo externo que exige e incentiva a transparência e a abertura de dados no setor público. Política Nacional de Dados Abertos e Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527. Existência de tecnologias e plataformas (muitas vezes gratuitas ou de código aberto) que facilitam a publicação e visualização de dados abertos. A sociedade civil, imprensa e órgãos de controle demandam cada vez mais acesso a dados públicos para monitoramento e avaliação das políticas e ações governamentais.	A publicação de dados, se não for feita com cuidado, pode expor dados pessoais ou sensíveis, gerando riscos legais e de imagem. A necessidade de cumprir a LGPD pode tornar o processo de abertura de dados mais complexo. Dados abertos publicados sem contexto ou explicação adequada podem ser mal interpretados ou usados de forma distorcida por agentes externos.
	Mapeamento e aprimoramento dos fluxos administrativos.	Já existe um trabalho prévio de mapeamento (pelo menos dos fluxos no SIPAC), o que fornece uma base documental e de conhecimento inicial. Ferramentas internas que padronizam parte dos fluxos documentais. Existência de sistemas como SIPAC/SEI. Servidores capacitados e experientes. A equipe interna possui o conhecimento prático sobre como os fluxos funcionam atualmente.	Apesar do mapeamento dos fluxos digitais, falta o mapeamento dos fluxos de trabalho manuais ou das interações entre sistemas e pessoas. Não há, atualmente, uma estrutura ou responsabilidade formal definida para realizar e manter atualizado o mapeamento de processos de forma contínua. Servidores podem resistir a mudanças nos fluxos de trabalho habituais, mesmo que o mapeamento aponte melhorias. A equipe pode estar sobrecarregada com tarefas operacionais, sem tempo ou prioridade dedicada para parar, analisar e redesenhar os processos. A equipe pode não ter o conhecimento técnico específico sobre metodologias de mapeamento e otimização (BPM, Lean, etc.).	Existe um trabalho de padronização ou orientação em nível institucional (CIPROD/UFOPA) que pode servir de modelo ou base para os fluxos da Procce. Benchmarking com outras IES/Órgãos. Possibilidade de aprender com as boas práticas de gestão de processos de outras instituições públicas. Disponibilidade de softwares (alguns gratuitos) e consultorias externas especializadas em mapeamento e gestão de processos. Iniciativas governamentais mais amplas que incentivam a melhoria e padronização de processos no setor público. Cursos ofertados pela CDD para capacitar os servidores na área específica.	A falta de clareza nos fluxos (resultante da Fraqueza de não mapeamento) gera insatisfação e dificuldades para os usuários externos (e internos) que dependem dos serviços da Procce. Alterações em sistemas federais (SIAFI, SIGAA - por atualizações nacionais) ou em legislações externas podem tornar os mapeamentos rapidamente desatualizados ou exigir redesenhos constantes. A dificuldade de comunicação entre sistemas da Ufopa e sistemas externos (Ex: Plataformas de fomento, bancos) pode criar gargalos nos processos.

	OE-PI-09- Aprimorar os mecanismos de avaliação e de resposta institucional.	Política de autoavaliação estabelecida, com alocação de Setor da Unidade como responsável pela autoavaliação.	Fonte de dados interna primária que pode (e deve) ser usada como insumo para a autoavaliação. Relatórios de atividades dos coordenadores e dos bolsistas dos projetos de extensão. Comissões e Comitês existentes (Extensão, Cultura, CGPrits, Comissão PDU). Essas estruturas internas já realizam algum tipo de avaliação (mesmo que pontual ou focada em seleção) e podem ser a base ou participar do processo de autoavaliação mais amplo. A Ufopa possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) e participa de avaliações externas (MEC). A Procce pode se alinhar a essas práticas e usar seus instrumentos/resultados. Servidores com experiência prévia com processos de avaliação em outras instâncias.	Falta de uma metodologia, de critérios claros e de um processo sistemático para avaliar as ações de extensão e cultura para além dos relatórios individuais. Falha no processo de coleta de dados básicos, o que inviabiliza qualquer avaliação posterior. Sem indicadores bem definidos, a autoavaliação se torna subjetiva e difícil. Pode haver receio de que a avaliação seja usada para punir, ou simplesmente falta de cultura de usar a avaliação como ferramenta de aprendizado e melhoria contínua. A equipe pode não ter tempo ou pessoal especificamente alocado para conduzir os processos de autoavaliação de forma adequada.	A percepção e o feedback da comunidade externa (usuários, parceiros) são insumos valiosos para a autoavaliação. Reuniões e avaliações de eventos realizados com a comunidade atendida. Ferramenta para coletar feedback externo de forma sistemática. Aplicação de formulários de avaliação de eventos e ações. Avaliações externas (TCU, CGU, MEC) exigem cada vez mais que as instituições demonstrem seus resultados e processos de melhoria, incentivando a autoavaliação. (Disponibilidade externa de modelos, frameworks e ferramentas (quantitativas e qualitativas) para avaliação de projetos sociais e políticas públicas. Possibilidade de aprender com os sistemas de autoavaliação de outras universidades.	O público externo pode não ter interesse, tempo ou confiança para fornecer feedback honesto e construtivo. Complexidade da Mensuração de Impacto. Avaliar o impacto real de ações de extensão e cultura na sociedade é complexo e pode exigir metodologias e recursos que vão além da capacidade atual. Pode ser difícil comparar o desempenho da Procce com outras instituições se não houver indicadores ou benchmarks padronizados externamente.
--	---	---	---	---	---	--

APÊNDICE 2 - PLANO DE AÇÕES

Plano de Ações - Metodologia 5W2H

1	Iniciativa Tática: Aumentar o número de ações integradas					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	1. Ação 1: Publicar volume específico da Revista de Extensão da Integração Amazônica com artigos sobre trabalho integrado E-P-E.	Volume da Revista publicado (online/impreso) com temática 'Integração E-P-E'.	Direx	2o semestre de 2025	1. Definir escopo temático e equipe editorial. 2. Elaborar e publicar chamada de artigos. 3. Gerenciar submissão e avaliação por pares. 4. Editar/revisar artigos aprovados. 5. Diagramar e publicar volume. 6. Divulgar o volume.	Recursos humanos + Custo gráfico/impressão (se houver).
2	Iniciativa Tática: Ampliar o diálogo intercultural com as comunidades da região amazônica					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	1. Ação 1: Promover/incentivar oficinas e seminários sobre temas transversais (com participação ativa de detentores de saberes) (diversidade cultural, sustentabilidade, saber tradicional).	Ciclo de [N] oficinas/seminários sobre [Temas] realizado, com lista de presença e certificados emitidos.	PROCCE (Direx/DCC - Fomento); Unidades Acadêmicas/Campi (Execução)	2025 a 2027	1. Mapear necessidades formativas e temas. 2. Planejar ciclo (formato, datas, público). 3. Convidar facilitadores (incluindo detentores de saberes). 4. Garantir apoio logístico/financeiro. 5. Divulgar. 6. Realizar eventos. 7. Emitir certificados e coletar feedback.	R\$10.000,00 por ano
3	Iniciativa Tática: Aumentar o número de ações que visem à valorização dos saberes tradicionais e artísticos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	1. Ação 1: Realizar consultas públicas/entrevistas com lideranças/artistas para identificar prioridades e formatos de valorização.	Cadastro/Mapa inicial de comunidades, grupos, artistas e mestres de saberes tradicionais e artísticos da região, sistematizado.	DCC	2025 a 2027	1. Definir metodologia (pesquisa documental, consulta a parceiros, pesquisa de campo). 2. Coletar e sistematizar dados. 3. Criar cadastro/mapa inicial (planilha, banco de dados simples).	R\$8.400,00 por ano (reajustável a depender do valor da bolsa)
4	Iniciativa Tática: Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	2. Ação 2: Realizar consultas públicas/entrevistas com lideranças/artistas.	Relatório de diagnóstico de necessidades e oportunidades junto aos detentores de saberes e artistas, baseado nas consultas.	DCC	2025 a 2027	1. Com base no mapeamento, selecionar representantes. 2. Elaborar roteiro de entrevista/grupo focal. 3. Realizar consultas/entrevistas. 4. Analisar e sistematizar resultados no relatório diagnóstico.	Não se aplica
5	Iniciativa Tática: Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	3. Ação 3: Publicar editais que selecionem atividades de arte e cultura com critérios que valorizem a autenticidade e o protagonismo local.	Edital [Nome/Número/Ano] para seleção de atividades de arte e cultura publicado.	DCC	2025 a 2027	1. Definir regras, critérios (autenticidade, protagonismo), orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/administrativo. 4. Aprovar internamente. 5. Publicar e divulgar. 6. Gerenciar seleção. 7. Acompanhar atividades.	R\$40.000,00 por ano
6	Iniciativa Tática: Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Criar a Resolução que dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber de Cultura e Extensão da Ufopa.	Minuta da Resolução de Reconhecimento do Notório Saber elaborada e aprovada internamente na PROCCE.	Procce	1o semestre de 2025	1. Formar GT interno. 2. Pesquisar referências. 3. Elaborar minuta da resolução. 4. Realizar consulta interna na PROCCE. 5. Ajustar e finalizar minuta.	Não se aplica
7	Iniciativa Tática: Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 2: Aprovar, no Consepe, a Resolução do Notório Saber.	Resolução [Número/Ano] de Reconhecimento do Notório Saber aprovada pelo CONSEPE e publicada.	Procce	1o semestre de 2025	1. Submeter minuta finalizada aos trâmites formais da Ufopa. 2. Apresentar e defender no CONSEPE. 3. Publicar resolução aprovada.	Não se aplica

	Ação 3: Criar editais e prêmios específicos para artistas locais, com foco na promoção da cultura e das tradições artísticas amazônicas (considerando a diversidade regional e linguística).	Edital [Nome/Número/Ano] de Prêmio/Fomento para artistas e mestres de saberes regionais publicado.	DCC	2026 a 2027	1. Definir categorias, critérios, regulamento, orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Gerenciar seleção (comissão especializada). 7. Realizar premiação/evento de reconhecimento. 8. Acompanhar.	R\$40.000,00 por ano
5	Iniciativa Tática: Incentivar que os saberes tradicionais sejam incorporados nas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Oferecer, em parceria com unidades e campi regionais, atividades de extensão, incluindo oficinas, seminários e cursos de sensibilização intercultural para comunidade acadêmica sobre a importância dos saberes tradicionais.	Ações de sensibilização intercultural (oficinas, seminários, cursos) realizadas para a comunidade acadêmica, com certificados emitidos.	PROCCE (DCC/Direx) em parceria com Unidades/Campi	2026 a 2027	1. Diagnosticar necessidades formativas. 2. Planejar ações (conteúdo, método, CH). 3. Identificar/convidar ministrantes (internos/externos). 4. Divulgar. 5. Executar as ações. 6. Emitir certificados.	Recursos humanos + Orçamento para apoio logístico/material.
	Ação 2: Estabelecer parcerias formais com comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais para desenvolver projetos colaborativos que valorizem e integrem seus conhecimentos respeitando protocolos comunitários.	Acordos/Convênios de cooperação formalizados com comunidades/organizações representativas para projetos E-P-E com integração de saberes.	Direx	2026 a 2027	1. Identificar comunidades/organizações parceiras. 2. Dialogar para definir interesses mútuos. 3. Elaborar plano de trabalho conjunto. 4. Formalizar instrumento de parceria (convênio, acordo). 5. Executar e avaliar projetos conjuntamente (respeitando protocolos).	R\$10.000,00 por ano
	Ação 3: Promover, por meio de editais, intercâmbios culturais e visitas de campo para que os participantes de projetos de extensão possam vivenciar e aprender diretamente com as comunidades tradicionais.	Edital [Nome/Número/Ano] de apoio à mobilidade para vivência/intercâmbio em comunidades tradicionais publicado.	Direx	2026 a 2027	1. Definir regras, critérios, orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Selecionar participantes. 7. Apoiar logisticamente/financeiramente (transporte, etc.). 8. Exigir e analisar relatório da vivência.	R\$40.000,00 por ano
6	Iniciativa Tática: Criar um banco de saberes tradicionais					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Publicar o Georreferenciamento de ações de extensão (Piape 2025) (como base inicial para mapeamento).	Plataforma de Georreferenciamento (Piape) atualizada e disponível ao público.	Procce	2025 a 2027	1. Manter a plataforma Piape atualizada com dados de novas ações. 2. Utilizar dados do Piape como fonte para identificar áreas de atuação e potenciais saberes/parceiros. 3. Divulgar a plataforma como ferramenta de consulta.	Não se aplica
	Ação 2: Desenvolver um banco de dados colaborativo e seguro para a documentação e registro dos saberes tradicionais, com a participação ativa das comunidades (e seguindo princípios éticos de consentimento e retorno).	Banco de Dados de Saberes Tradicionais implantado, com [N] registros iniciais validados (com consentimento livre, prévio e informado).	Procce	2026 a 2027	1. Definir escopo, estrutura e tecnologia do banco. 2. Desenvolver protocolo ético (consentimento, acesso, retorno). 3. Dialogar com comunidades piloto. 4. Coletar e validar registros iniciais. 5. Implementar plataforma. 6. Treinar usuários. 7. Definir plano de atualização.	R\$8.400,00 por ano (reajustável a depender do valor da bolsa)
7	Promover diálogo e intercâmbio de saberes.					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Organizar, em parceria com IFIL, fóruns e encontros interculturais regulares.	[N] Fóruns/Encontros interculturais realizados anualmente, com atas/relatórios publicados.	Procce e IFIL	2o semestre de 2025	1. Definir objetivos e temas anuais/semestrais. 2. Formar comissão organizadora. 3. Buscar parcerias/financiamento. 4. Divulgar. 5. Realizar o encontro. 6. Sistematizar e divulgar resultados/discussões.	R\$10.000,00 por ano
	Ação 2: Criar comitês consultivos permanentes compostos por representantes das comunidades tradicionais, mestres de saberes, especialistas em direitos indígenas para orientar as ações de proteção dos saberes tradicionais.	Portaria de instituição do Comitê Consultivo de Saberes Tradicionais publicada, com membros indicados e regimento interno aprovado.	Procce	1o semestre de 2026	1. Definir mandato, composição e atribuições do comitê. 2. Consultar comunidades/especialistas para indicações. 3. Formalizar nomeação via Portaria. 4. Elaborar e aprovar regimento interno. 5. Realizar reunião inaugural.	Não se aplica
8	Iniciativa Tática: Criar, em parceria com Proppit, Proges, Arni e IFIL, um Programa de publicação em línguas indígenas.					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Lançar edital para financiamento de projetos que visem a produção de livros, vídeos e outras mídias nas línguas indígenas de maior circulação na Ufopa.	Edital [Nome/Número/Ano] de financiamento para produção de mídias em línguas indígenas publicado.	Procce (em articulação com parceiros)	2026 a 2027	1. Definir regras, critérios, orçamento e línguas prioritárias (em consulta com comunidades/IFIL/Arni). 2. Elaborar minuta do edital. 3. Realizar consulta jurídica/administrativa. 4. Aprovar internamente. 5. Publicar e divulgar (canais indígenas). 6. Gerenciar seleção. 7. Acompanhar projetos.	R\$ 30.000,00

	Ação 2: Lançar edital de seleção de alunos indígenas para fazerem tradução em eventos institucionais e dos materiais de divulgação da unidade.	Edital [Nome/Número/Ano] de seleção de bolsistas indígenas para tradução/interpretação publicado.	Procce	2026 a 2027	1. Definir perfil, nº de bolsas, valor, carga horária, atividades. 2. Elaborar minuta do edital. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Realizar seleção. 7. Gerenciar e acompanhar bolsistas.	R\$8.400,00 por ano (reajustável a depender do valor da bolsa)
9	Iniciativa Tática: Promover a difusão das línguas indígenas.					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Organizar, em parceria com o Dain, Proges, IFIL e Sibi, festivais culturais, feiras de livros, seminários, que destaquem as produções em línguas indígenas, proporcionando um espaço de divulgação e valorização dessas publicações.	[N] Eventos (festivais, feiras, seminários) com foco em produções em línguas indígenas realizados anualmente, com registro e divulgação.	Procce, Proges, IFIL, Sibi, Dain	2025 a 2027	1. Planejar calendário anual de eventos em conjunto com parceiros. 2. Definir formato e programação de cada evento. 3. Formar comissão organizadora. 4. Captar recursos/apoio. 5. Divulgar. 6. Realizar evento. 7. Avaliar e registrar.	R\$ 15.000,00
10	Iniciativa tática: Fortalecer as parcerias já existentes e criar novas com comunidades tradicionais.					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Realizar eventos culturais e científicos em parceria com grupos tradicionais presentes na Ufopa e com outras unidades acadêmicas e/ou administrativas.	[N] Eventos culturais/científicos co-realizados com grupos tradicionais e outras unidades Ufopa, com registro e divulgação.	Procce	2026 a 2027	1. Identificar oportunidades de eventos conjuntos (culturais, científicos). 2. Planejar com grupos tradicionais e unidades Ufopa. 3. Definir formato, programação, responsabilidades. 4. Captar recursos/apoio. 5. Divulgar. 6. Realizar evento. 7. Avaliar.	R\$10.000,00 por ano
	Ação 2: Realizar, por meio de edital piape, mapeamento das comunidades tradicionais na região de abrangência da Ufopa para identificar suas necessidades, interesses e potenciais de colaboração.	Relatório de mapeamento de necessidades, interesses e potenciais de colaboração das comunidades tradicionais da região, baseado no Edital PLAAE.	Direx	2025 a 2027	1. Definir critérios e metodologia para análise dos dados do PLAAE com foco em parcerias. 2. Extrair e analisar dados relevantes do edital. 3. Sistematizar informações no relatório. 4. Validar/complementar com outras fontes (se necessário).	R\$8.400,00 por ano (reajustável a depender do valor da bolsa)
	Ação 3: Instituir fórum permanente de diálogo entre a universidade e as comunidades tradicionais para discutir projetos, parcerias e formas de colaboração (com metodologia participativa e registro claro).	Fórum Permanente Universidade-Comunidades Tradicionais estabelecido, com regimento interno aprovado e atas das reuniões periódicas publicadas.	Direx	2024 a 2027	1. Definir objetivos, formato, participantes e periodicidade do Fórum. 2. Convidar representantes (Ufopa e comunidades). 3. Formalizar instituição (Portaria). 4. Elaborar e aprovar regimento interno participativamente. 5. Realizar reuniões periódicas com registro e encaminhamentos.	Não se aplica
11	Iniciativa Tática: Fomentar a pesquisa sobre saberes tradicionais e artísticos (integrada à extensão)					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Ação 1: Incluir linha de pesquisa em editais / Criar edital específico para pesquisa-ação ou pesquisa colaborativa com comunidades.	Edital [Nome/Número/Ano] ou Linha Específica em Edital existente (ex: PEEEx) fomentando pesquisa-ação/colaborativa sobre saberes tradicionais/artísticos.	Procce (em articulação com Proppit)	2025 a 2027 (Anual)	1. Definir (com Proppit) critérios para pesquisa-ação/colaborativa. 2. Incluir linha em edital existente (PEEEx) ou criar edital específico. 3. Elaborar regras, orçamento. 4. Consultar jurídico/adm. 5. Aprovar. 6. Publicar/divulgar. 7. Gerenciar seleção e acompanhamento.	Custo incluído nos editais da Ação 1.2
12	Iniciativa Tática: Criar programas de divulgação e popularização da ciência					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Desenvolver, em parceria com AIT, eventos, como feiras de ciência, semanas de tecnologia e cafés científicos, que aproximem a sociedade das inovações científicas e tecnológicas produzidas pela universidade e promovam o diálogo com saberes locais.	[N] Eventos de popularização da ciência/tecnologia (com diálogo de saberes) realizados anualmente em parceria com AIT, com registro e avaliação.	Procce e AIT	2025 a 2027 (Anual)	1. Planejar calendário anual de eventos com AIT. 2. Definir formato, público-alvo, temas (incluindo diálogo de saberes). 3. Buscar parcerias/apoio. 4. Divulgar. 5. Realizar eventos. 6. Coletar feedback e avaliar.	R\$ 10.000,00
	Tornar regular a publicação da Revista de Integração Amazônica.	[N] Volumes da Revista de Integração Amazônica publicados anualmente, conforme periodicidade definida.	Direx	2025 a 2027 (Contínuo)	1. Definir/reafirmar periodicidade. 2. Manter equipe editorial ativa. 3. Garantir fluxo contínuo de submissão (chamadas regulares). 4. Cumprir prazos de avaliação, edição e publicação. 5. Monitorar métricas de acesso/citação.	R\$8.400,00 por ano (reajustável a depender do valor da bolsa)

	Apoiar, por meio de editais, a regularização e a consolidação das empresas juniores já existentes e incentivar a criação de novas.	Edital [Nome/Número/Ano] de apoio a Empresas Juniores (regularização, consolidação, criação) publicado.	Direx	2025 a 2027	1. Mapear EJs existentes e necessidades. 2. Definir regras, critérios, orçamento para apoio (consultoria, equipamentos, etc.). 3. Elaborar minuta. 4. Consultar jurídico/adm. 5. Aprovar. 6. Publicar/divulgar. 7. Gerenciar seleção e acompanhamento.	R\$ 10.000,00
	Elaborar, em parceria com AIT, editais que incentivem projetos de extensão tecnológica.	Edital [Nome/Número/Ano] de fomento a projetos de Extensão Tecnológica publicado.	Procce e AIT	2025 a 2027	1. Definir (com AIT) áreas prioritárias, regras, critérios, orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Gerenciar seleção. 7. Acompanhar projetos.	R\$40.000,00 por ano
	Estimular, por meio de editais, a produção de materiais educativos, como vídeos, podcasts e publicações, voltados para o público em geral, explicando conceitos científicos e apresentando pesquisas em andamento na universidade (e suas conexões com a realidade regional).	Edital [Nome/Número/Ano] de fomento à produção de materiais de divulgação científica/cultural publicado.	Direx	2025 a 2027	1. Definir formatos, temas prioritários, regras, critérios, orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Gerenciar seleção. 7. Acompanhar produção e divulgar materiais.	R\$10.000,00 por ano
13	Iniciativa Tática: Fomentar o empreendedorismo social e negócios sustentáveis					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Valorizar, por meio de editais específicos, as empresas juniores já existentes na universidade e incentivar a criação de novas empresas, que desenvolvam soluções inovadoras nas áreas de bioeconomia, economia verde e agroecologia.	Edital [Nome/Número/Ano] específico para EJs com foco em Bioeconomia/Economia Verde/Agroecologia publicado.	Direx	2025 a 2027	1. Definir regras, critérios (com foco temático), orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Gerenciar seleção. 7. Acompanhar projetos.	R\$10.000,00 por ano
	Tornar a Conferência de Extensão do Oeste do Pará um fórum permanente para discutir e planejar ações integradas em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia.	Resolução/Portaria aprovada institucionalizando a CEOP como fórum permanente, com definição de periodicidade e comitê organizador.	Procce	2025 a 2027	1. Elaborar proposta de institucionalização da CEOP. 2. Submeter às instâncias decisórias da Ufopa. 3. Aprovar e publicar ato normativo. 4. Formar comitê organizador permanente/rotativo. 5. Planejar edições futuras da CEOP com base na nova estrutura.	Não se aplica
14	Iniciativa Tática: Estabelecer Redes de Colaboração Interinstitucional para a Sustentabilidade					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Continuar realizando a Conferência de Extensão do Oeste do Pará, para funcionar como uma rede regional que envolva diferentes atores (universidades, organização não governamental, órgãos governamentais, empresas), para promover ações sustentáveis, visando a troca de conhecimentos, experiências e recursos.	Edições [Ano] da CEOP realizadas, com participação multissetorial e publicação dos resultados/encaminhamentos.	Procce	2025 a 2027	1. Planejar cada edição (tema, formato, data). 2. Formar comissão organizadora multissetorial. 3. Mobilizar parceiros e participantes. 4. Captar recursos. 5. Divulgar. 6. Realizar a conferência. 7. Sistematizar e divulgar resultados.	Não se aplica
	Estabelecer parcerias com outras instituições para realização de projetos conjuntos que promovam a sustentabilidade e valorizem a diversidade local.	[N] Parcerias interinstitucionais formalizadas para projetos de sustentabilidade e diversidade.	Procce	2025 a 2027	1. Mapear instituições parceiras potenciais (ONGs, Gov, IES, Empresas). 2. Identificar áreas de interesse mútuo (sustentabilidade, diversidade). 3. Propor e negociar projetos conjuntos. 4. Formalizar parcerias. 5. Executar e avaliar projetos.	Não se aplica
15	Iniciativa Tática: Aumentar o número de ações que valorizem os processos formativos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Publicar, em parceria com as outras unidades administrativas, Edital Peex – Nacional e Internacional.	Edital PEEx [Nacional/Internacional - Número/Ano] publicado, com critérios explícitos de integração E-P-E e interculturalidade.	CGPRITS	2025 a 2027	1. Definir/revisar regras e critérios (E-P-E, interculturalidade, internacionalização). 2. Estabelecer orçamento. 3. Elaborar minuta (articulada entre Pró-Reitorias/Arni). 4. Consultar jurídico/adm. 5. Aprovar. 6. Publicar/divulgar. 7. Gerenciar seleção e acompanhamento dos projetos.	R\$ 1.500.000,00
	Promover, em parceria com Proppit, Proen, debates integrando graduação e pós-graduação, para discutir a importância e a viabilidade de ações de ensino, pesquisa e extensão nesses graus.	[N] Debates/Fóruns Graduação-Pós-Extensão realizados, com propostas de modelos de integração E-P-E documentadas.	Procce,Proppit e Proen	2025 a 2027	1. Planejar conjuntamente calendário e formato dos debates. 2. Definir pautas e convidar palestrantes/mediadores. 3. Divulgar para docentes, discentes (grad/pós) e técnicos. 4. Realizar debates. 5. Sistematizar discussões e propostas de modelos de integração. 6. Divulgar propostas.	Não se aplica

	Participar de eventos nacionais, em nível de Colegiado e Fórum de Pró-reitores de extensão, para debater a importância da pauta (incluindo a necessidade de recursos perenes para essas ações).	Participação ativa da PROCCE (gestor ou representante) nos encontros nacionais do FORPROEX e outros fóruns pertinentes, com relatórios de participação e encaminhamentos internos.	Procce	2025 a 2027	1. Mapear eventos nacionais relevantes. 2. Garantir inscrição e participação do representante da PROCCE. 3. Preparar contribuições/pautas da Ufopa. 4. Participar ativamente das discussões. 5. Elaborar relatório interno com principais debates e encaminhamentos/oportunidades.	R\$15.000,00 por ano
16	Iniciativa Tática: Fortalecer as ações conjuntas com diferentes unidades					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Oferecer incentivos para projetos que envolvam colaboração entre várias unidades (ex. Peex).	Critérios de pontuação/valorização da colaboração interunidades incluídos nos editais de fomento (PEEx e outros). Programa específico (se viável) de incentivo a ações integradas.	Procce	2026 a 2027	1. Revisar editais existentes (PEEx, etc.) para incluir/fortalecer critérios que valorizem propostas interunidades. 2. Avaliar viabilidade e, se possível, criar programa/edital específico para fomentar colaboração interunidades (além do PEEx). 3. Divulgar critérios/programa.	R\$40.000,00 por ano
	Organizar eventos como seminários e fóruns que incentivem o diálogo entre servidores extensionistas de diferentes unidades, promovendo a troca de ideias e a colaboração	[N] Eventos internos de integração extensionista (seminários, fóruns) realizados, com registro de participantes e discussões.	Direx	2026 a 2027	1. Planejar formato e periodicidade dos eventos. 2. Definir temas e convidar participantes/facilitadores de diferentes unidades. 3. Organizar logística. 4. Divulgar internamente. 5. Realizar evento, focando na troca e identificação de sinergias. 6. Sistematizar resultados.	Não se aplica
	Estimular, por meio de edital, a elaboração de projetos que envolvam várias unidades acadêmicas, promovendo a integração de diferentes áreas de conhecimento (por exemplo, projetos que conectem ciências naturais com ciências sociais ou artes – Física para poetas).	Modalidade/Linha específica em Edital fomentando projetos interdisciplinares/interunidades.	Direx	2025 a 2027	1. Incluir linha em edital existente ou criar edital específico para projetos interunidades/interdisciplinares. 2. Definir regras, critérios, orçamento. 3. Elaborar minuta. 4. Consultar jurídico/adm. 5. Aprovar. 6. Publicar/divulgar. 7. Gerenciar seleção/acompanhamento.	R\$40.000,00 por ano
17	Iniciativa Tática: Buscar sustentabilidade financeira para projetos integrados					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Mapear fontes / Buscar editais / Otimizar recursos (criar um setor ou ponto focal para captação de recursos externos e monitoramento de editais)	Setor/Núcleo de Captação de Recursos e Gestão de Convênios estruturado e operacional na PROCCE. Banco de dados de fontes/editais potenciais criado e atualizado.	Procce (Gestão Superior para criar setor)	2025	1. Definir estrutura, atribuições e perfil do(s) profissional(is) para o núcleo/setor. 2. Alocar/contratar pessoal. 3. Mapear fontes de financiamento (públicas, privadas, internacionais). 4. Criar sistema de monitoramento de editais. 5. Desenvolver materiais de apoio à elaboração de projetos.	Não se aplica
18	Iniciativa Tática: Criar redes de Colaboração Interdisciplinar e Intercultural entre Unidades e Campi					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Realizar seminários de boas práticas nos quais as unidades acadêmicas e os diferentes campi possam apresentar suas práticas interdisciplinares e interculturais, criando um espaço contínuo de diálogo e troca de experiências.	[N] Seminários internos de Boas Práticas Interdisciplinares/Interculturais realizados, com materiais/relatos compartilhados.	Procce	2026 a 2027	1. Mapear boas práticas existentes nas unidades/campi. 2. Planejar seminários (formato, periodicidade). 3. Convidar equipes para apresentar suas práticas. 4. Organizar e realizar os seminários. 5. Criar repositório/canal para compartilhar as práticas e materiais.	Não se aplica
	Organizar feiras anuais de projetos interdisciplinares e interculturais, incentivando as diferentes unidades e campi a trocarem experiências e fortalecerem a rede.	Feira Anual de Projetos Interdisciplinares/Interculturais da Ufopa realizada, com catálogo de projetos e registro de participantes.	Procce	2025 a 2027	1. Definir formato, data e local da feira. 2. Formar comissão organizadora. 3. Abrir chamada para exposição de projetos. 4. Organizar logística (stands, programação). 5. Divulgar. 6. Realizar a feira. 7. Publicar catálogo/anais.	Não se aplica
	Criar editais específicos para fomentar projetos intercampi, oferecendo recursos financeiros e técnicos para iniciativas que envolvam mais de uma unidade acadêmica e/ou campus.	Edital [Nome/Número/Ano] específico para fomento de projetos Intercampi publicado.	Procce	2026 a 2027	1. Definir regras, critérios (foco intercampi), orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Gerenciar seleção. 7. Acompanhar projetos, incluindo apoio logístico/técnico específico para intercampi.	R\$40.000,00 por ano
19	Iniciativa Tática: Consolidar parcerias já existentes e criar novas					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?

	Publicar editais de apoio a projetos de extensão voltados para educação básica.	Edital [Nome/Número/Ano] de apoio a projetos de extensão com foco na Educação Básica publicado.	Direx	2025 a 2027	1. Definir regras, critérios (foco Ed. Básica), orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Gerenciar seleção. 7. Acompanhar projetos.	R\$40.000,00 por ano
	Aumentar o número de bolsas de Iniciação à Extensão para o Ensino médio	[N] Bolsas PIBEX-EM concedidas anualmente.	Direx	2025 a 2027	1. Definir/revisar regras e orçamento do PIBEX-EM. 2. Lançar edital. 3. Selecionar projetos/bolsistas. 4. Gerenciar pagamento e acompanhamento dos bolsistas.	R\$40.000,00 por ano
	Realizar visita às escolas de educação básica para divulgar as ações da unidade	[N] Visitas a escolas de educação básica realizadas, com registro das escolas visitadas e contatos estabelecidos/parcerias iniciadas.	Procce	2025 a 2027	1. Mapear escolas prioritárias/estratégicas na região. 2. Agendar visitas com as direções escolares. 3. Preparar material de divulgação da PROCCE/Ufopa. 4. Realizar visitas, apresentando ações e buscando entender demandas/interesses da escola. 5. Registrar contatos e potenciais parcerias.	R\$5.000,00
	Realizar atividades nas dependências da Ufopa tendo como público-alvo os alunos e docentes da educação básica.	[N] Atividades realizadas nos campi da Ufopa com participação de alunos/docentes da Ed. Básica, com registro de participantes.	Procce	2025 a 2027	1. Planejar calendário de atividades abertas à Ed. Básica (visitas, feiras, eventos). 2. Articular com escolas para organizar participação dos alunos/docentes. 3. Preparar recepção e logística. 4. Realizar atividades. 5. Coletar feedback.	R\$5.000,00
20	Iniciativa Tática: Fortalecer o Peex					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Apoiar o CGPRITS na elaboração de editais específicos que incentivem a elaboração de projetos que integrem pesquisa, ensino e extensão com participação de diferentes áreas e Unidades Acadêmicas.	Editais PEEEx [Número/Ano] publicados com critérios claros e mecanismos de incentivo à integração P-E-E e participação multi/interdisciplinar.	Procce	2025 a 2027	1. Participar ativamente (via representante PROCCE) das reuniões do CGPRITS para definição dos editais PEEEx. 2. Propor critérios e mecanismos que fortaleçam a integração P-E-E e a colaboração inter/multi. 3. Apoiar na divulgação e acompanhamento dos editais.	Não se aplica
	Estabelecer parcerias com outras universidades e centros de pesquisa, tanto no Brasil quanto no exterior, para desenvolver projetos colaborativos que envolvam a tríade PEEEx.	[N] Parcerias interinstitucionais (nacionais/internacionais) formalizadas para projetos colaborativos P-E-E.	Procce	2025 a 2027	1. Identificar instituições/grupos com sinergia em P-E-E. 2. Estabelecer contato e propor colaboração. 3. Desenvolver propostas conjuntas de projetos P-E-E. 4. Buscar fontes de co-financiamento. 5. Formalizar parcerias. 6. Executar e avaliar projetos.	Não se aplica
	Criar editais específicos para fomentar projetos intercâmpio, oferecendo recursos financeiros e técnicos para iniciativas que envolvam mais de uma unidade acadêmica e/ou campus.	Edital [Nome/Número/Ano] específico para fomento de projetos Intercâmpio (P-E-E ou outras modalidades) publicado.	Direx	2025 a 2027	1. Definir regras, critérios, orçamento. 2. Elaborar minuta. 3. Consultar jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Gerenciar seleção/accompanhamento.	R\$40.000,00 por ano
21	Iniciativa Tática: Desenvolver programas de cooperação entre a universidade e escolas de educação básica.					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Incentivar, por meio de auxílio, a participação do professor de educação básica nos projetos integrados da Universidade	Auxílio financeiro para professores da Ed. Básica participantes de projetos PEEEx definido/revisado e implementado.	Procce	2025 a 2027	1. Analisar (com CGPRITS) o valor e formato atual do auxílio. 2. Pesquisar práticas de outras IES. 3. Propor e aprovar (nas instâncias devidas) novo valor/formato, se necessário. 4. Garantir previsão orçamentária e pagamento regular do auxílio nos projetos PEEEx.	R\$ 100.000,00 por ano
	Promover encontros regulares para o planejamento conjunto de atividades e troca de experiências entre a universidade e as escolas, facilitando a criação de novos projetos e o alinhamento com as necessidades educacionais da região.	[N] Encontros Universidade-Escola realizados anualmente, com registro de participantes, pautas discutidas e planos de ação conjuntos elaborados.	Procce	2025 a 2027	1. Planejar formato, data e local dos encontros. 2. Convidar representantes da Ufopa e das escolas/secretarias de educação. 3. Definir pauta focada em planejamento conjunto e troca de experiências. 4. Realizar encontros. 5. Sistematizar discussões e elaborar planos de ação.	R\$ 20.000,00 por ano
22	Iniciativa Tática: Aumentar o número de ações destinadas a este público					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?

	Consolidar o Cursinho Popular.	Projeto de Institucionalização/Fortalecimento do Cursinho Popular elaborado e submetido às instâncias competentes. Cursinho Popular operando com estrutura e orçamento definidos.	Procce	2025 a 2027	1. Realizar diagnóstico da situação atual do Cursinho (estrutura, custos, resultados). 2. Elaborar proposta de fortalecimento (modelo de gestão, fontes de recurso, espaço físico, equipe). 3. Buscar aprovação e apoio institucional. 4. Implementar melhorias na gestão e operação.	R\$30.000,00 por ano
	Realizar eventos, como Show de Talentos e Gincana do Conhecimento.	[N] Edições do Show de Talentos e/ou Gincana do Conhecimento (ou eventos similares) realizadas anualmente para o público da Ed. Básica.	Procce	2025 a 2027	1. Planejar formato, regras e cronograma dos eventos. 2. Articular com escolas para participação. 3. Organizar logística (local, júri, premiação). 4. Divulgar. 5. Realizar os eventos. 6. Avaliar e registrar.	R\$20.000,00 por ano
	Aumentar o número de bolsas de extensão para educação básica	[N] Bolsas PIBEX-EM concedidas anualmente.	Direx	2025 a 2027	1. Definir/revisar regras e orçamento. 2. Lançar edital. 3. Selecionar projetos/bolsistas. 4. Gerenciar pagamento e acompanhamento.	R\$20.000,00 por ano
23	Iniciativa Tática: Promover capacitação interna para atuação na Ed. Básica					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Oferecer workshops / Criar materiais / etc.	N] Ações de capacitação (workshops, cursos, materiais) sobre interação com Ed. Básica oferecidas à comunidade Ufopa, com registro de participação.	DCC/Direx	2026 a 2027	1. Levantar necessidades de capacitação da comunidade Ufopa (docentes, técnicos, discentes). 2. Planejar ações (temas, formatos, público). 3. Desenvolver/adaptar materiais. 4. Convidar/contratar facilitadores. 5. Divulgar e realizar capacitações. 6. Coletar feedback.	Custo a definir (depende do formato/facilitadores)
24	Iniciativa Tática: Aumentar o número de ações para capacitar os NDEs					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Continuar realizando, em parceria com a Proen, reuniões de alinhamento com os NDEs.	Cronograma de reuniões periódicas PROCCE-PROEN-NDEs estabelecido e cumprido, com atas e encaminhamentos registrados.	Procce e Proen	2025 a 2027	1. Definir (com Proen) a frequência e pauta das reuniões com NDEs. 2. Convocar e realizar as reuniões. 3. Apresentar diretrizes e apoiar os NDEs na curricularização. 4. Registrar discussões e encaminhamentos. 5. Monitorar implementação nos PPCs.	Não se aplica
	Realizar workshops sobre a inserção curricular nos cursos de graduação.	[N] Workshops sobre Curricularização da Extensão/Cultura realizados para membros de NDEs e docentes, com materiais de apoio disponibilizados.	Direx	2025 a 2027	1. Planejar conteúdo e formato dos workshops (modelos, ferramentas, exemplos práticos). 2. Elaborar materiais de apoio. 3. Agendar e divulgar para NDEs/docentes. 4. Realizar workshops. 5. Disponibilizar materiais e oferecer suporte contínuo aos NDEs.	Não se aplica
	Tornar perene o Edital de Fomento à Creditação	Edital PACEX [Número/Ano] publicado anualmente, garantindo sua continuidade.	Direx	2025 a 2027	1. Garantir previsão orçamentária anual para o PACEX. 2. Revisar e atualizar regras/critérios do edital, se necessário. 3. Publicar edital anualmente. 4. Gerenciar seleção e acompanhamento dos projetos/atividades creditadas.	Não se aplica
25	Iniciativa Tática: Fomentar a inclusão da cultura nos PPCs					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Elaborar o Plano de Cultura da Ufopa	Plano de Cultura da Ufopa aprovado pelas instâncias competentes, contendo diretrizes para curricularização da cultura.	DCC	2025	1. Formar Comissão para elaboração do Plano. 2. Realizar diagnóstico cultural e consulta à comunidade. 3. Elaborar minuta do plano (incluindo eixo de curricularização). 4. Realizar consulta pública. 5. Ajustar e submeter para aprovação nas instâncias superiores (Conselhos?). 6. Publicar Plano.	Não se aplica
	Propor, em parceria com Proen, a inclusão de ações culturais como dimensões curriculares optativas.	Diretriz/Orientação formal PROCCE-PROEN emitida aos NDEs sobre inclusão de componentes/atividades culturais optativas nos PPCs.	Procce e Proen	2025 a 2027	1. Definir (com Proen) modelos e possibilidades para inclusão de cultura como componente optativo. 2. Elaborar documento de orientação para os NDEs. 3. Apresentar e discutir a orientação nas reuniões com NDEs. 4. Acompanhar inclusão nos PPCs em atualização.	Não se aplica

Oferecer, para os professores, capacitação em práticas pedagógicas culturais, incluindo métodos de ensino que integrem cultura e desenvolvimento de competências	[N] Ações de capacitação em práticas pedagógicas culturais/interculturais oferecidas aos docentes, com registro de participação.	DCC	2026 a 2027	1. Levantar necessidades de capacitação docente. 2. Planejar ações (temas, formatos). 3. Desenvolver/adaptar materiais. 4. Convidar/contratar facilitadores. 5. Divulgar e realizar capacitações. 6. Coletar feedback.	Não se aplica
Propor cursos livres (sobre manifestações culturais da Amazônia, como música, dança, artes plásticas, narrativas orais e práticas religiosas tradicionais) cuja CH possa ser creditada no curso.	[N] Cursos livres sobre cultura amazônica ofertados pela PROCCE, com possibilidade de creditação curricular definida (após normativa).	DCC	2026 a 2027	1. Identificar temas/demandas para cursos livres. 2. Desenvolver propostas pedagógicas (ementa, CH, metodologia). 3. Identificar instrutores. 4. Ofertar cursos (presenciais/online). 5. Emitir certificados. 6. (Após normativa) Definir processo de creditação.	Não se aplica

26 **Iniciativa Tática: Aumentar o número de equipamentos culturais da Ufopa**

Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
Promover exposição de artes.	[N] Exposições de artes realizadas anualmente nos espaços da Ufopa ou em parceria externa.	DCC	2025 a 2027	1. Definir calendário e temas das exposições. 2. Realizar curadoria e seleção de artistas/obras. 3. Organizar montagem e logística. 4. Divulgar. 5. Realizar vernissage/abertura e visitação. 6. Desmontar e registrar.	Não se aplica
Retomar o projeto Muralismo no Campus	[N] Novos murais artísticos produzidos nos campi da Ufopa.	DCC	2025 a 2027	1. Reavaliar o projeto anterior. 2. Definir novo formato/edital para seleção de artistas/propostas. 3. Mapear espaços/paredes disponíveis. 4. Lançar edital/chamada. 5. Selecionar artistas. 6. Apoiar produção dos murais (material, logística). 7. Inaugurar e divulgar.	R\$ 8.000,00
Inaugurar o Ateliê de Artes – Unidade Tapajós e Unidade Alter do Chão	Ateliês de Artes (Tapajós e Alter) inaugurados e em funcionamento, com programação de atividades definida.	Procce	1º semestre de 2025	1. Finalizar adequação/montagem dos espaços físicos. 2. Adquirir materiais e equipamentos necessários. 3. Definir modelo de gestão e programação inicial. 4. Realizar evento de inauguração. 5. Iniciar atividades.	R\$50.000,00
Retomar o Cine debate	Programação regular de sessões do Cine Debate realizada, com registro de público e temas discutidos.	DCC	2025 a 2027	1. Definir curadoria (filmes, temas) e periodicidade. 2. Garantir espaço e equipamento adequados. 3. Convidar debatedores. 4. Divulgar programação. 5. Realizar as sessões/debates. 6. Coletar feedback.	Não se aplica
Realizar atividades de arte e cultura no Bosque Mekdece	[N] Atividades artístico-culturais realizadas no Bosque Mekdece, integradas à sua vocação ambiental/educacional.	Procce	2025 a 2027	1. Planejar (com gestores do Bosque) tipos de atividades adequadas ao espaço. 2. Definir calendário. 3. Organizar e realizar as atividades (shows acústicos, oficinas, contação de histórias, etc.). 4. Divulgar.	R\$10.000,00
Criar a Galeria de arte da Ufopa	Projeto executivo da Galeria de Arte elaborado e aprovado. (Opcional, se viável no período) Galeria de Arte implantada.	Procce	2027	1. Realizar estudo de viabilidade (espaço, custo, modelo de gestão). 2. Elaborar projeto arquitetônico/museográfico. 3. Buscar fontes de financiamento. 4. (Se financiado) Licitar e executar obra/adaptação. 5. Montar estrutura de gestão.	R\$300.000,00
Criar o anfiteatro da Ufopa	Projeto executivo do Anfiteatro elaborado e aprovado. (Opcional, se viável no período) Anfiteatro implantado.	Procce	2027	1. Realizar estudo de viabilidade (localização, capacidade, custo). 2. Elaborar projeto arquitetônico/engenharia. 3. Buscar fontes de financiamento. 4. (Se financiado) Licitar e executar obra.	R\$300.000,00
Incentivar o uso dos equipamentos culturais da Ufopa	Plano de divulgação e uso dos equipamentos culturais implementado. Aumento registrado na taxa de ocupação/uso dos equipamentos.	Procce	2025 a 2027	1. Mapear equipamentos culturais e capacidade ociosa. 2. Criar catálogo/guia de uso. 3. Divulgar equipamentos para comunidade interna/externa. 4. Simplificar processos de agendamento/reserva. 5. Oferecer capacitação para uso (se necessário). 6. Monitorar taxa de uso.	Não se aplica

27 **Iniciativa Tática: Consolidar os editais de fomento à cultura e à comunidade**

Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
------	-------------------	---------------	-------------	------------------	-----------------

	Publicar Edital Movimentos Culturais, para auxiliar discentes a realizarem ações de cultura.	Edital Movimentos Culturais [Número/Ano] publicado anualmente.	DCC	2025 a 2027	1. Garantir previsão orçamentária anual. 2. Revisar/atualizar regras do edital. 3. Publicar edital. 4. Realizar oficinas de apoio à elaboração de propostas. 5. Gerenciar seleção. 6. Acompanhar e apoiar execução dos projetos discentes.	R\$40.000,00 por ano
	Firmar, em parceria com a Ami, Acordo de Cooperação com a UEPA, para contratação de estagiários do curso de Música para regente do Coral da Ufopa	Acordo de Cooperação Técnica Ufopa-UEPA para estágio em regência de coral firmado. Plano de sustentabilidade do Coral da Ufopa elaborado.	Procce e Ami	2025	1. Negociar termos do Acordo com UEPA e Ami. 2. Elaborar minuta do Acordo. 3. Obter aprovações internas e assinar. 4. Implementar seleção/contratação de estagiário. 5. Elaborar plano para garantir continuidade do Coral (fontes de recurso, gestão, etc.).	Não se aplica
28	Iniciativa Tática: Desenvolver e aprovar normativa interna para creditação cultural					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Criar GT / Consultar PROEN (para elaborar a proposta de Resolução de Creditação da Cultura).	Proposta de Resolução de Creditação da Cultura elaborada pelo GT e validada pela PROCCE e PROEN.	GT (Procce + Proen + outros)	2025b - 2026a	1. Instituir Grupo de Trabalho (GT) com representação PROCCE, PROEN, discente, etc. 2. Realizar estudo de normativas similares e necessidades Ufopa. 3. Elaborar minuta da resolução (critérios, procedimentos). 4. Realizar consulta interna/pública. 5. Validar proposta com PROCCE/PROEN.	Não se aplica
29	Iniciativa Tática: Fomentar a pesquisa sobre Arte, Cultura e Saberes Diversos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Criar linha fomento / Estimular TCCs (que investiguem temas culturais e artísticos regionais, preferencialmente em pesquisa-ação ou colaborativa).	Linha de fomento à pesquisa em Arte/Cultura/Saberes implementada (via edital específico ou em editais existentes - IC, Extensão). Aumento no número de TCCs sobre o tema registrado.	Procce (em articulação com Proppit/Unidades)	2026 a 2027	1. Definir (com Proppit/Unidades) mecanismos para fomentar a pesquisa na área (linha em edital IC/Extensão, prêmios TCC, etc.). 2. Implementar o mecanismo escolhido. 3. Divulgar oportunidades para docentes/discentes. 4. Monitorar número de projetos/TCCs apoiados.	Custo depende do mecanismo (fomento? prêmios?)
30	Iniciativa Tática: Promover espaços para diálogo crítico e reflexivo de saberes					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Realizar seminários / Rodas de conversa (com metodologias que garantam diálogo horizontal e registro crítico).	[N] Seminários/Rodas de Conversa sobre temas relevantes (cultura, sociedade, universidade) realizados, com metodologias participativas e registro/divulgação das discussões.	DCC/Direx	2025 a 2027 (Contínuo)	1. Identificar temas emergentes/relevantes para debate. 2. Planejar eventos (formato, convidados, metodologia participativa). 3. Organizar e realizar os eventos. 4. Sistematizar e divulgar as reflexões/resultados.	Custo variável (convidados, logística)
31	Iniciativa Tática: Fomentar mecanismos de protagonismo cultural					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Revisar editais / Criar chamadas (que incentivem propostas originadas na comunidade interna e externa, com gestão compartilhada)	Editais da PROCCE revisados para incluir critérios de protagonismo/co-gestão. [N] Chamadas públicas específicas para propostas culturais da comunidade externa lançadas.	Direx/DCC	2025b - 2026a	1. Analisar editais atuais (Mov. Culturais, outros) e identificar oportunidades para incluir critérios de protagonismo/co-gestão. 2. Implementar revisões. 3. Avaliar viabilidade e lançar chamadas específicas para projetos da comunidade externa (ex: Pontos de Cultura Ufopa).	Custo se houver fomento nas chamadas específicas
32	Iniciativa Tática: Ampliar e diversificar a oferta de formação em artes e cultura					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Diagnóstico demandas / Mapear instrutores / Buscar recursos (para oferta regular e descentralizada de cursos/oficinas).	Relatório de diagnóstico de demandas formativas em artes/cultura concluído. Cadastro de potenciais instrutores (internos/externos) criado. Plano de captação de recursos elaborado.	DCC	2025	1. Aplicar questionários/entrevistas para levantar demandas da comunidade interna/externa. 2. Mapear docentes/técnicos/artistas locais com expertise para ministrar cursos. 3. Identificar fontes potenciais de financiamento (editais, parcerias). 4. Consolidar informações.	Não se aplica
33	Iniciativa Tática: Incentivar a internacionalização					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?

	Criar bolsas de extensão com foco na internacionalização.	Programa/Edital de Bolsas de Extensão Internacional criado e implementado.	Direx (apoiado por Arni)	2026 a 2027	1. Definir objetivos, modalidades (intercâmbio, projeto virtual), regras, orçamento. 2. Elaborar edital. 3. Consultar Arni e jurídico/adm. 4. Aprovar. 5. Publicar/divulgar. 6. Selecionar bolsistas/projetos. 7. Acompanhar.	R\$ 200.000,00
	Apoiar, no âmbito do CGPRITS, a Arni na elaboração e publicação do Edital Peex Internacional	Apoio técnico/conceitual da PROCCE fornecido ao CGPRITS/Arni na elaboração do Edital PEEEx Internacional.	Procce	2025 a 2027	1. Participar das reuniões de elaboração do edital PEEEx Internacional. 2. Contribuir com a perspectiva da extensão e cultura. 3. Revisar minutas do edital.	Não se aplica
	Buscar, em parceria com a RIDH, recursos internos e externos para ações de extensão internacional.	[N] Projetos/Propostas submetidas a fontes de financiamento (internas/externas) para ações de extensão internacional.	Procce (apoiado por RIDH)	2025 a 2027	1. Mapear (com RIDH) fontes de financiamento para extensão internacional. 2. Identificar/desenvolver propostas de ações internacionais. 3. Elaborar projetos para submissão a editais/fontes mapeadas. 4. Submeter propostas. 5. Acompanhar resultados.	Não se aplica
	Buscar parcerias com instituições estrangeiras, para fomentar ações integradas	[N] Parcerias internacionais formalizadas para ações integradas E-P-E.	Procce (apoiado por Arni)	2025 a 2027	1. Identificar instituições estrangeiras com potencial para parcerias E-P-E (via Arni, redes existentes). 2. Estabelecer contato e apresentar Ufopa/PROCCE. 3. Discutir possibilidades de colaboração E-P-E. 4. Formalizar parcerias (convênios, acordos).	Não se aplica
34	Iniciativa Tática: Dar visibilidade internacional às ações de extensão					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Desenvolver estratégias de comunicação voltada para promoção das atividades de extensão da Ufopa em redes internacionais, utilizando plataformas digitais e mídias sociais.	Plano de Comunicação Internacional da Extensão/Cultura elaborado e implementado. Materiais de divulgação bilíngues (site, folders) produzidos.	Procce	2025 a 2027	1. Definir público-alvo e objetivos da comunicação internacional. 2. Mapear canais relevantes (sites, redes sociais, plataformas acadêmicas). 3. Produzir/traduzir conteúdo (notícias, projetos). 4. Disseminar conteúdo nos canais definidos. 5. Monitorar alcance.	Não se aplica
	Incentivar a produção de artigos e relatórios sobre os projetos de extensão da Ufopa e submeter a revistas internacionais.	[N] Artigos/Relatórios sobre extensão/cultura Ufopa publicados em veículos internacionais. Repositório bilíngue de publicações/relatórios criado.	Procce	2024 a 2027	1. Mapear periódicos/eventos internacionais relevantes. 2. Incentivar (via editais, capacitação) docentes/técnicos/discentes a publicar internacionalmente. 3. Oferecer apoio (revisão inglês, etc.). 4. Criar/alimentar repositório online bilíngue com as produções.	Não se aplica
35	Iniciativa Tática: Desenvolver metodologia para gestão participativa de parcerias					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Definir fluxos / Criar modelos / Capacitar equipe (para prospecção, negociação, formalização e acompanhamento de parcerias diversas).	Manual/Fluxograma de Gestão de Parcerias da PROCCE elaborado e aprovado. Modelos de documentos de parceria (acordo, convênio) padronizados. Equipe da PROCCE capacitada.	Procce	2025 a 2027	1. Mapear tipos de parcerias e fluxos atuais. 2. Desenhar fluxograma otimizado (prospecção à avaliação). 3. Criar/adaptar modelos de documentos (com apoio jurídico). 4. Elaborar manual de procedimentos. 5. Realizar treinamento interno para a equipe da PROCCE.	Não se aplica
36	Iniciativa Tática: Mapear e prospectar parcerias estratégicas (Nacionais e Internacionais)					
	Ação	O que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto custará?
	Levantar parceiros potenciais / Agendar reuniões (com base em critérios estratégicos e áreas prioritárias).	Lista de parceiros estratégicos potenciais (nacionais/internacionais) priorizada. [N] Reuniões de prospecção realizadas com parceiros prioritários.	Procce	2025 a 2027 (Contínuo)	1. Definir critérios para identificar parceiros estratégicos (alinhamento missão, capacidade, etc.). 2. Mapear potenciais parceiros (usando redes, bases de dados, indicações). 3. Priorizar lista. 4. Preparar material de apresentação. 5. Agendar e realizar reuniões iniciais.	Não se aplica
37	Iniciativa Tática: Ampliar a Divulgação e Acessibilidade dos Editais de Apoio a Projetos Culturais					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Organizar oficinas e minicursos presenciais e online para orientar os estudantes sobre como elaborar projetos culturais, focando nas etapas de planejamento, redação, execução e prestação de contas.	[N] Oficinas/Minicursos sobre elaboração de projetos culturais realizadas para estudantes, com material de apoio disponibilizado.	DCC	2025 a 2027	1. Planejar conteúdo e formato das oficinas (foco nos editais da PROCCE). 2. Elaborar material didático (guias, modelos). 3. Agendar e divulgar amplamente para estudantes. 4. Realizar as oficinas (presenciais/online). 5. Disponibilizar materiais online.	Não se aplica

	Promover eventos itinerantes nos campi da Ufopa, para divulgar as oportunidades e engajar os estudantes	[N] Eventos de divulgação dos editais/ações culturais realizados nos diferentes campi da Ufopa.	DCC	2025 a 2027	1. Planejar calendário de eventos itinerantes nos campi. 2. Organizar logística (transporte, espaço). 3. Preparar material de divulgação específico para cada campus. 4. Realizar os eventos, buscando interação e tirando dúvidas dos estudantes.	Não se aplica
	Criar uma revista digital voltada para a divulgação de produções artísticas dos estudantes, incluindo ensaios, portfólios, vídeos, textos e entrevistas com os artistas envolvidos nos projetos culturais.	Revista Digital de Produção Artística Discente lançada, com [N] edições publicadas.	Procce	2025 a 2027	1. Definir escopo, nome, formato e plataforma da revista. 2. Formar conselho editorial/curadoria. 3. Abrir chamada para submissão de trabalhos discentes. 4. Selecionar e editar conteúdo. 5. Publicar edições periodicamente. 6. Divulgar a revista.	Não se aplica
	Realizar o Festival Itinerante de Arte e Cultura	[N] Edições do Festival Itinerante de Arte e Cultura realizadas nos campi da Ufopa.	Procce	2026 a 2027	1. Definir formato, programação e cronograma do festival itinerante. 2. Articular com os campi. 3. Abrir chamada para participação de artistas/grupos discentes. 4. Organizar logística (transporte, palco, som). 5. Realizar o festival em cada campus. 6. Avaliar.	R\$40.000,00 por ano
38	Iniciativa Tática: Fortalecer a transparência e o acesso público aos dados da extensão					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Publicar o Georreferenciamento de ações de extensão (Piape 2023) (e mantê-lo atualizado como ferramenta de transparência).	Plataforma Piape mantida atualizada com dados dos projetos de extensão e acessível ao público.	Procce	2025 a 2027 (Contínuo)	1. Definir fluxo e responsabilidade pela atualização contínua do Piape. 2. Garantir que novos projetos sejam inseridos na plataforma. 3. Realizar verificações periódicas da qualidade e atualização dos dados. 4. Divulgar o Piape como ferramenta de transparência.	Custo de manutenção da plataforma/staff
	Criar o Tinder da Extensão - um espaço de interação entre a comunidade externa e os projetos de extensão cadastrados na Procce...	Aplicativo/Plataforma "Tinder da Extensão" desenvolvido e lançado, com [N] projetos cadastrados e [N] usuários externos registrados.	Direx	2025 a 2027	1. Detalhar requisitos funcionais da plataforma. 2. Contratar/desenvolver a plataforma. 3. Definir fluxo para cadastro/atualização dos projetos. 4. Promover a plataforma para comunidade externa e projetos. 5. Lançar e monitorar uso.	R\$8.400,00 por ano (reajustável a depender do valor da bolsa)
39	Iniciativa Tática: Realizar diagnóstico dos fluxos administrativos					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Instituir GT interno para elaboração do mapeamento dos fluxos administrativos internos (incluindo fluxos manuais e interações entre sistemas/pessoas).	Relatório de Mapeamento e Diagnóstico dos Fluxos Administrativos da PROCCE concluído, com propostas de melhoria priorizadas.	GT (Procce)	2025 a 2027	1. Formalizar Grupo de Trabalho (GT). 2. Definir escopo e metodologia do mapeamento. 3. Mapear fluxos prioritários (ex: editais, parcerias, relatórios) usando entrevistas, análise documental, observação. 4. Identificar gargalos e oportunidades de melhoria. 5. Elaborar relatório final com diagnóstico e pronostas.	Não se aplica
40	Iniciativa Tática: Criar um plano geral de avaliação da extensão					
	Ação	O que será feito?	Por quem será	Quando será	Como será feito?	Quanto custará?
	Realizar reuniões com membros do comitê de extensão, coordenadores de curso, professores extensionistas, para definir os objetivos principais do plano de avaliação, com vistas a mensurar a eficácia das ações de extensão e seu impacto na comunidade.	Plano Geral de Avaliação da Extensão e Cultura da Ufopa elaborado participativamente e aprovado pela PROCCE.	Direx	2025 a 2027	1. Formar grupo de trabalho/consulta ampliado. 2. Definir objetivos, escopo e dimensões da avaliação (ex: processos, resultados, impacto). 3. Selecionar indicadores-chave (KPIs). 4. Definir métodos de coleta e análise de dados. 5. Elaborar estrutura e cronograma da avaliação. 6. Validar e aprovar o plano.	Não se aplica
	Instituir GT, em parceria com a Proen, para avaliar a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.	Relatório de Avaliação da Curricularização da Extensão concluído, com recomendações para aprimoramento.	GT (Procce e Proen)	2025 a 2027	1. Formalizar GT (Procce/Proen). 2. Definir metodologia de avaliação (análise PPCs, consulta NDEs/discentes). 3. Coletar e analisar dados sobre a implementação da curricularização. 4. Identificar desafios e boas práticas. 5. Elaborar relatório com diagnóstico e recomendações.	Não se aplica

APÊNDICE 3 - FICHA DE DESCRIÇÃO DE INDICADORES

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Aumentar o número de ações integradas
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de ações integradas E-P-E realizadas / NAIIntEPE
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos ou outras ações coordenadas ou apoiadas pela PROCCE, dentro do período de referência, que comprovadamente articularam as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme os critérios institucionais estabelecidos.
Fórmula	$\text{NAIntEPE} = \Sigma (\text{Ações que atendem aos critérios de integração E-P-E no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de ações)
Fonte de coleta de dados	Cadastro Oficial de Ações de Extensão da Ufopa (Ex: Módulo Extensão SIGAA ou sistema equivalente). Relatórios anuais de gestão da PROCCE. Relatórios finais de projetos fomentados (Ex: Editais PEEEx, PACEX). Atas de reuniões de colegiados ou comitês pertinentes (se aplicável).
Como apurar o Indicador	1. Levantar a lista completa de todas as ações (programas, projetos, cursos, etc.) registradas e/ou coordenadas pela PROCCE durante o ano de referência, utilizando as fontes de dados mencionadas. 2. Para cada ação identificada, aplicar os critérios formais de integração E-P-E (previamente definidos e documentados pela instituição/PROCCE). 3. Contabilizar o número total de ações que satisfizeram plenamente os critérios de integração E-P-E.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o volume de atividades que buscam a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, refletindo o esforço da PROCCE em promover essa integração. É crucial que os critérios para classificar uma ação como "integrada E-P-E" sejam bem definidos, objetivos, documentados e aplicados de forma consistente para garantir a confiabilidade e comparabilidade do indicador ao longo do tempo. Este indicador mede a quantidade, não necessariamente a qualidade ou o impacto da integração em cada ação.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Ampliar o diálogo intercultural com as comunidades da região amazônica
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de eventos ou ações formais de diálogo intercultural realizados. (NEADIA)
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de eventos, reuniões estruturadas, oficinas, seminários ou outras ações formais (excluindo interações cotidianas e informais) promovidos ou co-realizados pela PROCCE durante o ano de referência, que tiveram como objetivo principal e explícito a promoção do diálogo intercultural com comunidades da região (indígenas, quilombolas, extrativistas, etc.) e que foram efetivamente realizados.
Fórmula	$NEADIA = \Sigma$ (Eventos/Ações formais de diálogo intercultural realizados no período)
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de instâncias)
Fonte de coleta de dados	Atos Normativos da Ufopa (Boletim de Serviço, Repositório Institucional). Atas de Reunião das instâncias. Relatórios de Atividades das instâncias / Relatório de Gestão da PROCCE. Consultas diretas às secretarias/coordenações das instâncias.
Como apurar o Indicador	Contabilizar cada evento/ação formal distinta realizada (ex: uma série de 3 encontros de um fórum temático contaria como 3 ações para o ano, ou 1 se o "fórum" for a unidade de medida, dependendo da definição).
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a estrutura formal que a instituição dedica ao diálogo intercultural. Indica um esforço de institucionalização e regularidade desse diálogo. Contudo, o indicador não mede a qualidade, a profundidade, a representatividade ou a efetividade do diálogo ocorrido nessas instâncias. A definição de "atividade mínima" (uma reunião/ano) pode ser ajustada para refletir um nível de atividade mais significativo, se necessário.

Unidade Responsável	PROCCE (Diretoria de Cultura e Comunidade - DCC / Diretoria de Extensão - Direx)
Iniciativa Tática	Aumentar o número de ações que visem à valorização dos saberes tradicionais e artísticos
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de projetos, eventos ou programas voltados à valorização de saberes tradicionais e artísticos realizados anualmente / NAVSTA
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de ações distintas (projetos, programas, eventos, oficinas, cursos, publicações, exposições, etc.) coordenadas, fomentadas ou realizadas pela PROCCE durante o ano de referência, cujo objetivo principal ou um de seus objetivos explícitos seja o reconhecimento, documentação, promoção, difusão ou valorização de saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.) ou de expressões artísticas regionais.
Fórmula	$NAVSTA = \Sigma (\text{Ações com foco explícito na valorização de Saberes Tradicionais ou Artes Regionais no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de ações)
Fonte de coleta de dados	Cadastro Oficial de Ações de Extensão e Cultura (Ex: SIGAA). Relatórios anuais de gestão da PROCCE (DCC e Direx). Relatórios finais de projetos fomentados por editais específicos (Ex: Movimentos Culturais, editais de apoio a saberes tradicionais, se houver). Portfólio de eventos e publicações da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Consolidar a lista de todas as ações coordenadas ou fomentadas pela PROCCE no ano de referência, a partir das fontes de dados. 2. Analisar a descrição, objetivos e resultados de cada ação listada. 3. Aplicar os critérios pré-definidos para identificar se a ação teve como foco explícito a valorização de saberes tradicionais ou artes regionais. 4. Contabilizar o número total de ações que atenderam a esses critérios.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o volume de atividades direcionadas especificamente para a valorização da diversidade cultural e epistêmica regional. Reflete o esforço da PROCCE em cumprir seu papel de reconhecimento e promoção desses saberes. A clareza dos critérios para definir "foco explícito na valorização" é essencial para evitar subjetividade na contagem. O indicador mede a quantidade de ações, não a profundidade, alcance ou impacto efetivo da valorização proporcionada por cada uma.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - Gabinete/Diretorias)
Iniciativa Tática	Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de estratégias formais (políticas, resoluções, planos) desenvolvidas e implementadas para a valorização de saberes tradicionais e artísticos / NEstraVSTA
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de documentos formais (como políticas institucionais, resoluções aprovadas em conselhos, planos de ação específicos, programas estruturados) que foram criados, aprovados e/ou implementados pela PROCCE (ou com sua liderança) no período de referência, com o objetivo explícito de orientar, normatizar ou promover sistematicamente a valorização de saberes tradicionais e/ou expressões artísticas regionais no âmbito da Ufopa.
Fórmula	$\text{NEstraVSTA} = \Sigma (\text{Documentos formais de estratégia [política, resolução, plano, programa] com foco em VSTA criados/aprovados/implementados no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de estratégias/documentos formais)
Fonte de coleta de dados	Atos Normativos da Ufopa (Resoluções, Portarias). Planos de Gestão/Ação da PROCCE. Documentos oficiais de programas ou políticas específicas aprovados. Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Identificar todos os novos documentos formais (políticas, resoluções, planos, programas estruturados) aprovados ou implementados sob liderança da PROCCE no ano de referência. 2. Analisar o escopo e os objetivos de cada documento identificado. 3. Verificar quais documentos têm como objetivo explícito e central a valorização de saberes tradicionais e/ou artísticos. 4. Contabilizar o número de documentos que atendem a esses critérios.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o esforço de planejamento estratégico e institucionalização das ações de valorização de saberes tradicionais e artísticos. Indica uma abordagem mais sistemática e menos pontual. Um número baixo pode indicar pouca atividade de formulação de novas estratégias no período, ou que as estratégias existentes são de longo prazo e não houve necessidade de novas. O indicador não mede a qualidade, a abrangência ou a efetividade da implementação dessas estratégias. É importante diferenciar uma "estratégia" (documento orientador) de uma "ação" (execução).

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Incentivar que os saberes tradicionais sejam incorporados nas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Percentual de ações integradas E-P-E que incorporam saberes tradicionais de forma ética e com protagonismo comunitário / PAIntST_EP
Classificar de Indicador	Resultado (Mede a qualidade ou característica específica das ações E-P-E realizadas)
O que o indicador mostra	A proporção, dentro do universo de ações integradas E-P-E realizadas no período, daquelas que demonstraram uma incorporação de saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, etc.) que respeitou princípios éticos (ex: consentimento prévio, retorno à comunidade) e garantiu o protagonismo (participação ativa e decisória) das comunidades detentoras desses saberes em sua concepção, execução ou avaliação, conforme critérios institucionais definidos.
Fórmula	$PAIntST_EP = (NAIntEPE_STQuali / NAIntEPE) \times 100$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Percentual (%)
Fonte de coleta de dados	Relatórios finais detalhados dos projetos/ações E-P-E. Propostas originais dos projetos/ações. Instrumentos de avaliação específicos (ex: formulários de autoavaliação dos projetos, avaliação por comitê específico, consulta às comunidades parceiras, quando aplicável e eticamente viável). Registros do Comitê de Ética em Pesquisa (se aplicável a componentes de pesquisa).
Como apurar o Indicador	1. Apurar o número total de ações E-P-E no período (NAIntEPE). 2. Para cada uma dessas ações, aplicar a rubrica ou checklist de critérios que definem a "incorporação ética e protagonista de saberes tradicionais" (a ser desenvolvida pela PROCCE, possivelmente com consulta a especialistas e comunidades). 3. Identificar e contar o número de ações E-P-E que atendem satisfatoriamente a esses critérios qualitativos (NAIntEPE_STQuali). 4. Calcular o percentual utilizando a fórmula.
Interpretação Observação	Quanto maior o percentual, melhor, indicando que as ações integradas da Ufopa estão não apenas buscando a indissociabilidade E-P-E, mas também incorporando saberes tradicionais de maneira respeitosa, ética e não extrativista, valorizando o protagonismo das comunidades. Um percentual baixo pode indicar que a incorporação de ST, quando ocorre, ainda é superficial ou não atende aos critérios éticos/participativos. A complexidade reside na definição e aplicação consistente dos critérios qualitativos. Requer um esforço de avaliação mais aprofundado do que a simples contagem de ações.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Criar um banco de saberes tradicionais
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de registros (mestres, saberes, práticas) validados e incluídos no banco (com consentimento livre, prévio e informado) / NRegBST
Classificar de Indicador	Resultado (Mede diretamente o produto/conteúdo gerado pela iniciativa)
O que o indicador mostra	A quantidade de entradas distintas e validadas (referentes a mestres de saberes, conhecimentos específicos, práticas culturais/produativas, etc.) que foram efetivamente inseridas no Banco de Saberes Tradicionais durante o período de referência, assegurando que cada registro foi obtido e incluído com o consentimento livre, prévio e informado dos detentores do saber ou de seus representantes legítimos, conforme protocolo ético estabelecido.
Fórmula	$NRegBST = \Sigma (\text{Registros únicos e validados incluídos no Banco no período, com CLPI})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de registros)
Fonte de coleta de dados	O próprio Banco de Saberes Tradicionais (sistema/plataforma). Registros de validação dos conteúdos. Arquivo/Sistema de gestão dos Termos de Consentimento Livre, Prévio e Informado (TCLPIs). Relatórios de atividades da equipe gestora do Banco.
Como apurar o Indicador	1. Acessar o sistema do Banco de Saberes Tradicionais ao final do período de referência (ano). 2. Contabilizar o número total de registros únicos que foram inseridos durante aquele período. 3. Verificar, para cada registro contabilizado, a existência da validação do conteúdo e do respectivo TCLPI arquivado e válido. 4. O resultado final é o número de registros que atendem a todos os critérios (novo, validado, com consentimento).
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o volume de conhecimento tradicional documentado e incluído no banco de forma ética, indicando o sucesso em popular e enriquecer o banco. Um número baixo após o banco estar operacional pode indicar dificuldades na coleta, na validação, na obtenção de consentimento, ou baixa priorização da alimentação do banco. Este indicador mede quantidade de registros, não necessariamente a profundidade, a diversidade ou a representatividade dos saberes incluídos. A garantia do CLPI é fundamental para a legitimidade do indicador.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - Direx/DCC)
Iniciativa Tática	Promover diálogo e intercâmbio de saberes.
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de produtos ou ações concretas resultantes do intercâmbio de saberes (publicações conjuntas, projetos colaborativos, etc.) / NProdIntS
Classificar de Indicador	Resultado (Mede os outputs tangíveis e verificáveis gerados a partir das iniciativas de diálogo/intercâmbio)
O que o indicador mostra	A quantidade de resultados concretos e identificáveis (como publicações co-autoradas, projetos desenvolvidos em conjunto, materiais didáticos/culturais co-criados, novas tecnologias sociais adaptadas, políticas internas influenciadas, etc.) que foram gerados durante o período de referência como consequência direta ou fruto de processos formais ou informais de diálogo e intercâmbio de saberes promovidos ou apoiados pela PROCCE entre a comunidade acadêmica e detentores de saberes tradicionais/artísticos.
Fórmula	$NProdIntS = \Sigma (\text{Produtos/Ações concretas identificadas como resultado do intercâmbio de saberes no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de produtos/ações)
Fonte de coleta de dados	Relatórios finais de projetos e ações de extensão/cultura que promovam o intercâmbio. Atas de reuniões de fóruns/comitês de diálogo intercultural (Ex: NIDIA). Repositório Institucional (para publicações). Cadastro de Projetos (SIGAA ou equivalente). Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Consultas diretas aos coordenadores de ações e parceiros comunitários (quando apropriado).
Como apurar o Indicador	1. Mapear todas as iniciativas formais de diálogo e intercâmbio de saberes promovidas/apoiadas pela PROCCE no período. 2. Analisar os relatórios e registros dessas iniciativas para identificar potenciais produtos/ações concretas resultantes. 3. Para cada produto/ação potencial identificado, verificar (através de documentação ou consulta) se ele é de fato um resultado direto do processo de intercâmbio de saberes. 4. Contabilizar o número total de produtos/ações validados como resultantes do intercâmbio no período.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, mais tangível e produtivo foi o resultado das iniciativas de diálogo e intercâmbio de saberes, indicando que a interação está gerando frutos concretos e possivelmente soluções inovadoras ou conhecimento co-criado. Um número baixo pode sugerir que o diálogo ainda está em fase inicial, que as iniciativas não estão focadas em gerar produtos, ou que há dificuldade em identificar/registrar esses resultados. Mede a quantidade de resultados, não necessariamente o impacto ou a relevância de cada um. A validação da conexão causal entre o intercâmbio e o produto é o ponto mais crítico e potencialmente subjetivo na apuração deste indicador.

Unidade Responsável	PROCCE (em parceria com Proppit, Proges, Arni e IFII)
Iniciativa Tática	Criar, em parceria com Proppit, Proges, Arni e IFII, um Programa de publicação em línguas indígenas.
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de publicações lançadas em línguas indígenas no programa ao longo do ano / NPubLI
Classificar de Indicador	Resultado (Mede o output direto do programa de publicação)
O que o indicador mostra	A quantidade de obras distintas (livros, cartilhas, vídeos com legendas/dublagem, aplicativos, websites, etc.) publicadas e lançadas oficialmente durante o ano de referência, que foram produzidas total ou parcialmente em línguas indígenas faladas na região de abrangência da Ufopa, como resultado direto do Programa de Publicação em Línguas Indígenas estabelecido em parceria entre PROCCE e outras unidades (Proppit, Proges, Arni, IFII).
Fórmula	$N\text{PubLI} = \Sigma (\text{Publicações únicas em Línguas Indígenas lançadas pelo Programa no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de publicações)
Fonte de coleta de dados	Registros do Programa de Publicação em Línguas Indígenas (Edital, projetos aprovados, relatórios). Catálogo de publicações da Editora Universitária (se aplicável) ou da PROCCE/Parceiros. Repositório Institucional. Notícias e registros de lançamento das publicações (site da Ufopa, redes sociais).
Como apurar o Indicador	1. Identificar todas as publicações que foram oficialmente lançadas durante o ano de referência e que foram fomentadas ou produzidas no âmbito do Programa de Publicação em Línguas Indígenas. 2. Verificar se cada publicação lançada contém, de fato, conteúdo significativo em uma ou mais línguas indígenas relevantes para a região. 3. Contabilizar o número total de publicações únicas que atendem a esses critérios.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a produção editorial e de materiais em línguas indígenas apoiada pelo programa, indicando sucesso em fomentar e viabilizar essas publicações. Contribui diretamente para a valorização e registro dessas línguas. Um número zero ou baixo pode indicar que o programa ainda não está operacional, que não houve propostas aprovadas, ou que os projetos estão em andamento mas sem lançamentos no período. Não mede a qualidade, o alcance, a distribuição ou o impacto de cada publicação.

Unidade Responsável	PROCCE (em parceria com Dain, Proges, IFII e Sibi)
Iniciativa Tática	Promover a difusão das línguas indígenas
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de eventos, cursos ou materiais de divulgação sobre línguas indígenas realizados ou disponibilizados ao público / NEDiffLI
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de iniciativas distintas (como festivais culturais, feiras de livros com foco em línguas indígenas, seminários temáticos, cursos de línguas indígenas para a comunidade, materiais de divulgação como folders, vídeos curtos, posts em redes sociais, etc.) que foram realizadas ou produzidas e disponibilizadas pela PROCCE e seus parceiros durante o ano de referência, com o objetivo claro de promover o conhecimento, o uso ou a valorização das línguas indígenas.
Fórmula	$\text{NEDiffLI} = \Sigma (\text{Eventos únicos} + \text{Cursos únicos} + \text{Materiais de divulgação únicos sobre Línguas Indígenas no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de eventos/cursos/materiais)
Fonte de coleta de dados	Relatórios de eventos organizados (festivais, feiras, seminários). Registros de cursos ofertados (listas de presença, planos de curso). Arquivo de materiais de divulgação produzidos (impressos, digitais). Relatório Anual de Gestão da PROCCE e parceiros (Dain, Proges, IFII, Sibi). Mídias sociais e websites da Ufopa/PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Consolidar a lista de todos os eventos, cursos e materiais de divulgação distintos realizados/disponibilizados pela PROCCE e seus parceiros no ano de referência. 2. Verificar se cada item teve como foco principal ou um de seus focos explícitos a difusão (promoção, conhecimento, uso, valorização) das línguas indígenas. 3. Contabilizar cada evento, curso ou material único que atenda a esses critérios
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o esforço de divulgação e promoção das línguas indígenas junto ao público. Reflete a variedade de estratégias utilizadas para aumentar a visibilidade e o conhecimento sobre essas línguas. Um número baixo pode indicar pouca atividade de difusão ou concentração em poucas iniciativas. O indicador não mede o alcance (público atingido) nem o impacto (mudança de percepção, aumento de falantes, etc.) dessas iniciativas de difusão. É importante definir bem o que constitui um "material de divulgação único" para evitar contagem duplicada ou inflacionada.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Fortalecer as parcerias já existentes e criar novas com comunidades tradicionais.
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de novas parcerias estabelecidas e número de parcerias renovadas ou ampliadas com longo do ano / NParcTrad Dinamica
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	Este indicador acompanha a dinâmica da rede de parcerias da PROCCE/Ufopa com comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, etc.), mostrando: 1. Novas Parcerias: Quantas novas relações de parceria foram formalmente estabelecidas com comunidades tradicionais durante o ano de referência. 2. Parcerias Renovadas/Ampliadas: Quantas parcerias já existentes tiveram seus instrumentos formais (convênios, acordos, termos) renovados ou aditivados (ampliando escopo ou prazo) durante o ano de referência, indicando continuidade e/ou aprofundamento da relação.
Fórmula	$NParcTrad_Novas = \Sigma (Novas\ parcerias\ formais\ com\ Comunidades\ Tradicionais\ estabelecidas\ no\ período)$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de novas parcerias) Número (Quantidade de parcerias renovadas/ampliadas)
Fonte de coleta de dados	Registros de Convênios, Acordos de Cooperação, Termos de Parceria e seus Aditivos (gerenciados pela PROCCE ou setor responsável na Ufopa). Sistema de Gestão de Projetos/Convênios (se houver). Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Processos administrativos de formalização das parcerias.
Como apurar o Indicador	1. Identificar todos os instrumentos formais de parceria (novos termos, aditivos, renovações) assinados entre a PROCCE/Ufopa e Comunidades Tradicionais durante o ano de referência. 2. Separar os instrumentos que representam o início de uma nova parceria daqueles que representam a renovação ou ampliação de uma parceria preexistente. 3. Contabilizar o número de novas parcerias 4. Contabilizar o número de parcerias renovadas ou ampliadas.
Interpretação Observação	NParcTrad_Novas: Indica a capacidade de expansão da rede de colaboração com novas comunidades. Um número crescente sugere sucesso na prospecção e estabelecimento de novas relações. NParcTrad_RenovAmp: Indica a capacidade de manter e aprofundar relacionamentos já existentes, refletindo a consolidação e a confiança mútua.

Unidade Responsável	PROCCE (em articulação com PROPPIT)
Iniciativa Tática	Fomentar a pesquisa sobre saberes tradicionais e artísticos (integrada à extensão)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de projetos de pesquisa (TCC, IC, Pós-grad., Docente) financiados/apoiados sobre saberes tradicionais/artísticos com componente de extensão. NPesqST_Ext
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de projetos de pesquisa formalmente aprovados e que receberam algum tipo de apoio (financeiro, bolsa, logístico, etc.) da PROCCE (ou de editais com sua participação/influência) durante o ano de referência, cujo objeto de estudo principal sejam os saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, etc.) e/ou expressões artísticas regionais, e que, adicionalmente, demonstrem um componente explícito e significativo de extensão universitária integrado à proposta de pesquisa.
Fórmula	$NPesqST_Ext = \sum (ProjPesq_ST_Ext_Apoiado_i)$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de publicações)
Fonte de coleta de dados	Relatórios finais dos projetos de pesquisa fomentados (que devem listar as publicações). Currículo Lattes dos pesquisadores envolvidos nos projetos. Bases de dados de publicações científicas (SciELO, Google Scholar, etc.) buscando por autores/projetos. Repositório Institucional da Ufopa. Acompanhamento junto aos coordenadores dos projetos fomentados.
Como apurar o Indicador	1. Identificar os projetos de pesquisa sobre saberes tradicionais/artísticos com componente de extensão que foram apoiados pela PROCCE (base do indicador NPesqST_Ext). 2. Para cada um desses projetos, buscar nas fontes de dados as publicações científicas que foram efetivamente publicadas no ano de referência e que declaram ser resultado daquele projeto. 3. Validar a natureza científica e o status de "publicado" de cada item. 4. Contabilizar o número de publicações distintas.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a disseminação científica do conhecimento gerado pelos projetos fomentados, indicando que a pesquisa está resultando em produção acadêmica qualificada. Um número baixo pode indicar que os projetos ainda estão em andamento, dificuldades na publicação, ou que a produção está sendo direcionada para outros formatos (relatórios técnicos, materiais para comunidades, etc., que seriam medidos por outros indicadores, se relevante).

Unidade Responsável	PROCCE (em parceria com Assessoria de Inovação Tecnológica - AIT)
Iniciativa Tática	Criar programas de divulgação e popularização da ciência (e tecnologia, em diálogo com saberes locais)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de programas de divulgação de ciência realizados (ou eventos) e o número de participantes ou audiência alcançada / NDivCie_Part
Classificar de Indicador	Resultado (Mede tanto o volume de iniciativas quanto o seu alcance inicial)
O que o indicador mostra	Este indicador é composto por duas métricas: 1. Número de programas/eventos: A quantidade de programas estruturados ou eventos distintos (feiras de ciência, semanas de tecnologia, cafés científicos, ciclos de palestras, exposições, etc.) realizados pela PROCCE e seus parceiros no ano de referência, com o objetivo principal de divulgar e popularizar o conhecimento científico e tecnológico produzido na Ufopa e/ou promover o diálogo entre esses conhecimentos e os saberes locais/tradicionais. 2. Número de participantes/audiência: O número total estimado de pessoas que participaram diretamente dos eventos presenciais ou que foram alcançadas pelas ações de divulgação (ex: visualizações de conteúdo online, ouvintes de rádio, etc.).
Fórmula	<i>O indicador será reportado como duas informações separadas:</i> $NDivCie_ProgEve = \Sigma (\text{Programas/Eventos únicos de Divulgação Científica no período})$ $NDivCie_Alcance = \Sigma (\text{Participantes diretos nos eventos} + \text{Audiência estimada das ações online/mídia})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de programas/eventos) Número (Quantidade de participantes/audiência)
Fonte de coleta de dados	Relatórios de eventos de divulgação científica (listas de presença, dados de inscrição). Métricas de plataformas online (sites, redes sociais, YouTube) para conteúdos de divulgação. Relatórios de projetos de divulgação científica. Relatório Anual de Gestão da PROCCE e parceiros (AIT). Clipping de mídia (se aplicável).
Como apurar o Indicador	Para NDivCie_ProgEve: 1. Listar todos os programas/eventos de divulgação científica realizados no período. 2. Contabilizar os programas/eventos únicos. Para NDivCie_Alcance: 1. Para cada evento presencial, somar o número de participantes registrados. 2. Para cada ação online/mídia, coletar os dados de alcance (visualizações, ouvintes, etc.) e aplicar metodologia de estimativa, se necessário, para evitar dupla contagem e obter uma estimativa consolidada. 3. Somar os participantes diretos com a audiência estimada.
Interpretação Observação	NDivCie_ProgEve: Quanto maior o número, maior o esforço e a variedade de iniciativas para divulgar a ciência. NDivCie_Alcance: Quanto maior o número, maior o alcance das ações de divulgação, indicando que mais pessoas estão sendo expostas ao conhecimento científico e ao diálogo de saberes.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Fomentar o empreendedorismo social e negócios sustentáveis
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de relatórios de avaliação de impacto social e ambiental desses empreendimentos / NRelImpactoESA
Classificar de Indicador	Resultado (Mede a capacidade dos empreendimentos apoiados de demonstrar e reportar seu impacto, o que é um resultado indireto do fomento qualificado)
O que o indicador mostra	A quantidade de relatórios formais de avaliação de impacto socioambiental que foram produzidos e apresentados pelos empreendimentos sociais ou negócios sustentáveis que receberam apoio (financeiro, técnico, mentoria, incubação, etc.) da PROCCE durante o período de referência ou como resultado de um ciclo de apoio concluído. Este indicador busca inferir a maturidade e o compromisso dos empreendimentos apoiados com a mensuração e comunicação de seus resultados e transformações sociais e ambientais.
Fórmula	$NRelImpactoESA = \Sigma (\text{Relatórios de Avaliação de Impacto Socioambiental apresentados por empreendimentos apoiados no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de relatórios)
Fonte de coleta de dados	Editais de fomento ao empreendedorismo social/negócios sustentáveis (se houverem requisitos de relatório de impacto). Relatórios de acompanhamento dos empreendimentos apoiados pela PROCCE. Os próprios relatórios de impacto socioambiental produzidos pelos empreendimentos. Comunicação direta com os empreendedores apoiados.
Como apurar o Indicador	1. Identificar todos os empreendimentos sociais e negócios sustentáveis que receberam apoio formal da PROCCE no contexto desta iniciativa e cujo ciclo de apoio (ou período de reporte) se encerrou ou ocorreu no ano de referência. 2. Verificar, para cada empreendimento, se foi produzido e entregue/disponibilizado um relatório que avalie seu impacto social e/ou ambiental. 3. Contabilizar o número de relatórios distintos apresentados.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o indicativo de que os empreendimentos fomentados pela PROCCE estão engajados em medir e comunicar seu impacto, o que sugere um nível de profissionalismo e foco na missão socioambiental. Um número baixo pode indicar que os empreendimentos ainda não têm capacidade ou cultura de medir impacto, ou que a PROCCE não está exigindo/incentivando suficientemente essa prática.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Estabelecer Redes de Colaboração Interinstitucional para a Sustentabilidade
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de redes de colaboração interinstitucional formalizadas e ativas e o número de projetos conjuntos voltados para a sustentabilidade desenvolvidos dentro dessas redes / NRedSust_ProjSust
Classificar de Indicador	Resultado (Mede tanto a formação das estruturas de colaboração quanto os produtos gerados por elas)
O que o indicador mostra	Este indicador é composto por duas métricas interligadas: 1. Número de redes de colaboração: A quantidade de redes, fóruns, consórcios ou outras formas de articulação interinstitucional, com participação formal da PROCCE/Ufopa, que foram estabelecidas (ou às quais a Ufopa aderiu formalmente) e que estão ativas, tendo como objetivo principal a promoção da sustentabilidade e/ou a solução de problemas socioambientais na região. 2. Número de projetos conjuntos: A quantidade de projetos, programas ou ações concretas com foco em sustentabilidade que foram planejados e/ou executados colaborativamente no âmbito dessas redes ativas, com participação efetiva da PROCCE/Ufopa, durante o período de referência.
Fórmula	<i>O indicador será reportado como duas informações separadas:</i> $NRedSust_Ativas = \Sigma (\text{Redes de colaboração interinstitucional para sustentabilidade formalizadas com participação da Ufopa, que realizaram atividades no período})$ $NProjSust_Rede = \Sigma (\text{Projetos/programas/ações de sustentabilidade desenvolvidos em colaboração no âmbito das NRedSust_Ativas, com participação da Ufopa, no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de redes) Número (Quantidade de projetos)
Fonte de coleta de dados	Termos de Adesão, Atas de Criação ou outros documentos de formalização das Redes. Atas de Reunião e Relatórios de Atividades das Redes. Documentos de projetos conjuntos (propostas, relatórios de progresso, termos de parceria específicos do projeto). Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Comunicação com os representantes da Ufopa nas Redes.
Como apurar o Indicador	Para NRedSust_Ativas: 1. Listar todas as redes de colaboração interinstitucional para sustentabilidade das quais a PROCCE/Ufopa formalmente participa. 2. Verificar, para cada rede, se houve atividade registrada (reuniões, ações) no ano de referência. 3. Contabilizar o número de redes ativas. Para NProjSust_Rede: 1. Para cada rede ativa identificada, levantar os projetos conjuntos de sustentabilidade que tiveram início ou execução no ano, com participação da PROCCE/Ufopa. 2. Contabilizar o número de projetos conjuntos distintos.
Interpretação Observação	NRedSust_Ativas: Quanto maior o número, maior a inserção e o esforço de articulação da PROCCE/Ufopa em redes voltadas para a sustentabilidade, indicando uma estratégia de atuação colaborativa. NProjSust_Rede: Quanto maior o número, mais produtivas e efetivas são essas redes em gerar ações concretas, refletindo a capacidade de transformar a colaboração em resultados práticos para a sustentabilidade regional.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Aumentar o número de ações que valorizem os processos formativos (interdisciplinares e interculturais)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de ações ou programas formativos - NAForm_IntCult
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de ações ou programas formativos distintos (como cursos de extensão, oficinas, seminários, workshops, ciclos de palestras, etc.) coordenados, fomentados ou realizados pela PROCCE durante o ano de referência, que foram explicitamente planejados e executados para: a) Promover a integração de diferentes áreas do conhecimento (interdisciplinaridade) em sua abordagem temática ou metodológica; b) Valorizar e incorporar ativamente a perspectiva intercultural, promovendo o diálogo entre diferentes culturas, o respeito à diversidade e/ou a análise crítica de relações interculturais, conforme critérios pré-estabelecidos.
Fórmula	$NAForm_IntCult = \Sigma (Ações/Programas\ Formativos\ que\ atendem\ a\ critérios\ de\ Interdisciplinaridade\ E/OU\ Interculturalidade\ no\ período)$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de ações/programas formativos)
Fonte de coleta de dados	Cadastro Oficial de Ações de Extensão e Cultura (Ex: SIGAA), incluindo planos de curso/projeto pedagógico das ações. Relatórios anuais de gestão da PROCCE. Portfólio de cursos e eventos formativos da PROCCE. Editais de fomento a ações formativas (se houver critérios relacionados). Avaliação das propostas de ações formativas submetidas à PROCCE (se os critérios forem aplicados na aprovação).
Como apurar o Indicador	1. Levantar todas as ações e programas formativos distintos realizados/coordenados pela PROCCE no ano de referência. 2. Para cada ação/programa, analisar seu plano pedagógico, ementa, metodologia, objetivos e atividades desenvolvidas. 3. Aplicar os critérios/rubricas pré-definidos de interdisciplinaridade e interculturalidade para verificar se a ação atende significativamente a um ou ambos os quesitos. 4. Contabilizar o número de ações/programas formativos que foram classificados como interdisciplinares e/ou interculturais.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o esforço da PROCCE em oferecer processos formativos que transcendam as fronteiras disciplinares tradicionais e que promovam a sensibilidade e o diálogo intercultural, contribuindo para uma formação mais holística e cidadã. Um número baixo pode indicar que as ofertas formativas ainda são predominantemente disciplinares ou não possuem um foco intercultural explícito.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - em articulação com as Unidades Acadêmicas e Administrativas envolvidas)
Iniciativa Tática	Fortalecer as ações conjuntas com diferentes unidades
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de projetos interunidades implementados e uma avaliação qualitativa do grau de integração entre as unidades participantes - NProjInterU QualiInteg
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	Este indicador é composto por duas métricas: 1. Número de projetos interunidades implementados: A quantidade de projetos, programas ou ações formais (de extensão, cultura, ou integrados E-P-E) que foram planejados e executados com a participação ativa e formalizada de pelo menos duas unidades organizacionais distintas da Ufopa (Ex: PROCCE + Instituto X; PROCCE + Proen + Instituto Y), durante o período de referência. 2. Avaliação qualitativa do grau de integração: Uma apreciação, baseada em critérios pré-definidos, sobre o nível de colaboração efetiva entre as unidades participantes em cada projeto (Ex: planejamento foi realmente conjunto? Houve compartilhamento de recursos humanos/financeiros? Os resultados foram atribuídos conjuntamente?).
Fórmula	$NProjInterU = \Sigma (\text{Projetos/Programas/Ações com participação formal de } \geq 2 \text{ Unidades Ufopa, implementados no período}).$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de projetos) Escala Qualitativa (Ex: Baixo/Médio/Alto, ou pontuação) para o grau de integração.
Fonte de coleta de dados	Cadastro de Projetos da PROCCE/Ufopa (SIGAA ou equivalente), que deve permitir identificar as unidades proponentes/participantes. Termos de Cooperação Interna ou outros documentos que formalizem a parceria entre unidades. Relatórios de progresso e finais dos projetos interunidades. Atas de reunião de planejamento e acompanhamento dos projetos. Entrevistas ou formulários de avaliação com os coordenadores/participantes das unidades envolvidas (para a parte qualitativa).
Como apurar o Indicador	Para NProjInterU: 1. Identificar todos os projetos/programas/ações formais implementados no período que tiveram registro de participação de duas ou mais unidades da Ufopa (sendo uma delas a PROCCE, ou projetos fomentados/articulados pela PROCCE). 2. Contabilizar o número de projetos distintos. Para Aval_Quali_Integ: 1. Para cada projeto interunidades identificado, coletar evidências (documentos, relatórios, entrevistas) sobre os critérios de integração definidos na rubrica. 2. Aplicar a rubrica para classificar o grau de integração. 3. Consolidar os resultados (ex: X% dos projetos com alta integração, Y% com média, etc.).
Interpretação Observação	NProjInterU: Quanto maior o número, maior o volume de colaboração interna na Ufopa envolvendo a PROCCE. Aval_Quali_Integ: Esta métrica qualifica o NProjInterU, indicando se a colaboração é superficial ou profunda e efetiva. Um alto número de projetos com baixo grau de integração pode indicar que a colaboração é apenas nominal. O ideal é ter um número crescente de projetos com alto grau de integração

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Criar redes de Colaboração Interdisciplinar e Intercultural entre Unidades e Campi
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de redes interdisciplinares e interculturais estabelecidas entre unidades e campi, e o número de projetos colaborativos gerados a partir dessas redes. NRedInter_Ativas
Classificar de Indicador	Resultado (Mede a criação de estruturas formais ou informais de colaboração)
O que o indicador mostra	A quantidade de redes, grupos de trabalho, fóruns temáticos ou outras formas de articulação formalmente reconhecidas ou incentivadas pela PROCCE, que foram estabelecidas e estão ativas, envolvendo diferentes unidades acadêmicas e/ou administrativas e/ou campi da Ufopa, com o objetivo explícito de promover a colaboração interdisciplinar e/ou intercultural em projetos, programas, ações de ensino, pesquisa ou extensão.
Fórmula	$NRedInter_Ativas = \sum (Rede_Inter_Ativa_i)$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de redes)
Fonte de coleta de dados	Atos normativos (Portarias, Resoluções) que instituem redes ou grupos de trabalho. Atas de reunião ou relatórios de atividades das redes/grupos. Registros de eventos promovidos pelas redes (seminários, feiras). Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Mapeamento ativo pela PROCCE das iniciativas de colaboração existentes
Como apurar o Indicador	1. Identificar todas as redes, grupos de trabalho ou fóruns existentes na Ufopa, com participação da PROCCE ou por ela incentivados, que tenham como foco a colaboração interdisciplinar ou intercultural entre diferentes unidades/campi. 2. Verificar a formalização (ou reconhecimento institucional) e a atividade (pelo menos uma reunião/ação registrada) de cada rede no ano de referência. 3. Contabilizar o número de redes que atendem aos critérios.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o esforço e o sucesso em estruturar a colaboração interdisciplinar e intercultural dentro da Ufopa, envolvendo diferentes unidades e campi. Indica a criação de "espaços" para que essa colaboração ocorra.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Buscar sustentabilidade financeira para projetos integrados
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de fontes diversificadas de financiamento acessadas para projetos integrados/ações da PROCCE / NFonDivFin
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de tipos distintos de fontes de financiamento externo das quais a PROCCE efetivamente captou recursos para seus projetos integrados ou ações durante o período de referência. Exemplos de fontes distintas incluem: Editais Públicos Federais (Ex: MEC, MinC), Editais Públicos Estaduais, Editais Públicos Municipais, Agências de Fomento (CNPq, CAPES, FAPs), Fundações Privadas, Empresas (via Lei de Incentivo ou investimento social direto), Emendas Parlamentares, Cooperação Internacional, Crowdfunding, etc.
Fórmula	$NFonDivFin = \Sigma$ (Tipos distintos de fontes de financiamento externo que aportaram recursos no período)
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de tipos de fontes)
Fonte de coleta de dados	Termos de Outorga, Convênios, Contratos de financiamento. Relatórios financeiros de projetos. Sistema de Gestão de Projetos/Convênios da Ufopa. Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Mapeamento interno das fontes de captação de recursos.
Como apurar o Indicador	1. Listar todos os projetos/ações da PROCCE que receberam recursos externos no ano de referência. 2. Para cada recurso captado, identificar e classificar a fonte de financiamento de acordo com as categorias pré-definidas (Ex: Edital Federal, Empresa Privada, Coop. Internacional, etc.). 3. Contabilizar o número de categorias distintas de fontes que aportaram recursos no período.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a diversificação das fontes de financiamento, o que indica menor dependência de um único tipo de financiador e maior resiliência financeira para a PROCCE. Um número baixo, mesmo com alto valor captado (medido pelo VRecExtCapt), pode indicar vulnerabilidade se aquela única fonte falhar.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - provavelmente uma coordenação ou diretoria com foco na Educação Básica)
Iniciativa Tática	Consolidar parcerias já existentes e criar novas (com instituições de educação básica).
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de parcerias ativas com instituições de Educação Básica (consolidadas e novas) / NParcEdBas
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de instituições de Educação Básica (escolas públicas/privadas, secretarias de educação, etc.) com as quais a PROCCE/Ufopa mantém uma parceria formalizada e ativa durante o período de referência. Considera tanto parcerias preexistentes que foram mantidas/consolidadas quanto novas parcerias estabelecidas no período. Uma parceria é considerada "ativa" se resultou em pelo menos uma ação ou projeto conjunto no ano.
Fórmula	$NParcEdBas = \Sigma (\text{Parcerias únicas com Instituições de Ed. Básica, formais e ativas no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de parcerias com instituições)
Fonte de coleta de dados	Instrumentos de formalização de parcerias (Convênios, Termos de Cooperação, Acordos). Cadastro de projetos e ações de extensão/cultura da PROCCE (SIGAA ou sistema similar), que deve indicar as instituições parceiras. Relatórios de projetos e ações realizadas em parceria com a Educação Básica. Atas de reunião com representantes de instituições de Educação Básica. Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Mapear todas as instituições de Educação Básica com as quais a PROCCE possui algum instrumento de parceria formalizado ou registro de colaboração. 2. Para cada parceria identificada, verificar nos registros de projetos/ações se houve pelo menos uma atividade conjunta realizada e concluída (ou em andamento significativo) durante o ano de referência. 3. Contabilizar o número de instituições de Educação Básica distintas com as quais se manteve uma parceria ativa. 4. (Para análise interna/complementar): Distinguir quantas dessas são parcerias preexistentes que continuaram ativas e quantas são novas parcerias estabelecidas no período.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a rede de colaboração da PROCCE com o sistema de Educação Básica, indicando um esforço em ampliar e consolidar essas relações. Um número crescente ao longo dos anos é desejável.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - via CGPRITS ou coordenação específica do PEEEx)
Iniciativa Tática	Fortalecer o Peex (Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de projetos integrados E-P-E implementados via PEEEx / NProjPEEEx
Classificar de Indicador	Resultado (Mede o volume de projetos que o programa PEEEx consegue fomentar e viabilizar)
O que o indicador mostra	A quantidade de projetos distintos que foram aprovados e implementados (iniciados ou concluídos) durante o ano de referência, no âmbito do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEEx), e que atenderam aos critérios de integração E-P-E definidos pelo programa e pela instituição.
Fórmula	$NProjPEEEx = \Sigma (\text{Projetos únicos aprovados e implementados via Edital PEEEx que cumprem critérios E-P-E no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de projetos)
Fonte de coleta de dados	Editais do PEEEx. Sistema de submissão e gerenciamento de projetos do PEEEx (se houver). Relatórios de acompanhamento e finais dos projetos PEEEx. Atas de reunião do comitê gestor do PEEEx (CGPRITS ou equivalente). Publicação dos resultados dos editais PEEEx.
Como apurar o Indicador	1. Identificar todos os projetos que foram aprovados nos editais do PEEEx e que tiveram execução (início ou conclusão) no ano de referência. 2. Para cada projeto, verificar (com base nos relatórios, propostas e critérios do edital) se ele efetivamente implementou a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão. 3. Contabilizar o número de projetos que atendem a esses critérios.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a capacidade do PEEEx em fomentar e viabilizar projetos que concretizam a indissociabilidade E-P-E. Indica a vitalidade e o alcance do programa. Um número baixo pode indicar baixa procura pelos editais, critérios de seleção muito restritivos, baixo orçamento para fomento, ou dificuldades na execução dos projetos aprovados.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Desenvolver programas de cooperação entre a universidade e escolas de educação básica.
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de Programas de Cooperação Ativos com a Educação Básica / NProgCoopEdBas Ativo
Classificar de Indicador	Resultado (Mede a existência e a produtividade dos programas de cooperação)
O que o indicador mostra	A quantidade de programas de cooperação formalmente estabelecidos entre a PROCCE/Ufopa e instituições de Educação Básica (escolas, secretarias) que estão efetivamente ativos, demonstrado pela realização de pelo menos uma atividade ou projeto conjunto no âmbito do programa durante o período de referência. Este indicador busca mostrar não apenas a existência de acordos formais, mas também que esses acordos estão se traduzindo em ações concretas.
Fórmula	$NProgCoopEdBas_Ativo = \Sigma (\text{Programas de Cooperação com Ed. Básica que tiveram } \geq 1 \text{ atividade/projeto conjunto no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de programas ativos)
Fonte de coleta de dados	Instrumentos de formalização dos Programas de Cooperação (Convênios, Termos de Cooperação específicos para os programas). Planos de Trabalho dos Programas de Cooperação. Relatórios de atividades/projetos desenvolvidos no âmbito de cada programa. Cadastro de Ações de Extensão/Cultura (SIGAA) que incluem a ação de um programa de cooperação. Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Identificar todos os Programas de Cooperação formalmente estabelecidos entre a PROCCE/Ufopa e instituições de Educação Básica. 2. Para cada programa, verificar nos registros (relatórios, cadastros de ações) se houve a realização de pelo menos uma atividade ou projeto conjunto durante o ano de referência. 3. Contabilizar o número de programas que atenderam ao critério de "ativo" (com pelo menos uma atividade/projeto).
Interpretação Observação	Quanto maior o número, mais robusta e ativa é a rede de cooperação estruturada com a Educação Básica. Indica que os acordos formais estão gerando ações efetivas. Um número alto de programas estabelecidos, mas baixo de programas ativos, pode indicar que muitos acordos são apenas "de papel" ou que há dificuldades na implementação das ações planejadas. Para Gestão Interna: A PROCCE deve também monitorar o Número total de atividades/projetos realizados no âmbito desses programas para entender a intensidade da cooperação dentro de cada programa ativo. Esta informação pode ser usada para qualificar o indicador principal e para o planejamento.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Aumentar o número de ações destinadas a este público (Educação Básica)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de ações ou programas realizados com foco no público da Educação Básica / NAcoesEdBas
Classificar de Indicador	Resultado (Mede a quantidade de iniciativas ofertadas diretamente para o público da Educação Básica)
O que o indicador mostra	A quantidade de ações ou programas distintos (como cursos, eventos, projetos de extensão, atividades culturais, oficinas, etc.) que foram planejados e executados pela PROCCE/Ufopa durante o ano de referência, tendo como público-alvo principal e direto os estudantes (fundamental e médio), professores, gestores ou outros profissionais da Educação Básica.
Fórmula	$NAcoesEdBas = \Sigma (\text{Ações/Programas únicos com foco principal no público da Educação Básica, realizados no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de ações/programas)
Fonte de coleta de dados	Cadastro Oficial de Ações de Extensão e Cultura (Ex: SIGAA), com clara identificação do público-alvo. Relatórios anuais de gestão da PROCCE. Portfólio de cursos, eventos e projetos da PROCCE. Materiais de divulgação das ações (que indicam o público-alvo). Relatórios finais de projetos e atividades.
Como apurar o Indicador	1. Levantar todas as ações e programas distintos realizados/coordenados pela PROCCE no ano de referência. 2. Para cada ação/programa, analisar seu público-alvo principal conforme definido no planejamento e/ou divulgação. 3. Contabilizar o número de ações/programas cujo público-alvo principal seja a comunidade da Educação Básica (estudantes, professores, gestores).
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o volume e a diversidade de iniciativas da PROCCE/Ufopa direcionadas especificamente para atender às necessidades e interesses do público da Educação Básica. Indica um esforço em ampliar a oferta de ações para este segmento.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - possivelmente Direx ou DCC)
Iniciativa Tática	Promover capacitação interna para atuação na Ed. Básica
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Aprendizagem e Crescimento
Indicador/Sigla	Número de ações de capacitação sobre interação com a Ed. Básica oferecidas à comunidade Ufopa / NCapEdBas
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de iniciativas distintas de capacitação (como workshops, cursos de curta duração, seminários, produção e disponibilização de materiais orientadores, etc.) que foram planejadas, organizadas e oferecidas pela PROCCE (ou em parceria) durante o ano de referência, destinadas a qualificar servidores (docentes e técnicos) e discentes da Ufopa para uma melhor compreensão e atuação junto ao público e contexto da Educação Básica.
Fórmula	$NCapEdBas = \Sigma (Ações\ de\ capacitação\ únicas\ sobre\ interação\ com\ a\ Ed.\ Básica\ oferecidas\ no\ período)$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de ações de capacitação)
Fonte de coleta de dados	Planos de capacitação da PROCCE. Registros de eventos de capacitação (divulgação, listas de inscrição/presença). Materiais didáticos produzidos e disponibilizados. Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Cadastro de cursos e eventos no SIGAA ou sistema equivalente, se aplicável.
Como apurar o Indicador	1. Levantar todas as ações de capacitação (workshops, cursos, seminários, lançamento de materiais, etc.) oferecidas pela PROCCE no ano de referência, cujo tema central seja a interação com a Educação Básica. 2. Verificar se cada ação foi efetivamente ofertada (divulgada e realizada/disponibilizada). 3. Contabilizar o número de ações de capacitação distintas que atendem aos critérios.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o esforço da PROCCE em qualificar sua comunidade interna (servidores e discentes) para atuar de forma mais eficaz e contextualizada com a Educação Básica. Indica um investimento no desenvolvimento de competências. Para Gestão Interna e Qualificação do Indicador: É fundamental que a PROCCE também monitore o Número de servidores (docentes, técnicos) e discentes participantes dessas capacitações (conforme o segundo indicador original da sua planilha). Esta informação sobre o alcance é vital para avaliar se as capacitações estão atingindo o público-alvo e se há necessidade de estratégias de mobilização ou adequação da oferta.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEN)
Iniciativa Tática	Aumentar o número de ações para capacitar os NDEs (sobre curricularização da extensão/cultura)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de ações de capacitação sobre curricularização da extensão/cultura realizadas para os NDEs / NCapNDE Curric
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de iniciativas distintas de capacitação (como reuniões de alinhamento com pauta formativa, workshops, seminários, produção e disponibilização de guias/manuais, etc.) que foram planejadas, organizadas e realizadas pela PROCCE (em parceria com a PROEN) durante o ano de referência, com o objetivo específico de capacitar os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos de graduação da Ufopa sobre os processos, diretrizes, modelos e ferramentas para a curricularização da extensão e da cultura nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).
Fórmula	$NCapNDE_Curric = \Sigma (Ações\ de\ capacitação\ únicas\ sobre\ curricularização\ da\ extensão/cultura,\ realizadas\ para\ NDEs\ no\ período)$
Periodicidade	Anual (ou Semestral, dependendo da intensidade das ações)
Unidade de Medida	Número (Quantidade de ações de capacitação)
Fonte de coleta de dados	Planos de trabalho PROCCE/PROEN para capacitação dos NDEs. Registros de eventos de capacitação (atas de reunião com NDEs, listas de presença de workshops, divulgação de materiais). Guias, manuais ou outros materiais orientadores produzidos e distribuídos aos NDEs. Relatório Anual de Gestão da PROCCE e da PROEN.
Como apurar o Indicador	1. Levantar todas as ações de capacitação (reuniões formativas, workshops, seminários, lançamento de materiais, etc.) realizadas pela PROCCE/PROEN no ano de referência, cujo tema central seja a curricularização da extensão e/ou cultura e cujo público-alvo principal sejam os membros dos NDEs. 2. Verificar se cada ação foi efetivamente realizada/disponibilizada. 3. Contabilizar o número de ações de capacitação distintas que atendem aos critérios.
Interpretação Observação	Para Gestão Interna e Qualificação do Indicador: É crucial que a PROCCE/PROEN também monitore o Número de docentes membros de NDEs envolvidos nessas ações. Esta informação sobre o alcance dentro do público-alvo específico (NDEs) é vital para avaliar a efetividade da estratégia de capacitação e a adesão dos núcleos. A qualidade percebida da capacitação pelos NDEs também poderia ser um indicador complementar valioso.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - em articulação com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEN e os Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs)
Iniciativa Tática	Fomentar a inclusão da cultura nos PPCs
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Percentual de cursos com Projetos Pedagógicos atualizados que incluem explicitamente a cultura regional e local como componente formativo (obrigatório ou optativo) / %PPC CultReg
Classificar de Indicador	Resultado (Mede o grau de incorporação formal da cultura regional/local nos currículos dos cursos de graduação)
O que o indicador mostra	A proporção de cursos de graduação da Ufopa cujos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) vigentes e atualizados no período de referência incluem, de forma explícita e intencional, componentes formativos (disciplinas obrigatórias, optativas, atividades complementares estruturadas, eixos temáticos transversais, etc.) que abordam, valorizam ou promovem a cultura regional e local amazônica.
Fórmula	$\%PPC_CultReg = (N^{\circ} \text{ Cursos_PPC_CultReg} / N^{\circ} \text{ Total Cursos_Grad_Ativos}) * 100$
Periodicidade	Anual (ou Bienal, acompanhando os ciclos de atualização dos PPCs)
Unidade de Medida	Percentual (%)
Fonte de coleta de dados	Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) vigentes de todos os cursos de graduação da Ufopa (disponíveis no site da Ufopa ou via PROEN). Relatórios de análise documental dos PPCs realizados pela comissão/GT responsável. Sistema Acadêmico (para obter a lista de cursos de graduação ativos). Relatório Anual de Gestão da PROCCE/PROEN.
Como apurar o Indicador	1. Obter a lista de todos os cursos de graduação ativos da Ufopa no período de referência. 2. Coletar os PPCs vigentes e atualizados de cada um desses cursos. 3. Aplicar os critérios pré-definidos para analisar cada PPC e identificar se há inclusão explícita da cultura regional/local como componente formativo. 4. Contabilizar o número de cursos cujos PPCs atendem aos critérios (N° Cursos_PPC_CultReg). 5. Obter o número total de cursos de graduação ativos (N° Totais Cursos GradAtivos). 6. Calcular o percentual utilizando a fórmula.
Interpretação Observação	Quanto maior o percentual, maior o alinhamento dos currículos de graduação da Ufopa com a valorização e inclusão da cultura regional e local, refletindo o sucesso da iniciativa de fomento. Um percentual baixo indica que a maioria dos cursos ainda não incorporou formalmente essa dimensão em seus PPCs. O progresso deste indicador depende diretamente do trabalho dos NDEs e da política institucional de atualização curricular. A clareza e objetividade dos critérios de análise dos PPCs são fundamentais para a consistência da medição. Este indicador foca na presença formal no PPC; a efetiva implementação em sala de aula seria objeto de outra avaliação.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - em articulação com Pró-Reitoria de Administração)
Iniciativa Tática	Aumentar o número de equipamentos culturais da Ufopa
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de novos equipamentos ou espaços culturais implantados/requalificados na Ufopa / NEspCult ImplantRequal
Classificar de Indicador	Resultado (Mede a expansão ou melhoria da infraestrutura cultural física)
O que o indicador mostra	A quantidade de novos equipamentos culturais (como teatros, galerias, ateliês, estúdios, museus, cinematecas, etc.) ou espaços físicos dedicados a atividades culturais que foram efetivamente implantados (construídos/criados) ou significativamente requalificados (reformados com ampliação de capacidade ou funcionalidade cultural) pela Ufopa durante o ano de referência. Considera tanto a criação de novas estruturas quanto a melhoria substancial de estruturas existentes para uso cultural.
Fórmula	$NEspCult_ImplantRequal = \Sigma (\text{Novos equipamentos/espaços culturais implantados no período}) + \Sigma (\text{Equipamentos/espaços culturais existentes que foram significativamente requalificados no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de equipamentos/espaços)
Fonte de coleta de dados	Relatórios de obras e projetos de infraestrutura da Ufopa (Pró-Reitoria de Administração/Infraestrutura). Termos de recebimento de obras/reformas. Atos de inauguração ou reabertura de espaços culturais. Registros fotográficos e documentais das implantações/requalificações. Relatório Anual de Gestão da PROCCE e da PROAD.
Como apurar o Indicador	1. Identificar todas as obras de implantação ou requalificação de equipamentos/espaços com finalidade cultural concluídas e entregues na Ufopa durante o ano de referência. 2. Para cada obra, verificar se se trata de uma nova implantação ou de uma requalificação. 3. No caso de requalificação, aplicar os critérios pré-definidos para determinar se foi "significativa". 4. Contabilizar o número de novos equipamentos/espaços implantados. 5. Contabilizar o número de equipamentos/espaços significativamente requalificados. 6. Somar os dois valores.
Interpretação Observação	Para Gestão Interna e Qualificação do Indicador: A PROCCE deve também monitorar a Área total (m²) destinada a atividades culturais na Ufopa. Embora o indicador principal seja o número de equipamentos/espaços, a área total oferece uma dimensão da escala dessa infraestrutura e pode ser um indicador de resultado complementar importante para acompanhar a expansão física ao longo do tempo. É crucial definir bem "equipamento cultural"

Unidade Responsável	PROCCE (Diretoria de Cultura e Comunidade - DCC)
Iniciativa Tática	Consolidar os editais de fomento à cultura e à comunidade
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de editais de fomento à cultura e à comunidade lançados/ NEditFomentoCultCom
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de diferentes editais de fomento que foram planejados, elaborados e oficialmente lançados pela PROCCE durante o ano de referência, com o objetivo de apoiar financeiramente ou de outra forma (ex: cessão de espaço, apoio técnico) projetos e iniciativas de natureza cultural e/ou comunitária, propostos pela comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos) e/ou pela comunidade externa (grupos culturais, artistas, organizações sociais, etc., dependendo do escopo de cada edital).
Fórmula	$NEditFomentoCultCom = \Sigma (\text{Editais distintos de fomento à cultura/comunidade lançados no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de editais)
Fonte de coleta de dados	Os próprios editais de fomento publicados pela PROCCE (site da Ufopa, Diário Oficial, se aplicável). Relatórios de gestão dos editais. Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Planejamento anual de ações da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Levantar todos os editais de fomento à cultura e/ou à comunidade que foram oficialmente lançados pela PROCCE durante o ano de referência. 2. Verificar se cada edital teve seu processo de lançamento concluído (publicação oficial). 3. Contabilizar o número de editais distintos.
Interpretação Observação	Para Gestão Interna e Qualificação do Indicador: É fundamental que a PROCCE também monitore a Quantidade de projetos culturais financiados por meio desses editais. Essa informação sobre o número de projetos efetivamente apoiados é vital para avaliar a capilaridade e o impacto real do fomento oferecido. O valor total do fomento distribuído também é um dado complementar relevante.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - em articulação com PROEN e instâncias deliberativas)
Iniciativa Tática	Desenvolver e aprovar normativa interna para creditação cultural
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos (Desenvolvimento e formalização de políticas e regulamentos institucionais)
Indicador/Sigla	Status da elaboração e aprovação da normativa de creditação cultural / SNormCredCult
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	O estágio atual do processo de desenvolvimento, tramitação e aprovação da normativa interna (Resolução, Instrução Normativa, etc.) que irá regulamentar a creditação de atividades culturais (como participação em projetos, cursos, eventos, produções artísticas, etc.) como componente curricular ou atividade complementar na Ufopa.
Fórmula	$S_{NormCredCult} = \text{MAX}(\text{Nível})$
Periodicidade	Semestral / Anual (Semestral durante elaboração/aprovação, Anual após atingir nível 5 para monitorar revisões)
Unidade de Medida	Status (Nível na escala de maturidade definida: 1 a 5)
Fonte de coleta de dados	- Portarias de instituição de GTs/Comissões. - Atas de reunião do GT/Comissão. - Minutas da normativa em suas diferentes versões. - Registros de consultas públicas/internas. - Pautas e atas de reuniões dos Conselhos Superiores (Câmaras, CONSEPE). - Resolução/Ato Normativo publicado. - Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Verificar o estágio atual do processo de elaboração e aprovação da normativa de acreditação cultural. 2. Para cada nível da escala (de 1 a 5), checar se todos os critérios/entregas foram concluídos e validados. 3. Identificar o nível mais alto (MAX) para o qual todos os critérios foram atendidos. 4. Atribuir este nível como o valor do indicador no período.
Interpretação Observação	O indicador mostra o progresso na criação de um instrumento normativo fundamental para a valorização da cultura na formação dos estudantes. A meta é atingir o nível 5. Cada avanço na escala representa um marco importante. Após a aprovação (nível 5), este indicador pode ser descontinuado ou adaptado para monitorar a implementação ou revisão da normativa. Metas: 2025: Nível 3 (Minuta Concluída e em Consulta); 2026: Nível 4 (Em Tramitação nos Conselhos); 2027: Nível 5 (Aprovada e Publicada).

Unidade Responsável	PROCCE (em articulação com PROPPIT)
Iniciativa Tática	Fomentar a pesquisa sobre Arte, Cultura e Saberes Diversos
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de projetos de pesquisa financiados/apoiados sobre Arte/Cultura/Saberes Diversos/ NPesqACSD
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de publicações científicas (artigos em periódicos revisados por pares, livros ou capítulos de livros com ISBN, trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos com ISSN/ISBN, etc.) que foram efetivamente publicadas durante o ano de referência e que são identificadas como resultado direto dos projetos de pesquisa sobre Arte, Cultura ou Saberes Diversos que receberam fomento/apoio da PROCCE
Fórmula	$NPesqACSD = \sum (\text{Publicações científicas distintas, publicadas no período, resultantes dos projetos NPesqACSD})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de publicações)
Fonte de coleta de dados	Relatórios finais dos projetos de pesquisa fomentados pela PROCCE (que devem incluir a lista de publicações geradas). Currículo Lattes dos pesquisadores envolvidos nos projetos fomentados. Bases de dados de publicações científicas (Google Scholar, Scielo, Web of Science, Scopus, etc.), buscando por autores ou menção ao apoio da PROCCE/Ufopa. Repositório Institucional da Ufopa. Acompanhamento ativo pela PROCCE junto aos coordenadores dos projetos fomentados para identificação das publicações.
Como apurar o Indicador	1. Identificar os projetos de pesquisa sobre Arte/Cultura/Saberes Diversos que foram fomentados pela PROCCE (base do indicador NPesqACSD). 2. Para cada um desses projetos, realizar uma busca ativa (nas fontes de dados) por publicações científicas que foram efetivamente publicadas no ano de referência e que sejam resultado direto do projeto. 3. Validar a natureza científica (revisão por pares, editora reconhecida, anais de evento qualificado, etc.) e o status de "publicado" de cada item. 4. Contabilizar o número de publicações científicas distintas identificadas.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a produtividade científica e a disseminação do conhecimento gerado a partir do fomento da PROCCE à pesquisa em Arte, Cultura e Saberes Diversos. Indica que o investimento em pesquisa está se traduzindo em resultados publicáveis e acessíveis à comunidade acadêmica e à sociedade. Um número baixo pode indicar que os projetos fomentados ainda estão em andamento, que há dificuldades no processo de publicação, ou que a produção está sendo direcionada para outros formatos não contabilizados aqui

Unidade Responsável	PROCCE (Diretoria de Cultura e Comunidade - DCC / Diretoria de Extensão - Direx)
Iniciativa Tática	Promover espaços para diálogo crítico e reflexivo de saberes
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Resultado para Sociedade
Indicador/Sigla	Número de eventos (seminários, rodas de conversa, etc.) realizados com foco explícito em diálogo crítico/reflexivo de saberes / NDiagCritRefl
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de eventos distintos (como seminários temáticos, rodas de conversa estruturadas, ciclos de debates, fóruns de discussão, etc.) organizados ou co-organizados pela PROCCE durante o ano de referência, cujo objetivo principal e explícito seja a promoção do diálogo crítico e da reflexão aprofundada sobre diferentes tipos de saberes (científicos, tradicionais, artísticos, populares, etc.) e suas intersecções, envolvendo a comunidade acadêmica e/ou a sociedade em geral.
Fórmula	$NDiagCritRefl = \Sigma (\text{Eventos únicos com foco explícito em diálogo crítico/reflexivo de saberes, realizados no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de eventos)
Fonte de coleta de dados	Calendário de eventos da PROCCE/Ufopa. Materiais de divulgação dos eventos (que devem explicitar o foco no diálogo crítico/reflexivo). Relatórios de realização dos eventos (com descrição da metodologia, pauta, participantes). Listas de presença ou inscrições. Atas ou registros das discussões (se houver). Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Levantar todos os eventos (seminários, rodas de conversa, etc.) realizados pela PROCCE no ano de referência. 2. Analisar a proposta, divulgação e relatório de cada evento para verificar se o objetivo principal e a metodologia empregada foram explicitamente voltados para o diálogo crítico e reflexivo de saberes. 3. Contabilizar o número de eventos distintos que atendem a esses critérios.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o esforço da PROCCE em criar e manter espaços dedicados à discussão aprofundada e à reflexão crítica sobre a diversidade de saberes, contribuindo para o enriquecimento intelectual e o debate público.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - Direx/DCC)
Iniciativa Tática	Fomentar mecanismos de protagonismo cultural
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de mecanismos (editais, plataformas, chamadas) implementados para apoiar propostas culturais da comunidade interna/externa / NMecProtCult
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de diferentes mecanismos formais (como editais específicos para propostas discentes ou comunitárias, plataformas online para submissão de ideias, chamadas públicas para ocupação de espaços culturais, programas de mentoria para projetos culturais independentes, etc.) que foram criados, lançados ou mantidos ativos pela PROCCE durante o ano de referência, com o objetivo explícito de incentivar, acolher e apoiar propostas e iniciativas culturais originadas diretamente da comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos) e/ou da comunidade externa (artistas locais, grupos culturais, movimentos sociais, etc.).
Fórmula	$NMecProtCult = \Sigma (\text{Mecanismos distintos para apoio a propostas culturais da comunidade, implementados/ativos no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de mecanismos)
Fonte de coleta de dados	Editais e chamadas públicas lançadas pela PROCCE. Documentação de plataformas ou programas de apoio a iniciativas culturais. Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Atas de reunião ou portarias que instituem novos mecanismos.
Como apurar o Indicador	1. Levantar todos os editais, plataformas, chamadas ou programas formais implementados ou mantidos ativos pela PROCCE no ano de referência que se destinam a receber e apoiar propostas culturais da comunidade interna e/ou externa. 2. Analisar o escopo de cada mecanismo para confirmar seu foco no protagonismo e na origem comunitária/discente das propostas. 3. Contabilizar o número de mecanismos distintos identificados.
Interpretação Observação	Qualificação Essencial: Analisar este indicador juntamente com o percentual de projetos efetivamente apoiados que vieram por essas vias (discentes/comunidade externa). Um alto número de mecanismos com baixo percentual de projetos originados pela comunidade pode indicar que os mecanismos não são efetivos, mal divulgados ou que as propostas não estão sendo selecionadas. O ideal é aumentar o número de mecanismos e também o percentual de projetos protagonistas apoiados.

Unidade Responsável	PROCCE (Diretoria de Cultura e Comunidade - DCC)
Iniciativa Tática	Ampliar e diversificar a oferta de formação em artes e cultura
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de cursos/oficinas/workshops em artes e cultura oferecidos anualmente / NAFormArtCult_Oferta
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de cursos, oficinas, workshops ou outras modalidades de formação prática ou teórica distintas, especificamente nas áreas de artes (visuais, cênicas, música, audiovisual, literatura, etc.) e cultura (gestão cultural, patrimônio, políticas culturais, etc.), que foram planejados, organizados e efetivamente oferecidos pela PROCCE (ou em parceria) à comunidade interna e/ou externa durante o ano de referência. Foca no volume da oferta formativa nessas áreas específicas.
Fórmula	$NAFormArtCult_Oferta = \Sigma (Cursos/Oficinas/Workshops \text{ únicos em artes/cultura oferecidos no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de cursos/oficinas/workshops)
Fonte de coleta de dados	Portfólio/Catálogo de cursos e oficinas da PROCCE/DCC. Cadastro de ações de extensão/cultura (SIGAA), se utilizados para registro dessas formações. Materiais de divulgação das ações formativas. Relatórios de realização dos cursos/oficinas (com ementas, listas de participantes). Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Levantar todos os cursos, oficinas e workshops em artes e cultura oferecidos pela PROCCE no ano de referência. 2. Verificar se cada ação foi efetivamente ofertada (divulgada, realizada). 3. Contabilizar o número de cursos/oficinas/workshops distintos.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o volume da oferta formativa específica em artes e cultura pela PROCCE. Indica um esforço em ampliar as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades nessas áreas.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - em articulação com a Assessoria de Relações Internacionais - ARNI)
Iniciativa Tática	Incentivar a internacionalização (das ações de extensão/cultura)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de parcerias internacionais formalizadas para ações de extensão/cultura / NParcInt ExtCult
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de acordos ou instrumentos formais de parceria (convênios de cooperação, memorandos de entendimento, acordos de projeto específicos, etc.) que foram assinados entre a Ufopa (com participação ou iniciativa da PROCCE) e instituições estrangeiras (universidades, centros de pesquisa, ONGs internacionais, órgãos governamentais de outros países, etc.) durante o ano de referência, com o objetivo explícito de desenvolver conjuntamente ações de extensão e/ou cultura.
Fórmula	$NParcInt_ExtCult = \Sigma (\text{Parcerias internacionais formais com foco em Extensão/Cultura, estabelecidas no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de parcerias)
Fonte de coleta de dados	Registros de Convênios e Acordos Internacionais gerenciados pela ARNI e/ou PROCCE. Processos administrativos de formalização das parcerias internacionais. Relatório Anual de Gestão da PROCCE e da ARNI. Atas de reuniões ou comunicações que tratam do estabelecimento dessas parcerias.
Como apurar o Indicador	1. Identificar todos os novos acordos/convênios/termos formais de parceria assinados entre a Ufopa e instituições estrangeiras durante o ano de referência, com participação ou iniciativa da PROCCE. 2. Analisar o objeto de cada parceria formalizada para verificar se inclui explicitamente a colaboração em ações de extensão e/ou cultura. 3. Contabilizar o número de parcerias que atendem a esses critérios.
Interpretação Observação	Similar a outros indicadores de parceria, este mede a formalização. É importante que a PROCCE/ARNI monitorem complementarmente se essas parcerias formalizadas estão gerando ações conjuntas efetivas (ex: projetos, intercâmbios, eventos co-organizados), para avaliar não apenas a existência, mas a atividade e produtividade dessas colaborações internacionais.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - em articulação com ARNI, ASCOM, Unidades Acadêmicas)
Iniciativa Tática	Dar visibilidade internacional às ações de extensão
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de ações de extensão/cultura divulgadas em plataformas ou eventos internacionais / NDivInt ExtCult
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de vezes ou de instâncias em que ações, projetos, resultados ou experiências de extensão e cultura da PROCCE/Ufopa foram apresentados, publicados ou destacados em canais de comunicação, plataformas ou eventos de alcance internacional durante o ano de referência. Isso inclui apresentações em congressos internacionais, publicações em periódicos/anais internacionais, divulgação em websites/redes sociais de parceiros internacionais, participação em feiras ou exposições internacionais, notícias em mídia internacional, etc.
Fórmula	$NDivInt_ExtCult = \sum (Instâncias\ distintas\ de\ divulgação\ internacional\ de\ ações\ de\ extensão/cultura\ no\ período)$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de instâncias de divulgação)
Fonte de coleta de dados	Relatórios de participação em eventos internacionais (congressos, feiras). Registros de publicações internacionais (artigos, capítulos, anais). Monitoramento de websites e redes sociais de parceiros internacionais. Clipping de notícias internacionais (via ASCOM ou ferramenta específica). Relatórios de projetos de extensão/cultura que incluam atividades de divulgação internacional. Currículo Lattes de docentes/técnicos/discentes envolvidos. Relatório Anual de Gestão da PROCCE/ARNI.
Como apurar o Indicador	1. Coletar, a partir das fontes de dados, todas as evidências de divulgação de ações de extensão/cultura da PROCCE/Ufopa em plataformas ou eventos internacionais ocorridas no ano de referência. 2. Classificar cada evidência como uma "instância distinta de divulgação" (Ex: uma apresentação em congresso, um artigo publicado, uma notícia em site parceiro). 3. Contabilizar o número total dessas instâncias. 4. Contabilizar separadamente quantas dessas instâncias foram apresentadas por membros da Ufopa e quantas foram publicações formais.
Interpretação Observação	Analisar este indicador juntamente com as métricas complementares de apresentações por membros da Ufopa e publicações formais internacionais. Isso permite entender a natureza dessa visibilidade: se é mais focada em participação ativa em eventos, em produção acadêmica formal, ou em divulgação em plataformas diversas. Um número alto pode ser composto majoritariamente por um tipo de divulgação, sendo importante buscar um equilíbrio ou focar no tipo mais estratégico para os objetivos da PROCCE/Ufopa.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão)
Iniciativa Tática	Desenvolver metodologia para gestão participativa de parcerias
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Status da elaboração e implementação da metodologia de gestão participativa de parcerias / SMetodGestParc
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	O estágio atual de desenvolvimento, formalização, implementação e uso de uma metodologia padronizada dentro da PROCCE para gerenciar suas parcerias (nacionais e internacionais, com diversos setores) de forma participativa, incluindo fluxos, modelos de documentos, ferramentas de acompanhamento e capacitação da equipe.
Fórmula	SMetodGestParc = MAX(Nível
Periodicidade	Semestral / Anual
Unidade de Medida	Status (Nível na escala definida: 1 a 5)
Fonte de coleta de dados	- Atas de reunião do GT ou equipe responsável. - Documentos da metodologia (Manual, Fluxograma, Modelos). - Relatórios de capacitação da equipe. - Registros de parcerias gerenciadas com a nova metodologia (ex: em sistema de gestão, se houver). - Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Verificar o estágio atual do desenvolvimento e implementação da metodologia de gestão de parcerias. 2. Para cada nível da escala (de 1 a 5), checar se todos os critérios/entregas foram concluídos e validados. 3. Identificar o nível mais alto (MAX) para o qual todos os critérios foram atendidos. 4. Atribuir este nível como o valor do indicador no período.
Interpretação Observação	O indicador mostra o progresso na criação e adoção de um processo mais estruturado para gerenciar parcerias. Atingir o nível 5 indica que a metodologia foi implementada e se tornou o padrão. Metas 2025: Nível 4 (Em Implementação); 2026: Nível 5 (Implementada e em Uso); 2027: Nível 5 (Mantida em Uso e com melhorias).

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - com apoio de ARNI para parceiros internacionais)
Iniciativa Tática	Mapear e prospectar parcerias estratégicas (Nacionais e Internacionais)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de parceiros estratégicos potenciais mapeados e priorizados.
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	A quantidade de novas parcerias com instituições ou organizações consideradas estratégicas (nacionais ou internacionais) que foram formalmente estabelecidas (via assinatura de convênio, acordo de cooperação, memorando de entendimento, etc.) pela PROCCE/Ufopa durante o ano de referência. Uma parceria é considerada "estratégica" com base em critérios pré-definidos pela PROCCE (Ex: alinhamento com objetivos do PDI/PDU, potencial de impacto, capacidade de co-financiamento, acesso a novas redes, relevância na área de atuação, etc.).
Fórmula	$N_{NovParcEst} = \Sigma (\text{Novas parcerias formais com instituições/organizações classificadas como estratégicas, estabelecidas no período})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de parcerias)
Fonte de coleta de dados	Registros de Convênios, Acordos de Cooperação, Memorandos de Entendimento e outros instrumentos formais de parceria. Lista/Banco de dados de parceiros estratégicos potenciais mapeados e priorizados pela PROCCE (para análise interna). Relatório Anual de Gestão da PROCCE. Processos administrativos de formalização das parcerias. Registros da ARNI (para parcerias internacionais).
Como apurar o Indicador	1. Identificar todos os novos instrumentos formais de parceria assinados pela PROCCE/Ufopa no ano de referência. 2. Para cada nova parceria, verificar se a instituição parceira se enquadra nos critérios pré-definidos de "parceiro estratégico". 3. Contabilizar o número de novas parcerias que foram estabelecidas com parceiros estratégicos.
Interpretação Observação	A definição clara e objetiva dos critérios para classificar um parceiro como "estratégico" é fundamental para a validade do indicador. Além disso, analisar este indicador em conjunto com o número de parceiros mapeados/priorizados (informação de gestão interna) ajuda a entender se o esforço de prospecção está sendo bem-sucedido ou se há gargalos na formalização das parcerias desejadas. A "atividade" dessas parcerias estratégicas também deve ser monitorada posteriormente.

Unidade Responsável	PROCCE (Diretoria de Cultura e Comunidade - DCC, ou setor responsável pelos editais culturais)
Iniciativa Tática	Ampliar a Divulgação e Acessibilidade dos Editais de Apoio a Projetos Culturais (Foco Discente)
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de canais de divulgação utilizados para promover os editais de apoio a projetos culturais / NCanalDivEdCult
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de diferentes canais ou meios de comunicação que foram ativamente utilizados pela PROCCE para divulgar cada edital de apoio a projetos culturais (especialmente aqueles com foco discente, como o Edital Movimentos Culturais) durante o período de referência. Exemplos de canais incluem: Site oficial da Ufopa/PROCCE, Redes Sociais institucionais (Instagram, Facebook, etc.), E-mail institucional para listas específicas (discentes, centros acadêmicos), Murais físicos nos campi, Aplicativos de comunicação interna, Rádio Universitária, Parceria com Centros Acadêmicos para divulgação em grupos específicos, Apresentações em salas de aula ou eventos discentes, etc.
Fórmula	$NCanalDivEdCult = Média [\Sigma (Canais\ distintos\ utilizados\ por\ edital)]$ (Média de canais por edital no ano)
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número de canais de divulgação utilizados para promover os editais de apoio a projetos culturais
Fonte de coleta de dados	Plano de comunicação/divulgação de cada edital. Check-list de canais utilizados para cada divulgação (registrado pela equipe de comunicação/DCC). Posts em redes sociais, e-mails enviados, matérias no site, etc. (como evidência do uso do canal). Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Para cada edital de apoio a projetos culturais lançado no ano, listar e contar os canais de divulgação distintos efetivamente utilizados. 2. Calcular a média do número de canais utilizados entre todos os editais lançados no ano.
Interpretação Observação	Quanto maior o número (seja a média por edital ou o total de tipos), maior o esforço e a diversidade da estratégia de divulgação dos editais culturais, o que potencialmente aumenta a chance de alcançar diferentes públicos, especialmente os discentes de diversos campi e cursos.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - responsável pela gestão dos dados e publicização)
Iniciativa Tática	Fortalecer a transparência e o acesso público aos dados da extensão
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de projetos de extensão com informações básicas publicadas em plataforma pública acessível / NProjExt Pub
Classificar de Indicador	Resultado
O que o indicador mostra	quantidade de projetos de extensão (incluindo cultura, se aplicável) ativos ou recém-aprovados/iniciados durante o ano de referência, cujas informações essenciais (Ex: título, coordenador, unidade proponente, resumo, objetivos, público-alvo, vigência, status, forma de contato/participação, local de atuação - como no Piape ou "Tinder da Extensão") estão publicadas e disponíveis para consulta pública em uma plataforma institucional designada (Portal da Ufopa, Piape, portal específico da PROCCE) ou outra plataforma pública reconhecida, de forma clara e acessível (seguindo princípios de dados abertos sempre que possível).
Fórmula	$NProjExt_Pub = \Sigma (\text{Projetos de extensão ativos/iniciados no período com informações básicas publicadas em plataforma acessível})$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de projetos)
Fonte de coleta de dados	Plataforma(s) institucional(is) de divulgação de projetos (Piape, Portal Ufopa, SIGAA-Extensão se tiver interface pública, etc.). Cadastro interno de projetos de extensão da PROCCE. Relatórios de acompanhamento dos processos de publicação de dados. Relatório Anual de Gestão da PROCCE.
Como apurar o Indicador	1. Levantar a lista de todos os projetos de extensão ativos ou iniciados no ano de referência. 2. Verificar, na(s) plataforma(s) pública(s) designada(s), quais desses projetos possuem o conjunto mínimo de informações básicas publicado e acessível. 3. Contabilizar o número de projetos que atendem a esse critério.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior a quantidade de projetos de extensão cujas informações básicas estão disponíveis publicamente, indicando um maior nível de transparência ativa da PROCCE. O ideal é que este número se aproxime do número total de projetos ativos/iniciados.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - GT interno ou equipe designada)
Iniciativa Tática	Realizar diagnóstico dos fluxos administrativos
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de fluxos administrativos prioritários mapeados e analisados / NFluxMapAn
Classificar de Indicador	Processos Internos
O que o indicador mostra	A quantidade de fluxos administrativos da PROCCE, previamente definidos como prioritários para o diagnóstico, que tiveram seu mapeamento completo (descrição do "as is" - como o fluxo ocorre atualmente) e sua análise crítica (identificação de gargalos, redundâncias, pontos de melhoria, riscos) concluídos e documentados durante o período de referência.
Fórmula	$NFluxMapAn = \Sigma$
Periodicidade	Semestral / Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de fluxos)
Fonte de coleta de dados	- Plano de Trabalho do Diagnóstico dos Fluxos (que deve listar os fluxos prioritários). - Documentos de mapeamento de cada fluxo (fluxogramas "as is", narrativas descritivas). - Relatórios de análise de cada fluxo (com identificação de gargalos, problemas, oportunidades). - Atas de reunião do GT/equipe responsável pelo diagnóstico, validando a conclusão do mapeamento/análise de cada fluxo. - Relatório Parcial/Final do Diagnóstico dos Fluxos Administrativos.
Como apurar o Indicador	1. Identificar a lista de fluxos administrativos definidos como prioritários para o diagnóstico no início do período. 2. Para cada fluxo prioritário, verificar se o seu mapeamento completo ("as is") foi concluído e documentado. 3. Para cada fluxo mapeado, verificar se a sua análise crítica (identificação de gargalos, etc.) foi concluída e documentada. 4. Contabilizar o número de fluxos prioritários que tiveram tanto o mapeamento quanto a análise concluídos e documentados no período de referência.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, maior o avanço no esforço de diagnosticar os processos internos da PROCCE. Indica que a unidade está progredindo na compreensão de como seus fluxos funcionam e onde estão os problemas.

Unidade Responsável	PROCCE (Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - Diretoria de Extensão/Diretoria de Cultura e Comunidade, ou comitê específico)
Iniciativa Tática	Criar um plano geral de avaliação da extensão
ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Perspectiva	Processos Internos
Indicador/Sigla	Número de indicadores-chave de desempenho (KPIs) definidos no Plano Geral de Avaliação da Extensão para monitorar os resultados de ações de extensão e cultura / NKPI PlanoAvalExt
Classificar de Indicador	Esforço
O que o indicador mostra	A quantidade de indicadores-chave de desempenho (KPIs) distintos que foram formalmente definidos, descritos (com metodologia de cálculo, fonte de dados, periodicidade, etc.) e incluídos na versão preliminar ou final do Plano Geral de Avaliação da Extensão e Cultura da PROCCE. Estes KPIs devem ser designados para monitorar e avaliar os resultados, a eficácia ou o impacto das diferentes ações, programas e projetos de extensão e cultura desenvolvidos pela Pró-Reitoria.
Fórmula	$NKPI_{PlanoAvalExt} = \Sigma$
Periodicidade	Anual
Unidade de Medida	Número (Quantidade de KPIs)
Fonte de coleta de dados	- Minutas e versão final do Plano Geral de Avaliação da Extensão e Cultura da PROCCE. - Anexos do Plano de Avaliação que detalham os KPIs (ex: Fichas de Descrição de Indicadores para os KPIs do próprio plano de avaliação). - Atas de reunião do GT/equipe responsável pela elaboração do Plano de Avaliação, onde a lista de KPIs é discutida e definida. - Relatório Anual de Gestão da PROCCE (se o plano já estiver em elaboração/aprovado).
Como apurar o Indicador	1. Acessar a minuta ou versão mais recente do Plano Geral de Avaliação da Extensão e Cultura. 2. Identificar e listar todos os indicadores-chave de desempenho (KPIs) que estão explicitamente definidos no documento como métricas para monitorar os resultados das ações de extensão e cultura. 3. Verificar se cada KPI listado possui uma descrição mínima de seus atributos (o que mede, como será calculado, fonte, etc.). 4. Contabilizar o número de KPIs distintos que foram definidos e descritos no plano.
Interpretação Observação	Quanto maior o número, teoricamente, mais abrangente e detalhado seria o sistema de monitoramento proposto no Plano de Avaliação. No entanto, um número excessivo de KPIs pode tornar o monitoramento impraticável.

APÊNDICE 4 - PLANO TÁTICO CONSOLIDADO

Plano Tático Consolidado								
Referência Estratégica (PDI)		Plano Tático (PDU)						
Perspectiva	Objetivo Estratégico	Iniciativas Táticas	Ações	Indicador Tático	Linha de base	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
	Contribuir para a formação de cidadãos, com ênfase na interdisciplinaridade, na interculturalidade e na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.	Aumentar o número de ações integradas	Publicar volume específico da Revista de Extensão da Integração Amazônica com artigos sobre trabalho integrado E-P-E.	Número de ações integradas E-P-E realizadas (programas, projetos, oficinas, cursos...)		25	25	30
			Publicar editais para fomento a projetos de extensão que dialoguem com pesquisa e Ensino (ex: Edital PEEEx com critérios claros de integração E-P-E).					
		Ampliar o diálogo intercultural com as comunidades da região amazônica	Promover/incentivar oficinas e seminários sobre temas transversais (com participação ativa de detentores de saberes) (diversidade cultural, sustentabilidade, saber tradicional).	Número de eventos ou ações formais de diálogo intercultural realizados.		30	40	50
			Promover momentos de escuta (estruturados e periódicos, reuniões com lideranças, visitas, parcerias) para levantar demandas e contribuições de forma culturalmente adequada.					
	Reconhecer e promover saberes tradicionais e artísticos em diálogo com a sociedade	Aumentar o número de ações que visem à valorização dos saberes tradicionais e artísticos	Realizar consultas públicas/entrevistas com lideranças/artistas para identificar prioridades e formatos de valorização.	Número de projetos, eventos ou programas voltados à valorização de saberes tradicionais e artísticos realizados anualmente.		30	40	45
			Realizar consultas públicas/entrevistas com lideranças/artistas.					
			Publicar editais que selecionem atividades de arte e cultura com critérios que valorizem a autenticidade e o protagonismo local.					
		Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos	Criar a Resolução que dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber de Cultura e Extensão da Ufopa.	Número de estratégias formais (políticas, resoluções, planos) desenvolvidas e implementadas para a valorização de saberes tradicionais e artísticos.		4	5	6
			Aprovar, no Concepe, a Resolução do Notório Saber.					
			Criar editais e prêmios específicos para artistas locais, com foco na promoção da cultura e das tradições artísticas amazônicas (considerando a diversidade regional e linguística).					
		Incentivar que os saberes tradicionais sejam incorporados nas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.	Oferecer, em parceria com unidades e campi regionais, atividades de extensão, incluindo oficinas, seminários e cursos de sensibilização intercultural para comunidade acadêmica sobre a importância dos saberes tradicionais.	Percentual de ações integradas E-P-E que incorporam saberes tradicionais de forma ética e com protagonismo comunitário. (Meta representa N° de Ações, não %)		2	2	3
			Estabelecer parcerias formais com comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais para desenvolver projetos colaborativos que valorizem e integrem seus conhecimentos respeitando protocolos comunitários.					
			Promover, por meio de editais, intercâmbios culturais e visitas de campo para que os participantes de projetos de extensão possam vivenciar e aprender diretamente com as comunidades tradicionais.					
		Criar um banco de saberes tradicionais	Publicar o Georreferenciamento de ações de extensão (Piape 2025) (como base inicial para mapeamento).	Número de registros (mestres, saberes, práticas) validados e incluídos no banco (com consentimento livre, prévio e informado).		1	1	1
			Desenvolver um banco de dados colaborativo e seguro para a documentação e registro dos saberes tradicionais, com a participação ativa das comunidades (e seguindo princípios éticos de consentimento e retorno).					
			Organizar, em parceria com IFIL, fóruns e encontros interculturais regulares.	Número de produtos ou ações concretas				

Resultados para sociedade	Promover diálogo e intercâmbio de saberes.	Criar comitês consultivos permanentes compostos por representantes das comunidades tradicionais, mestres de saberes, especialistas em direitos indígenas para orientar as ações de proteção dos saberes tradicionais.	Número de projetos de pesquisa (TCC, IC, Pós-grad., Docente) financiados/apoiados sobre saberes tradicionais/artísticos com componente de extensão.	1	2	2	
	Criar, em parceria com Proppit, Proges, Arni e IFIL, um Programa de publicação em línguas indígenas.	Lançar edital para financiamento de projetos que visem a produção de livros, vídeos e outras mídias nas línguas indígenas de maior circulação na Ufopa.	Número de publicações lançadas em línguas indígenas no programa ao longo do ano.	1	2	3	
		Lançar edital de seleção de alunos indígenas para fazerem tradução em eventos institucionais e dos materiais de divulgação da unidade.					
	Promover a difusão das línguas indígenas	Organizar, em parceria com o Dain, Proges, IFIL e Sibi, festivais culturais, feiras de livros, seminários, que destaquem as produções em línguas indígenas, proporcionando um espaço de divulgação e valorização dessas publicações.	Número de eventos, cursos ou materiais de divulgação sobre línguas indígenas realizados ou disponibilizados ao público.	1	2	2	
	Fortalecer as parcerias já existentes e criar novas	Realizar eventos culturais e científicos em parceria com grupos tradicionais presentes na Ufopa e com outras unidades acadêmicas e/ou administrativas.	Número de novas parcerias estabelecidas e número de parcerias renovadas ou ampliadas ao longo do ano.	2	4	6	
		Realizar, por meio de edital piapi, mapeamento das comunidades tradicionais na região de abrangência da Ufopa para identificar suas necessidades, interesses e potenciais de colaboração.					
		Instituir fórum permanente de diálogo entre a universidade e as comunidades tradicionais para discutir projetos, parcerias e formas de colaboração (com metodologia participativa e registro claro).					
	Fomentar a pesquisa sobre saberes tradicionais e artísticos (integrada à extensão)	Incluir linha de pesquisa em editais / Criar edital específico para pesquisa-ação ou pesquisa colaborativa com comunidades.	Número de projetos de pesquisa (TCC, IC, Pós-grad., Docente) financiados/apoiados sobre saberes tradicionais/artísticos com componente de extensão.	1	2	3	
	Promover e desenvolver saberes científicos e tecnológicos em diálogo com a sociedade.	Criar programas de divulgação e popularização da ciência	Desenvolver, em parceria com AIT, eventos, como feiras de ciência, semanas de tecnologia e cafês científicos, que aproximem a sociedade das inovações científicas e tecnológicas produzidas pela universidade e promovam o diálogo com saberes locais.	Número de programas de divulgação de ciência realizados (ou eventos) e o número de participantes ou audiência alcançada.	10	12	14
			Tornar regular a publicação da Revista de Integração Amazônica.				
Apoiar, por meio de editais, a regularização e a consolidação das empresas juniores já existentes e incentivar a criação de novas.							
Elaborar, em parceria com AIT, editais que incentivem projetos de extensão tecnológica.							
Estimular, por meio de editais, a produção de materiais educativos, como vídeos, podcasts e publicações, voltados para o público em geral, explicando conceitos científicos e apresentando pesquisas em andamento na universidade (e suas conexões com a realidade regional).							
Apoiar o desenvolvimento sustentável e contribuir com a redução das desigualdades na	Fomentar o empreendedorismo social e negócios sustentáveis	Valorizar, por meio de editais específicos, as empresas juniores já existentes na universidade e incentivar a criação de novas empresas, que desenvolvam soluções inovadoras nas áreas de bioeconomia, economia verde e agroecologia.	Número de relatórios de avaliação de impacto social e ambiental desses empreendimentos.	10	14	16	
		Tornar a Conferência de Extensão do Oeste do Pará um fórum permanente para discutir e planejar ações integradas em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia.					

	redução das desigualdades na região amazônica por meio de soluções e práticas inovadoras.	Estabelecer Redes de Colaboração Interinstitucional para a Sustentabilidade	Continuar realizando a Conferência de Extensão do Oeste do Pará, para funcionar como uma rede regional que envolva diferentes atores (universidades, organização não governamental, órgãos governamentais, empresas), para promover ações sustentáveis, visando a troca de conhecimentos, experiências e recursos.	Número de redes de colaboração interinstitucional formadas e o número de projetos conjuntos voltados para a sustentabilidade desenvolvidos dentro dessas redes.		3	3	3
			Estabelecer parcerias com outras instituições para realização de projetos conjuntos que promovam a sustentabilidade e valorizem a diversidade local.					
		Aumentar o número de ações que valorizem os processos formativos	Publicar, em parceria com as outras unidades administrativas, Edital Peex – Nacional e Internacional.					
			Promover, em parceria com Proppit, Proen, debates integrando graduação e pós-graduação, para discutir a importância e a viabilidade de ações de ensino, pesquisa e extensão nesses graus.	Número de ações ou programas formativos (cursos, oficinas, palestras, workshops, etc.) realizados que integrem e valorizem a interdisciplinaridade e a interculturalidade segundo critérios pré-definidos.		25	25	30
			Participar de eventos nacionais, em nível de Colegiado e Fórum de Pró-reitores de extensão, para debater a importância da pauta (incluindo a necessidade de recursos perenes para essas ações).					
		Fortalecer as ações conjuntas com diferentes unidades	Oferecer incentivos para projetos que envolvam colaboração entre várias unidades (ex. Peex).					
			Organizar eventos como seminários e fóruns que incentivem o diálogo entre servidores extensionistas de diferentes unidades, promovendo a troca de ideias e a colaboração	Número de projetos interunidades implementados e uma avaliação qualitativa do grau de integração entre as unidades participantes (baseada em critérios: planejamento conjunto, recursos compartilhados, resultados conjuntos).		4	5	6
			Estimular, por meio de edital, a elaboração de projetos que envolvam várias unidades acadêmicas, promovendo a integração de diferentes áreas de conhecimento (por exemplo, projetos que conectem ciências naturais com ciências sociais ou artes – Física para poetas).					
	Valorizar os processos formativos interdisciplinares, interculturais e de integração ensino-pesquisa-extensão	Criar redes de Colaboração Interdisciplinar e Intercultural entre Unidades e Campi	Realizar seminários de boas práticas nos quais as unidades acadêmicas e os diferentes campi possam apresentar suas práticas interdisciplinares e interculturais, criando um espaço contínuo de diálogo e troca de experiências.	Número de redes interdisciplinares e interculturais estabelecidas entre unidades e campi, e o número de projetos colaborativos gerados a partir dessas redes.		2	2	2
			Organizar feiras anuais de projetos interdisciplinares e interculturais, incentivando as diferentes unidades e campi a trocarem experiências e fortaleceram a rede.					
			Criar editais específicos para fomentar projetos intercampi, oferecendo recursos financeiros e técnicos para iniciativas que envolvam mais de uma unidade acadêmica e/ou campus.					
		Buscar sustentabilidade financeira para projetos integrados	Mapear fontes / Buscar editais / Otimizar recursos (criar um setor ou ponto focal para captação de recursos externos e monitoramento de editais)	Número de fontes diversificadas de financiamento acessadas (editais públicos, privados, emendas, parcerias).		1	2	3
		Consolidar parcerias já existentes e criar novas.	Publicar editais de apoio a projetos de extensão voltados para educação básica.					
			Aumentar o número de bolsas de Iniciação à Extensão para o Ensino Médio.	Número de parcerias ativas consolidadas e número de novas parcerias estabelecidas com instituições de educação básica.		50	60	70
			Realizar visita às escolas de educação básica para divulgar as ações da unidade.					
			Realizar atividades nas dependências da Ufopa tendo como público-alvo os alunos e docentes da educação básica.					

Processos internos	Fortalecer a Interação com a Educação Básica	Fortalecer o Peex	Apoiar o CGPRITS na elaboração de editais específicos que incentivem a elaboração de projetos que integrem pesquisa, ensino e extensão com participação de diferentes áreas e Unidades Acadêmicas.	Número de projetos integrados E-P-E implementados via PEEEx	1	1	1
			Estabelecer parcerias com outras universidades e centros de pesquisa, tanto no Brasil quanto no exterior, para desenvolver projetos colaborativos que envolvam a triade PEEEx.				
			Criar editais específicos para fomentar projetos intercâmpis, oferecendo recursos financeiros e técnicos para iniciativas que envolvam mais de uma unidade acadêmica e/ou campus.				
		Desenvolver programas de cooperação entre a universidade e escolas de educação básica.	Incentivar, por meio de auxílio, a participação do professor de educação básica nos projetos integrados da Universidade	Número de programas de cooperação estabelecidos entre a universidade e escolas de educação básica.	25	25	25
			Promover encontros regulares para o planejamento conjunto de atividades e troca de experiências entre a universidade e as escolas, facilitando a criação de novos projetos e o alinhamento com as necessidades educacionais da região.				
	Aumentar o número de ações destinadas a este público.		Consolidar o Cursinho Popular.	Número de ações ou programas realizados com foco no público da educação básica (cursos, eventos, projetos, etc.).	5	8	10
			Realizar eventos, como Show de Talentos e Gincana do Conhecimento.				
			Aumentar o número de bolsas de extensão para educação básica				
	Promover capacitação interna para atuação na Ed. Básica		Oferecer workshops / Criar materiais / etc.	Número de ações de capacitação (workshops, cursos, materiais) sobre interação com a Ed. Básica oferecidas à comunidade Ufopa.	1	2	3
	Promover a cultura regional e as ações em diálogo com a sociedade	Aumentar o número de ações para capacitar os NDEs	Continuar realizando, em parceria com a Proen, reuniões de alinhamento com os NDEs.	Número de ações de capacitação realizadas para os NDEs sobre curricularização da extensão/cultura.	1	1	1
			Realizar workshops sobre a inserção curricular nos cursos de graduação.				
			Tornar perene o Edital de Fomento à Creditação				
		Fomentar a inclusão da cultura nos PPCs	Elaborar o Plano de Cultura da Ufopa	Percentual de cursos com Projetos Pedagógicos atualizados que incluem explicitamente a cultura regional e local como componente formativo (obrigatório ou optativo).	1	1	1
			Propor, em parceria com Proen, a inclusão de ações culturais como dimensões curriculares optativas.				
			Oferecer, para os professores, capacitação em práticas pedagógicas culturais, incluindo métodos de ensino que integrem cultura e desenvolvimento de competências				
			Propor cursos livres (sobre manifestações culturais da Amazônia, como música, dança, artes plásticas, narrativas orais e práticas religiosas tradicionais) cuja CH possa ser creditada no curso.				
		Aumentar o número de equipamentos culturais da Ufopa	Promover exposição de artes.	Número de novos equipamentos ou espaços culturais implantados/requalificados na Ufopa.	4	5	6
			Retomar o projeto Muralismo no Campus				
			Inaugurar o Ateliê de Artes – Unidade Tapajós e Unidade Alter do Chão				
			Retomar o Cine debate				
			Realizar atividades de arte e cultura no Bosque Mekdece				

			Criar a Galeria de arte da Ufopa				
			Criar o anfiteatro da Ufopa				
			Incentivar o uso dos equipamentos culturais da Ufopa				
		Consolidar os editais de fomento à cultura e à comunidade	Publicar Edital Movimentos Culturais, para auxiliar discentes a realizarem ações de cultura.	Número de editais de fomento à cultura lançados anualmente.	2	2	3
			Firmar, em parceria com a Arni, Acordo de Cooperação com a UEPA, para contratação de estagiários do curso de Música para regente do Coral da Ufopa				
		Desenvolver e aprovar normativa interna para creditação cultural	Criar GT / Consultar PROEN (para elaborar a proposta de Resolução de Creditação da Cultura).	Status da elaboração e aprovação da normativa de creditação cultural	3	4	5
		Fomentar a pesquisa sobre Arte, Cultura e Saberes Diversos	Criar linha fomento / Estimular TCCs (que investiguem temas culturais e artísticos regionais, preferencialmente em pesquisa-ação ou colaborativa).	Número de projetos de pesquisa financiados/apoiados sobre Arte/Cultura/Saberes Diversos.	1	2	3
		Promover espaços para diálogo crítico e reflexivo de saberes	Realizar seminários / Rodas de conversa (com metodologias que garantam diálogo horizontal e registro crítico).	Número de eventos (seminários, rodas de conversa, etc.) realizados com foco explícito em diálogo crítico/reflexivo de saberes.	6	7	8
		Fomentar mecanismos de protagonismo cultural	Revisar editais / Criar chamadas (que incentivem propostas originadas na comunidade interna e externa, com gestão compartilhada)	Número de mecanismos (editais, plataformas, chamadas) implementados para apoiar propostas culturais da comunidade interna/externa.	1	1	1
		Ampliar e diversificar a oferta de formação em artes e cultura	Diagnóstico demandas / Mapear instrutores / Buscar recursos (para oferta regular e descentralizada de cursos/oficinas).	Número de cursos/oficinas/workshops em artes e cultura oferecidos anualmente.	1	1	1
	Ampliar e consolidar as relações acadêmicas e institucionais, nacionais e internacionais.	Incentivar a internacionalização	Criar bolsas de extensão com foco na internacionalização.	Número de parcerias internacionais formalizadas para ações de extensão/cultura.	3	5	5
			Apoiar, no âmbito do CGPRITS, a Arni na elaboração e publicação do Edital Peex Internacional				
			Buscar, em parceria com a RIDH, recursos internos e externos para ações de extensão internacional.				
			Buscar parcerias com instituições estrangeiras, para fomentar ações integradas				
		Dar visibilidade internacional às ações de extensão	Desenvolver estratégias de comunicação voltada para promoção das atividades de extensão da Ufopa em redes internacionais, utilizando plataformas digitais e mídias sociais.	Número de ações de extensão divulgadas em plataformas ou eventos internacionais.	3	5	7
			Incentivar a produção de artigos e relatórios sobre os projetos de extensão da Ufopa e submeter a revistas internacionais.				
		Desenvolver metodologia para gestão participativa de parcerias	Definir fluxos / Criar modelos / Capacitar equipe (para prospecção, negociação, formalização e acompanhamento de parcerias diversas).	Status da elaboração e implementação da metodologia de gestão de parcerias (Ex: Elaborada, Implementada, Em uso).	4	5	5

		Mapear e prospectar parcerias estratégicas (Nacionais e Internacionais)	Levantar parceiros potenciais / Agendar reuniões (com base em critérios estratégicos e áreas prioritárias).	Número de parceiros estratégicos potenciais mapeados e priorizados.		4	6	8
Acompanhar, assistir, motivar e valorizar o corpo discente.	Ampliar a Divulgação e Acessibilidade dos Editais de Apoio a Projetos Culturais	Organizar oficinas e minicursos presenciais e online para orientar os estudantes sobre como elaborar projetos culturais, focando nas etapas de planejamento, redação, execução e prestação de contas.	Número de canais de divulgação utilizados para promover os editais de apoio a projetos culturais.		3	4	5	
		Promover eventos itinerantes nos campi da Ufopa, para divulgar as oportunidades e engajar os estudantes						
		Criar uma revista digital voltada para a divulgação de produções artísticas dos estudantes, incluindo ensaios, portfólios, vídeos, textos e entrevistas com os artistas envolvidos nos projetos culturais.						
		Realizar o Festival Itinerante de Arte e Cultura						
Aperfeiçoar a gestão administrativa, a transparência e a governança institucional.	Fortalecer a transparência e o acesso público aos dados da extensão	Publicar o Georreferenciamento de ações de extensão (Piape 2023) (e mantê-lo atualizado como ferramenta de transparência).	Número de projetos de extensão com informações básicas publicadas de forma acessível no portal institucional ou em outras plataformas públicas.		2	2	2	
		Criar o Tinder da Extensão - um espaço de interação entre a comunidade externa e os projetos de extensão cadastrados na Procce...						
		Realizar diagnóstico dos fluxos administrativos	Instituir GT interno para elaboração do mapeamento dos fluxos administrativos internos (incluindo fluxos manuais e interações entre sistemas/pessoas).	Número de fluxos prioritários mapeados e analisados.		3	4	5
Aprimorar os mecanismos de avaliação e de resposta institucional.	Criar um plano geral de avaliação da extensão	Realizar reuniões com membros do comitê de extensão, coordenadores de curso, professores extensionistas, para definir os objetivos principais do plano de avaliação, com vistas a mensurar a eficácia das ações de extensão e seu impacto na comunidade.	Número de indicadores-chave de desempenho (KPIs) definidos no plano para monitorar os resultados de ações de extensão e cultura.		2	3	4	
		Instituir GT, em parceria com a Proen, para avaliar a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.						

APÊNDICE 5 - GESTÃO DE RISCOS

Iniciativa tática	Ação	Evento de Risco	Categoria do risco	Probabilidade de ocorrer	Impacto	Causas	Controle Preventivo	Consequências	Controle mitigatório
Aumentar o número de ações integradas	Publicar volume específico da Revista de Extensão da Integração Amazônica com artigos sobre trabalho integrado E-P-E.	Atraso na publicação do volume ou não atingimento do número de artigos esperado com qualidade para um volume temático.	Operacional	Média	Média	Baixa submissão de artigos com qualidade E-P-E; Dificuldades no processo de avaliação por pares (demora, pareceres insuficientes); Problemas técnicos/editoriais na produção da revista; Falta de equipe dedicada suficiente.	Definir cronograma editorial claro e realista; Ampliar divulgação da chamada de artigos com foco E-P-E; Formar um banco robusto de pareceristas ad hoc; Alocar/capacitar equipe para editoração; Considerar parcerias para editoração/publicação.	Perda de credibilidade da revista e do tema E-P-E; Desmotivação de autores potenciais; Não cumprimento da meta de divulgação dos resultados de ações integradas.	Publicar online os artigos aprovados individualmente (sem esperar fechar volume); Realizar chamada complementar de artigos; Buscar apoio de outras unidades/programas para força-tarefa na editoração; Comunicar transparentemente os motivos do atraso.
	Publicar editais para fomento a projetos de extensão que dialoguem com pesquisa e Ensino (ex: Edital PEEEx com critérios claros de integração E-P-E).	Insuficiência de recursos orçamentários para o fomento ou baixa qualidade/quantidade de propostas submetidas.	Financeiro/Orçamentário	Média	Alta	Cortes orçamentários institucionais; Baixa capacidade dos proponentes em elaborar projetos com foco em E-P-E e inovação; Divulgação inadequada do edital; Critérios do edital pouco claros ou muito restritivos.	Planejamento orçamentário robusto com busca por fontes alternativas/complementares (se possível); Oferecer capacitação/oficinas para elaboração de projetos E-P-E; Amplia divulgação do edital em diversos canais; Clareza nos critérios e no processo seletivo.	Não lançamento do edital ou fomento insuficiente/ pulverizado; Poucos projetos E-P-E inovadores são desenvolvidos; Desalinhamento com objetivos estratégicos; Frustração da comunidade acadêmica.	Realocar recursos de outras rubricas (se possível); Lançar edital com valor menor e foco mais específico; Oferecer suporte técnico individualizado aos proponentes; Revisar e simplificar critérios do edital para futuras edições.
Ampliar o diálogo intercultural com as comunidades da região amazônica	Promover/incentivar oficinas e seminários sobre temas transversais (com participação ativa de detentores de saberes) (diversidade cultural, sustentabilidade, saber tradicional).	Baixa adesão/participação do público-alvo (comunidade acadêmica e/ou externa) nas oficinas/seminários.	Operacional	Média	Média	Temas ou abordagens pouco atrativos/relevantes para o público; Divulgação inadequada ou em canais não efetivos; Conflito de horários/datas com outras atividades; Falta de reconhecimento da importância dos temas pela comunidade acadêmica.	Diagnóstico prévio de interesses e necessidades do público-alvo; Co-criação da programação com representantes do público; Divulgação ampla e direcionada em múltiplos canais; Flexibilidade de horários/formatos (presencial, online, híbrido); Certificação.	Baixo impacto na sensibilização e formação sobre temas transversais; Desperdício de recursos (tempo, financeiro); Desmotivação da equipe organizadora.	Coletar feedback para entender motivos da baixa adesão; Replanejar futuras ações com base no feedback; Realizar ações menores e mais focadas; Produzir e disponibilizar materiais derivados das oficinas/seminários para alcance assíncrono.
	Promover momentos de escuta (estruturados e periódicos, reuniões com lideranças, visitas, parcerias) para levantar demandas e contribuições de forma culturalmente adequada.	Dificuldade em estabelecer um diálogo efetivo e de confiança com as comunidades, ou as demandas levantadas não são factíveis/alinhadas com a PROCCE.	Operacional	Alta	Alta	Falta de uma abordagem culturalmente adequada e respeitosa; Desconfiança histórica da comunidade em relação à universidade; Expectativas desalinhadas; Falta de clareza sobre o papel/capacidade da PROCCE; Demandas muito amplas ou fora do escopo da Pri-Reitoria.	Capacitação da equipe PROCCE em metodologias de diálogo intercultural e escuta ativa; Construção de relacionamento prévio e contínuo com lideranças comunitárias; Transparência sobre os objetivos e limitações da PROCCE; Mediação por atores de confiança.	Frustração das comunidades; Perda de credibilidade da PROCCE/Ufopa; Não identificação de demandas reais e relevantes; Conflitos ou mal-entendidos com as comunidades.	Estabelecer canais de comunicação contínuos e transparentes; Priorizar demandas factíveis e co-constituir soluções; Dar devolutivas claras sobre o que pode ou não ser atendido e porquê; Buscar parcerias para atender demandas que extrapolam o escopo da PROCCE.
Aumentar o número de ações que visem à valorização dos saberes tradicionais e artísticos	Realizar consultas públicas/entrevistas com lideranças/artistas para identificar prioridades e formatos de valorização.	Baixa participação ou representatividade inadequada nas consultas/entrevistas, levando a prioridades/formatos desalinhados.	Operacional	Média	Alta	Ampla divulgação em múltiplos canais (incluindo redes comunitárias); Oferta de apoio logístico (transporte, alimentação, se necessário); Envolvimento de mediadores culturais de confiança; Co-criação da metodologia da consulta com representantes.	Justificar claramente a necessidade e o diferencial desta consulta em relação a outras; Apresentar resultados de consultas anteriores e como foram utilizados; Garantir devolutiva clara sobre o uso das informações coletadas nesta consulta.	Definição de prioridades e formatos de valorização que não refletem as reais necessidades/anseios das comunidades/artistas; Baixa adesão às futuras ações de valorização; Desperdício de recursos em ações pouco efetivas.	Realizar rodadas adicionais de consulta com grupos específicos não contemplados; Utilizar métodos de consulta alternativos (ex: questionários online, conversas informais registradas); Validar as prioridades preliminares com um grupo diverso de stakeholders.
	Realizar consultas públicas/entrevistas com lideranças/artistas.	Baixa adesão às consultas.	Imagem	Média	Média	Cansaço da comunidade com muitas consultas; Percepção de que as consultas anteriores não geraram resultados concretos; Falta de clareza no propósito da nova consulta.		Desgaste da relação com as lideranças/artistas; Dificuldade em obter informações relevantes para outras ações da PROCCE; Percepção negativa da atuação da universidade.	Focar em diálogos menores e mais aprofundados com grupos-chave em vez de grandes consultas públicas; Buscar informações através de parceiros institucionais que já têm relação com as lideranças/artistas.
	Publicar editais que selecionem atividades de arte e cultura com critérios que valorizem a autenticidade e o protagonismo local.	Baixo número de propostas submetidas aos editais ou propostas com baixa qualidade/alinhamento aos critérios.	Operacional	Média	Alta	Critérios do edital pouco claros, muito restritivos ou inadequados à realidade local; Divulgação insuficiente do edital; Falta de capacidade técnica dos proponentes para elaborar projetos que atendam aos critérios de autenticidade/protagonismo.	Elaboração dos editais com participação/consulta de artistas e fazedores de cultura locais; Oficinas de capacitação para elaboração de projetos culturais com foco nos critérios do edital; Amplia divulgação em canais acessíveis à comunidade artística.	Poucas atividades de arte/cultura fomentadas; Percepção de que o edital não é inclusivo ou não valoriza de fato o protagonismo local; Recursos do edital não utilizados ou mal alocados.	Prorrogar prazo de inscrição; Oferecer mentoria individualizada para proponentes com potencial; Revisar critérios para futuros editais com base no feedback e nas propostas recebidas; Realizar busca ativa de projetos/artistas.
Criar estratégias para valorização dos saberes tradicionais e artísticos	Criar a Resolução que dispõe sobre o reconhecimento do Notório Saber de Cultura e Extensão da Ufopa.	Demora excessiva ou não aprovação da Resolução nas instâncias deliberativas.	Legal	Média	Alta	Falta de consenso político/acadêmico sobre o tema; Minuta da resolução com fragilidades técnicas/jurídicas; Baixa priorização do tema pelas instâncias superiores; Resistência de setores conservadores da universidade.	Ampla discussão prévia com a comunidade acadêmica e setores envolvidos; Elaboração da minuta por GT com representação diversa e apoio técnico-jurídico; Articulação política e apresentação robusta da importância da resolução para as instâncias decisórias.	Atraso ou impossibilidade de implementar o reconhecimento formal do Notório Saber; Desmotivação dos mestres de saberes; Perda de oportunidade para enriquecer o ensino, pesquisa e extensão com esses conhecimentos.	Intensificar o diálogo e a negociação com as instâncias deliberativas; Apresentar casos de sucesso de outras IES; Buscar apoio de órgãos externos e da comunidade para pressionar pela aprovação; Se necessário, propor uma normativa interna de menor alcance inicial.
	Aprovar, no Consepe, a Resolução do Notório Saber.	Resolução não aprovada pelo CONSEPE ou aprovada com modificações que descaracterizam a proposta original.	Estratégico	Média	Alta	Objecções de última hora ou falta de articulação suficiente no âmbito do conselho.	Foco na articulação específica com os conselheiros do CONSEPE, incluindo apresentação prévia da minuta e esclarecimento de dúvidas.	Impedimento legal/institucional para o reconhecimento do Notório Saber; Frustração das expectativas da PROCCE e da comunidade envolvida; Necessidade de reiniciar o processo de elaboração da normativa.	Avaliar os motivos da não aprovação/modificações; Tentar renegociar pontos específicos; Se necessário, retirar a pauta para ajustes e reapresentar em momento mais oportuno, com maior articulação.
	Criar editais e prêmios específicos para artistas locais, com foco na promoção da cultura e das tradições artísticas amazônicas (considerando a diversidade regional e linguística).	Insuficiência de recursos orçamentários para os editais/prêmios ou baixa atratividade/qualidade dos prêmios/valores oferecidos.	Financeiro/Orçamentário	Média	Média	Cortes orçamentários; Valores dos editais/prêmios/fomento definidos sem considerar os custos e a valorização adequada dos artistas locais; Falta de diversidade nas categorias de premiação que não contempla a riqueza cultural regional.	Planejamento orçamentário que priorize esses editais; Busca por fontes de co-financiamento (parcerias, leis de incentivo); Consulta aos artistas locais para definir categorias e valores de premiação atrativos e justos; Criação de categorias diversas.	Baixa participação de artistas locais nos editais/prêmios; Desvalorização do trabalho artístico regional; Não cumprimento do objetivo de promover a cultura e tradições amazônicas.	Realocar recursos de outras ações menos prioritárias (se possível); Buscar patrocínios específicos para os prêmios; Realizar edições menores ou com foco em menos categorias, mas com premiação mais significativa.
Incentivar que os saberes tradicionais sejam incorporados nas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão.	Oferecer, em parceria com unidades e campi regionais, atividades de extensão, incluindo oficinas, seminários e cursos de sensibilização intercultural para comunidade acadêmica sobre a importância dos saberes tradicionais.	Baixa adesão da comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnicos) às atividades de sensibilização intercultural.	Operacional	Média	Média	Falta de percepção sobre a relevância da interculturalidade e dos saberes tradicionais para a formação/atuação profissional; Divulgação inadequada; Formato ou carga horária das atividades pouco atrativos; Resistência a temas considerados "não científicos" ou "ideológicos".	Ampla divulgação destacando os benefícios da sensibilização intercultural para a prática acadêmica e profissional; Envolvimento dos NDEs e coordenações de curso na promoção das atividades; Oferta de formatos flexíveis (online, híbrido, curta duração); Certificação.	Poucos membros da comunidade acadêmica sensibilizados, dificultando a posterior incorporação de saberes tradicionais nas práticas de E-P-E; Desperdício de recursos na oferta das atividades.	Realizar diagnóstico para entender as barreiras à participação; Adaptar as próximas ofertas com base no feedback; Criar materiais de sensibilização assíncronos (vídeos, cartilhas); Focar em grupos/cursos específicos com maior abertura inicial ao tema.
	Estabelecer parcerias formais com comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais para desenvolver projetos colaborativos que valorizem e integrem seus conhecimentos respeitando protocolos comunitários.	Dificuldade em estabelecer ou manter parcerias formais efetivas e respeitadas com as comunidades, ou desrespeito aos protocolos comunitários durante os projetos.	Imagem	Média	Alta	Falta de conhecimento ou sensibilidade da equipe da Ufopa sobre os protocolos e tempos das comunidades; Expectativas desalinhadas entre Ufopa e comunidades; Relações de poder assimétricas; Falta de retorno/benefício claro para as comunidades; Burocracia excessiva na formalização.	Capacitação contínua da equipe da Ufopa em ética em pesquisa com povos e comunidades tradicionais e metodologias participativas; Construção de relacionamento de confiança antes da formalização; Elaboração conjunta dos termos de parceria e planos de trabalho; Clareza nos benefícios mútuos e mecanismos de retorno/socialização de resultados.	Projetos não realizados ou interrompidos; Quebra de confiança com as comunidades; Risco de apropriação indevida de conhecimentos; Imagem negativa para a Ufopa; Não cumprimento dos objetivos de valorização e integração de saberes.	Interromper o projeto e reavaliar a parceria com mediação independente, se necessário; Pedir desculpas formais à comunidade e buscar reparar danos; Revisar os processos internos da Ufopa para futuras parcerias, incorporando as lições aprendidas.

	Promover, por meio de editais, intercâmbios culturais e visitas de campo para que os participantes de projetos de extensão possam vivenciar e aprender diretamente com as comunidades tradicionais.	Baixa procura pelos editais de intercâmbio/visitas ou dificuldade logística/financeira em viabilizar as atividades aprovadas.	Financeiro/Orçamentário	Média	Média	Valores de auxílio insuficientes para cobrir os custos reais das visitas/intercâmbios; Complexidade dos trâmites para solicitação e prestação de contas; Dificuldade das comunidades em receber os visitantes (logística, capacidade); Divulgação inadequada do edital.	Orçamento realista para os auxílios, considerando custos de transporte e estadia na região; Simplificação dos processos de solicitação e prestação de contas; Diálogo prévio com comunidades anfitriãs para verificar capacidade e interesse em receber; Ampla divulgação.	Poucos intercâmbios/visitas realizados; Baixo impacto na formação vivencial dos participantes; Recursos do edital não utilizados.	Realocar recursos não utilizados para outras ações da iniciativa; Oferecer editais com foco em visitas a comunidades mais próximas ou com logística mais simples; Buscar cofinanciamento com outros projetos/fontes para viabilizar os intercâmbios.
Criar um banco de saberes tradicionais	Publicar o Georreferenciamento de ações de extensão (Piape 2025) (como base inicial para mapeamento).	Atraso significativo ou não publicação do Piape 2025	Operacional	Média	Média	Falta de equipe dedicada ou sobrecarga da equipe responsável pela coleta e sistematização dos dados para o Piape 2025.	Planejamento e cronograma claro para a elaboração do Piape 2025, com responsabilidades definidas; - Alocação de equipe/recursos suficientes para a tarefa; - Comunicação e treinamento contínuos com as unidades para o correto registro das ações.	A base inicial para o mapeamento do Banco de Saberes é significativamente atrasada ou inexistente, comprometendo o cronograma de outras ações.	Intensificar o esforço de coleta de dados para o Banco de Saberes através de outras fontes (análise documental de projetos de extensão/cultura, entrevistas com coordenadores, consulta a especialistas e comunidades) para compensar o atraso/ausência do Piape 2025.
	Desenvolver um banco de dados colaborativo e seguro para a documentação e registro dos saberes tradicionais, com a participação ativa das comunidades (e seguindo princípios éticos de consentimento e retorno).	Falha na segurança dos dados do banco (vazamentos, perdas) ou uso indevido das informações registradas; Baixa adesão/confiança das comunidades para alimentar o banco de forma colaborativa.	Tecnológico	Média	Alta	Infraestrutura tecnológica inadequada ou vulnerável; Falta de protocolos claros de segurança e acesso; Desrespeito aos princípios éticos (consentimento, propriedade intelectual); Falta de transparência no uso e gestão do banco; Interface do banco pouco amigável.	Envolvimento de especialistas em TI e segurança da informação desde a concepção; Definição e implementação de protocolos rigorosos de ética, consentimento, acesso e propriedade intelectual, co-construídos com as comunidades; Auditorias de segurança periódicas; Treinamento para usuários; Interface intuitiva e acessível.	Perda de saberes sensíveis; Quebra de confiança irreparável com as comunidades; Exposição da Ufopa a riscos legais e de reputação; Subutilização ou abandono do banco de dados; Apropriação indevida de conhecimento	Plano de contingência para violações de segurança (backup, recuperação); Criação de um comitê gestor do banco com representação comunitária para monitorar o uso e garantir a ética; Canais de denúncia e resposta rápida para uso indevido das informações.
Promover diálogo e intercâmbio de saberes.	Organizar, em parceria com IFIL, fóruns e encontros interculturais regulares.	Baixa participação ou engajamento dos públicos-alvo (comunidade acadêmica e/ou externa) nos fóruns/encontros, comprometendo o objetivo de promover o diálogo.	Operacional	Média	Alta	Temas pouco relevantes ou abordagem pouco atrativa para os públicos; Divulgação irrelevante e atratividade; Plano de comunicação robusto, diversificado e direcionado; Criação de um calendário regular e previsível, divulgado com antecedência; Articulação com outras unidades/setores para evitar sobreposição de eventos; Destaque dos benefícios e resultados esperados para os participantes.	Definição dos temas e formatos dos eventos em conjunto com os públicos-alvo e o IFIL, buscando relevância e atratividade; Plano de comunicação robusto, diversificado e direcionado; Criação de um calendário regular e previsível, divulgado com antecedência; Articulação com outras unidades/setores para evitar sobreposição de eventos; Destaque dos benefícios e resultados esperados para os participantes.	Os fóruns/encontros não cumprem seu objetivo central de promover o diálogo e intercâmbio intercultural efetivo; Desperdício de recursos (tempo, financeiros, humanos); Desmotivação da equipe organizadora (PROCCE e IFIL) e de potenciais futuros participantes; Pouca contribuição para o fortalecimento das relações interculturais.	Coletar feedback imediato dos poucos participantes para entender os motivos da baixa adesão; Realizar uma pesquisa rápida com o público-alvo para identificar barreiras e preferências; Replanejar as próximas edições com base no feedback, considerando eventos menores e mais focados ou com metodologias mais interativas; Produzir e divulgar amplamente materiais (atas, vídeos, resumos) dos eventos realizados para quem não pôde participar, tentando ampliar o alcance do conteúdo.
	Criar comitês consultivos permanentes compostos por representantes das comunidades tradicionais, mestres de saberes, especialistas em direitos indígenas para orientar as ações de proteção dos saberes tradicionais.	Dificuldade em constituir e manter o Comitê Consultivo ativo e funcional, com representatividade e engajamento efetivo dos seus membros.	Estratégico	Média	Alta	Desinteresse ou impossibilidade de participação dos representantes convidados (agenda, custos, desconfiança); Falta de clareza no mandato, atribuições e funcionamento do comitê; Dinâmicas internas do comitê que dificultam o consenso ou a produção de orientações.	Processo de indicação/seleção dos membros do comitê realizado de forma transparente e participativa com as comunidades/organizações; Definição de um regimento interno claro para o comitê (objetivos, papéis, periodicidade, metodologia de trabalho); Oferta de apoio logístico e/ou ajuda de custo para participação dos membros (se necessário e viável); Garantia de que as orientações do comitê serão consideradas pela PROCCE.	O comitê não é formado ou se torna inoperante; As ações de proteção dos saberes tradicionais da PROCCE carecem de orientação qualificada e legitimidade junto às comunidades; Risco de ações desalinhadas com as reais necessidades e perspectivas dos detentores de saberes; Perda de oportunidade de construir uma governança participativa para a proteção dos saberes.	Realizar rodadas de diálogo com potenciais membros para ajustar o formato/proposta do comitê; Buscar assessoria de especialistas em mediação e governança participativa para apoiar o funcionamento inicial do comitê; Se a formação do comitê permanente se mostrar inviável, criar mecanismos de consulta mais flexíveis e pontuais com os representantes para cada ação de proteção, garantindo algum nível de orientação e participação.
Criar, em parceria com Proppit, Proges, Armi e IFIL, um Programa de publicação em linguas indígenas.	Lançar edital para financiamento de projetos que visem a produção de livros, vídeos e outras mídias nas linguas indígenas de maior circulação na Ufopa.	Baixa submissão de propostas qualificadas ou insuficientes para o edital, ou propostas que não atendam aos critérios de qualidade e relevância para publicação em linguas indígenas.	Operacional	Média	Alta	Poucos proponentes com expertise na produção de materiais em linguas indígenas; Dificuldade dos proponentes em desenvolver projetos viáveis e com qualidade editorial; Falta de clareza nos critérios do edital; Divulgação do edital não atinge os públicos potenciais; Orçamento do edital pouco atrativo para projetos de maior fôlego.	Ampla divulgação do edital em canais específicos para comunidades indígenas, linguistas, educadores e produtores culturais; Oficinas de capacitação para elaboração de projetos de produção de mídias em linguas indígenas; Edital com critérios claros e objetivos, mas flexível para diferentes formatos de mídia; Parceria com especialistas (linguistas, IFIL, Armi) na definição dos critérios e na avaliação das propostas; Orçamento adequado.	Lançamento de poucas ou nenhuma publicação em linguas indígenas via edital; Recursos do edital não utilizados ou mal alocados; Frustração das comunidades e dos poucos proponentes; Programa de publicação não atinge seus objetivos de fomento à diversidade linguística e produção cultural indígena.	Prorrogar o prazo de submissão do edital; Realizar busca ativa por projetos e proponentes com potencial; Oferecer mentoria ou suporte técnico para o desenvolvimento das propostas selecionadas; Se a baixa adesão persistir, revisar o formato e os critérios do edital para futuras edições, buscando maior alinhamento com as capacidades e interesses dos proponentes; Considerar parcerias diretas para produção de materiais, caso o modelo de edital não se mostre eficaz.
	Lançar edital de seleção de alunos indígenas para fazerem tradução em eventos institucionais e dos materiais de divulgação da unidade.	Dificuldade em selecionar alunos indígenas com a proficiência linguística necessária (língua indígena e português) e as habilidades técnicas para tradução/interpretação de qualidade.	Operacional	Média	Alta	Número limitado de alunos indígenas com fluência escrita e oral avançada em ambas as linguas para desenvolver habilidades de tradução; Parceria com o IFIL e outros especialistas para elaborar os critérios e participar do processo seletivo; Oferta de um curso/oficina preparatória básica em técnicas de tradução/interpretação para os alunos selecionados ou como pré-requisito; Criação de um cadastro de potenciais tradutores/intérpretes indígenas.	Edital com critérios de seleção claros que avaliem tanto a proficiência nas linguas quanto o potencial para desenvolver habilidades de tradução; Parceria com o IFIL e outros especialistas para elaborar os critérios e participar do processo seletivo; Oferta de um curso/oficina preparatória básica em técnicas de tradução/interpretação para os alunos selecionados ou como pré-requisito; Criação de um cadastro de potenciais tradutores/intérpretes indígenas.	Traduções de baixa qualidade em eventos e materiais, gerando incompreensão, ruídos de comunicação ou até mesmo ofensas culturais; Descredibilização da iniciativa e da Ufopa perante as comunidades indígenas e o público em geral; Subutilização dos bolsistas selecionados devido à inadequação das habilidades; Frustração dos próprios alunos bolsistas.	Oferecer acompanhamento e mentoria contínua aos bolsistas selecionados por profissionais experientes; Realizar revisões rigorosas das traduções produzidas antes da divulgação; Priorizar a tradução de materiais menos complexos ou para eventos com menor formalidade inicialmente; Utilizar os bolsistas em atividades de apoio à tradução enquanto desenvolvem maior proficiência (ex: pesquisa terminológica, transcrição); Contratar tradutores profissionais para demandas críticas se os bolsistas não atenderem ao nível exigido.
Promover a difusão das linguas indígenas	Organizar, em parceria com o Dain, Proges, IFIL e Sibi, festivais culturais, feiras de livros, seminários, que destaquem as produções em linguas indígenas, proporcionando um espaço de divulgação e valorização dessas publicações.	Baixa participação do público e/ou dos produtores/atores indígenas nos eventos, comprometendo os objetivos de divulgação e valorização das publicações em linguas indígenas.	Operacional	Média	Alta	Falta de alinhamento da programação dos eventos com os reais interesses e necessidades dos produtores/atores indígenas e do público-alvo; Divulgação inadequada ou que não alcança efetivamente as comunidades e interessados; Dificuldades logísticas para participação (custos, transporte, agenda); Concorrência com outros eventos.	Planejamento participativo dos eventos, envolvendo representantes indígenas e os parceiros (Dain, Proges, IFIL, Sibi) na definição dos temas, formatos e programação; Plano de comunicação abrangente e multilíngue, utilizando canais acessíveis às comunidades; Oferta de apoio logístico/financeiro para participação de produtores/atores indígenas (se possível); Escolha de datas e locais estratégicos para os eventos; Criação de atividades atrativas e interativas.	Eventos com pouco público e/ou pouca representatividade indígena; Baixa visibilidade para as produções em linguas indígenas; Desmotivação dos produtores/atores e dos organizadores; Desperdício de recursos; Não atingimento dos objetivos de valorização e difusão; Potencial imagem negativa de que a universidade não consegue engajar as comunidades em suas iniciativas.	Realizar uma avaliação rápida dos motivos da baixa adesão durante ou logo após o evento; Intensificar a divulgação direcionada para o restante da programação (se for um evento de múltiplos dias); Focar em registrar e divulgar amplamente o conteúdo do evento (fotos, vídeos, transmissões) para alcançar um público assíncrono; Para eventos futuros, revisar profundamente as estratégias de planejamento e divulgação com base no feedback e nas lições aprendidas; Considerar formatos menores e mais frequentes, caso necessário.
	Realizar eventos culturais e científicos em parceria com grupos tradicionais presentes na Ufopa e com outras unidades acadêmicas e/ou administrativas.	Desalinhamento de expectativas, objetivos ou logísticas entre os múltiplos parceiros (grupos tradicionais, unidades Ufopa), resultando em conflitos, baixa qualidade do evento ou seu cancelamento.	Operacional	Média	Alta	Falta de comunicação clara e efetiva entre todos os parceiros desde o início do planejamento; Objetivos do evento não definidos conjuntamente ou com interpretações divergentes; Responsabilidades de cada parceiro mal definidas; Diferenças culturais na forma de planejar/executar não consideradas; Recursos (financeiros, humanos, materiais) insuficientes ou não disponibilizados conforme acordado.	Estabelecimento de um comitê organizador com representação de todos os parceiros envolvidos; Reuniões periódicas de planejamento e alinhamento com pautas claras e registros formais; Definição conjunta e documentada dos objetivos, escopo, público-alvo, programação, responsabilidades e cronograma do evento; Acordos claros sobre a alocação e gestão de recursos; Mediação cultural e facilitação do diálogo entre as diferentes lógicas organizacionais.	Eventos de baixa qualidade, desorganizados ou que não atendem às expectativas de nenhum dos parceiros; Conflitos e desgastes nas relações entre a PROCCE, os grupos tradicionais e as unidades da Ufopa; Baixa participação do público; Não atingimento dos objetivos culturais e/ou científicos do evento; Imagem negativa para a Ufopa como organizadora e parceira; Dificuldade em realizar futuras parcerias.	Intensificar a comunicação e convocar reuniões emergenciais com todos os parceiros para realinhar expectativas e buscar soluções conjuntas para os problemas; Se necessário, ajustar o escopo ou a programação do evento para torná-lo viável e satisfatório para a maioria; Ter um plano de contingência para problemas logísticos; Designar um mediador neutro para facilitar a resolução de conflitos; Documentar as lições aprendidas para melhorar futuras parcerias.

Fortalecer as parcerias já existentes e criar novas com comunidades tradicionais.	Realizar, por meio de edital piape, mapeamento das comunidades tradicionais na região de abrangência da Ufopa para identificar suas necessidades, interesses e potenciais de colaboração.	Dificuldade em obter dados completos, precisos e representativos das comunidades tradicionais através do edital PIAEE, comprometendo a qualidade e utilidade do mapeamento para identificar necessidades e potenciais colaborações.	Operacional	Média	Alta	Baixa adesão ou capacidade de resposta das comunidades ao edital PIAEE (por desconhecimento, desconfiança, dificuldade de acesso/preenchimento); Formulário do edital PIAEE não desenhado especificamente para capturar com profundidade as necessidades/interesses/potenciais de colaboração das comunidades tradicionais; Falta de acompanhamento ou suporte adequado aos proponentes do PIAEE para garantir a coleta de dados relevantes sobre as comunidades.	Divulgação ampla e direcionada do edital PIAEE junto às comunidades tradicionais, com linguagem acessível e explicando os benefícios; Oferecer suporte técnico e oficinas para auxiliar as comunidades/proponentes a preencherem as informações relevantes no PIAEE; Articulação com lideranças comunitárias e organizações parceiras para incentivar e apoiar a participação no edital; Se possível, inclusão de campos específicos no PIAEE que capturem dados mais alinhados com o objetivo do mapeamento.	Mapeamento resultante incompleto, superficial ou com vieses, não refletindo as reais necessidades e potenciais de colaboração das comunidades; Dificuldade em planejar futuras ações e parcerias da PROCCE com base em dados frágis; Frustração das comunidades que participaram, mas cujas informações não foram adequadamente capturadas ou utilizadas; Desperdício do potencial do edital PIAEE como ferramenta de diagnóstico para a PROCCE.	Complementar os dados do PIAEE com outras fontes e metodologias de levantamento (entrevistas com lideranças, análise de documentos de organizações comunitárias, consulta a especialistas); Realizar validação dos dados preliminares do mapeamento diretamente com as comunidades; Utilizar o mapeamento como um ponto de partida, reconhecendo suas limitações, e aprofundar o conhecimento através de interações contínuas e outras iniciativas de diálogo.
	Instituir fórum permanente de diálogo entre a universidade e as comunidades tradicionais para discutir projetos, parcerias e formas de colaboração (com metodologia participativa e registro claro).	Baixa participação efetiva e contínua das comunidades tradicionais e/ou da comunidade acadêmica no fórum permanente, tornando-o pouco representativo ou inoperante.	Operacional	Média	Alta	Falta de clareza sobre os objetivos, funcionamento e benefícios do fórum para os participantes; Dificuldade de acesso e logística para representantes comunitários participarem regularmente; Metodologia do fórum pouco participativa ou que não valoriza os tempos e formas de diálogo das comunidades; Desconfiança ou cansaço das comunidades com fóruns que não geram resultados concretos; Pauta do fórum desalinhada com os interesses reais das comunidades ao da Ufopa.	Co-construção do formato, regimento e pautas do fórum com representantes das comunidades tradicionais e da Ufopa; Garantia de apoio logístico para participação comunitária (transporte, alimentação, se necessário e viável); Adoção de metodologias realmente participativas, com mediação cultural adequada; Compromisso institucional claro com a devolutiva e encaminhamento das discussões do fórum; Divulgação transparente das atas e decisões do fórum.	O fórum se torna um espaço burocrático com pouca representatividade e impacto; As discussões não refletem as prioridades das comunidades ou não geram encaminhamentos práticos; Desgaste da relação entre universidade e comunidades tradicionais; Perda de uma oportunidade estratégica para construção conjunta de projetos e parcerias; Descrédito da iniciativa.	Avaliar periodicamente o funcionamento do fórum com todos os participantes e realizar ajustes na metodologia, pauta ou formato conforme necessário; Focar em temas específicos e com potencial de gerar resultados concretos a curto/médio prazo para manter o engajamento; Se a participação geral for baixa, considerar a criação de grupos de trabalho temáticos menores e mais ágeis, ou realizar rodadas de consulta itinerantes nas comunidades, complementando o fórum central.
Fomentar a pesquisa sobre saberes tradicionais e artísticos (integrada à extensão)	Incluir linha de pesquisa em editais / Criar edital específico para pesquisa-ação ou pesquisa colaborativa com comunidades.	Baixa submissão de propostas de pesquisa-ação/colaborativa de alta qualidade e relevância, ou dificuldade em selecionar/gerenciar projetos que efetivamente sigam os princípios dessas abordagens.	Operacional	Média	Alta	Poucos pesquisadores com experiência ou formação em metodologias de pesquisa-ação/colaborativa; Dificuldade em construir parcerias sólidas e de confiança com as comunidades para desenvolver propostas conjuntas; Critérios de avaliação dos editais não adequados para valorizar a natureza processual e participativa dessas pesquisas; Complexidade na gestão e acompanhamento de projetos colaborativos, que exigem flexibilidade e mediação constante.	Oferecer capacitação para docentes e discentes em metodologias de pesquisa-ação e pesquisa colaborativa, incluindo aspectos éticos e de engajamento comunitário; Criar editais com regras claras e específicas para pesquisa-ação/colaborativa, valorizando a co-construção com comunidades; Formar comissões de avaliação com expertise nessas abordagens; Estabelecer mecanismos de apoio e mentoria para os projetos aprovados, com foco na mediação e gestão participativa.	Poucos projetos de pesquisa-ação/colaborativa fomentados, limitando a produção de conhecimento engajado e socialmente relevante; Projetos aprovados que se desviam dos princípios participativos, gerando frustração nas comunidades ou resultados pouco úteis; Desperdício de recursos em projetos mal conduzidos; Dificuldade em demonstrar o impacto social e a contribuição da pesquisa para as comunidades envolvidas.	Se baixa submissão: Intensificar a divulgação dos editais e realizar busca ativa por pesquisadores/grupos com potencial. Se problemas na qualidade/condição: Oferecer suporte técnico e metodológico intensivo aos projetos em andamento; Promover encontros de troca de experiências entre os projetos; Se necessário, renegociar os termos dos projetos com as comunidades e pesquisadores; Documentar as lições aprendidas para aprimorar futuros editais e mecanismos de apoio.
Criar programas de divulgação e popularização da ciência (e tecnologia, em diálogo com saberes locais)	Desenvolver, em parceria com AIT, eventos, como feiras de ciência, semanas de tecnologia e cafés científicos, que aproximem a sociedade das inovações científicas e tecnológicas produzidas pela universidade e promovam o diálogo com saberes locais.	Baixa participação ou engajamento da sociedade (público externo) e/ou da comunidade acadêmica nos eventos, ou dificuldade em promover um diálogo efetivo entre saberes científicos e locais durante os eventos.	Operacional	Média	Média	Formato dos eventos pouco atrativo ou acessível para a sociedade e da AIT; Utilização inadequada ou que não alcança os diferentes segmentos da sociedade; Falta de interesse da comunidade acadêmica em participar de atividades de popularização; Metodologias dos eventos que não facilitam a interação e o diálogo horizontal entre cientistas e detentores de saberes locais; Temas abordados de forma muito técnica ou desconectada da realidade local.	Co-criação da programação dos eventos com representantes da sociedade e da AIT; Utilização de linguagem acessível e formatos interativos (demonstrações, oficinas, rodas de conversa); Ampla divulgação em mídias diversas, incluindo canais comunitários; Envolvimento de escolas e organizações sociais na mobilização do público; Capacitação de mediadores para facilitar o diálogo entre saberes nos eventos; Escolha de temas relevantes e com aplicação prática para a região.	Eventos com pouco público, não cumprindo o objetivo de aproximar ciência e sociedade; Diálogo entre saberes superficial ou inexistente, mantendo a dicotomia entre conhecimento científico e local; Desperdício de recursos; Desmotivação dos organizadores e dos poucos participantes; Baixo impacto na popularização da ciência e na valorização dos saberes locais; Imagem de que a universidade não consegue se comunicar efetivamente com a sociedade.	Realizar avaliação rápida durante o evento para identificar falhas e tentar ajustes imediatos (ex: mudar dinâmica, intensificar convite para próximas atividades); Focar na qualidade da interação com os presentes, mesmo que em menor número; Documentar os eventos e divulgar o conteúdo online para alcançar público assíncrono; Coletar feedback detalhado para replanejar futuros eventos, considerando parcerias com escolas ou grupos comunitários para garantir público.
	Tornar regular a publicação da Revista de Integração Amazônica.	Dificuldade em manter a regularidade da publicação da revista (periodicidade definida) devido a um fluxo insuficiente de submissões de qualidade ou gargalos no processo editorial.	Operacional	Alta	Alta	Baixo número de pesquisadores/extensionistas submetendo artigos à revista; Qualidade dos artigos submetidos abaixo do padrão editorial; Demora excessiva no processo de avaliação por pares; Falta de equipe editorial dedicada e com tempo suficiente; Problemas técnicos com a plataforma de submissão/publicação.	Estabelecimento de um corpo editorial qualificado e com representatividade regional; Definição de um escopo claro e atrativo para a revista; Chamadas de artigos temáticas e contínuas com ampla divulgação; Formação de um banco de pareceristas ágil e comprometido; Adoção de uma plataforma de gestão editorial eficiente; Capacitação da equipe editorial e dos pareceristas; Busca por indexações que aumentem a visibilidade e o prestígio da revista.	Atrasos na publicação dos volumes, comprometendo a credibilidade e a regularidade da revista; Publicação de volumes com poucos artigos ou com qualidade comprometida; Perda de interesse de autores e leitores; Dificuldade em obter/manter indexações; Revista não cumpre seu papel como veículo de disseminação do conhecimento sobre a integração amazônica.	Se o fluxo de artigos for baixo, intensificar a divulgação da chamada e convidar ativamente pesquisadores a submeterem; Considerar a publicação de números especiais com temas mais amplos ou com artigos convidados; Criar tarefa para agilizar o processo de avaliação/edição em caso de gargalos; Se problemas persistirem, reavaliar a periodicidade da revista ou buscar parcerias editoriais com outras instituições/revistas.
	Apoiar, por meio de editais, a regularização e a consolidação das empresas juniores já existentes e incentivar a criação de novas.	Baixa adesão aos editais de apoio a empresas juniores (EJs) ou dificuldade das EJs (existentes e novas) em se manterem ativas e sustentáveis após o apoio inicial.	Operacional	Média	Alta	Desconhecimento ou desinteresse dos estudantes/cursos em formar ou participar de EJs; Burocracia excessiva para criação/regularização de EJs; Falta de apoio institucional contínuo (espaço, mentoria, capacitação) para além do edital; Mercado local pouco receptivo aos serviços das EJs; Alta rotatividade de membros nas EJs, comprometendo a continuidade.	Campanhas de sensibilização sobre o movimento empresa Júnior e seus benefícios para os estudantes e cursos; Edital com regras claras e processos simplificados para acesso ao apoio; Criação de um programa de incubação/mentoria contínua para EJs, com apoio de docentes e técnicos; Articulação com o mercado local para identificar oportunidades para as EJs; Fomento à integração entre EJs para troca de experiências e fortalecimento mútuo.	Poucas EJs criadas ou consolidadas na Ufopa; Desperdício dos recursos do edital se as EJs apoiadas não se desenvolverem; Baixo impacto na formação empreendedora dos estudantes e na prestação de serviços à comunidade; Frustração dos membros das EJs com projetos de extensão/pesquisa da Ufopa que possam demandar seus serviços; Facilitar a participação das EJs em eventos e feiras para prospecção de clientes; Estimular a criação de uma federação ou núcleo de EJs para apoio mútuo.	Para baixa adesão: Intensificar divulgação, realizar workshops sobre como montar uma EJ e se candidatar ao edital. Para EJs com dificuldade de sustentabilidade: Oferecer consultoria e capacitação em gestão, marketing e finanças; Promover a conexão das EJs com projetos de extensão/pesquisa da Ufopa que possam demandar seus serviços; Facilitar a participação das EJs em eventos e feiras para prospecção de clientes; Estimular a criação de uma federação ou núcleo de EJs para apoio mútuo.
	Elaborar, em parceria com AIT, editais que incentivem projetos de extensão tecnológica.	Baixa submissão de propostas de extensão tecnológica de qualidade ou desalinhadas com as necessidades regionais/comunitárias, ou falta de recursos para financiar os projetos aprovados.	Financeiro/Orçamentário	Média	Alta	Poucos docentes/discentes com interesse ou expertise em desenvolver projetos de extensão que apliquem tecnologia para soluções sociais/comunitárias; Dificuldade em identificar demandas tecnológicas reais da comunidade; Propostas muito focadas na tecnologia em si, sem clareza na aplicação extensionista; Orçamento insuficiente para o edital.	Diagnóstico prévio de demandas tecnológicas junto a comunidades e setores produtivos locais (em parceria com AIT); Workshops de capacitação sobre elaboração de projetos de extensão tecnológica com foco em impacto social; Edital com critérios claros que valorizem a co-criação com a comunidade e a relevância da solução tecnológica para o contexto regional; Articulação com AIT para identificar pesquisadores/projetos com potencial de desdobramento em extensão tecnológica; Planejamento orçamentário.	Poucos projetos de extensão tecnológica fomentados, limitando a contribuição da Ufopa para a inovação social e tecnológica na região; Projetos aprovados com baixo potencial de impacto ou que não atendem a demandas reais; Recursos do edital subutilizados ou direcionados para projetos de pouca relevância; Frustração dos proponentes e da comunidade.	Se baixa submissão/qualidade: Prorrogar prazo, oferecer mentoria para desenvolvimento de propostas, realizar busca ativa por iniciativas com potencial. Se falta de recursos: Buscar confinanciamento com AIT ou outras fontes; Lançar edital com valor menor e foco mais específico; Priorizar projetos com maior potencial de impacto socioambiental e menor custo inicial, buscando parcerias para viabilizar a execução.

	Estimular, por meio de editais, a produção de materiais educativos, como vídeos, podcasts e publicações, voltados para o público em geral, explicando conceitos científicos e apresentando pesquisas em andamento na universidade (e suas conexões com a realidade regional).	Baixa qualidade dos materiais educativos produzidos (conteúdo impreciso, linguagem inadequada para o público-alvo, formato pouco atrativo) ou baixa divulgação/distribuição, limitando o alcance e o impacto.	Comunicação e Informação	Média	Média	Falta de expertise dos proponentes em comunicação científica e produção de materiais educativos para o público em geral; Recursos insuficientes para produção de materiais com qualidade profissional (design, edição de vídeo/áudio); Canais de divulgação/distribuição pouco eficazes ou subutilizados; Materiais produzidos sem considerar as características e interesses do público-alvo.	Oficinas de capacitação em comunicação científica e produção de mídias educativas para os proponentes; Edital com critérios claros de qualidade, linguagem e adequação ao público; Disponibilização de templates ou guias de boas práticas; Parceria com a ASCOM ou estúdio da Ufopa para apoio na produção e finalização dos materiais; Plano de divulgação e distribuição integrado para os materiais produzidos, utilizando múltiplos canais (site, redes sociais, rádios comunitárias, escolas).	Materiais educativos pouco atrativos, de difícil compreensão ou com informações incorretas, não cumprindo o objetivo de popularizar a ciência; Baixo alcance e impacto dos materiais junto ao público em geral; Desperdício de recursos; Imagem de que a universidade produz materiais de divulgação científica de baixa qualidade ou que não dialogam com a sociedade.	Criação de um comitê de revisão/curadoria para avaliar a qualidade dos materiais antes da divulgação final; Oferecer suporte de edição/design para os materiais com maior potencial; Focar a divulgação em nichos específicos ou canais com maior engajamento para os temas abordados; Coletar feedback do público sobre os materiais e utilizar para aprimorar futuras produções; Incentivar a reutilização e adaptação dos materiais para diferentes plataformas e públicos.
Fomentar o empreendedorismo social e negócios sustentáveis (com base comunitária)	Valorizar, por meio de editais específicos, as empresas juniores já existentes na universidade e incentivar a criação de novas empresas, que desenvolvam soluções inovadoras nas áreas de bioeconomia, economia verde e agroecologia.	Poucas propostas de criação de novas Empresas Juniores (EJs) com foco em bioeconomia/economia verde/agroecologia, ou EJs existentes com baixa capacidade de desenvolver soluções inovadoras nessas áreas, mesmo com o edital.	Estratégico	Média	Alta	Falta de cultura empreendedora e de conhecimento sobre bioeconomia/economia verde/agroecologia entre os estudantes dos cursos afins; Dificuldade em transformar conhecimento técnico em soluções de mercado ou com impacto social; Edital pouco atrativo ou com requisitos muito complexos; Falta de mentoria e suporte especializado para o desenvolvimento de EJs nessas áreas específicas.	Realizar campanhas de sensibilização e workshops sobre empreendedorismo inovador e sustentável nos cursos com potencial para EJs nessas áreas; Simplificar o edital e oferecer apoio na elaboração das propostas; Criar um programa de pré-incubação/mentoria específico para EJs com foco em bioeconomia, economia verde e agroecologia, com participação de docentes especialistas e parceiros externos; Articulação com o mercado para identificar demandas e oportunidades.	Baixo número de EJs criadas ou fortalecidas com foco em soluções inovadoras e sustentáveis; Subutilização dos recursos do edital; Pouco avanço da Ufopa no fomento ao empreendedorismo de impacto nessas áreas estratégicas para a região; Perda de oportunidade de gerar desenvolvimento local através das EJs.	Intensificar a divulgação do edital e dos benefícios de criar/participar de EJs nessas áreas; Realizar busca ativa por grupos de estudantes com potencial e oferecer apoio individualizado; Se necessário, ajustar o foco do edital para apoiar projetos de desenvolvimento de soluções inovadoras que possam, futuramente, se tornar EJs, mesmo que não sejam EJs já constituídas; Estabelecer parcerias com incubadoras ou aceleradoras externas que possam apoiar as EJs.
	Tornar a Conferência de Extensão do Oeste do Pará um fórum permanente para discutir e planejar ações integradas em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia.	Dificuldade em institucionalizar a Conferência como um fórum permanente com capacidade efetiva de planejamento e encaminhamento de ações integradas, tornando-a apenas um evento periódico sem desdobramentos práticos.	Estratégico	Média	Alta	Falta de uma estrutura de governança clara para o fórum permanente (comitê gestor, responsabilidades, fluxo de decisão); Baixo comprometimento dos participantes/instituições para além do evento da conferência; Ausência de mecanismos para transformar as discussões em planos de ação concretos e monitoráveis; Recursos insuficientes para manter a estrutura do fórum e para implementar as ações planejadas.	Criação de um ato normativo que institucionalize o fórum, sua periodicidade e sua estrutura de governança (ex: comitê gestor multissetorial); Definição de um plano de trabalho claro para o fórum entre as edições da conferência, com metas e responsabilidades; Estabelecimento de grupos temáticos de trabalho para aprofundar discussões e elaborar propostas de ações integradas; Busca ativa por fontes de financiamento para as atividades do fórum e para as ações planejadas.	O fórum não se consolida como uma instância permanente de planejamento e articulação; A Conferência continua sendo apenas um evento isolado com pouco impacto em ações integradas de longo prazo; Desgaste da iniciativa e perda de credibilidade junto aos parceiros; Pouca contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável da Amazônia através de ações coordenadas.	Se a institucionalização formal for complexa, iniciar com um "grupo de acompanhamento" mais informal, mas com encontros regulares e pautas definidas para dar seguimento às discussões da Conferência; Focar em poucas ações integradas prioritárias e viáveis para demonstrar resultados e construir credibilidade; Fortalecer a comunicação sobre os encaminhamentos e resultados parciais do fórum para manter o engajamento dos parceiros; Buscar parcerias para a gestão e execução das ações.
Estabelecer Redes de Colaboração Interinstitucional para a Sustentabilidade	Continuar realizando a Conferência de Extensão do Oeste do Pará, para funcionar como uma rede regional que envolva diferentes atores (universidades, organização não governamental, órgãos governamentais, empresas), para promover ações sustentáveis, visando a troca de conhecimentos, experiências e recursos.	Perda de interesse ou engajamento dos diferentes atores (instituições parceiras, ONGs, governo, empresas) em participar ativamente da Conferência e da rede regional, ou Conferência se torna apenas um evento acadêmico com pouca representatividade/impacto externo.	Estratégico	Média	Alta	Programação da Conferência pouco atrativa ou desalinhada com os interesses dos diversos atores; Falta de resultados concretos ou de encaminhamentos práticos das edições anteriores, gerando descrédito; Dificuldades de comunicação e articulação com os diferentes setores; Custos de participação ou falta de incentivos para os atores externos; Mudanças políticas ou institucionais que afetem a prioridade dos parceiros em colaborar.	Planejamento da Conferência com ampla participação dos diferentes setores na definição de temas e formatos; Criação de espaços específicos na programação para networking e desenvolvimento de projetos colaborativos; Demonstração clara dos benefícios da participação para cada tipo de ator; Fortalecimento da comunicação sobre os resultados e impactos da Conferência e da rede; Busca por patrocínios e apoios que possam facilitar a participação de atores com menos recursos.	A Conferência perde sua relevância como espaço de articulação regional para a sustentabilidade; Menor troca de conhecimentos, experiências e recursos entre os atores; Dificuldade em promover ações sustentáveis coordenadas e de maior impacto; Isolamento da universidade em relação a outros setores importantes para o desenvolvimento regional; Subutilização do potencial da Conferência como catalisadora de mudanças.	Realizar diagnósticos periódicos sobre os interesses e expectativas dos diferentes atores em relação à Conferência; Adaptar o formato e a programação para torná-la mais dinâmica e focada em resultados; Criar mecanismos de acompanhamento e fomento para as parcerias e projetos iniciados na Conferência; Se o engajamento geral diminuir, focar em edições temáticas menores ou em fortalecer sub-redes específicas com os atores mais engajados, mantendo a Conferência como um evento agregador maior em uma periodicidade mais espaçada.
Aumentar o número de ações que valorizem os processos formativos	Estabelecer parcerias com outras instituições para realização de projetos conjuntos que promovam a sustentabilidade e valorizem a diversidade local.	Dificuldade em identificar parceiros adequados e em formalizar/gerenciar parcerias interinstitucionais que resultem em projetos conjuntos efetivos de sustentabilidade e valorização da diversidade.	Operacional	Média	Média	Falta de um mapeamento claro de instituições com potencial de parceria e alinhamento de missão; Burocracia excessiva ou lentidão nos processos de formalização de convênios/acordos; Divergência de interesses, prioridades ou metodologias de trabalho entre as instituições; Falta de recursos (humanos, financeiros) para dedicar à prospecção e gestão de parcerias.	Mapeamento ativo de potenciais parceiros (ONGs, IES, órgãos governamentais, coletivos locais) com base em critérios estratégicos; Criação de modelos simplificados para termos de parceria (quando possível); Designação de um ponto focal na PROCCE para a gestão de parcerias; Proposição de projetos conjuntos com objetivos claros, benefícios mútuos e responsabilidades bem definidas desde o início; Participação em redes e fóruns para identificar oportunidades de parceria.	Poucas parcerias estabelecidas ou parcerias que não se traduzem em projetos conjuntos efetivos; Oportunidades perdidas de colaboração para promover sustentabilidade e valorizar a diversidade; Isolamento da PROCCE/Ufopa em suas ações; Duplicação de esforços e subutilização de recursos que poderiam ser compartilhados.	Intensificar a participação em eventos e redes onde potenciais parceiros estão presentes; Focar em poucas parcerias estratégicas com alto potencial de resultado, em vez de muitas parcerias superficiais; Se a formalização for um gargalo, iniciar com colaborações mais informais em atividades pontuais para construir confiança e, posteriormente, buscar a formalização; Avaliar e descontinuar parcerias que se mostram inativas ou improdutivas após um período razoável.
	Publicar, em parceria com as outras unidades administrativas, Edital Peex – Nacional e Internacional.	Insuficiência de recursos orçamentários para o lançamento e fomento dos projetos via Edital PEEX Nacional e Internacional, ou baixa qualidade/quantidade de propostas submetidas que atendam aos critérios do edital.	Financeiro/Orçamentário	Média	Alta	Cortes orçamentários institucionais que afetam o orçamento do PEEX; Dificuldade em articular e garantir o co-financiamento das outras unidades administrativas envolvidas; Critérios do edital muito complexos ou desalinhados com a capacidade dos proponentes (especialmente para propostas internacionais); Baixa divulgação do edital ou falta de interesse/capacidade em desenvolver projetos com escopo nacional/internacional.	Planejamento orçamentário robusto e negociação antecipada com as unidades parceiras para garantir o aporte de recursos; Busca ativa por fontes de financiamento externas que possam complementar o orçamento do PEEX; Edital com regras claras, critérios de avaliação transparentes e foco em temas de relevância nacional/internacional; Oferecer capacitação ou mentoria para elaboração de propostas para o PEEX, especialmente para a dimensão internacional.	Não lançamento do edital ou lançamento com poucos recursos, resultando em poucos projetos fomentados; Baixa participação da Ufopa em redes nacionais/internacionais de E-P-E; Perda de oportunidades de intercâmbio de conhecimento e de captação de recursos externos; Frustração da comunidade acadêmica interessada; Comprometimento da meta de valorizar processos formativos com maior abrangência.	Se o orçamento for insuficiente, lançar o edital com um número menor de vagas ou com foco em projetos de menor custo, mas alto potencial de impacto/visibilidade; Priorizar a dimensão nacional se a internacional apresentar muitos desafios iniciais; Buscar parcerias com outras IES para submissão de propostas conjuntas a editais externos de maior porte; Utilizar os resultados dos projetos fomentados para atrair mais recursos e interesse para futuras edições do PEEX.
	Promover, em parceria com Proppit, Proen, debates integrando graduação e pós-graduação, para discutir a importância e a viabilidade de ações de ensino, pesquisa e extensão nesses graus.	Baixa participação ou engajamento dos docentes e discentes da graduação e pós-graduação nos debates, ou debates que não resultam em propostas concretas de integração E-P-E.	Operacional	Média	Alta	Falta de interesse ou percepção de relevância do tema da integração E-P-E pelos públicos-alvo; Formato dos debates pouco atrativo ou participativo; Dificuldade em conciliar agendas dos participantes e das Pró-Reitorias parceiras; Falta de clareza nos encaminhamentos e próximos passos após os debates.	Escolha de temas para os debates que sejam atuais e relevantes para os desafios da graduação e pós-graduação; Utilização de metodologias ativas e participativas nos debates; Ampla divulgação dos eventos e dos seus objetivos; Envolvimento dos Coordenadores de Curso e Programas de Pós-Graduação na mobilização; Definição prévia de um fluxo para sistematizar as propostas geradas nos debates e encaminhá-las para as instâncias competentes.	Pouca reflexão e discussão sobre a integração E-P-E entre graduação e pós; Manutenção de uma visão fragmentada entre ensino, pesquisa e extensão; Poucas propostas concretas para fortalecer a integração surgem desses espaços; Desperdício de esforço na organização dos debates se não houver engajamento ou resultados práticos; Desmotivação das Pró-Reitorias parceiras em continuar a iniciativa.	Se baixa participação inicial: realizar debates menores e mais focados em grupos/cursos específicos com maior potencial de engajamento. Para gerar propostas concretas: utilizar metodologias de ideação ou design thinking nos debates; formar grupos de trabalho temáticos após os debates para desenvolver as propostas mais promissoras; criar um repatório de ideias e propostas de integração para consulta e desenvolvimento futuro; buscar casos de sucesso de integração em outras IES para inspirar.

	Participar de eventos nacionais, em nível de Colegiado e Fórum de Pró-rectores de extensão, para debater a importância da pauta (incluindo a necessidade de recursos perenes para essas ações).	Indisponibilidade de recursos financeiros para participação da PROCCE nos eventos nacionais, ou participação pouco efetiva que não contribui para o fortalecimento da pauta da extensão na Ufopa.	Financeiro/Orçamentário	Média	Média	Restrições orçamentárias da Ufopa/PROCCE para custear viagens e inscrições; Falta de planejamento e priorização da participação nesses fóruns; Representante da PROCCE participa dos eventos de forma passiva, sem levar contribuições da Ufopa ou trazer informações relevantes de volta.	Inclusão da previsão de custos para participação em eventos nacionais no planejamento orçamentário anual da PROCCE; Busca por fontes alternativas para custear a participação (ex: editais de apoio à participação em eventos); Preparação prévia do representante da PROCCE para cada evento (estudo das pautas, elaboração de contribuições da Ufopa); Definição de um sistema para socializar internamente as discussões e encaminhamentos dos fóruns nacionais.	Ausência da Ufopa/PROCCE em importantes espaços nacionais de discussão e formulação de políticas de extensão; Perda de oportunidades de aprendizado, networking e de influenciar as pautas nacionais; Dificuldade em trazer para a Ufopa as discussões e tendências mais atuais da extensão universitária; Baixo retorno do investimento caso a participação seja apenas protocolar.	Se houver restrição financeira severa, priorizar a participação nos eventos mais estratégicos ou participar de forma remota, quando possível; Designar suplentes para garantir a representação caso o titular não possa comparecer; Fortalecer a participação em redes e listas de discussão online dos fóruns para se manter atualizado e contribuir mesmo sem presença física; Criar um relatório detalhado após cada participação para disseminar as informações e propor ações internas na Ufopa.
Fortalecer as ações conjuntas com diferentes unidades	Oferecer incentivos para projetos que envolvam colaboração entre várias unidades (ex. Peex).	Baixa adesão aos incentivos (sejam eles financeiros, de pontuação em editais, ou de reconhecimento) ou dificuldade em operacionalizar/mensurar a "colaboração entre várias unidades" de forma justa e transparente.	Operacional	Média	Média	Incentivos pouco atrativos ou mal divulgados; Critérios para definir "colaboração entre várias unidades" subjetivos ou de difícil comprovação; Burocracia excessiva para acessar os incentivos; Resistência cultural à colaboração interunidades; Falta de tradição em projetos conjuntos.	Definição de critérios claros, objetivos e mensuráveis para identificar e valorizar a colaboração interunidades (ex: nº de unidades envolvidas, compartilhamento de recursos, coautoria); Criação de incentivos diversificados e realmente atrativos (não apenas financeiros, mas também reconhecimento, apoio técnico, etc.); Ampla divulgação dos incentivos e dos critérios; Simplificação dos processos para solicitação/concessão dos incentivos; Promoção de uma cultura de colaboração na Ufopa.	Poucos projetos efetivamente colaborativos entre unidades são desenvolvidos, apesar dos incentivos; Percepção de injustiça ou falta de transparência na concessão dos incentivos; Desperdício de recursos se os incentivos não gerarem o efeito desejado; Manutenção de práticas isoladas e fragmentadas entre as unidades.	Coletar feedback dos potenciais proponentes sobre os incentivos e os critérios; Ajustar os incentivos e/ou os critérios com base no feedback e na adesão inicial; Realizar busca ativa por projetos com potencial de colaboração e oferecer apoio para que se enquadrem nos incentivos; Divulgar amplamente os casos de sucesso de projetos interunidades que foram incentivados para estimular novas propostas; Monitorar a qualidade da colaboração, não apenas a quantidade.
	Organizar eventos como seminários e fóruns que incentivem o diálogo entre servidores extensionistas de diferentes unidades, promovendo a troca de ideias e a colaboração	Baixa participação dos servidores extensionistas nos eventos ou eventos que não resultam em trocas de ideias efetivas ou em propostas de colaboração futura.	Operacional	Média	Média	Falta de interesse ou tempo dos servidores para participar; Formato dos eventos pouco dinâmico ou que não facilita a interação; Ausência de um propósito claro ou de encaminhamentos práticos após os eventos; Divulgação interna inadequada; Cultura de trabalho isolado entre as unidades.	Definição de temas e formatos atrativos para os eventos, com foco em metodologias participativas (world café, open space, etc.); Ampla divulgação interna com antecedência, destacando os benefícios da participação; Envolvimento dos gestores das unidades na mobilização dos servidores; Criação de mecanismos para registrar e dar seguimento às ideias e propostas de colaboração que surgirem nos eventos; Realização dos eventos em horários e locais acessíveis.	Pouca troca de experiências e conhecimento entre os extensionistas das diferentes unidades; Manutenção de silos e duplicação de esforços; Poucas novas colaborações interunidades surgem a partir desses espaços; Desperdício de recursos na organização dos eventos; Desmotivação dos participantes e organizadores se não houver resultados práticos.	Coletar feedback dos participantes sobre o formato e conteúdo dos eventos; Se a participação for baixa, realizar eventos menores e mais focados em grupos de interesse comum; Criar grupos de trabalho temáticos ou comunidades de prática para dar continuidade às discussões e propostas de colaboração iniciadas nos eventos; Divulgar amplamente os resultados e as colaborações que surgiram para incentivar futuras participações; Usar plataformas online para manter o diálogo entre os eventos.
	Estimular, por meio de edital, a elaboração de projetos que envolvam várias unidades acadêmicas, promovendo a integração de diferentes áreas de conhecimento (por exemplo, projetos que conectem ciências naturais com ciências sociais ou artes – Física para poetas).	Baixa submissão de propostas de projetos interdisciplinares/interunidades de alta qualidade ou dificuldade em avaliar e selecionar projetos que demonstrem uma integração genuína e inovadora entre áreas do conhecimento.	Operacional	Média	Alta	Pouca tradição ou cultura de colaboração interdisciplinar/interunidades na Ufopa; Dificuldade dos proponentes em conceber e articular projetos que integrem efetivamente áreas distintas do conhecimento; Critérios do edital pouco claros sobre o que se espera como "integração"; Falta de expertise na comissão de avaliação para julgar propostas interdisciplinares complexas; Recursos do edital insuficientes para projetos dessa natureza, que podem ser mais caros ou demorados.	Oferecer workshops e mentorias sobre elaboração de projetos interdisciplinares e interunidades; Edital com critérios de avaliação que valorizem explicitamente a originalidade da integração, a clareza da metodologia interdisciplinar e o potencial de impacto da colaboração; Formar comissões de avaliação multidisciplinares e com experiência em projetos integradores; Divulgar exemplos de projetos interdisciplinares bem-sucedidos (da Ufopa ou de outras IES); Alocar orçamento adequado para o edital.	Poucos projetos interdisciplinares/interunidades inovadores fomentados; Perpetuação da fragmentação do conhecimento; Substituição do potencial criativo e de resolução de problemas complexos que a interdisciplinaridade pode oferecer; Recursos do edital não utilizados ou direcionados para projetos com baixa integração; Frustração dos proponentes que se esforçaram em propostas complexas.	Se baixa submissão/qualidade: Prorrogar prazo, oferecer apoio individualizado para refinar propostas com potencial, realizar busca ativa por grupos/pesquisadores com histórico de colaboração. Para avaliação: Se a comissão tiver dificuldades, buscar pareceristas externos com expertise em interdisciplinaridade. Para gestão dos projetos: Oferecer acompanhamento diferenciado aos projetos interdisciplinares, facilitando a comunicação entre as equipes e a superação de desafios metodológicos.
Criar redes de Colaboração Interdisciplinar e Intercultural entre Unidades e Campi	Realizar seminários de boas práticas nos quais as unidades acadêmicas e os diferentes campi possam apresentar suas práticas interdisciplinares e interculturais, criando um espaço contínuo de diálogo e troca de experiências.	Baixa adesão ou participação superficial das unidades/campi nos seminários, resultando em pouca troca efetiva de experiências e baixo impacto na promoção da interdisciplinaridade/interculturalidade.	Operacional	Média	Média	Falta de interesse ou percepção de valor por parte das unidades/campi; Sobrecarga de trabalho dos docentes/técnicos; Dificuldade em identificar e sistematizar "boas práticas" para apresentação; Formato do seminário pouco atrativo ou dinâmico; Falta de incentivos para participação.	Comunicação clara sobre os objetivos e benefícios dos seminários para as unidades/campi; Envolvimento das direções de unidades/campi na mobilização dos participantes; Criação de um formato de seminário dinâmico e participativo (ex: mesas redondas, workshops, pôsteres); Reconhecimento (mesmo que simbólico) das unidades/práticas destacadas; Agendamento com antecedência e considerando o calendário acadêmico.	Os seminários não cumprem o objetivo de promover o diálogo e a troca de experiências; Poucas boas práticas são compartilhadas e disseminadas; Baixo estímulo à colaboração interdisciplinar/intercultural interna; Desperdício de recursos na organização dos eventos; Percepção de que a iniciativa é "para cumprir tabela".	Coletar feedback para entender os motivos da baixa adesão; Realizar seminários temáticos menores e mais focados em áreas de interesse comum entre as unidades; Criar um repositório online de boas práticas, permitindo o compartilhamento assíncrono; Promover visitas técnicas ou intercâmbios curtos entre unidades/campi para troca de experiências mais diretas, caso os seminários formais não se mostrem efetivos.
	Organizar feiras anuais de projetos interdisciplinares e interculturais, incentivando as diferentes unidades e campi a trocarem experiências e fortaleceram a rede.	Insuficiente número ou diversidade de projetos interdisciplinares/interculturais apresentados na feira, ou baixa visitação/interação do público interno/externo.	Operacional	Média	Média	Poucos projetos com perfil interdisciplinar/intercultural sendo desenvolvidos nas unidades/campi; Dificuldade das equipes em preparar materiais para exposição na feira; Divulgação da feira inadequada para atrair projetos e público; Logística da feira (local, data) desfavorável.	Fomento contínuo a projetos interdisciplinares/interculturais; Oferecer suporte/modelos para apresentação dos projetos na feira; Ampla divulgação da feira com destaque para os benefícios da participação e visitação; Escolha de local e data que facilitem o acesso e a participação da comunidade Ufopa e do público externo; Criação de uma programação atrativa para a feira (palestras, oficinas, apresentações culturais) além dos stands.	A feira não atinge o objetivo de promover a troca de experiências e fortalecer a rede de colaboração; Baixa visibilidade para os projetos existentes; Desmotivação dos participantes e organizadores; Pouco impacto na cultura de interdisciplinaridade/interculturalidade da Ufopa.	Realizar uma curadoria ativa para convidar projetos de destaque; Promover atividades de matchmaking ou rodas de conversa durante a feira para estimular a interação; Coletar feedback para aprimorar as próximas edições; Se a feira presencial for inviável ou de baixo impacto, considerar formatos virtuais ou híbridos, ou a criação de um catálogo/portfólio online permanente de projetos.
	Criar editais específicos para fomentar projetos intercampi, oferecendo recursos financeiros e técnicos para iniciativas que envolvam mais de uma unidade acadêmica e/ou campus.	Baixa submissão de propostas aos editais intercampi ou propostas de baixa qualidade/viabilidade, resultando em subutilização dos recursos e pouco fomento à colaboração.	Financeiro/Orçamentário	Média	Alta	Dificuldade das equipes de diferentes campi em articular propostas conjuntas (distância, comunicação, confiança); Falta de clareza nos objetivos ou regras do edital; Percepção de que os recursos oferecidos são insuficientes para a complexidade de projetos intercampi; Burocracia excessiva para gestão de projetos intercampi.	Divulgação ampla e antecipada do edital; Realização de workshops ou sessões de "tira-dúvidas" sobre o edital e sobre elaboração de projetos colaborativos; Criação de um "banco de interesses" ou plataforma para conectar potenciais parceiros de diferentes campi; Edital com regras claras, mas flexíveis para as especificidades de projetos intercampi; Suporte técnico da PROCCE na articulação e elaboração das propostas.	Poucos projetos intercampi fomentados; Recursos do edital não utilizados ou direcionados para poucos projetos; Baixo estímulo à colaboração entre campi; Desperdício da oportunidade de integrar expertises e atender demandas regionais de forma mais articulada; Frustração das equipes que tentaram submeter propostas.	Prorrogar o prazo do edital; Oferecer mentoria para as propostas com potencial, mas que necessitam de ajustes; Revisar o edital para futuras edições com base no feedback e nas dificuldades observadas; Se a baixa adesão persistir, considerar outras formas de fomentar a colaboração intercampi (ex: apoio a missões de prospecção de parcerias, eventos conjuntos para planejamento de projetos) antes de lançar novos editais de fomento direto.

Buscar sustentabilidade financeira para projetos integrados	Mapear fontes / Buscar editais / Otimizar recursos	Dificuldade em estruturar e manter operacional um setor/ponto focal eficaz para captação de recursos, ou o mapeamento/busca de editais resulta em poucas oportunidades relevantes/viáveis.	Operacional	Média	Alta	Falta de pessoal qualificado ou com tempo dedicado para a função de captação; Inexistência ou desatualização de um banco de dados de fontes/editais; Desconhecimento das fontes de fomento específicas para as áreas da PROCCE; Complexidade e competitividade dos editais externos.	Alocação ou contratação de pessoal com perfil para captação de recursos (mesmo que em tempo parcial inicialmente); Capacitação da equipe existente em prospecção e elaboração de projetos; Criação de um sistema/rotina para monitoramento de editais e fontes; Estabelecimento de parcerias com outras unidades/instituições para troca de informações sobre fomento; Definição de prioridades claras para direcionar a busca por recursos.	Poucos recursos externos captados, comprometendo a sustentabilidade e expansão dos projetos integrados e ações da PROCCE; Perda de oportunidades de financiamento; Sobrecarga da equipe existente com a busca por editais de forma desarticulada; Dificuldade em otimizar o uso dos recursos internos por falta de alternativas.	Focar o esforço de captação em poucas fontes/editais estratégicos com maior probabilidade de sucesso; Buscar apoio de consultorias especializadas para projetos específicos (se houver orçamento); Fortalecer a elaboração de projetos para aumentar a competitividade; Intensificar parcerias para confinamento de ações; Revisar e priorizar o uso dos recursos internos existentes de forma mais eficiente.
Consolidar parcerias já existentes e criar novas.	Publicar editais de apoio a projetos de extensão voltados para educação básica.	Baixa adesão aos editais ou submissão de projetos com pouca qualidade/relevância para a Educação Básica, resultando em subutilização dos recursos.	Operacional	Média	Média	Divulgação inadequada do edital junto ao público-alvo (docentes, escolas); Critérios do edital pouco claros ou desalinhados com as necessidades/realidade da Educação Básica; Falta de capacidade dos proponentes em elaborar projetos robustos para a área; Orçamento limitado do edital.	Ampla divulgação dos editais nas escolas, secretarias de educação e para docentes da Ufopa com interesse na área; Elaboração dos editais com consulta a especialistas em Educação Básica e representantes de escolas; Oficinas de capacitação para elaboração de projetos de extensão para a Ed. Básica; Edital com categorias ou linhas temáticas claras e delimitadas.	Poucos projetos de extensão com foco na Ed. Básica fomentados; Recursos do edital não utilizados ou mal aplicados; Baixo impacto das ações da Ufopa na melhoria da Educação Básica regional; Desmotivação dos potenciais proponentes.	Prorrogar o prazo do edital; Realizar busca ativa por projetos/proponentes; Oferecer mentoria para o desenvolvimento de propostas com potencial; Simplificar o processo de submissão/prestação de contas; Revisar os critérios e o orçamento do edital para futuras edições, buscando maior atratividade e alinhamento com as demandas.
	Aumentar o número de bolsas de Iniciação à Extensão para o Ensino médio	Dificuldade em preencher todas as vagas de bolsas PIBEX-EM com alunos do Ensino Médio qualificados e engajados, ou alta evasão dos bolsistas.	Operacional	Média	Média	Pouco interesse dos alunos do Ensino Médio pelo programa; Dificuldade das escolas em selecionar e acompanhar os alunos bolsistas; Conflito de horários dos alunos com atividades escolares; Valor da bolsa pouco atrativo; Falta de clareza sobre os benefícios do programa para os alunos.	Forte parceria com as escolas e secretarias de educação para divulgação do programa e seleção dos alunos; Material de divulgação claro e atrativo para os alunos do Ensino Médio, destacando os benefícios; Flexibilidade nas atividades e horários dos bolsistas; Acompanhamento pedagógico e mentoria para os bolsistas pela Ufopa e pela escola; Envolvimento dos professores da Ed. Básica como coorientadores.	Vagas de bolsas não preenchidas, subutilizando o orçamento; Projetos de extensão com equipes incompletas; Baixo impacto na formação dos alunos do Ensino Médio e na integração universidade-escola; Descrédito do programa PIBEX-EM.	Criar cadastro reserva de alunos interessados; Permitir substituição ágil de bolsistas desistentes; Oferecer atividades complementares de integração e formação para os bolsistas, aumentando o engajamento; Coletar feedback dos bolsistas e escolas para aprimorar o programa; Avaliar a possibilidade de ajustar o valor da bolsa ou oferecer outros incentivos.
	Realizar visita às escolas de educação básica para divulgar as ações da unidade	Baixa receptividade ou dificuldade de acesso às escolas para realizar as visitas de divulgação, resultando em poucas escolas alcançadas.	Operacional	Média	Baixa	Agendas escolares muito cheias; Falta de interesse da direção/coordenação das escolas em receber a Ufopa; Dificuldades logísticas para a equipe da PROCCE realizar as visitas (transporte, pessoal); Material de divulgação da Ufopa pouco adaptado à realidade escolar.	Agendamento prévio e articulado com as Secretarias de Educação e direções escolares; Criação de um roteiro de visitas otimizado; Preparação de material de divulgação específico e atrativo para o público escolar (alunos, professores, gestores); Envolvimento de discentes da Ufopa (especialmente ex-alunos da Ed. Pública) nas visitas.	Poucas escolas e membros da comunidade da Ed. Básica tomam conhecimento das ações e oportunidades da PROCCE/Ufopa; Baixa adesão futura às ações e editais; Oportunidade perdida de estreitar laços com as escolas.	Utilizar canais de comunicação alternativos para divulgar as ações (ex: redes sociais, grupos de professores, material impresso enviado às escolas); Realizar eventos centralizados na Ufopa convidando representantes de múltiplas escolas; Fortalecer a parceria com a Secretaria de Educação para que elas auxiliem na disseminação das informações.
	Realizar atividades nas dependências da Ufopa tendo como público-alvo os alunos e docentes da educação básica.	Baixa participação de alunos e docentes da Educação Básica nas atividades realizadas na Ufopa.	Operacional	Média	Média	Dificuldade de transporte dos alunos/docentes até a Ufopa; Conflito com o calendário escolar; Atividades pouco atrativas ou inadequadas para o público da Ed. Básica; Falta de divulgação eficaz junto às escolas e famílias.	Planejamento das atividades em conjunto com as escolas para garantir relevância e adequação; Oferta de apoio logístico (transporte, quando possível, ou realização em horários que facilitem o deslocamento); Ampla divulgação com antecedência; Criação de um programa regular de "Ufopa de Portas Abertas" para a Ed. Básica; Programação diversificada e interativa.	Subutilização da infraestrutura e dos recursos da Ufopa destinados a essas atividades; Baixo impacto na aproximação da universidade com a comunidade da Ed. Básica; Pouca vivência universitária oferecida aos alunos e docentes; Desmotivação da equipe organizadora.	Levar atividades da Ufopa diretamente às escolas (PROCCE itinerante); Criar versões online ou híbridas das atividades, quando aplicável; Coletar feedback das escolas e participantes para ajustar a programação e formato das atividades; Fortalecer parcerias com prefeituras/secretarias para viabilizar o transporte de alunos de escolas mais distantes.
Fortalecer o PEEe	Apoiar o CGPRITS na elaboração de editais específicos que incentivem a elaboração de projetos que integrem pesquisa, ensino e extensão com participação de diferentes áreas e Unidades Acadêmicas.	Dificuldade do CGPRITS (ou da PROCCE em seu apoio) em definir critérios claros e atraentes para projetos E-P-E multiinterdisciplinares, resultando em editais pouco eficazes ou com baixa adesão.	Estratégico	Média	Alta	Falta de consenso ou expertise dentro do CGPRITS/PROCCE sobre como operacionalizar e avaliar a integração E-P-E e a multiinterdisciplinaridade em projetos; Resistência das áreas/unidades à colaboração efetiva; Complexidade em definir métricas de avaliação para tais projetos.	Formação de um grupo de trabalho (GT) com membros do CGPRITS, PROCCE, PROEN, PROPPIT e representantes das Unidades para discutir e propor os critérios dos editais; Benchmarking com outras IES que possuam editais E-P-E multiinterdisciplinares bem-sucedidos; Consulta a especialistas; Edital piloto com avaliação e ajuste posterior.	Editais que não fomentam efetivamente a integração E-P-E ou a colaboração entre áreas/unidades; Submissão de poucos projetos ou de projetos que apenas superficialmente atendem aos critérios; Desperdício de recursos e oportunidade; Manutenção de uma cultura fragmentada na universidade.	Revisar e ajustar os critérios dos editais com base no feedback das primeiras chamadas; Oferecer workshops e mentorias para auxiliar na elaboração de projetos E-P-E multiinterdisciplinares; Promover ativamente os editais e os benefícios da integração/colaboração; Simplificar os processos de submissão e gestão para projetos colaborativos.
	Estabelecer parcerias com outras universidades e centros de pesquisa, tanto no Brasil quanto no exterior, para desenvolver projetos colaborativos que envolvam a triade PEEe.	Dificuldade em identificar parceiros adequados e formalizar parcerias internacionais/nacionais robustas para projetos PEEe, ou as parcerias estabelecidas não geram projetos colaborativos efetivos.	Estratégico	Média	Alta	Falta de mapeamento de instituições com expertise e interesse compatíveis com as linhas do PEEe; Barreiras burocráticas, linguísticas ou culturais na formalização/execução das parcerias; Recursos limitados para viabilizar a colaboração (viagens, comunicação).	Mapeamento ativo de potenciais parceiros (nacionais e internacionais) pela PROCCE/ARNI; Participação em redes de pesquisa e eventos para prospecção; Criação de modelos de acordo de cooperação simplificados; Alocação de recursos (ou busca por fomento externo) para viabilizar intercâmbios e atividades conjuntas; Envolvimento de docentes com experiência internacional.	Poucos ou nenhum projetos PEEe com colaboração interinstitucional/internacional; Limitação do alcance e impacto do PEEe; Perda de oportunidades de intercâmbio de conhecimento e enriquecimento dos projetos; Dificuldade em atrair financiamento externo que valorize parcerias.	Focar em um número menor de parcerias estratégicas com maior potencial de sucesso; Iniciar colaborações com ações de menor escopo (workshops online, coorientações) antes de projetos maiores; Utilizar plataformas de colaboração virtual; Buscar apoio de órgãos de fomento para mobilidade e projetos em rede.
	Apoiar editais específicos para fomentar projetos intercampi, oferecendo recursos financeiros e técnicos para iniciativas que envolvam mais de uma unidade acadêmica e/ou campus.	Subutilização dos recursos dos editais intercampi devido à baixa submissão de propostas ou à dificuldade das equipes de diferentes campi em executar projetos colaborativos à distância.	Financeiro/Orçamentário	Média	Média	Complexidade logística e de comunicação para projetos intercampi; Falta de cultura de colaboração entre os campi; Recursos financeiros/técnicos do edital percebidos como insuficientes para a real necessidade de um projeto intercampi; Divulgação do edital não atinge todos os campi de forma eficaz.	Edital com regras claras e apoio específico para a logística intercampi (ex: auxílio deslocamento, diárias/diferenciais); Criação de mecanismos/plataformas para facilitar a comunicação e o planejamento conjunto entre equipes de diferentes campi; Workshops de sensibilização e formação de redes entre os campi; Divulgação direcionada e intensiva em todos os campi.	Poucos projetos intercampi aprovados/executados; Recursos do edital ociosos; Designação na participação dos campi em projetos fomentados; Baixo aproveitamento das potencialidades e expertise distribuídas nos diferentes campi da Ufopa; Iniciativa de integração intercampi não se concretiza.	Replanejar o uso dos recursos não utilizados (ex: realocar para outras modalidades de fomento ou para capacitação em projetos intercampi); Promover eventos ou missões de integração entre os campi para estimular a formação de parcerias antes do lançamento de novos editais; Simplificar os requisitos dos editais ou focar em projetos intercampi de menor complexidade inicialmente.
Desenvolver programas de cooperação entre	Incentivar, por meio de auxílio, a participação do professor de educação básica nos projetos integrados da Universidade	Baixa adesão dos professores da Educação Básica à participação nos projetos, mesmo com auxílio, ou o auxílio é percebido como insuficiente/burocrático.	Financeiro/Orçamentário	Média	Média	Sobrecarga de trabalho dos professores da Ed. Básica; Valor do auxílio não compensa o tempo/esforço adicional; Complexidade no processo de recebimento do auxílio ou prestação de contas; Falta de reconhecimento da participação pela gestão escolar ou para progressão na carreira.	Definição de um valor de auxílio atrativo e compatível com a dedicação esperada; Processo simplificado para concessão e prestação de contas do auxílio; Articulação com Secretarias de Educação para reconhecimento da participação dos professores; Divulgação clara dos benefícios da parceria para o professor e para a escola.	Poucos professores da Ed. Básica se envolvem nos projetos integrados; Perda da oportunidade de enriquecer os projetos com a perspectiva da escola e de fortalecer a relação universidade-escola; Recursos destinados ao auxílio podem ficar ociosos.	Realizar pesquisa com professores da Ed. Básica para entender as barreiras à participação e ajustar o programa de auxílio; Flexibilizar as formas de participação e contrapartida dos professores; Oferecer outros tipos de incentivo (certificação, material de apoio, etc.) em complemento ou substituição ao auxílio financeiro; Focar o incentivo em escolas/professores com maior histórico de parceria.

a universidade e escolas de educação básica.	Apoiar encontros regulares para o planejamento conjunto de atividades e troca de experiências entre a universidade e as escolas, facilitando a criação de novos projetos e o alinhamento com as necessidades educacionais da região.	Dificuldade em manter a regularidade e o caráter produtivo dos encontros, com baixo impacto no planejamento conjunto e na criação de novos projetos.	Operacional	Média	Média	Agendas conflitantes dos participantes da Ufopa e das escolas; Falta de uma pauta clara e objetiva para os encontros; Ausência de encaminhamentos práticos e acompanhamento das deliberações; Baixa representatividade das escolas nos encontros; Cansaço com reuniões pouco produtivas.	Estabelecimento de um calendário anual de encontros, acordado com as escolas/secretarias; Preparação de pautas focadas e com objetivos claros para cada encontro; Metodologias participativas que incentivem a co-criação; Registro e acompanhamento sistemático dos encaminhamentos; Envolvimento ativo das Secretarias de Educação para garantir representatividade.	Encontros se tornam esporádicos ou meramente formais; Pouca troca efetiva de experiências e baixo alinhamento com as necessidades reais das escolas; Poucos projetos novos são criados a partir desses espaços; Desgaste da relação com as escolas.	Alternar formatos dos encontros (ex: alguns temáticos, outros por nível de ensino, alguns virtuais); Criar grupos de trabalho menores para desenvolver propostas específicas entre os encontros maiores; Fortalecer a comunicação sobre os resultados positivos dos encontros para incentivar a participação continua; Avaliar periodicamente a efetividade dos encontros e ajustar o modelo conforme necessário.
	Consolidar o Cursinho Popular.	Risco de descontinuidade ou perda de qualidade do Cursinho Popular por falta de estrutura física adequada, recursos financeiros estáveis ou equipe de voluntários/bolsistas suficiente e engajada.	Operacional	Média	Alta	Dependência de espaços físicos cedidos temporariamente; Orçamento insuficiente para material didático, lanche, transporte de voluntários; Alta rotatividade de voluntários (alunos da Ufopa) ou dificuldade em recrutar novos; Falta de um modelo de gestão sustentável.	Buscar a formalização de um espaço físico permanente ou de longo prazo para o Cursinho; Alocar um orçamento mínimo anual para despesas básicas; Criar um programa de voluntariado estruturado com reconhecimento/certificação; Buscar parcerias para captação de recursos e apoio material; Desenvolver um plano de gestão e sustentabilidade para o Cursinho.	Interrupção das atividades do Cursinho Popular, prejudicando centenas de estudantes da Ed. Básica que buscam acesso ao ensino superior; Perda de um importante projeto de extensão da Ufopa com grande impacto social e visibilidade; Desmotivação da equipe e dos alunos.	Criar um plano de contingência para períodos de baixa de voluntários (ex: aulas de revisão, aulas temáticas); Buscar apoio de egressos do Cursinho para atuarem como voluntários; Intensificar campanhas de captação de recursos e doações; Adaptar o formato do Cursinho para modelo híbrido ou online em caso de perda do espaço físico, como medida emergencial.
Aumentar o número de ações destinadas a este público.	Realizar eventos, como Show de Talentos e Gincana do Conhecimento.	Baixa adesão das escolas e/ou dos estudantes da Educação Básica aos eventos, ou problemas logísticos/organizacionais que comprometam a qualidade e o impacto dos eventos.	Operacional	Baixa	Média	Divulgação inadequada ou pouco atrativa para o público escolar; Formato dos eventos não engajador para os jovens; Dificuldade das escolas em liberar alunos ou organizar a participação; Falta de recursos para premiação ou infraestrutura adequada para os eventos.	Priorização orçamentária para bolsas de extensão com foco na Ed. Básica; Busca por fontes externas de financiamento para bolsas; Capacitação dos coordenadores de projeto para trabalhar com bolsistas da Ed. Básica; Definição de critérios claros para os projetos que receberão esses bolsistas, visando impacto na formação do bolsista e na escola.	Eventos com pouco público e baixo impacto na integração universidade-escola e na motivação dos estudantes; Desperdício de recursos e esforço; Imagem de que a Ufopa não consegue mobilizar a comunidade escolar para suas atividades.	Coletar feedback para entender baixa adesão e replanejar; Realizar edições menores ou itinerantes nas próprias escolas; Focar em um tipo de evento com maior histórico de sucesso; Buscar parcerias com outras instituições para co-realização, aumentando o alcance e os recursos.
	Aumentar o número de bolsas de extensão para educação básica	Insuficiência de recursos orçamentários para aumentar significativamente o número de bolsas, ou dificuldade em garantir a qualidade e o impacto dos projetos com bolsistas da Ed. Básica.	Financeiro/Orçamentário	Média	Média	Cortes no orçamento da Ufopa/PROCEE; Competição por recursos com outras modalidades de bolsa; Falta de projetos de extensão com escopo adequado para a participação efetiva de bolsistas da Ed. Básica; Dificuldade no acompanhamento e orientação desses bolsistas.	Priorização orçamentária para bolsas de extensão com foco na Ed. Básica; Busca por fontes externas de financiamento para bolsas; Capacitação dos coordenadores de projeto para trabalhar com bolsistas da Ed. Básica; Definição de critérios claros para os projetos que receberão esses bolsistas, visando impacto na formação do bolsista e na escola.	O número de bolsas não aumenta ou aumenta pouco, limitando o alcance do programa; Bolsas concedidas a projetos com baixo impacto ou sem acompanhamento adequado dos bolsistas; Programa não atinge o objetivo de fortalecer a interação com a Ed. Básica através do envolvimento discente.	Focar o aumento de bolsas em áreas/projetos estratégicos com maior potencial de impacto; Fortalecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos bolsistas e dos projetos; Buscar modelos alternativos de envolvimento de alunos da Ed. Básica (voluntariado com certificação, participação em eventos específicos) caso o aumento de bolsas não seja viável.
Promover capacitação interna para atuação na Ed. Básica	Oferecer workshops / Criar materiais / etc.	Baixa adesão dos professores da Educação Básica à participação nos projetos, mesmo com auxílio, ou o auxílio é percebido como insuficiente/burocrático.	Operacional	Média	Média	Temas das capacitações desalinhados com as necessidades reais da comunidade Ufopa; Formato dos workshops/materiais pouco atrativo ou acessível; Divulgação inadequada; Falta de reconhecimento/incentivo para participação; Sobrecarga de trabalho dos potenciais participantes.	Levantamento prévio de necessidades de capacitação junto à comunidade Ufopa; Co-criação dos temas e formatos com potenciais participantes; Divulgação direcionada e com destaque aos benefícios; Oferta de horários/formatos flexíveis (online, híbrido, materiais assíncronos); Certificação e possível reconhecimento em progressão funcional (para servidores).	Poucos membros da comunidade Ufopa efetivamente capacitados; Desperdício de recursos na produção das capacitações; Ações de interação com a Ed. Básica continuam sendo realizadas sem a qualificação desejada; Dificuldade em melhorar a qualidade e o impacto da atuação da Ufopa na Educação Básica.	Coletar feedback dos participantes para identificar motivos da baixa adesão/relevância; Ajustar o conteúdo e formato das futuras capacitações; Focar em grupos/unidades com maior demanda ou interesse inicial; Priorizar a produção de materiais de referência duradouros (guias, manuais) em vez de múltiplos workshops com baixa adesão; Integrar a capacitação a outras iniciativas da PROCCE/Ufopa.
Aumentar o número de ações para capacitar os NDEs	Continuar realizando, em parceria com a Proen, reuniões de alinhamento com os NDEs.	Baixo engajamento ou participação irregular dos membros dos NDEs nas reuniões, ou as reuniões se tornam pouco produtivas para o alinhamento efetivo sobre curricularização.	Operacional	Média	Média	Sobrecarga de trabalho dos membros dos NDEs; Falta de clareza sobre os objetivos e a importância das reuniões para o trabalho dos NDEs; Pautas repetitivas ou pouco focadas em encaminhamentos práticos; Falta de acompanhamento das deliberações entre as reuniões.	Planejamento conjunto das pautas entre PROCCE e PROEN, com foco em temas estratégicos e necessidades dos NDEs; Comunicação clara e antecipada da agenda e dos resultados esperados; Metodologias de reunião que incentivem a participação e a tomada de decisão; Criação de um sistema de acompanhamento dos encaminhamentos; Reconhecimento institucional da participação e do trabalho dos NDEs, por meio de comissões.	Desalinhamento entre as diretrizes de curricularização da extensão/cultura e as práticas dos cursos; Lenta progressão na atualização dos PPCs; Frustração dos membros dos NDEs e da equipe PROCCE/PROEN; Dificuldade em consolidar uma política institucional de curricularização.	Realizar diagnóstico para entender os motivos do baixo engajamento; Ajustar a frequência e o formato das reuniões; Oferecer suporte individualizado aos NDEs com maiores dificuldades; Criar materiais de orientação e modelos para facilitar o trabalho dos NDEs; Focar as reuniões em NDEs específicos por rodadas, permitindo um diálogo mais aprofundado.
	Realizar workshops sobre a inserção curricular nos cursos de graduação.	Baixa adesão dos docentes/membros de NDEs aos workshops ou dificuldade dos participantes em aplicar os conhecimentos adquiridos na prática de reformulação dos PPCs.	Operacional	Média	Alta	Temática dos workshops percebida como muito teórica ou distante da realidade dos cursos; Falta de exemplos práticos e ferramentas aplicáveis; Divulgação inadequada; Carga horária excessiva ou em horários inadequados; Resistência à mudança curricular por parte dos docentes.	Workshops com metodologias ativas, baseados em estudos de caso e exemplos práticos de curricularização bem-sucedida (da Ufopa ou outras IES); Oferta de materiais de apoio (guias, templates) para facilitar a aplicação; Divulgação direcionada, destacando os benefícios para os cursos e docentes; Formato modular ou flexível; Envolvimento de docentes que já passaram pelo processo como facilitadores/mentores.	Poucos cursos efetivamente atualizam seus PPCs com a inserção da extensão/cultura; A curricularização não avança conforme o esperado; Os workshops não cumprem seu papel de capacitação efetiva; Desperdício de recursos.	Oferecer consultoria/mentoria individualizada para os NDEs que participaram dos workshops, auxiliando na aplicação prática; Criar comunidades de prática entre docentes de diferentes cursos para troca de experiências sobre curricularização; Coletar feedback detalhado sobre os workshops para aprimorar futuras edições; Simplificar os processos e as exigências para a atualização dos PPCs, focando nos aspectos essenciais da curricularização.
	Tornar perece o Edital de Fomento à Creditação	Insuficiência de recursos orçamentários anuais para garantir a periodicidade e a abrangência do Edital PACEX, ou baixa demanda qualificada pelo edital.	Financeiro/Orçamentário	Alta	Alta	Cortes orçamentários institucionais; Falta de priorização do PACEX no orçamento da PROCCE/Ufopa; Edital com regras ou valores de fomento pouco atrativos; Baixa divulgação ou desconhecimento da comunidade acadêmica sobre as possibilidades de creditação e o apoio do PACEX.	Inclusão do PACEX como rubrica prioritária no planejamento orçamentário anual da PROCCE; Busca por fontes de financiamento complementares ou parcerias para o edital; Revisão periódica das regras e valores do edital para garantir atratividade e alinhamento com as necessidades; Ampla e contínua divulgação do edital e dos benefícios da creditação da extensão.	Edital não é lançado em alguns anos ou tem orçamento muito reduzido, comprometendo a política de creditação da extensão; Desestímulo à proposição de ações de extensão com potencial de creditação; Dificuldade em atingir as metas de curricularização da extensão; Perda de credibilidade do programa.	Em caso de corte drástico, suspender o edital temporariamente e comunicar transparentemente os motivos, buscando alternativas de apoio não financeiro à creditação; Realizar recursos de outras ações menos prioritárias da PROCCE (se possível); Lançar edições do edital com foco em áreas estratégicas ou com menor valor de fomento, mas garantindo a continuidade; Fortalecer a orientação aos proponentes para melhorar a qualidade das propostas e otimizar o uso dos recursos.
	Elaborar o Plano de Cultura da Ufopa	Demora excessiva na elaboração e aprovação do Plano de Cultura, ou o plano resultante é pouco consistente/factível ou com baixa adesão da comunidade acadêmica.	Estratégico	Média	Alta	Falta de equipe dedicada ou com expertise suficiente para conduzir o processo; Baixa participação da comunidade Ufopa no diagnóstico e na construção do plano; Dificuldade em conciliar as diversas visões e interesses sobre cultura dentro da universidade; Burocracia na tramitação e aprovação.	Formação de uma comissão ampla e representativa para elaboração do Plano, com cronograma claro; Contratação de consultoria externa (se necessário e houver recursos) ou busca por apoio técnico em outras IES; Processo participativo com ampla consulta à comunidade; Definição de metas realistas e alinhadas com a capacidade da Ufopa; Articulação com instâncias superiores para agilizar aprovação.	A Ufopa continua sem um Plano de Cultura formal, dificultando o direcionamento estratégico e a priorização de ações culturais; Ações culturais continuam fragmentadas e com baixo impacto institucional; Desmotivação dos envolvidos na elaboração do plano; Perda de oportunidades de fomento externo que exigem um plano institucional.	Estabelecer um plano de ação emergencial com as prioridades mais urgentes enquanto o plano completo não é aprovado; Focar na aprovação de diretrizes culturais mais gerais, caso o plano detalhado enfrente muitas barreiras; Intensificar a mobilização e o diálogo com a comunidade e instâncias decisórias para buscar o consenso e a aprovação; Dividir o plano em etapas de implementação, começando pelas mais factíveis.

Fomentar a inclusão da cultura nos PPCs	Propor, em parceria com Proen, a inclusão de ações culturais como dimensões curriculares optativas.	Resistência dos NDEs/colegiados de curso em incluir componentes culturais optativos nos PPCs, ou a inclusão ocorre de forma superficial e pouco significativa.	Operacional	Média	Média	Percepção de que componentes culturais não são relevantes para a formação específica do curso; Falta de espaço na grade curricular; Desconhecimento sobre como integrar cultura de forma significativa; Falta de docentes qualificados para ministrar tais componentes.	Trabalho conjunto PROCCE-PROEN para elaborar uma proposta de diretrizes e modelos para componentes culturais optativos; Apresentação da proposta aos NDEs com exemplos práticos e destacando os benefícios para a formação; Oferta de capacitação para docentes (ver próxima ação); Criação de um "catálogo" de componentes culturais optativos que os cursos possam adotar.	Poucos cursos oferecem componentes culturais optativos; Baixa diversificação da formação discente no aspecto cultural; Dificuldade em atingir os objetivos de valorização da cultura na formação; A curricularização da cultura fica restrita a poucas iniciativas.	Criar projetos de extensão/cultura que ofereçam atividades formativas que possam, futuramente, ser reconhecidas como atividade complementar ou inspirar componentes optativos; Incentivar a criação de disciplinas livres sobre cultura regional/local que possam ser cursadas por alunos de diferentes cursos (ver próxima ação); Promover o debate sobre a importância da cultura na formação universitária para sensibilizar a comunidade acadêmica.
	Oferecer, para os professores, capacitação em práticas pedagógicas culturais, incluindo métodos de ensino que integrem cultura e desenvolvimento de competências	Baixa adesão dos professores às capacitações ou dificuldade dos professores em aplicar as práticas pedagógicas culturais aprendidas em suas disciplinas.	Operacional	Média	Média	Falta de tempo ou interesse dos professores; Conteúdo da capacitação percebido como muito teórico ou pouco aplicável às suas áreas; Ausência de suporte institucional para experimentação de novas práticas; Resistência a mudanças pedagógicas.	Capacitações com metodologias ativas, focadas em exemplos práticos e adaptáveis a diferentes áreas; Oferta de formatos flexíveis (curta duração, online, modular); Criação de uma comunidade de prática para troca de experiências entre professores; Reconhecimento/valorização dos professores que inovam em práticas pedagógicas culturais; Suporte da PROCCE/PROEN para implementação.	Poucos professores utilizam práticas pedagógicas culturais; Ensino continua predominantemente tradicional e pouco sensível à diversidade cultural; Baixo desenvolvimento de competências interculturais nos estudantes; Capacitações se tornam um esforço isolado com pouco impacto.	Oferecer mentoria ou acompanhamento individualizado para professores interessados em aplicar as práticas; Criar um repositório de boas práticas pedagógicas culturais da Ufopa para inspirar outros docentes; Focar a capacitação em grupos de professores com maior abertura à inovação, buscando criar "núcleos multiplicadores"; Integrar a discussão sobre práticas pedagógicas culturais nos processos de avaliação docente ou nos planos de desenvolvimento docente.
	Propor cursos livres (sobre manifestações culturais da Amazônia, como música, dança, artes plásticas, narrativas orais e práticas religiosas tradicionais) cuja CH possa ser creditada no curso.	Dificuldade em viabilizar a oferta regular e diversificada de cursos livres sobre cultura amazônica ou em garantir que a carga horária seja efetivamente creditada pelos cursos de graduação.	Operacional	Média	Média	Falta de docentes/instrutores qualificados e disponíveis para ministrar os cursos livres; Baixa procura pelos cursos livres por parte dos estudantes; Complexidade burocrática para registrar os cursos e validar a creditação nos diferentes cursos de graduação; Falta de normativa clara sobre creditação (ver ação de criação da normativa).	Mapamento de potenciais instrutores (docentes Ufopa, mestres de saberes, artistas locais); Parcerias com outras instituições para oferta conjunta; Criação de um catálogo de cursos livres com ementas e CH padronizadas; Definição de um fluxo simplificado para proposição e aprovação de cursos livres; Ampla divulgação dos cursos e dos benefícios da creditação (antes, aprovação da normativa).	Pouca oferta de cursos livres sobre cultura amazônica; Baixo aproveitamento dessa modalidade para enriquecer a formação discente e valorizar a cultura regional; Dificuldade dos alunos em obterem créditos por atividades culturais, mesmo que relevantes; Normativa de creditação cultural (se aprovada) fica subutilizada.	Focar em poucos cursos livres piloto com alta demanda potencial; Priorizar formatos online ou híbridos para maior alcance e menor custo; Articular com NDEs para que os cursos livres sejam explicitamente recomendados ou listados como opções de creditação nos PPCs; Buscar fomento específico para a oferta de cursos livres com mestres de saberes e artistas locais.
Ampliar, adequar e manter infraestrutura e equipamentos culturais	Promover exposição de artes.	Baixa qualidade ou quantidade de obras submetidas/disponíveis para exposição, ou baixa visitação/impacto das exposições realizadas.	Operacional	Média	Média	Poucos artistas locais/da comunidade acadêmica com produção para expor ou desconhecimento das chamadas; Falta de curadoria profissional para selecionar e organizar as exposições; Espaços expositivos inadequados ou mal localizados; Divulgação insuficiente das exposições.	Criação de um calendário anual de exposições com chamadas públicas amplas; Parceria com cursos de artes/curadores para apoio na seleção e montagem; Adequação e melhoria dos espaços expositivos existentes; Plano de comunicação robusto para cada exposição, incluindo convites direcionados e divulgação em mídias diversas; Oficinas de preparação de portfólio para artistas emergentes.	Exposições com pouca relevância artística ou baixo interesse do público; Espaços culturais subutilizados; Frustração dos artistas e da equipe da PROCCE; Pouca contribuição para a dinamização cultural da Ufopa e da comunidade.	Focar em exposições temáticas ou coletivas para aumentar o volume de obras; Realizar exposições em formatos alternativos (virtuais, itinerantes); Buscar parcerias com galerias ou instituições culturais externas para exposições conjuntas; Coletar feedback do público para aprimorar futuras exposições; Intensificar a formação de público para as artes visuais.
	Retomar o projeto Muralismo no Campus	Dificuldade em obter autorização para uso dos espaços (paredes), vandalismo nas obras ou falta de interesse/qualidade nas propostas de murais.	Operacional	Média	Média	Restrições administrativas/patrimoniais para intervenção em paredes; Falta de um processo claro para aprovação dos locais e dos projetos de murais; Obras anteriores vandalizadas desestimulam novas produções; Poucos artistas com experiência em muralismo submetendo propostas.	Mapamento e designação prévia de espaços autorizados para muralismo nos campi, em diálogo com a Sintra; Criação de um edital/chamada pública com critérios claros para seleção dos projetos de murais (qualidade artística, relevância temática, durabilidade); Envolvimento da comunidade acadêmica na escolha dos temas/artistas; Ações de conscientização sobre a valorização do patrimônio artístico e cultural no campus.	Poucos ou nenhum novos murais produzidos; Degradação do ambiente do campus por falta de intervenções artísticas ou por vandalismo; Perda da oportunidade de usar a arte mural como forma de expressão e identidade cultural nos campi; Desestímulo a artistas interessados em muralismo.	Instalar câmeras de segurança ou aumentar a vigilância em áreas com murais; Promover a restauração de murais danificados (se viável e com recursos); Realizar projetos de muralismo em painéis móveis ou em espaços internos mais protegidos; Focar em oficinas de muralismo para capacitar artistas e gerar obras coletivas supervisionadas.
	Inaugurar o Ateliê de Artes – Unidade Tapajós e Unidade Alter do Chão	Atraso na finalização das obras/adaptações dos espaços ou falta de equipamentos/materiais básicos para o funcionamento inicial dos Ateliês.	Operacional	Média	Alta	Problemas na execução das obras de adequação dos espaços (licitação, construtora); Orçamento insuficiente para aquisição de todos os equipamentos/materiais previstos; Dificuldade na aquisição de itens específicos; Falta de planejamento detalhado das necessidades.	Cronograma realista para as obras/adaptações com acompanhamento rigoroso; Licitação/aquisição antecipada dos equipamentos e materiais essenciais; Definição de um kit básico mínimo para o funcionamento inicial, priorizando itens; Plano de inauguração flexível para absorver pequenos atrasos; Mapamento de fontes alternativas para doação/empréstimo de equipamentos.	Inauguração dos Ateliês adiada, gerando frustração na comunidade e descrédito na gestão; Ateliês inaugurados sem condições plenas de uso, limitando as atividades iniciais e a percepção de valor; Recursos já investidos ficam ociosos.	Comunicar transparentemente os motivos de eventuais atrasos; Realizar uma inauguração simbólica com atividades que não dependam da estrutura completa, se necessário; Buscar parcerias para empréstimo de equipamentos ou realização de atividades iniciais em outros locais enquanto os Ateliês não estão 100% operacionais; Priorizar a aquisição dos itens mais críticos para viabilizar o uso mínimo.
	Retomar o Cine debate	Baixa frequência do público nas sessões do Cine Debate, ou dificuldade em encontrar filmes relevantes e debatedores qualificados.	Operacional	Média	Baixa	Programação pouco atrativa ou mal divulgada; Concorrência com outras atividades de lazer/cultura; Falta de um espaço de exibição adequado e confortável; Dificuldade em obter licenças de exibição para filmes; Poucos docentes/especialistas disponíveis ou interessados em mediar os debates.	Curadoria da programação com participação do público (enquetes, sugestões); Parceria com cursos (Letras, História, Comunicação, etc.) para integrar o Cine Debate a atividades acadêmicas; Divulgação em múltiplos canais, incluindo redes sociais e grupos de interesse; Melhoria do espaço de exibição (som, projeção, assentos); Parcerias com distribuidoras ou plataformas de streaming para acesso a filmes; Criação de um banco de potenciais debatedores.	Sessões com pouco público, inviabilizando o debate e o propósito do projeto; Desperdício de recursos e esforço na organização; Percepção de que a atividade não tem relevância para a comunidade acadêmica.	Realizar sessões temáticas especiais para atrair nichos específicos; Focar em filmes mais curtos ou documentários de impacto para facilitar a discussão; Transformar o Cine Debate em uma atividade itinerante, levando-o para diferentes espaços/cursos; Coletar feedback contínuo para ajustar a programação e o formato.
	Realizar atividades de arte e cultura no Bosque Mekdece	Conflito entre as atividades artístico-culturais propostas e a vocação ambiental/de conservação do Bosque Mekdece, ou baixa adesão do público devido à localização/infraestrutura.	Operacional	Baixa	Média	Atividades propostas que geram impacto ambiental negativo (som alto, lixo, grande fluxo de pessoas em áreas sensíveis); Infraestrutura do Bosque inadequada para eventos (pálio, energia, banheiros); Localização do Bosque pode dificultar o acesso para alguns públicos.	Planejamento das atividades em conjunto com a gestão do Bosque Mekdece, priorizando ações de baixo impacto ambiental e que dialoguem com a temática do espaço; Programação cultural focada em temas ambientais, sustentabilidade e saberes da floresta; Melhoria da infraestrutura básica do Bosque para eventos (com materiais sustentáveis); Divulgação com informações claras sobre acesso e transporte.	Danos ambientais ao Bosque; Conflito com a missão de conservação do espaço; Atividades com baixa participação e pouco impacto cultural; Imagem negativa para a PROCCE/Ufopa se houver percepção de descuido ambiental.	Suspender atividades que apresentem risco ambiental e reavaliar o formato; Priorizar atividades de pequeno porte e com foco educativo/contemplativo; Realizar campanhas de conscientização sobre o uso sustentável do Bosque durante os eventos; Investir em infraestrutura móvel e de baixo impacto para os eventos.

	Criar a Galeria de arte da Ufopa	Atraso significativo ou inviabilidade de implantação da Galeria por questões orçamentárias, de infraestrutura ou de gestão do acervo/programação.	Financeiro/Orçamentário	Alta	Alta	Orçamento institucional insuficiente para a criação e manutenção de uma galeria; Falta de espaço físico adequado e disponível nos campi; Dificuldade em formar e manter um acervo artístico relevante; Falta de equipe qualificada para gestão da galeria (curadoria, montagem, conservação).	Elaboração de um projeto detalhado da Galeria com estudo de viabilidade (técnica e financeira); Busca ativa por fontes de financiamento externas (editais, leis de incentivo, parcerias privadas); Proposta de implantação gradual da galeria (começando com um espaço menor ou virtual); Parcerias com cursos de Artes e Museologia para apoio na gestão e curadoria; Formação de um conselho curatorial com especialistas e artistas.	A Galeria de Arte não é criada, limitando os espaços de exposição e valorização das artes visuais na Ufopa; Perda de oportunidade de enriquecer o ambiente cultural da universidade e da comunidade; Frustração da comunidade artística local e acadêmica.	Criar espaços expositivos alternativos e temporários (ex: ocupação de corredores, bibliotecas, reitoria); Focar em exposições virtuais enquanto a galeria física não é viável; Fortalecer parcerias com galerias e espaços culturais existentes na cidade para expor a produção da Ufopa; Desenvolver um plano de captação de recursos de longo prazo para viabilizar a Galeria.
	Criar o anfiteatro da Ufopa	Atraso significativo ou inviabilidade de construção do Anfiteatro por questões orçamentárias ou de licenciamento/projeto.	Financeiro/Orçamentário	Alta	Alta	Alto custo de construção e manutenção de um anfiteatro; Orçamento institucional insuficiente; Complexidade do projeto arquitetônico e dos processos de licitação/obra; Dificuldades em obter licenças ambientais ou outras aprovações necessárias.	Idem à Galeria: Projeto detalhado com estudo de viabilidade; Busca ativa por fontes de financiamento externas (emendas parlamentares, convênios governamentais, leis de incentivo); Proposta de construção modular ou em fases; Engajamento da comunidade acadêmica e externa na defesa do projeto para buscar apoio político e financeiro.	O Anfiteatro não é construído, limitando a capacidade da Ufopa de sediar grandes eventos culturais, artísticos e acadêmicos; Dependência de espaços externos (muitas vezes com custo); Perda de um equipamento cultural importante para a cidade/região.	Buscar parcerias para uso de anfiteatros existentes na cidade; Adaptar espaços multiuso existentes na Ufopa para eventos de maior porte (mesmo que com limitações); Realizar eventos ao ar livre (se o clima permitir e com estrutura adequada); Manter o projeto do anfiteatro no radar para futuras oportunidades de financiamento, atualizando-o conforme necessário.
	Incentivar o uso dos equipamentos culturais da Ufopa	Subutilização dos equipamentos culturais existentes (estúdios, ateliês, galeria - se criada) por falta de conhecimento, dificuldade de acesso ou programação pouco atrativa.	Operacional	Média	Média	Falta de divulgação clara sobre os equipamentos disponíveis e como utilizá-los; Processos de agendamento/reserva burocráticos ou pouco acessíveis; Falta de equipe técnica para dar suporte ao uso; Programação de atividades nos espaços pouco diversificada ou mal divulgada.	Criação de um catálogo online dos equipamentos culturais com informações sobre capacidade, recursos e regras de uso; Sistema de agendamento online simplificado; Oferta de capacitação básica para uso dos equipamentos; Divulgação regular da programação dos espaços; Chamadas públicas para ocupação dos espaços por propostas da comunidade interna/externa.	Equipamentos culturais ociosos, representando um mau uso do investimento público; Desgaste dos equipamentos por falta de uso/manutenção; Pouca produção e fruição cultural nos espaços da Ufopa; Percepção de que a infraestrutura cultural não é para todos.	Realizar diagnóstico sobre os motivos da subutilização; Simplificar ainda mais os processos de acesso; Promover ativamente os espaços para grupos específicos que poderiam utilizá-los; Criar programas de residência artística ou de apoio a projetos que utilizem os equipamentos; Buscar parcerias para gestão compartilhada dos espaços, se necessário.
Consolidar os editais de fomento à cultura e à comunidade	Publicar Edital Movimentos Culturais, para auxiliar discentes a realizarem ações de cultura.	Baixa submissão de propostas de qualidade pelos discentes ao Edital Movimentos Culturais, ou dificuldade dos projetos aprovados em serem executados.	Operacional	Média	Média	Desconhecimento do edital ou de como elaborar propostas culturais pelos discentes; Critérios do edital muito complexos; Falta de auxílio insuficiente para a realização das ações; Falta de apoio/mentoria para os discentes na execução dos projetos.	Ampla divulgação do edital nos canais discentes; Oficinas de capacitação em elaboração de projetos culturais para discentes (Ação 37.1); Edital com regras claras e simplificadas; Definição de um valor de auxílio adequado; Criação de um sistema de tutoria/acompanhamento para os projetos aprovados, envolvendo docentes ou técnicos da PROCCE.	Poucas ações culturais realizadas por protagonismo discente; Recursos do edital subutilizados; Frustração dos discentes que não conseguem apoio ou executar suas ideias; Baixo impacto na dinamização da vida cultural nos campi a partir da iniciativa discente.	Prorrogar prazo de submissão; Simplificar ainda mais os critérios para uma chamada emergencial; Oferecer apoio individualizado para discentes com ideias promissoras, mas com dificuldade na escrita do projeto; Realocar recursos não utilizados para outras ações de fomento cultural ou para capacitação discente; Revisar o formato do edital e o valor do auxílio para futuras edições com base no feedback.
	Firmar, em parceria com a Arni, Acordo de Cooperação com a UEPA, para contratação de estagiários do curso de Música para regente do Coral da Ufopa	Dificuldade em formalizar ou operacionalizar o Acordo de Cooperação com a UEPA, ou falta de estagiários interessados/qualificados para a regência do Coral.	Operacional	Média	Média	Burocracia ou desalinhamento entre Ufopa/PROCCE/Arni e UEPA para firmar o acordo; Poucos alunos no curso de Música da UEPA com perfil ou interesse em regência coral e estágio na Ufopa; Valor da bolsa de estágio pouco atrativo ou condições de trabalho desfavoráveis.	Negociação e elaboração do termo de cooperação com bastante antecedência e clareza de responsabilidades entre as partes; Divulgação da oportunidade de estágio diretamente no curso de Música da UEPA, destacando os benefícios; Condições de estágio e bolsa competitivas (dentro das possibilidades); Flexibilidade nos horários do estágio para compatibilizar com a graduação do estagiário.	O Coral da Ufopa fica sem regente qualificado ou com regência intermitente, comprometendo sua continuidade e qualidade; O Acordo de Cooperação não é firmado, perdendo a oportunidade de parceria e de formação para os estagiários da UEPA; Desmotivação dos coralistas.	Buscar alternativas para a regência do Coral (ex: professor voluntário da Ufopa, contratação de regente via projeto de extensão com fomento específico, parceria com regentes da comunidade); Se o acordo com a UEPA não se concretizar, buscar parcerias com outras instituições de ensino musical; Avaliar a criação de um programa de formação de regentes dentro da própria Ufopa a longo prazo, se houver demanda e viabilidade.
Desenvolver e aprovar normativa interna para creditação cultural	Criar GT / Consultar PROEN.	Demora na constituição do GT ou baixa produtividade do GT, resultando em atraso significativo na elaboração da proposta de Resolução, ou a proposta elaborada não obtém o consenso/apoio da PROEN.	Operacional	Média	Alta	Dificuldade em encontrar membros disponíveis e com expertise para compor o GT; Falta de clareza no mandato ou cronograma do GT; Divergências conceituais ou de interesse entre os membros do GT ou entre o GT e a PROEN; Baixa prioridade dada à pauta pela PROEN ou pelo GT.	Definição clara do escopo, produtos esperados e cronograma para o GT; Indicação de membros com perfil adequado e com disponibilidade; Facilitação externa (se necessário) para as reuniões do GT; Diálogo contínuo e alinhamento prévio com a PROEN sobre os princípios e diretrizes da proposta de resolução; Apresentação de estudos de caso de outras IES.	A proposta de Resolução de Creditação da Cultura não é elaborada ou é elaborada com grande atraso, ou é rejeitada pela PROEN; A Ufopa continua sem normativa para creditação cultural, dificultando a valorização dessas atividades na formação discente; Frustração da equipe da PROCCE e dos membros do GT.	Recompor o GT com novos membros ou buscar um mediador para as divergências; Elaborar uma proposta mais enxuta ou faseada, focando nos pontos de consenso inicial; Intensificar a negociação com a PROEN, buscando entender as objeções e construir uma solução conjunta; Se a parceria com a PROEN se mostrar inviável, a PROCCE pode tentar elaborar uma proposta de normativa interna de menor escopo para suas próprias ações, enquanto busca o alinhamento institucional mais amplo.
Fomentar a pesquisa sobre Arte, Cultura e Saberes Diversos	Criar linha fomento / Estimular TCCs.	Baixa adesão de discentes e orientadores à linha de fomento para TCCs na área de Arte/Cultura/Saberes, ou os TCCs produzidos têm baixa qualidade/relevância.	Operacional	Média	Média	Pouco interesse dos discentes por temas de Arte/Cultura/Saberes para TCC; Falta de docentes orientadores com expertise ou disponibilidade na área; Linha de fomento pouco atrativa (valores, condições); Desconhecimento sobre metodologias de pesquisa-ação/colaborativa.	Ampla divulgação da linha de fomento e da importância da pesquisa na área; Mapeamento e divulgação de docentes com potencial para orientação; Oferta de workshops sobre metodologias de pesquisa em Arte/Cultura e pesquisa-ação; Criação de prêmios ou outras formas de reconhecimento para TCCs de destaque na área; Linha de fomento com condições e valores adequados.	Poucos TCCs produzidos sobre Arte/Cultura/Saberes Diversos, limitando a geração de conhecimento e a formação de novos pesquisadores na área; Recursos da linha de fomento subutilizados; Baixo impacto da iniciativa em estimular a pesquisa qualificada e engajada.	Realizar busca ativa por discentes e orientadores com potencial interesse; Oferecer mentoria para o desenvolvimento dos projetos de TCC; Flexibilizar os temas ou formatos de TCC aceitos na linha de fomento; Revisar as condições da linha de fomento para torná-la mais atrativa; Promover eventos para apresentação e debate dos TCCs produzidos, valorizando o trabalho dos discentes e orientadores.
Promover espaços para diálogo crítico e reflexivo de saberes	Realizar seminários / Rodas de conversa	Baixa participação do público-alvo ou os eventos não conseguem promover um diálogo efetivamente crítico, reflexivo e horizontal devido à metodologia ou condução.	Operacional	Média	Média	Temas pouco instigantes ou mal definidos; Divulgação inadequada; Formato dos eventos pouco participativo; Falta de facilitadores/mediadores com habilidade em conduzir diálogos críticos e horizontais; Ambiente percebido como não seguro para a livre expressão.	Escolha de temas relevantes e atuais, com curadoria participativa; Divulgação direcionada, destacando o caráter dialógico e crítico; Uso de metodologias ativas e participativas (world café, aquário, etc.); Seleção e capacitação de facilitadores/mediadores experientes; Criação de um ambiente acolhedor e respeitoso para o debate; Registro crítico das discussões (relatoria, gravação com consentimento).	Pouco avanço na promoção do pensamento crítico e reflexivo sobre saberes; Eventos se tornam meramente expositivos ou com pouca interação significativa; Desperdício de tempo e tempo; Baixa contribuição para a construção coletiva de conhecimento ou para o enfrentamento de questões complexas; Frustração dos participantes que buscam um diálogo mais profundo.	Coletar feedback imediato sobre a dinâmica dos eventos; Ajustar a metodologia e a facilitação em tempo real, se necessário; Realizar eventos menores e com grupos mais focados para aprofundar o diálogo; Produzir e divulgar sínteses críticas das discussões para ampliar o alcance da reflexão; Oferecer formação continuada para facilitadores de diálogo.
Fomentar mecanismos de protagonismo cultural	Revisar editais / Criar chamadas, via banco de dados.	Os editais revisados ou as novas chamadas não conseguem atrair propostas; O banco de dados para chamadas não é funcional ou não atinge os proponentes da comunidade; Falta de capacidade da PROCCE para gerenciar projetos com gestão compartilhada.	Operacional	Média	Média	Critérios de protagonismo/co-gestão nos editais ainda são pouco claros ou muito burocráticos; O banco de dados para chamadas não é funcional ou não atinge os proponentes da comunidade; Falta de capacidade da PROCCE para gerenciar projetos com gestão compartilhada.	Envolvimento da comunidade interna/externa na própria revisão dos editais e na concepção das novas chamadas; Simplificação dos critérios e processos para protagonismo e co-gestão; Teste piloto do banco de dados e das chamadas com grupos específicos; Capacitação da equipe da PROCCE e dos proponentes em modelos de gestão compartilhada; Modelos de parceria e prestação de contas adaptados para a co-gestão.	Pouca mudança efetiva no perfil dos projetos apoiados (continuam centralizados); Mecanismos de fomento ao protagonismo não funcionam na prática; Desconfiança da comunidade em relação à real abertura para protagonismo e co-gestão; Sobrecarga da equipe da PROCCE com modelos de gestão complexos.	Realizar avaliação contínua dos editais/chamadas com feedback da comunidade; Oferecer suporte intensivo aos primeiros projetos com gestão compartilhada para aprender com a experiência; Simplificar ainda mais os modelos de co-gestão, focando em parcerias mais transparentes do que em co-gestão complexo, se necessário; Fortalecer os canais de diálogo com a comunidade para identificar e remover barreiras ao protagonismo.

Ampliar e diversificar a oferta de formação em artes e cultura	Diagnóstico demandas / Mapear instrutores / Buscar recursos.	O diagnóstico de demandas é superficial ou desalinhado com os reais interesses; Dificuldade em encontrar instrutores qualificados/disponíveis; Insuficiência de recursos para a oferta.	Operacional	Média	Alta	Metodologia do diagnóstico de demandas inadequada ou não atinge os públicos corretos; Cache dos instrutores muito alto para o orçamento da PROCCE; Poucos profissionais na região com expertise em áreas específicas de artes/cultura; Concorrência por recursos nas outras áreas.	Utilização de múltiplas fontes e métodos para diagnóstico de demandas (questionários, grupos focais, consulta a especialistas); Criação de um banco de instrutores (docentes Ufopa, artistas locais, mestres de saberes) com cadastro contínuo; Planejamento orçamentário que priorize a formação em artes/cultura; Busca ativa por parcerias e fontes de fomento externas para complementar o orçamento; Flexibilidade para adaptar a oferta às demandas e aos instrutores/recursos disponíveis.	Oferta de formação em artes/cultura pouco relevante, com baixa adesão; Cursos/oficinas cancelados por falta de instrutor ou recursos; Desperdício de esforço no planejamento; Frustração da comunidade que espera por uma oferta formativa mais robusta e diversificada.	Realizar diagnóstico de demandas de forma contínua e iterativa; Focar em poucas áreas prioritárias com instrutores e recursos garantidos inicialmente, expandindo gradualmente; Oferecer formação de formadores para ampliar o número de instrutores locais; Criar programas de residência artística que incluam componentes formativos; Buscar parcerias com outras instituições para oferta conjunta de cursos, dividindo custos e responsabilidades.
Incentivar a internacionalização	Criar bolsas de extensão com foco na internacionalização.	Baixa procura pelas bolsas de extensão internacionais ou dificuldade dos bolsistas/projetos em desenvolverem efetivamente atividades com dimensão internacional.	Operacional	Média	Média	Poucos projetos de extensão com escopo ou parcerias internacionais pré-existent; Desconhecimento dos proponentes sobre como conduzir extensão internacional; Valor da bolsa insuficiente para cobrir custos de atividades internacionais; Barreiras linguísticas.	Edital com critérios claros, mas flexíveis, para diferentes tipos de internacionalização da extensão (ex: virtual, intercâmbio curto, colaboração online); Oferta de capacitação ou mentoria sobre internacionalização da extensão para proponentes e bolsistas; Articulação com a ARNI para identificar oportunidades; Divulgação do edital em redes de pesquisa e parceiros internacionais.	Poucas bolsas concedidas ou projetos com baixo impacto internacional; Recursos da bolsa subutilizados; Frustração dos bolsistas e coordenadores; Lenta progressão na internacionalização da extensão da Ufopa.	Replanejar o edital com foco em projetos mais factíveis ou em etapas preparatórias para a internacionalização; Utilizar os recursos para financiar missões de prospecção de parcerias internacionais; Oferecer bolsas para tradução de materiais de extensão para o inglês/espanhol; Fortalecer a capacitação em idiomas e competências interculturais para futuros proponentes.
	Apoiar, no âmbito do CGPRITS, a Arni na elaboração e publicação do Edital Peex Internacional	Desalinhamento entre PROCCE, CGPRITS e ARNI na concepção do Edital Peex Internacional, resultando em um edital que não contempla adequadamente a extensão ou a cultura.	Estratégico	Baixa	Média	Falta de comunicação e participação efetiva da PROCCE nas reuniões de elaboração do CGPRITS/ARNI sobre o edital; Visões divergentes sobre o papel da extensão/cultura na internacionalização do PEE; Prazos curtos para contribuições da PROCCE.	Participação ativa e regular de um representante da PROCCE nas reuniões de elaboração do Edital Peex Internacional junto ao CGPRITS e ARNI; Apresentação clara das prioridades e necessidades da extensão/cultura para o componente internacional do PEE; Definição conjunta de critérios que valorizem a extensão e a cultura.	Edital Peex Internacional com pouca ou nenhuma ênfase em extensão/cultura, ou com critérios que dificultam a participação de projetos dessas áreas; Perda de oportunidade de usar o PEE para fomentar a internacionalização da extensão/cultura; Baixo número de projetos de extensão/cultura enviados ao edital.	Propor aditivos ou chamadas complementares ao Edital Peex Internacional com foco em extensão/cultura, se o edital principal for inadequado; Buscar outras fontes de fomento (internas ou externas) para projetos de extensão/cultura com viés internacional; Fortalecer a articulação com CGPRITS/ARNI para influenciar futuras edições do edital.
	Buscar, em parceria com a RIDH e ARNI, recursos internos e externos para ações de extensão internacional.	Dificuldade em identificar e acessar fontes de financiamento (internas ou externas) específicas para ações de extensão internacional, ou baixa taxa de aprovação das propostas submetidas.	Financeiro/Orçamentário	Alta	Alta	Poucas fontes de fomento com foco explícito em extensão internacional; Alta competitividade nos editais internacionais; Falta de expertise na elaboração de propostas para captação internacional; Desconhecimento das regras e prioridades dos fomentadores internacionais.	Mapeamento contínuo de fontes de fomento (nacionais e internacionais) para extensão internacional (com RIDH/ARNI); Capacitação da equipe da PROCCE e de potenciais proponentes em elaboração de projetos para captação internacional; Criação de um portfólio de projetos de extensão com potencial de internacionalização para apresentar a fomentadores; Fortalecimento de parcerias com instituições que já possuem experiência em extensão internacional.	Insuficiência de recursos para viabilizar ações de extensão internacional; Dependência excessiva do orçamento próprio (limitado); Poucos projetos de extensão com dimensão internacional são implementados; Baixo impacto da Ufopa no cenário da extensão internacional.	Focar em ações de internacionalização "em casa" (eventos online com parceiros internacionais, semanas culturais, etc.) que demandem menos recursos; Priorizar parcerias que envolvam financiamento ou recursos não financeiros (expertise, redes); Fortalecer a escrita de projetos para editais nacionais que permitam componentes internacionais (ex: missões, publicações conjuntas); Buscar apoio de fundações de amparo à pesquisa que também fomentam internacionalização.
	Buscar parcerias com instituições estrangeiras, para fomentar ações integradas	Dificuldade em estabelecer e manter parcerias internacionais produtivas e sustentáveis para ações integradas E-P-E, ou as parcerias não resultam em ações efetivas.	Estratégico	Média	Alta	Falta de contatos ou redes internacionais consolidadas; Barreiras linguísticas e culturais; Desalinhamento de interesses ou capacidades entre a Ufopa e os potenciais parceiros; Burocracia e custos para formalizar e gerenciar parcerias internacionais.	Mapeamento de instituições estrangeiras com perfil e interesses alinhados aos da PROCCE/Ufopa (com ARNI); Participação em eventos e redes internacionais para prospecção; Envolvimento de docentes/pesquisadores da Ufopa com colaborações internacionais preexistentes; Foco em parcerias com benefícios mútuos claros; Começar com ações de menor escopo para construir confiança.	Poucas ações integradas E-P-E com dimensão internacional; Isolamento da produção acadêmica da Ufopa; Perda de oportunidades de aprendizagem, pesquisa conjunta e intercâmbio cultural; Baixa visibilidade internacional da Ufopa.	Priorizar parcerias com instituições de países lusófonos ou com forte tradição de cooperação com o Brasil; Utilizar plataformas de colaboração online para reduzir custos e barreiras iniciais; Focar em nichos temáticos onde a Ufopa tenha expertise reconhecida para atrair parceiros; Fortalecer programas de mobilidade (docente/discente) como forma de iniciar ou consolidar parcerias.
Dar visibilidade internacional às ações de extensão	Desenvolver estratégias de comunicação voltada para promoção das atividades de extensão da Ufopa em redes internacionais, utilizando plataformas digitais e mídias sociais.	Baixa eficácia das estratégias de comunicação internacional, resultando em pouco alcance ou engajamento do público internacional com as ações de extensão da Ufopa.	Comunicação e Informação	Média	Média	Conteúdo produzido pouco adaptado ao público internacional (linguagem, formato, relevância); Escolha de plataformas/canais inadequados para atingir o público desejado; Falta de regularidade ou qualidade na produção de conteúdo bilíngue; Pouca interação com redes/influenciadores internacionais.	Definição de um público-alvo internacional prioritário; Produção de conteúdo de alta qualidade e bilíngue (português/inglês ou espanhol) focado nos interesses desse público; Uso estratégico de redes sociais e plataformas acadêmicas internacionais; Parceria com a ASCOM e ARNI para produção e disseminação do conteúdo; Monitoramento de métricas de alcance e engajamento para ajustar a estratégia.	As ações de extensão da Ufopa permanecem com baixa visibilidade internacional; Pouco reconhecimento do trabalho da universidade no exterior; Dificuldade em atrair parceiros, estudantes ou pesquisadores internacionais; Perda de oportunidades de colaboração e financiamento.	Focar a comunicação em poucas plataformas/canais com maior potencial de alcance para o público-alvo; Intensificar a colaboração com parceiros internacionais para que eles ajudem a divulgar as ações da Ufopa em suas redes; Produzir estudos de caso ou materiais de maior impacto sobre projetos de extensão bem-sucedidos para divulgação direcionada; Contratar serviços especializados de tradução e marketing digital internacional (se houver recursos).
	Incentivar a produção de artigos e relatórios sobre os projetos de extensão da Ufopa e submeter a revistas internacionais.	Baixa produção ou submissão de artigos/relatórios sobre extensão para publicações internacionais, ou alta taxa de rejeição dos manuscritos submetidos.	Operacional	Média	Média	Falta de cultura ou incentivo para publicar resultados de extensão em formato científico internacional; Dificuldade dos extensionistas em escrever artigos para periódicos internacionais (língua, formato, rigor metodológico); Poucos periódicos internacionais com foco em extensão.	Oferta de workshops sobre escrita científica para publicações internacionais com foco em extensão; Criação de um programa de apoio à tradução e revisão de artigos para submissão internacional; Mapeamento de periódicos internacionais que publicam sobre extensão e divulgação para a comunidade acadêmica; Incentivos (premiações, reconhecimento) para publicações de extensão em veículos internacionais qualificados.	Pouco registro e disseminação internacional qualificada das experiências de extensão da Ufopa; Baixa contribuição da Ufopa para o campo teórico-metodológico da extensão em nível internacional; Dificuldade em demonstrar o impacto e a relevância da extensão da Ufopa para agências de fomento ou parceiros internacionais.	Incentivar a publicação em formatos alternativos de alcance internacional (blogs acadêmicos, plataformas de divulgação científica, anais de eventos online); Fomentar a coautoria com pesquisadores de instituições internacionais para facilitar a publicação; Criar um repositório institucional bilíngue para relatórios técnicos e experiências de extensão, garantindo sua visibilidade mesmo sem publicação em periódico; Fortalecer a Revista de Extensão da Integração Anos/ônibus.
Desenvolver metodologia para gestão participativa de parcerias	Definir fluxos / Criar modelos / Capacitar equipe	A metodologia de gestão de parcerias (fluxos, modelos) elaborada é inadequada, burocrática ou não é efetivamente adotada pela equipe, ou a capacitação da equipe é insuficiente.	Operacional	Média	Alta	Falta de conhecimento técnico ou experiência na elaboração de fluxos/modelos de gestão de parcerias; Processo de criação da metodologia pouco participativo, não refletindo as necessidades da equipe; Modelos de documentos muito complexos ou rígidos; Capacitação superficial ou sem acompanhamento.	Envolvimento da equipe da PROCCE na co-criação dos fluxos e modelos; Benchmarking com outras instituições/setores com boas práticas em gestão de parcerias; Criação de modelos simples e adaptáveis; Plano de capacitação contínuo e prático, com estudos de caso e simulações; Criação de um manual de procedimentos claro e acessível.	Fluxos de parceria continuam ineficientes, demorados ou pouco transparentes; Modelos de documentos não são utilizados ou geram retrabalho; Equipe com dificuldades em aplicar a metodologia, resultando em erros ou baixa qualidade na gestão das parcerias; Baixa satisfação dos parceiros com os processos.	Realizar ciclos de revisão e ajuste da metodologia com base no feedback da equipe e dos parceiros; Oferecer capacitação de reforço ou mentoria individualizada para a equipe; Simplificar os fluxos/modelos que se mostrem muito complexos na prática; Utilizar ferramentas de gestão de projetos/arefas para apoiar a execução dos fluxos.
Mapear e prospectar parcerias estratégicas (Nacionais e Internacionais)	Levantar parceiros potenciais / Agendar reuniões	O levantamento de parceiros resulta em uma lista pouco qualificada ou não estratégica, ou há dificuldade em agendar e realizar reuniões produtivas com os parceiros potenciais prioritários.	Estratégico	Média	Média	Crítérios para definição de "parceiro estratégico" ou "áreas prioritárias" são vagos ou desalinhados com os objetivos da PROCCE; Mapeamento superficial, sem pesquisa aprofundada sobre os potenciais parceiros; Dificuldade em obter contato ou despertar o interesse dos parceiros para uma reunião.	Definição clara e consensual dos critérios para identificar parceiros estratégicos; Pesquisa prévia detalhada sobre cada parceiro potencial antes do contato; Elaboração de uma proposta de valor clara e concisa para apresentar nas reuniões; Utilização de redes de contato existentes (docentes, outros setores da Ufopa, ARNI) para facilitar o primeiro contato e acompanhamento.	Esforço de prospecção desperdiçado com contatos pouco relevantes; Poucas reuniões agendadas ou reuniões improdutivas, sem gerar novas parcerias estratégicas; Perda de tempo e recursos da equipe da PROCCE.	Refinar continuamente os critérios de priorização de parceiros com base nos primeiros contatos; Focar em um número menor de parceiros altamente estratégicos, buscando um contato mais aprofundado; Preparar materiais de apresentação da PROCCE e da Ufopa que sejam atrativos para diferentes tipos de parceiros; Treinar a equipe em técnicas de abordagem e negociação.

Ampliar a Divulgação e Acessibilidade dos Editais de Apoio a Projetos Culturais	Organizar oficinas e minicursos presenciais e online para orientar os estudantes sobre como elaborar projetos culturais, focando nas etapas de planejamento, redação, execução e prestação de contas.	Baixa adesão dos estudantes às oficinas/minicursos ou a capacitação oferecida é percebida como insuficiente/inadequada para as necessidades de elaboração de projetos.	Operacional	Média	Média	Divulgação inadequada das oficinas; Conteúdo ou formato pouco atrativo para os estudantes; Conflito de horários com atividades acadêmicas; Percepção de que os editais são muito complexos ou que o esforço de elaborar projeto não compensa.	Divulgação ampla e direcionada nos canais discentes (redes sociais, C.A.s, e-mail); Conteúdo prático, focado nos editais da PROCCE e com exemplos de projetos bem-sucedidos; Oferta em horários flexíveis e formatos variados (presencial, online, pilulas de conteúdo); Material de apoio simplificado (guias, templates); Envolvimento de discentes que já tiveram projetos aprovados como multiplicadores ou facilitadores.	Poucos estudantes se sentem capacitados para elaborar projetos culturais; Baixa qualidade das propostas submetidas aos editais; Subutilização dos recursos dos editais de fomento; Frustração dos estudantes interessados, mas com dificuldade de acesso ou elaboração.	Coletar feedback para aprimorar o conteúdo e formato das oficinas; Oferecer mentorias individualizadas ou em pequenos grupos para estudantes com propostas em desenvolvimento; Criar um banco de projetos culturais modelo; Simplificar os requisitos dos editais para propostas discentes (se possível e sem perder a qualidade).
	Promover eventos itinerantes nos campi da Ufopa, para divulgar as oportunidades e engajar os estudantes	Baixa participação dos estudantes nos eventos itinerantes ou os eventos não conseguem gerar engajamento efetivo para participação nos editais/ações culturais.	Operacional	Média	Baixa	Divulgação dos eventos itinerantes focada apenas nos canais institucionais, com pouco alcance nos campi fora de sede; Logística dos eventos nos campi (horário, local) inadequada para a rotina discente; Formato do evento pouco interativo ou interessante para os estudantes.	Planejamento dos eventos itinerantes em conjunto com representantes discentes e diretórios dos campi; Divulgação intensiva e diversificada em cada campus (murais, grupos de WhatsApp, rádios locais, etc.); Formato do evento dinâmico, com apresentações curtas, exemplos práticos, depoimentos de outros discentes e espaço para tirar dúvidas; Realização em horários de grande circulação ou em conjunto com outras atividades de interesse discente no campus.	Poucos estudantes dos campi fora de sede tomam conhecimento ou se interessam pelas oportunidades culturais da PROCCE; Desigualdade no acesso às informações e ao fomento; Percepção de que as ações da PROCCE são concentradas no campus principal.	Fortalecer a comunicação digital contínua com os campi (newsletters, redes sociais específicas); Criar uma rede de "embaixadores da cultura" (discentes bolsistas ou voluntários) em cada campus para auxiliar na divulgação e mobilização; Oferecer suporte online para elaboração de propostas para estudantes de todos os campi; Avaliar a possibilidade de realizar edições dos eventos itinerantes de forma virtual para maior alcance.
	Criar uma revista digital voltada para a divulgação de produções artísticas dos estudantes, incluindo ensaios, portfólios, vídeos, textos e entrevistas com os artistas envolvidos nos projetos culturais.	Dificuldade em manter a regularidade e a qualidade editorial da revista digital, ou baixa submissão de material pelos estudantes, ou pouca visibilidade/acesso à revista publicada.	Operacional	Média	Média	Falta de equipe editorial dedicada e com expertise; Fluxo de submissão, avaliação e edição pouco definido ou eficiente; Desinteresse dos estudantes em submeter seus trabalhos para uma revista institucional; Plataforma da revista pouco amigável ou mal divulgada.	Formação de um conselho editorial com representação discente, docente e técnica; Definição de um fluxo editorial claro e de critérios de qualidade; Chamadas regulares e amplas para submissão de trabalhos, com temas instigantes; Plataforma da revista com design atraente, boa navegabilidade e otimizada para dispositivos móveis; Estratégia de divulgação contínua da revista.	A revista não se consolida como um espaço de referência para a produção artística discente; Poucos trabalhos são publicados ou a qualidade é irregular; Baixo impacto na valorização e circulação da arte produzida pelos estudantes; Desperdício de esforço na manutenção de uma plataforma com pouca relevância.	Focar em edições temáticas para estimular submissões específicas; Promover concursos ou prêmios vinculados à revista para incentivar a participação; Integrar a revista com outras ações culturais da PROCCE (ex: cobertura de eventos, entrevistas com artistas de projetos fomentados); Buscar parcerias com cursos de Comunicação/Letras/Artes para apoio na produção editorial; Se a regularidade for um problema, optar por publicações anuais (anário) ou edições ocasionais.
	Realizar o Festival Itinerante de Arte e Cultura	Desafios logísticos e orçamentários significativos para realizar um festival itinerante de qualidade em múltiplos campi, ou baixa adesão de artistas/público nos diferentes locais.	Financeiro/Orçamentário	Alta	Média	Alto custo de transporte de artistas/equipamentos/estrutura entre os campi; Dificuldade em garantir infraestrutura adequada (palco, som, luz) em todos os campi; Articulação complexa com as agendas e a logística de cada campus; Baixa mobilização do público local de cada campus.	Planejamento detalhado do roteiro e da logística com antecedência; Busca por patrocinios e fontes de financiamento específicas para o festival; Formato do festival adaptado à realidade de cada campus (utilizando artistas e estruturas locais sempre que possível); Envolvimento ativo dos diretórios dos campi e de coletivos culturais locais na organização e divulgação em cada localidade; Criação de uma "âncora" de programação que atraia público em todos os locais.	Festival com baixa qualidade ou alcance limitado em alguns campi; Custos elevados e pouco retorno em termos de participação e impacto cultural; Desgaste da equipe organizadora; Risco de cancelamento de etapas ou do festival como um todo.	Realizar edições piloto do festival em menos campi para testar o formato e a logística; Focar em parcerias com prefeituras e secretarias de cultura locais para obter apoio de infraestrutura e divulgação; Priorizar artistas e grupos da própria Ufopa e da região de cada campus para reduzir custos de deslocamento; Considerar um formato híbrido com atividades online para ampliar o alcance sem aumentar drasticamente os custos logísticos.
Fortalecer a transparência e o acesso público aos dados da extensão	Publicar o Georreferenciamento de ações de extensão (Edital Piape 2025)	Dificuldade em coletar, sistematizar e manter atualizados os dados georreferenciados de todas as ações de extensão, ou a plataforma de publicação (Piape) apresenta instabilidade/descontinuidade.	Operacional	Média	Média	Falta de um fluxo claro e padronizado para as unidades informarem os dados de georreferenciamento de suas ações; Sobrecarga da equipe responsável pela alimentação e atualização do Piape; Problemas técnicos com a plataforma Piape (bugs, falta de manutenção, descontinuação).	Criação de um formulário/sistema simplificado para coleta dos dados de georreferenciamento junto aos coordenadores de ação; Definição de responsabilidades e prazos para atualização do Piape; Treinamento da equipe e dos coordenadores; Plano de manutenção e suporte para a plataforma Piape, em articulação com o setor de TI da Ufopa.	O Piape fica desatualizado ou incompleto, perdendo sua relevância como ferramenta de transparência e gestão; Informações georreferenciadas incorretas podem levar a interpretações equivocadas sobre a atuação da Ufopa; Dificuldade em usar o Piape como base para o mapeamento do Banco de Saberes ou outras análises territoriais.	Priorizar a atualização dos dados mais críticos ou das ações mais recentes; Realizar múltiplos periódicos para atualização dos dados; Se a plataforma Piape apresentar problemas graves, buscar uma plataforma alternativa (mesmo que mais simples inicialmente, como um mapa interativo online) para garantir a publicização dos dados georreferenciados; Comunicar à comunidade as limitações ou o status de atualização do Piape.
	Criar o Tinder da Extensão – um espaço de interação entre a comunidade externa e os projetos de extensão cadastrados na Procee	Baixa adesão tanto da comunidade externa (potenciais interessados/beneficiários) quanto dos projetos de extensão (para se cadastrarem e interagirem) à plataforma "Tinder da Extensão", ou a plataforma apresenta problemas técnicos/usabilidade.	Operacional	Alta	Média	Desconhecimento ou falta de interesse da comunidade externa pela plataforma; Projetos de extensão não valem valor em se cadastrar ou interagir; Plataforma pouco intuitiva, difícil de usar ou com funcionalidades limitadas; Problemas de compatibilidade com diferentes dispositivos.	Ampla campanha de divulgação da plataforma para a comunidade externa (mídia local, redes sociais, eventos) e para os coordenadores de projeto; Demonstração clara dos benefícios da plataforma para ambos os públicos; Design da plataforma centrado no usuário, com interface simples e intuitiva; Testes de usabilidade com potenciais usuários antes do lançamento; Funcionalidades que realmente facilitem o "match" (busca por interesse, área, local, etc.).	A plataforma se torna um "elefante branco", com poucos usuários e pouca interação; O objetivo de conectar demandas da sociedade com ofertas da extensão não é alcançado; Desperdício de recursos no desenvolvimento e manutenção da plataforma; Frustração dos poucos usuários que tentam utilizar.	Realizar pesquisa para entender os motivos da baixa adesão; Simplificar a plataforma, focando nas funcionalidades mais essenciais e demandas; Intensificar a divulgação e o engajamento com públicos específicos que possam se beneficiar mais da plataforma; Integrar o "Tinder da Extensão" com outros canais de comunicação da PROCCE/Ufopa para aumentar sua visibilidade; Considerar descontinuar a plataforma se a adesão continuar muito baixa após esforços de qualificação.
Realizar diagnóstico dos fluxos administrativos	Instituir GT interno para elaboração do mapeamento dos fluxos administrativos internos.	O GT tem baixa produtividade ou o mapeamento dos fluxos é superficial/incompleto, não identificando os reais gargalos e oportunidades de melhoria, ou o processo de mapeamento gera resistências internas.	Operacional	Média	Alta	Membros do GT com pouca disponibilidade de tempo ou falta de expertise em mapeamento de processos; Falta de clareza no escopo ou metodologia do mapeamento; Dificuldade em obter informações precisas dos setores envolvidos; Resistência dos servidores a mudanças ou à análise de seus processos.	Seleção de membros para o GT com perfil analítico, conhecimento dos processos da PROCCE e disponibilidade; Definição de um plano de trabalho claro para o GT com cronograma e entregas; Capacitação do GT em ferramentas e técnicas de mapeamento de processos; Comunicação transparente com todos os setores da PROCCE sobre os objetivos e benefícios do mapeamento, buscando engajamento e colaboração; Foco em fluxos prioritários inicialmente.	O diagnóstico dos fluxos administrativos fica comprometido; Os problemas reais não são identificados ou as soluções propostas são ineficazes; Desgaste da equipe do GT e dos setores envolvidos; Oportunidade perdida de otimizar os processos e melhorar a eficiência administrativa da PROCCE; Resistências internas podem se acentuar.	Buscar apoio de um especialista externo em mapeamento de processos (se houver recursos); Reconstituir o GT ou redefinir o escopo e a metodologia; Realizar workshops participativos com os setores para mapear os fluxos conjuntamente, aumentando o engajamento; Focar na comunicação dos benefícios das melhorias para os próprios servidores; Apresentar os resultados parciais à gestão da PROCCE para obter apoio e direcionamento.
Criar um plano geral de avaliação da	Realizar reuniões com membros do comitê de extensão, coordenadores de curso, professores extensionistas, para definir os objetivos principais do plano de avaliação, com vistas a mensurar a eficácia das ações de extensão e seu impacto na comunidade.	As reuniões não conseguem produzir um consenso sobre os objetivos e o escopo do Plano de Avaliação, ou as definições são muito vagas e pouco operacionais para guiar a elaboração do plano.	Estratégico	Média	Alta	Diversidade de visões e interesses entre os participantes sobre o que e como avaliar a extensão; Falta de conhecimento técnico sobre avaliação de programas/projetos; Dificuldade em traduzir conceitos de eficácia e impacto em objetivos de avaliação mensuráveis; Pausas de reunião muito amplas ou mal conduzidas.	Preparação prévia de um documento base com propostas iniciais de objetivos e escopo para discussão; Condução das reuniões por um facilitador experiente em processos participativos e em avaliação; Definição de um número limitado de objetivos prioritários para o Plano de Avaliação; Apresentação de exemplos de planos de avaliação de outras IES; Envolvimento de especialistas em avaliação para assessorar o processo.	O Plano Geral de Avaliação não é elaborado ou fica com objetivos genéricos e pouco úteis; Dificuldade em definir indicadores e metodologias de avaliação consistentes; A avaliação da extensão continua sendo feita de forma fragmentada ou inexistente; Perda da oportunidade de gerar informações estratégicas para a melhoria da extensão e para a prestação de contas à sociedade.	Realizar rodadas de consulta menores e mais focadas com grupos específicos de stakeholders para aprofundar a discussão sobre os objetivos; Contratar consultoria especializada para apoiar na definição dos objetivos e do escopo do plano (se houver recursos); Iniciar com um plano de avaliação mais simples, focado em poucos aspectos prioritários, e expandi-lo gradualmente; Buscar referências em manuais e guias de avaliação da extensão de órgãos de fomento ou redes.

Como um primeiro gesto na implementação da extensão	Instituir GT, em parceria com a Proen, para avaliar a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.	O GT tem dificuldade em realizar uma avaliação abrangente e propositiva da inserção da extensão nos currículos, ou suas recomendações não são efetivamente consideradas/implementadas.	Operacional	Média	Alta	Falta de dados sistematizados sobre como a extensão está inserida nos PPCs atuais; Complexidade em analisar todos os PPCs da Ufopa; Resistência dos cursos/NDEs em fornecer informações ou em acatar as recomendações do GT; Recomendações do GT pouco factíveis ou sem apoio institucional.	Definição de um escopo claro e de uma metodologia de avaliação viável para o GT (ex: análise amostral de PPCs, foco em cursos prioritários); Acesso facilitado aos PPCs e a dados sobre curricularização (via Proen/PROCCE); GT com representação diversificada e com poder de influência; Apoio explícito da gestão superior (Reitoria, Proen, PROCCE) ao trabalho do GT e à implementação de suas recomendações.	A avaliação da curricularização da extensão fica incompleta ou superficial; Poucas melhorias são implementadas nos PPCs para fortalecer a inserção da extensão; O processo de curricularização avança lentamente ou de forma desigual entre os cursos; Dificuldade em atender às diretrizes nacionais de curricularização da extensão.	Focar a avaliação do GT em aspectos específicos ou em um conjunto limitado de cursos para aprofundar a análise; Apresentar as recomendações do GT em fóruns ampliados com os NDEs e coordenações de curso para buscar consenso e engajamento; Transformar as principais recomendações do GT em diretrizes ou normativas institucionais para a curricularização, com o apoio da Proen e dos conselhos superiores; Oferecer suporte técnico da PROCCE/Proen para os cursos implementarem as recomendações.
---	--	--	-------------	-------	------	--	--	--	--